

as Residências, tipos de tráfego
e outros com as suas instalações.
Residências, tipos de tráfego
etc. avec leurs installations
de Residências, tipos de tráfego
etc. mit ihren Installationen
und der
Anlagen.

Marcelo Vianna
Ângela Beatriz Pomatti
Luciana da Costa de Oliveira
Ana Paula Korndörfer
Cristiano Enrique de Brum
Éverton Reis Quevedo
Deise Cristina Schell
(Orgs.)

Ofícios de Clio

experiências de memória e patrimônio



Foi pensando na grande variedade das pesquisas apresentadas no Dos Ofícios de Clio VII, bem como na possibilidade do estabelecimento de diálogos entre temas de grande relevância para os estudos acerca de fontes e acervos, que o GT Acervos está propondo a organização de dois e-books com os textos elaborados pelos pesquisadores que participaram do evento. Dado o grande número de trabalhos enviados, e para que possamos apresentá-los através de grandes temas, a organização de dois volumes pareceu ser bastante interessante. Neste primeiro volume intitulado Ofícios de Clio - Experiências de memória e patrimônio, buscamos relembrar a temática do primeiro evento e, ainda, congregar artigos afins. Aqui serão contemplados os artigos e trabalhos apresentados originalmente nos seguintes simpósios temáticos: Espaços de Memória e Patrimônio; Educação Patrimonial e História da Educação; Memórias e Acervos Pessoais; Acervos Sacros e Patrimônio Missionário; Fontes Memória e Patrimônio. Os artigos reunidos em Espaços de Memória e Patrimônio, mesmo apresentando temáticas bastante específicas, têm como seus pontos de encontro os riscos que a memória está exposta e a preservação do patrimônio cultural.



Oficios de Clio

Ofícios de Clio

Experiências de memória e patrimônio

Organizadores:

Marcelo Vianna

Ângela Beatriz Pomatti

Luciana da Costa de Oliveira

Ana Paula Korndörfer

Cristiano Enrique de Brum

Éverton Reis Quevedo

Deise Cristina Schell



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.conceptualeditora.com/>

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

VIANNA, Marcelo et al. (Orgs.)

Ofícios de Clio: experiências de memória e patrimônio [recurso eletrônico] / Marcelo Vianna et al. (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

456 p.

ISBN - 978-65-87340-38-8

DOI - 10.22350/9786587340388

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Experiências; 2. Memória; 3. Patrimônio; 4. História; 5. Acervo; I. Título.

CDD: 900

Índices para catálogo sistemático:

1. História 900

Sumário

Uma breve apresentação: a trajetória dos Ofícios de Clio11

Seção 01

Espaços de Memória e Patrimônio

1 19

Cemitérios: lugares de memória ou de memórias em risco?

Amanda Basilio Santos

2 31

Museu do trem de São Leopoldo: o apagamento da memória ferroviária gaúcha

João Paulo Passos

Fernando Giovanaz

3 41

As estâncias de Uruguaiana: memória e patrimônio em risco

Jairo Henrique Rogge

Pedro Ignácio Schmitz

Dagoberto Alvim Clos

4 57

Gestão, memória e patrimônio: o IPHAN como agente de preservação em São Miguel das Missões nos anos 1980

Jeaniny Silva dos Santos

5 72

O Museu Hugo Simões Lagranha e a consagração de uma memória, Canoas/RS

Julia Maciel Jaeger

Zita Rosane Possamai

6 87

Ferrovia do Trigo: patrimônio e turismo

Renan Pezzi

7.....	102
Descolonizando a história negra: o processo de retirada da cadeira de arruar do espaço expositivo do museu Julio de Castilhos	
Maria José dos Santos Alves	
Cinara da Silva Vargas	

8	121
O pulmão de aço do MUHM: de sucata à musealia	
Ângela Beatriz Pomatti	

Seção 02
Educação Patrimonial e História da Educação

9.....	151
Educação patrimonial: a criação de um material de apoio pedagógico para educadores do ensino fundamental do município de São Miguel das Missões, RS – Brasil	
Bibiana Schiavini Gonçalves Toniazzo	
Marta Rosa Borin	

10	167
Laboratório de história- FACCAT: como transformar acervo em material didático	
Jéssie Greisen De Abreu	
Sandra Cristina Donner	

11.....	178
Potencialidades de um arquivo histórico-educacional: produção e circulação de livros para o ensino de matemática no Brasil (1950-1960)	
Eduardo Cristiano Hass da Silva	
Martylene Carvalho de Espindula	

12	196
Uma análise das propostas de educação cívica desenvolvidas pela revista do ensino do Rio Grande do Sul (1964-1965)	
Gabriela Passos Selau	

13	216
O patronato agrícola visconde de São Leopoldo e o atendimento aos menores órfãos e desvalidos (1944 – 1960)	
Maurício Pereira	

Seção 03
Memórias e Acervos Pessoais

- 14** 239
Francisco Rodolfo Simch (1877-1937): uma concepção de Vila Operária no projeto de Mineração de Carvão em Viamão, no Rio Grande do Sul (1919)
Alice Marc
- 15**254
“Com a finalidade de preservar para as gerações vindouras”: origem, formação e materialidades do acervo Benno Mentz
Rosângela Cristina Ribeiro Ramos

Seção 04
Acervos Sacros e Patrimônio Missionário

- 16** 269
Memória e patrimônio religioso: a importância da preservação de materiais religiosos dos Sécs. XIX e XX como história eclesíástica do sul do Brasil
Gabriel Azevedo de Oliveira
Denise Maria Schnorr
- 17** 283
Roque Gonzáles de Santa Cruz: uma proposta de pesquisa
Jefferson Aldemir Nunes
- 18** 294
A “conquista espiritual” de António Ruiz de Montoya sob a perspectiva da filosofia e da história
Schaiane P. Bonissoni
- 19** 305
Do temporal ao espiritual: as relações com o rei de Portugal reveladas na narrativa de Francisco Xavier
João Vitor Santos
- 20**..... 328
Serviço doméstico e devoção: experiências sociais de controle e agência dos criados na Vila de Cachoeira (segunda metade do XIX)
Giovana de Oliveira Silva
Luana Batista Amaral

Seção 05
Fontes Memória e Patrimônio

21.....	345
Justiça republicana e criminalidade nas regiões de colonização europeia do Rio Grande do Sul (1890-1920)	
Carolina Wendling Rodrigues	
22.....	361
O uso de diferentes fontes no estudo do conselho municipal dos direitos da criança e adolescente de Novo Hamburgo	
Bárbara Birk de Mello	
Márcia Blanco Cardoso	
23.....	383
Fundo documental ciranda musical teuto-rio-grandense: espaço dedicado à pesquisa e à preservação	
Elaine Smaniotto	
24.....	396
Etiquetas de livrarias: fontes para memória	
Márcia Della Flora Cortes	
Joao Fernando Igansi Nunes	
25.....	417
Memória e patrimônio indígena no nordeste do Rio Grande do Sul	
Ranieri Hirsch Rathke	
26.....	431
Em busca da ciudad encantada de los cesares: roteiros de viagens austrais	
Micaela Colombo	
27.....	444
Graça Aranha e as lendas nacionais	
Débora Priscila Graeff	

Uma breve apresentação: a trajetória dos *Ofícios de Clio*

Ângela Beatriz Pomatti
Luciana da Costa de Oliveira
Marcelo Vianna

No ano de 2007, o GT Acervos: História, Memória e Patrimônio da ANPUH/RS completavam dez anos de existência. Nessa primeira década de atuação, ao congregar diversos profissionais da área de História do Rio Grande do Sul, o GT empreendeu importantes ações em prol da preservação e divulgação dos acervos e do patrimônio histórico – um dos mais notáveis exemplos do período foi o primeiro Guia de Acervos de Porto Alegre, organizado por Manolo Cachafeiro, Claudira Cardoso e Marco Tramontini no ano de 2002.

Para marcar os dez anos, realizou-se no dia 14 de dezembro de 2007, o primeiro evento *Dos Ofícios de Clio - Memória e Patrimônio*, no Auditório da Justiça Federal. Reunindo especialistas da matéria para discutir problemas e metodologias relacionadas ao campo do patrimônio e da memória, o evento se propôs, também, a pensá-los como área de atuação. A fala de abertura, feita pela Profa. Dra. Sandra Jatahy Pesavento, trouxe tais questões para iniciar o debate.

A experiência deste evento foi surpreendente e, três anos depois, em novembro de 2010, foi organizada a sua segunda edição: *Dos Ofícios de Clio II: limites e desafios da multidisciplinaridade*. Neste, foram discutidos abordagens e temas diversos que perpassam as fronteiras do trabalho do historiador, bem como os diferentes espaços de atuação, de pesquisa, de acesso e de preservação dos acervos históricos. Nesse sentido, a fala de

abertura realizada pela Profa. Dra. Maria Cristina Bruno, intitulada *O ofício do historiador e sua interlocução com outras áreas do conhecimento* buscou, desde o início, trazer as problemáticas propostas aos participantes. Ainda nesta edição, houve espaço destinado à apresentação de trabalhos e pesquisas realizadas sobre o tema.

A partir de 2012, com a realização do *Dos Ofícios de Clio III: História e Usos da Memória*, a coordenação do GT Acervos objetivou torná-lo um evento que tivesse certa frequência, fosse ela anual ou bienal. Assim, em junho de 2012, no Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul, além da fala de abertura realizada pela Profa. Dra. Elisabete da Costa Leal, essa edição contou, também, com falas de profissionais, apresentação de trabalhos e oficinas sobre meios de busca e pesquisa histórica para exposições.

Dando sequência à frequência proposta, e exatos um ano depois, em junho de 2013, tinha vez *Dos Ofícios de Clio IV: Educação para o patrimônio*, ocorrido no Auditório Oswaldo Goidanich, no Memorial do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Nessa edição se objetivou discutir abordagens e temas diversos que perpassassem os conceitos de educação e patrimônio, estando estes temas relacionados aos diferentes espaços de preservação. A conferência de abertura, intitulada *Educação para o patrimônio: o papel das universidades*, foi realizada pela Profa. Dra. Janice Gonçalves.

A partir do ano de 2015, quando se realizou *Dos Ofícios de Clio V: Patrimônio e Diversidade Cultural*, o evento tornou-se, então, bienal, característica que mantém até os dias de hoje. Este, que ocorreu no Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul, contou com a fala de abertura intitulada *Do singular ao plural: as idiossincrasias do patrimônio cultural*, realizada pela Profa. Dra. Sandra Pelegrini.

A partir da sexta edição, que teve vez em 2017, o GT Acervos buscou instituir um espaço de discussão entre historiadores, museólogos, arquitetas e demais interessados em debater o uso e a preservação de documentos, acervos e locais de memória em suas pesquisas. No *VI Ofícios*

de *Clio - Pesquisadores, Acervos e Espaços de Memória*, pela primeira vez, se pôde contar com o apoio e parceria de outros GTs da ANPUH/RS, especialmente o GT História da Educação e o GT Estudos Étnicos e Migrações.

A última edição realizada, ocorrida em outubro de 2019, o evento *Dos Oficinas de Clio* se propôs debater, em vista de muitos acontecimentos nacionais e internacionais, os riscos que sofrem nosso patrimônio e, por conseguinte, nossa memória. Com o tema *Patrimônio e memória em risco: os desafios do século XXI*, se buscou congregar discussões e promover o debate acerca da situação dos bens culturais, sejam eles materiais ou imateriais, bem como suas dinâmicas e relações. Em um momento onde a história e a memória parecem temas tão caros, o *GT Acervos: História, Memória e Patrimônio* em parceria com o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, buscaram problematizar os riscos que correm o patrimônio e a memória quando se vivenciam tempos de apagamentos e esquecimentos.

Essa edição, que ocorreu nas dependências da Unisinos, contou com a presença de um público expressivo. Este, que participou ativamente das discussões, o pôde fazer através da apresentação de suas pesquisas em nove simpósios temáticos e, também, por meio da oficina *Desvendando o Arquivo Público: relações de gênero e história* realizada pela equipe do Arquivo Público do RS.

E foi justamente pensando na grande variedade das pesquisas apresentadas no *Dos Oficinas de Clio VII*, bem como na possibilidade do estabelecimento de diálogos entre temas de grande relevância para os estudos acerca de fontes e acervos, que o *GT Acervos* está propondo a organização de dois *e-books* com os textos elaborados pelos pesquisadores que participaram do evento. Dado o grande número de trabalhos enviados, e para que possamos apresentá-los através de grandes temas, a organização de dois volumes pareceu ser bastante interessante.

Neste primeiro volume intitulado *Oficinas de Clio - Experiências de memória e patrimônio*, buscamos lembrar a temática do primeiro evento

e, ainda, congregar artigos afins. Aqui serão contemplados os artigos e trabalhos apresentados originalmente nos seguintes simpósios temáticos: Espaços de Memória e Patrimônio; Educação Patrimonial e História da Educação; Memórias e Acervos Pessoais; Acervos Sacros e Patrimônio Missionário; Fontes Memória e Patrimônio.

Os artigos reunidos em *Espaços de Memória e Patrimônio*, mesmo apresentando temáticas bastante específicas, têm como seus pontos de encontro os riscos que a memória está exposta e a preservação do patrimônio cultural. Amanda Basilio dos Santos problematiza o apagamento da memória através do estudo de cemitérios, enquanto João Paulo Passos e Fernando Giovanaz o fazem através da análise do Museu do Trem. Já o trabalho de Jairo Rogge, Pedro Ignácio Schmitz e Dagoberto Alvim Clos, afora ter a mesma preocupação, pontua, ainda, o perigo que corre o patrimônio em determinados espaços e circunstâncias, como é o caso das estâncias de Uruguaiana. Por outro lado, pontuando questões alusivas à preservação patrimonial, temos os textos de Jeaniny Silva dos Santos, o de Julia Maciel Jaeger e Zita Rosane Possamai e o de Renan Pezzi apontando, respectivamente, o IPHAN como agente de preservação, o museu como espaço de consagração de memória e as ferrovias como importante patrimônio para o turismo regional. Já Maria José Alves e Cinara Vargas abordam um importante processo de descolonização do Museu Júlio de Castilhos, analisando como um artefato museológico (cadeirinha de arrear) é documentado e apresentado publicamente, de modo a restituir um protagonismo aos negros na História do Rio Grande do Sul. Por fim, apresentamos, ainda, a pesquisa de Ângela Beatriz Pomatti que, afora analisar os materiais do acervo do Museu de História da Medicina do RS, elabora a trajetória de um deles e evidencia como foi transformado de sucata em musealia.

Em *Educação Patrimonial e História da Educação*, pesquisas de diversos matizes foram apresentadas. Do campo da educação patrimonial, temos os textos de Bibiana Schiavini Toniazzo e Marta Rosa Borin, bem

como o de Sandra Cristina Donner e Jéssie Greisen de Abreu, ambos pensando a produção de material didático a partir de diferentes acervos. Por outro lado, observando as especificidades da História da Educação, Eduardo Cristiano Hass da Silva e Martyelle Carvalho de Espíndula analisam as potencialidades de um acervo histórico-escolar bem como a produção de livros de ensino de matemática entre os anos 1950 e 1960. Seguindo a esteira de tal pensamento, Gabriela Passos Selau e Maurício Pereira observam, em seus artigos, a forma com a qual a educação cívica circulava na Revista de Ensino do RS e de que maneira atuou o Patronato Agrícola de São Leopoldo no atendimento aos órfãos e desvalidos.

As pesquisas acerca das *Memórias e Acervos Pessoais* explorou não apenas os arquivos propriamente ditos, mas sobretudo a relevância da memória pessoal de determinados indivíduos para o fazer historiográfico. É o caso, por exemplo, do trabalho de Alice Marc que, ao problematizar as concepções de vila operária, analisa a trajetória do Engenheiro de Minas Francisco Rodolfo Simch. Voltada à perspectiva dos acervos pessoais, Rosângela Cristina Ribeiro Ramos pontua não apenas a origem, mas a formação e a materialidade do Acervo Benno Mentz.

Em *Acervos Sacros e Patrimônio Missioneiro*, foram problematizadas questões mais específicas sobre fontes eclesíásticas e/ou patrimônio missioneiro. Neste, trabalhos voltados à preservação de objetos sacros para o ensino de história eclesíastica no sul do Brasil é apresentado por Gabriel Azevedo de Oliveira e Denise Maria Schnorr. Por sua vez, personagens como Roque González de Santa Cruz, António Ruiz de Montoya e Francisco Xavier são analisados respectivamente por Jefferson Aldemir Nunes, Schaiane P. Bonissoni e João Vitor Santos em artigos que exploram trajetórias e relações sociais estabelecidas por estes indivíduos. Do ponto de vista das fontes eclesíásticas, Giovana de Oliveira Silva e Luana Batista Amaral analisam a relação entre devoção, serviços domésticos e experiências sociais de escravizados, livres, nacionais ou estrangeiros na Vila de Cachoeira, Rio Grande do Sul, nos anos 1880.

Por fim, *Fontes Memória e Patrimônio* contemplou um grande e diversificado número de trabalhos. Atentando aos aspectos jurídico-sociais das fontes e dos acervos, Carolina Wendling Rodrigues observa as os problemas de justiça e criminalidade nas regiões de colonização europeia no Rio Grande do Sul, ao passo que Bárbara Birk de Mello e Márcia Blanco Cardoso problematizam as fontes que podem ser utilizadas no estudo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Novo Hamburgo. Especificamente sobre os usos e potencialidades dos acervos e fontes, temos o trabalho de Elaine Smaniotto, que apresenta a viabilidade de trabalho junto ao fundo documental *Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense*, e o de Márcia Della Flora Cortes e João Fernando Igansi Nunes acerca das possibilidades de pesquisa através de etiquetas de livrarias. Por fim, pensando a questão indígena e também a literatura como fonte de estudo, apresentamos os textos de Ranieri Hirsch Rathke, que analisou a memória e o patrimônio indígena na região noroeste do Rio Grande do Sul, o de Micaela Colombo, que apresenta os mitos como elemento importante para a conquista e colonização espanhola na América e ainda, o de Débora Priscila Graeff acerca de fontes literárias, especialmente os usos das lendas nacionais por Graça Aranha.

Com essa gama de textos que abordam a multidisciplinaridade da Memória e do Patrimônio, buscamos possibilitar discussões e debates sobre a temática. Desejamos a todos uma boa leitura.

Seção 01

Espaços de Memória e Patrimônio

Cemitérios: lugares de memória ou de memórias em risco?

Amanda Basilio Santos ¹

Introdução

Este trabalho é parte da pesquisa em desenvolvimento no doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP-UFPEL). Este trabalho intenciona realizar o levantamento e a análise da iconografia de monumentos tumulares infantis de crianças falecidas até os sete anos de idade, e erguidos no Rio Grande do Sul entre os séculos XIX e XXI, focando na análise de monumentos dos quatorze municípios mais antigos do Estado. A análise será composta pelo estudo dos elementos fotográficos e escultóricos, assim como do epitáfio e dados biográficos dos objetos, que compõe o monumento funerário.

Ainda em fase inicial de desenvolvimento, este artigo focará em questões relativas ao estado de preservação cemiterial na contemporaneidade. A experiência moderna com a morte vem separando os mortos dos vivos drasticamente desde o século XVII, junto com as preocupações sobre salubridade e o aumento da demografia urbana que pode ser entendida tanto entre a classe dos vivos e dos mortos. Com a separação cemiterial do espaço urbano e/ou de convívio social, como era marcado nos cemitérios adjuntos ao terreno das igrejas, vemos também uma modificação nos cultos e no luto, no modo de viver a experiência mortuária. Os cemitérios

¹ Doutoranda PPGH - UFRGS; Doutoranda PPGMP - UFPEL; amanda_hatsh@yahoo.com.br

contemporâneos, embora guardiões de história, memória e patrimônio, são constantemente depredados e conforme as gerações vão deixando de ter vínculos aos mortos já sepultados em tempos remotos e sem atributos memoriais efetivos com os descendentes, vão sendo abandonados ao des-caso e ao esquecimento. Portanto, nos perguntamos: locais de memória ou de esquecimento?

Muitos cemitérios brasileiros encontram-se em estado de depauperação contínua, de modo que todo dia se perde materialidade, e com ela se dissipa um registro histórico e memorial de variados períodos históricos. A situação dos espaços cemiteriais possuem uma complexa conjuntura social e econômica que acarretam no cenário atual de ampla depredação, seja ela deliberada, fruto de mazelas sociais ou proveniente do abandono e da ação do tempo. Podemos acompanhar por todo o país as notícias que apontam para essas duas formas de perdas. Tais situações podem ser contornadas? Esta realidade que se abate sobre os espaços de enterramento serão o derradeiro fim destes locais?

Afastamentos? O(s) lugar(es) dos mortos e o(s) lugar(es) dos vivos

Em fato, o espaço dos mortos e a forma de vivenciar a morte e com eles repartir da paisagem urbana se alterou significativamente a partir do século XVIII, por conta de políticas de higienização e de um novo modo de interpretação do luto. As formas de vivenciar a morte e o luto da sociedade contemporânea se dão em um ritmo muito mais solitário e acelerado do que encontramos no período medieval, por exemplo. Durante o medievo a prática do luto era compartilhada e vivenciada em uma série de ritos religiosos e memoriais, de modo comunitário, e paliativo. A constância da presença dos mortos se dava pela sua memória, ritualizada liturgicamente, em doses que lentamente levavam ao afastamento da dor da perda e a aceitação comunitária da partida, mas também se dava pela presença física do falecido, que compartilhava do espaço de sua congregação, nos cemitérios adjuntos às igrejas.

Atualmente, os mortos têm o seu espaço bem delimitado pelos muros dos cemitérios municipais e privados e os vivos não precisam com eles compartilhar o seu cotidiano, a não ser que assim desejem. O luto é instigado a ser vivido do modo mais passageiro possível, acompanhando o ritmo da vida moderna que não cessa ou pausa para a perda. Artíficos industrializados como as flores de plásticos são o álibi para manter a aparência de simpatia com os mortos, sem a necessidade da presença dos vivos para a manutenção das flores. E assim a lembrança em torno da perda é acelerada e justificada, e o luto e o sofrimento agora são vividos no interior nuclear das casas, ou extrapolado de modo pontual por meio dos recursos digitais que demonstram a empatia efêmera que acompanha a velocidade dos conteúdos midiáticos.

Acompanhando este novo luto e este novo lugar dos mortos, temos a transformação dos cemitérios em locais agora com data marcada e motivo para visita. O cotidiano de um espaço-tempo compartilhado organicamente entre os vivos e os mortos no Ocidente é encerrado com o afastamento dos locais de enterramento.

Todas estas transformações de sociabilidade entre os que aqui estão e os que já se foram, mostram que o cemitério é um espaço dinâmico, construído socialmente. As formas de vivências dentro deste local são definidas pela presença obrigatória dos mortos e relações fluidas dos vivos dentro deste espaço. Em determinados locais, como o famoso caso do Cemitério de Manila, nas Filipinas, o domínio dos mortos é invadido pelo cotidiano da vida dos vivos, ao passo que a crise de moradia leva milhares de pessoas a ocuparem o espaço cemiterial como sendo sua residência. Deste modo as tarefas domésticas e do contexto do lar tomam esta paisagem, se mesclam a ela, e novos usos são atribuídos a mausoléus e tumbas. As atividades rotineiras, desde brincadeiras de crianças ao preparo do alimento, são divididas com a constante presença da morte. Neste cenário há um retorno. No medievo transações comerciais, casamentos, festas, batismos eram realizados com os mortos logo ao lado. Aqui, por conta de uma profunda crise social, os mortos retornam ao panorama dos vivos.



Figura SEQ Figura * ARABIC 1: Fonte: Daily Mail UK. Disponível no link: <https://www.dailymail.co.uk/news/article-3080059/Living-dead-shanty-town-created-Philippine-cemetery-s-home-6-000-people-school-transport-system.html>. Acessado pela última vez em 12 de outubro de 2019.

Para além de uma possibilidade de moradia, os cemitérios são para estas famílias o potencial econômico de seu sustento, dado que a manutenção que os mesmos dão aos túmulos e mausoléus são remunerados pelas famílias dos mortos, gerando um mercado de manutenção informal.

Esta situação, todavia, já se coloca como uma realidade, em uma escala muito reduzida, no Brasil, em cemitérios de São Paulo e Porto Alegre. Com o crescimento desta realidade em nosso país, resta pensar em quais potenciais financeiros os cemitérios podem render aos seus novos habitantes inesperados. Na ilegalidade, a espoliação de materiais dos túmulos é um cotidiano dos ambientes cemiteriais, onde metais e pedras são furtados continuamente, contribuindo assim ao cenário de abandono e desolação. Ao passo que o poder público e privado alega incapacidade de investimentos para a preservação destes ambientes, e os laços familiares, que com o passar das gerações, vão se dissolvendo junto da memória, levando a um abandono gradativo das construções tumulares. Estes exemplos, infelizmente, não são raros, como o que vemos abaixo, na *Figura 2*.



Figura 2: Túmulo no Cemitério Ecumênico São Francisco de Paula, Pelotas/RS. Sinais de furto e perda material. Não é possível identificar, pelo túmulo, o(s) indivíduo(s) ali sepultado(s). **Fonte:** Autora. Fotografado no mês de outubro de 2019.

Basicamente, podemos dizer que o espaço cemiterial é o que a sociedade dele faz, são os usos, os ritos, as práticas de convivência que podem surgir fora do esperado ou planejado em sua construção. Um espaço dos mortos que é definido pelos vivos, e por eles é constantemente alterado. Os locais dos sujeitos sociais, mesmo os mortos, não é estático, mas sim fruto de interações e determinações socioculturais, assim como determinações legais.

Deste modo, podemos e devemos pensar nos cemitérios como estes locais dinâmicos, frutos das relações e imaginários sociais. A configuração atual estabelecida com uma separação artificial entre os mortos e os vivos não é algo dado naturalmente, mas sim construídos no decorrer de séculos de políticas públicas e práticas rituais de enterramento e vivência do luto. Ergo, o uso(s) do espaço cemiterial e suas instâncias materiais e imateriais,

também são frutos destas construções, e podem (e vão) alterar-se com as necessidades sociais.

Ressignificando o espaço cemiterial: atividades turísticas e patrimoniais

Atividades lúdicas envolvendo o ambiente cemiterial estão sendo cada vez mais desenvolvidas no âmbito patrimonial e universitário. Projetos como Museu a Céu Aberto², promovido pelo Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF) e pelo Arquivo Históricos de Passo Fundo (AHR-PPGH/UPF), no Cemitério Vera Cruz, em Passo Fundo, ressaltam a importância destes locais enquanto patrimônio histórico-cultural, considerando as questões relevantes ao turismo cultural. Todavia, no Brasil, o turismo macabro, que não se alicerça centralmente nos aspectos históricos, mas sim a experiência emocional, que envolvem o risco dos locais visitados, a decadência e/ou amedrontamento pelos espaços de visitação, ainda são incipientes.

Como no projeto acima citado, estabeleceu-se nas explorações e visitas pelos cemitérios uma busca pela História e beleza estética que estes locais oferecem, tendo o foco principalmente nas exuberantes construções e esculturas (*Figura 2*), onde ideais estéticos clássicos patrimoniais ainda são vistos, valorizando-se quase que exclusivamente os grandes monumentos familiares, as construções em mármore com tradição clássica, são os mais procurados, criando um roteiro onde a busca pela história está intimamente atrelada a uma valoração estética, limitada pelo patrimônio estabelecido pelas linhagens familiares locais dominantes economicamente, que acabam por dominar o roteiro e a narrativa histórica destas atividades. Em semanas patrimoniais municipais, onde o cemitério é incluído nas atividades programadas, esta é uma abordagem dominante.

² Guia de Visitação do projeto disponível no link: https://www.upf.br/uploads/Conteudo/ahr/2018_GUIA%20DE%20VISITACAO.pdf, acessado pela última vez em 15 de outubro de 2019.

Contudo, neste mesmo espaço onde nos deparamos com estas figuras ilustres locais, com sua memória dominando o horizonte cemiterial na proporção da grandeza de sua construção tumular, ignoramos uma série de sujeitos, histórias, estéticas e memórias. Muitos destes já possuem sua morada final em estado fragmentário, despido de seus detalhes decorativos ou identificadores, e ao passo que seus nomes estão perdidos, suas ossadas estão à mostra, em seu túmulo violado e depredado, envoltas em lixo, abandono e descaso (*Figura 3*).



Figura SEQ Figura * ARABIC 2: Túmulos no Cemitério Ecumênico São Francisco de Paula, Pelotas/RS.

Fonte: Autora. Fotografado no mês de outubro de 2019.

Uma forma de lançar luz sobre estes elementos abandonados e facilmente ignoráveis dentro dos muros cemiteriais, para além das intervenções de objetivo patrimonial, é o desenvolvimento do turismo macabro.

Considerando que a experiência emocional é um fator central da atividade turística ligado ao macabro, esta deve estar em primeiro plano ao estabelecer mecanismos atrativos aos visitantes desta linha turística. Deste modo, o turismo cemiterial usual, que inclui um guia focando em fatores históricos biográficos ou em análises pontuais de iconografia cemiterial podem ser desapontadoras ou não atraentes para este público. Possibilitar

uma experiência ao invés de uma visita guiada é fulcral ao estabelecer uma rota de turismo macabro. Uma possibilidade que aqui apontamos é a realização controlada de acampamentos noturnos intramuros cemiteriais, proporcionando um ambiente com iluminação, sonoridades e locais de trânsito turístico controlado para criar uma atmosfera emocional, estabelecendo uma vivência com o ambiente de enterramento.

Esta proposta caminha em linha semelhante a um projeto turístico inusitado iniciado em 2015 na Inglaterra, denominado como *Champing*³, iniciado em 2015, e que basicamente promove acampamentos noturnos dentro de igrejas medievais, para a vivência da atmosfera. Um uso turístico, que acarreta no levantamento de verba para conservação do patrimônio eclesiástico inglês, administrado pelo *Churches Conservation Trust*⁴, pode parecer ofensivo para algumas pessoas em um primeiro contato, pois transforma e reconfigura os usos de um local de culto religioso, proporcionando experiências não necessariamente conectadas ao divino e a religião, todavia, nos mostra as modificações que o patrimônio sofre ao longo do tempo, remodelando-se ao seu tempo e junto com o ganho econômico está auxiliando na preservação do patrimônio histórico inglês.

Os cemitérios, tais como as igrejas, ou qualquer bem patrimonial ou cultural, depende de uma fonte econômica para a sua existência e manutenção. Ao enfrentar a crise para a preservação das igrejas medievais e a relação de recursos oriundos dos órgãos de financiamento, que se constituem por uma ótica muito diferente daquela que encontramos no Brasil⁵, as igrejas inglesas buscaram outras ferramentas de usos destes espaços de

³ Maiores informações disponíveis em: <https://www.worldtravelguide.net/features/feature/camping-in-englands-churches-2/>, acessado pela última vez em 12 de outubro de 2019. Reportagem BBC: <http://www.bbc.com/travel/story/20170224-the-medieval-churches-you-can-camp-in>, acessado pela última vez em 12 de outubro de 2019.

⁴ Site: <https://www.visitchurches.org.uk/>, acessado pela última vez em 13 de outubro de 2019.

⁵ Uma das principais preocupações que podemos ver no guia lançado pelo *English Heritage* (BRUCE-LOCKHART, 2008) é a preocupação com a gestão econômica dos bens patrimoniais. É essencial que existam políticas que permitam que o patrimônio em si, enquanto um bem tangível e social, gere uma renda para sua manutenção, boa parte desta renda está vinculada às atividades turísticas e educativas que são associadas ao patrimônio histórico. Deste modo, é destacado que as políticas patrimoniais devem sempre levar em consideração seu potencial econômico. Maiores informações a respeito podem ser obtidas no site: <https://www.english-heritage.org.uk/>, acessado em 12 de novembro de 2019.

culto, assim os ressignificando, ao mesmo tempo que respeitam sua função original. A política patrimonial inglesa valoriza estas atividades ao passo que a verba governamental representa uma parcela muito pequena nas políticas patrimoniais (14% dos valores totais investidos na manutenção patrimonial no país⁶). Ao mesmo tempo que a verba que parte do governo é muito pequena no total investido, o direcionamento deste investimento é posto nos bens patrimoniais considerados de maior prestígio histórico/patrimonial, normalmente sendo direcionado aos grandes bens patrimoniais e arqueológicos, segundo parâmetros internos dos órgãos de conservação de classificação deste patrimônio nacional.

Assim sendo, o *income* para a preservação e intervenções restaurativas partem, em sua esmagadora porcentagem na Inglaterra, de agentes privados ou de valores arrecadados por iniciativas turísticas/econômicas desenvolvidas no próprio bem patrimonial. Isso envolve tanto os profissionais diretamente envolvidos nas práticas preservativas, quanto a comunidade onde estes bens estão alocados, pois é a envolvendo que é possível financiar a manutenção e sua existência. Portanto, comunidade e patrimônio são intercambiáveis, e um é essencial para a manutenção do outro. Pensar políticas turísticas, patrimoniais e comunitárias não é algo inédito, pois é a base de toda a obra de Varine (2013), assim como de praticamente todas as atividades turísticas inglesas, todavia, não é algo comumente empregado (ou bem visto) em projetos no Brasil. Explorar a Cultura economicamente é fundamental para sua manutenção, mas nem sempre apreciado.

O mesmo aqui pode e deve ser pensado ao ambiente cemiterial, que como vimos ao exemplo do cemitério de Manila, também se altera em acordo com as necessidades sociais, modificando profundamente as relações estabelecidas entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos, tão

⁶ Os valores que constituem a receita para conservação e ampliação de políticas patrimoniais na Inglaterra constituem-se em 66% de renda gerada através das ações econômicas promovidas através dos usos dos patrimônios e da venda de material comercial (*Self generated income*); 20% de subvenção de capital oriunda de doações institucionais, governamentais e privadas (*Capital grant*) e 14% de financiamento governamental, dos quais o *English Heritage* pretende encontrar-se independente até 2020 (*Government funding*). Maiores informações a respeito podem ser obtidas no site: <https://www.english-heritage.org.uk/>, acessado em 12 de novembro de 2019.

flexíveis quanto a Cultura. Segundo Prats (2006) o patrimônio não é um fato congelado no tempo, e não deve ser visto como algo dado naturalmente, mas sua adaptação às necessidades e realidades sociais sim é natural, e deve ser entendida dentro dos processos de construções sociais, fruto de discursos e das mais variadas conjunturas socioculturais.

Deste modo, podemos e devemos pensar nos cemitérios como estes locais dinâmicos, frutos das relações e imaginários sociais. A configuração atual estabelecida com uma separação artificial entre os mortos e os vivos não é algo dado naturalmente, mas sim construídos no decorrer de séculos de políticas públicas e práticas rituais de enterramento e vivência do luto. *Ergo*, o uso(s) do espaço cemiterial e suas instâncias materiais e imateriais, também são frutos destas construções, e podem (e vão) alterar-se com as necessidades sociais.

Considerações finais

O patrimônio não é comunitário enquanto não atende e não serve à comunidade. Não é representativo de identidades enquanto não há identificação com o preservado. Preservar baseado em conceitos meramente estéticos ou idealísticos ligado à uma função utópica não atende às necessidades sociais e apenas cristaliza uma concepção academicista do que o patrimônio deveria vir a ser. O turismo cemiterial baseado na narrativa de um roteiro marcado na última morada de uma casa senhorial fúnebre, exuberante esteticamente, grandiosa na ocupação espacial, na verdade oculta a história da maior parte dos sujeitos sociais que ali também jazem dividindo o mesmo espaço, todavia sob o esquecimento constante. O cemitério não é um local de memória se o esquecimento e o abandono acompanham o passo curto das gerações e os laços frágeis da memória individual, acompanhado por uma narrativa histórica positivista dos grandes personagens. Estabelecer outras formas de convívio entre os vivos e os mortos e a experiência de compartilhamento do espaço cemiterial é

uma possibilidade, para além de econômica, é uma forma de visibilizar outras memórias ali contidas.

Propor modificações dos usos destes espaços, e aceitar (desprovido dos idealismos de congelamento patrimonial) que estas modificações ocorram (pois elas já ocorrem) abrem possibilidades para novas políticas econômicas e turísticas, explorando inclusive locais onde tradicionalmente estas não são aplicadas. Além de ser uma fonte econômica para as políticas patrimoniais, políticas turísticas - que não devem estar restrita a nossa proposta de turismo macabro focado nos cemitérios - são formas de complementação econômica para as comunidades locais, movendo diversos setores que não tem conexão inicial direta com o bem patrimonial (LEONES, 1995; ARDAHAEY, 2010). Não basta tombar, inventariar, é preciso que a sociedade se aproprie dos espaços patrimoniais, cemitérios inclusos.

Referências

- ALMEIDA, M. D. G. D. Itinerários da memória: o cemitério como espaço de recordação - roteiros e trajetos. *Anais do XXI Encontro Regional de História*, Minas Gerais, 2018. 1-10.
- ARDAHAEY, F. T. Economic Impacts of Tourism Industry. *International Journal of Business and Management*, 6, n. 8, 2010. 206-215.
- BRUCE-LOCKHART, L. (Ed.). *Conservation Principles, Policies and Guidance: For the sustainable management of the historical environment*. Londres: English Heritage, 2008.
- CHANG, T.-Y. Dark Tourism: The Effects of Motivation and Environmental Attitudes on the Benefits of Experience. *Revista Internacional de Sociología (RIS)*, 72, n. 2, 2014. 69-86.
- DARK Tourism: The Attraction of Death and Disaster. *Annals of Tourism Research*, 29, n. 4, 2002. 1188-1189.

- DEUTSCH, B. *Tourists' motivations for egaging in Dark Tourism: case study of Apartheid memorials in South Africa*. Vienna: Modul Vienna University, v. Tese de Bacharelado submetida ao Programa em Business Administration in Tourism and Hospitality Management, 2014. 70 p.
- FOLEY, M.; LENNON, J. J. JFK and Dark Tourism: A Fascination With Assassination. *International Journal of Heritage Studies*, v. 2, p. 198-211, 1996.
- LEONES, J. *Tourism Trends and Rural Economic Impacts: consumer Profiles & Tourism Trends*. <http://ag.arizona.edu/arec/pubs/dmkt/TourismTrends.pdf>, Online, 1995.
- MINIC, N. Development of Dark Tourism in the Contemporary Society. *J. Geogr. Inst. Cvi-jic.*, 62, n. 3, 2012. 81-103.
- NIEMELÄ, T. *Motivation Factors in Dark Tourism. Case: House of Terror*. [S.l.]: The Faculty of Tourism and Hospitality, v. Tese de Bacharelado apresentada ao Programa de Tourism and Hospitality Management Nature and Soft Adventure Tourism, 2010. 43 p.
- PRATS, L. La mercantilización del patrimonio: entre la economía turística y las representaciones identitarias. *Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, 58, 2006. 72-80.
- VARINE, H. D. *As Raízes do Futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. 1ª Reimpressão. ed. Porto Alegre: Medianiz, 2013.
- YUILL, S. M. *Dark Tourism: understanding visitor motivation at sites of death and disaster*. Universidade do Texas: [s.n.], v. Dissertação de Mestrado em Ciência. Texas A&M University, 2003.

Museu do trem de São Leopoldo: o apagamento da memória ferroviária gaúcha

*João Paulo Passos*¹

*Fernando Giovanaz*²

No presente artigo, discorreremos, a partir dos objetivos e as questões teóricas e metodológicas da consolidação do Trem como meio de transporte humano e de carga no desenvolvimento social do Rio Grande do Sul, relacionando com a memória dos trabalhadores da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS) / Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), personagens centrais dessa história e o lugar de maior manifestação e preservação dessa memória, O museu do trem de São Leopoldo.

Tendo utilizado para isso algumas fontes bibliográficas para embasar a pesquisa, dentre elas o artigo “A trajetória do desenvolvimento capitalista no Rio Grande do Sul”, do doutor em economia Ronaldo Herrein Jr, o qual dialoga diretamente com os processos que levaram a formação e utilização das ferrovias e sua importância na formação periférica Industrial do Rio Grande do Sul e conseqüentemente do Estado brasileiro, busco relacionar também com a pesquisa de Celso Alegransi, “Ferroviário, trabalhista, comunista: O cotidiano de um trabalhador da VFRGS entre 1950 e 1900” onde abrange a influencia dos trabalhadores no cotidiano desse universo do férreo e sua relação com as dinâmica mais social, por meio dessas produções teóricas, relaciono com autores do

¹ Graduando em História pela UFRGS; jpcarvalho@hotmail.com

² Graduando em Museologia pela UFRGS; Fernando.giovanaz@hotmail.com

campo da memória que irão fazer a ponte dessas dinâmicas econômicas para a manifestação das mesmas no espaço do museu.

Busco em outros autores um diálogo com Herriein Jr e Alegransi com o objetivo de entender a constituição dessas dinâmicas sociais para além de criar uma visão econômica.

Nesse sentido, abordo conceitos expostos por José Reginaldo Santos, Mohammed Elhajji, Georg Simmel, Milton Santos e Pierre Nora para entender a lógica da formação de um Espaço de memória e sua emergência social, e com isso analisar as consequências, dessa política em todo Rio Grande do Sul

Uma breve história da Ferrovia no RS:

A história da formação da malha ferroviária do Rio Grande do Sul é uma representação dos esforços que a acumulação capitalista no RS, que visavam o desenvolvimento das forças produtivas tardias na dinamização econômica do Estado, definiu assim a ação econômica da região no sentido de suprir as carências de infra-estrutura com que se defrontou o processo de desenvolvimento econômico.

Já no ano de 1910, havia integração regional pelas vias fluviais e ferroviárias. O Rio Grande do Sul nesse período, intensificou o processo de colonização, estimulando a indústria local e o desenvolvimento dos transportes fluviais e ferroviários, acabando por estatizar os portos de Porto Alegre e de Rio Grande, bem como a rede ferroviária, no contexto da política realizada por Borges de Medeiros conhecida como "socialização dos serviços públicos. Deste modo, a ação econômica do Estado esteve voltada para a integração e a ampliação do mercado interno, e conseqüentemente para o fortalecimento e a diversificação da economia estadual.

O projeto desta forma visava a imigração de colonos para regiões ainda que necessitavam ser integradas, o governo estadual incrementou o setor ferroviário em direção a região norte a fim de favorecer o fluxo da

produção colonial. Era assim imprescindível, a criação de estruturas favoráveis para a conclusão desse projeto, salientando a localização estratégica geográfica, que justificava a política implantada a construção de ferrovias no Rio Grande do Sul já havia começado alguns anos antes da Proclamação da República, quase no mesmo tempo, começaram a ser construídas duas ferrovias: uma em direção a Metade Sul do estado e outra em direção à região norte do estado. A característica delas apresentava o projeto econômico que envolvia a sociedade riograndense, pois estas duas ferrovias foram construídas numa mesma época e uma ao lado da outra. O mercado regional do Rio Grande do Sul, já à partir de 1874, ganhava uma nova dinâmica com o avanço dos transportes ferroviários. Esta realidade perpetuou-se até a metade do século XX sem que nenhum fato significativo mudasse esta realidade pois a colonização alemã e italiana cria uma economia baseada na lavoura e na pequena criação no centro e norte do Estado, ao passo que no sul persiste a economia fundada na criação extensiva e em grande escala.



Figura 1 - Trecho Porto Alegre – São Leopoldo, 1874. Fonte: Museu do Trem.

Desta forma a política econômica do governo do Estado continuou direcionado-se ao incentivo às novas lavouras agrícolas, e para isto estimulou o processo de imigração, que havia começado em 1824, com os alemães e com os italianos a partir de 1870. O projeto Republicano baseava-se no pressuposto que o incremento no cultivo de novas culturas garantiria, futuramente, o desenvolvimento do Rio Grande do Sul entendendo ser esta resposta encontrada para processo de estagnação que passava a economia rio-grandense, que até então baseava-se exclusivamente na produção pecuária da Metade a Sul do Estado.

Declínio da ferrovia:

Para entendermos o processo de declínio ferroviário é necessário analisar como ocorreu em escala global o apagamento de um então pujante meio de transporte, por volta da década de 1960, a malha ferroviária brasileira chegou ao seu auge no que diz respeito a quilometragem dos trilhos. Aproximadamente 38 mil quilômetros de ferrovias espalhados pelo Brasil, mas antes mesmo desse período, o investimento em ferrovias já se encontrava em declínio, A manutenção das mesmas e atualizar as ferrovias exigia investimento público, somado aos investimentos em rodovias, as ferrovias ficaram em segundo plano. As empresas privadas e seus donos também não fizeram os investimentos necessários. Como resultado as ferrovias foram ficando cada vez mais sucateadas. O Brasil parte então para construir rodovias e as ferrovias não são restauradas, embora existisse uma grande malha ferroviária, ela não é restaurada e não é desenvolvida, ela permanece no estágio em que estava nos anos 50. Isso faz com que o desenvolvimento rodoviário vá se tornando cada vez mais importante, porque a interiorização exige a cada dia a construção de novos trechos, novas estradas e mais acesso.

Os caminhões chegaram ao Brasil com o atrativo de exigirem menos investimentos e chegarem na porta das indústrias. Enquanto isso, os ônibus começavam oferecer a facilidade irresistível ao passarem tão perto das casas, facilitando o cotidiano dos brasileiros.

As ferrovias brasileiras já em processo de sucateamento e extensivo endividamento, tiveram como solução oferecida pelo governo foi assumir a gestão dessas ferrovias. Em 1957 foi criada a Rede Ferroviária Nacional, um órgão responsável pelo comando nacional ao transporte ferroviário, as ferrovias estavam falidas, possuíam grandes problemas operacionais, necessitavam de extensivo investimento e não tinham capacidade para isso, todas tinham grandes dívidas trabalhistas com seus institutos de previdência. Então como esforço do governo federal assume este comando.

Mas a criação da rede Ferroviária Federal não resolveu os problemas do setor. Os investimentos continuaram escassos, diminuindo ano após ano. Em 1989, os recursos investidos não chegavam a um quinto dos que tinham sido investidos no início da década de 80. As ferrovias brasileiras se debruçaram assim a realidade concreta da falta de investimentos. A implantação de um sistema ferroviário pede mais recursos do que fazer uma rodovia. A economia que as ferrovias proporcionam é no consumo de combustível, que é bem menor quando comparamos com o que se gasta com caminhões.

Uma nova solução para o setor ferroviário brasileiro veio na década de 90, quando as ferrovias foram privatizadas por meio de concessões. Esse processo que aconteceu entre os anos de 96 e 98, quando a malha brasileira já tinha diminuído dez mil quilômetros sendo minimamente utilizada na atualidade como transporte de carga.

O guardião da memória, Museu do trem:

O guardião da memória ferroviária do Rio Grande do Sul, espaço central na escrita do trabalho, este capítulo tem como objetivo analisar a

forma como os moradores de São Leopoldo se relacionam com o museu e de que forma ele representa a história da ferrovia e dos ferroviários.



Figura 2 - Museu do Trem. Fonte: Arquivo do Museu do Trem.

Para analisarmos isso percebemos a mudança do regime de memória - Os lugares como autenticadores do discurso que servem de suporte de legitimação das narrativas e que necessitam de constante atualização. Segundo Milton Santos

“O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes” (SANTOS, 1996).

Portanto, o contato entre os pesquisadores e o espaço é essencial para compreender as dinâmicas entre os profissionais do museu, os habitantes leopoldenses e a melancolia local. A partir disso buscamos compreender o Museu do Trem, como esse lugar “onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história.”(NORA,1993) Criado em 1976, em uma parceria entre a RFFSA e o Museu Visconde; Em 1982, RFFSA retoma o Museu do Trem por meio do Programa de Preservação do Patrimônio Histórico e reconstrói a centenária edificação; Em 1989, a instituição foi fechada por medidas de contenção de despesas, o que gerou muita polêmica e mobilização da população; Após, em 1991, é firmado o comodato entre a RFFSA com a Prefeitura Municipal de São

Leopoldo, que passa a administrar a instituição. O acervo do Museu se divide da seguinte forma **Tridimensional**: toda a materialidade da memória ferroviária, que contempla materiais de locomotivas, carros, vagões. **Audiovisual**: cerca de 8.747 fotografias em papel, negativos de vidro e registros audiovisuais da construção da estrada de ferro em diferentes mídias. **Bibliográfico**: publicações estrangeiras e nacionais referentes aos assuntos relacionados à ferrovia, imigração alemã e a museologia. **Documental**: inclui atas, ordens de serviço, livros de registro dos funcionários, contracheques, regras de transporte de mercadorias, descrição de uniformes das diferentes funções, mapas, plantas, etc. A foto abaixo exemplifica a riqueza do acervo que a instituição abriga.



Figura 3 - Embarque Getúlio Vargas para o RJ. Fonte: Museu do Trem.

O embarque de Getúlio Vargas em direção ao Rio de Janeiro é um dos importantes acontecimentos da história política brasileira que o Museu do Trem abriga, além da imagem, uma série de telégrafos trocados entre diferentes cidades estão abrigados na instituição, já que as estações ferroviárias serviam como canal de comunicação. Desta forma, é possível dimensionar a própria importância da ferrovia na história do país.



Figura 4 - Locomotivas no pátio do museu. Fonte: Museu do Trem

Assegurando assim a dimensão do Museu como território de salvaguarda e de difusão da história da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFGRS) / Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA). Reafirmá-lo como lugar reflexivo dos diferentes espaços-tempos vinculados à memória local, regional, estadual e nacional. Trazer elementos, a partir da perspectiva do campo da memória, a idéia de apagamento/esvaziamento desse espaço, assim produzindo o esquecimento de um outrora pujante meio de transporte e de carga. Pensando o Trem como esse espaço social, que trabalha com o imaginário e a escassez de trabalhos e pesquisas na área acerca fez com que buscássemos sobre esse tema a fim de desenvolver a pesquisa. Como o projeto rodoviário não só privilegiou o automóvel, como também apagou da memória social a possibilidade da existência de outros modelos vide o próprio Trem.

Evidenciar o Museu do Trem como um catalisador parte da premissa que segundo Elhajji é

“[...]quando não se logra a conquista efetiva de territórios existenciais, ou paralelamente a esses territórios, os grupos minoritários recorrem a técnicas de elaboração de instâncias espaciais sintéticas de enunciação da subjetividade coletiva. A narrativa seletiva e qualitativa dessas instâncias permite a recomposição dos universos de subjetivação do grupo e a sua (re) cristalização enunciativa, através de um re-ordenamento simbólico-ritualístico do espaço investido”(ELHAJJI,2010)

a partir de seu importante papel dinamiza por meio de seu acervo, diversas possibilidades a fim de expressar as narrativas outrora esquecidas sobre essa tradição ferroviária e a dinâmica da vida dos atores que forjaram o fortalecimento da mesma no cenário rio-grandense.

Considerando o conceito de como é visto o museu, esse espaço de memória, descrito por Pierre Nora(1993) como sendo "onde a memória se cristaliza e se refugia", empreendemos o espaço da forma como Milton Santos(1986) enquanto um fato social, sendo produto da ação humana, que se adequa ao conceito idealizado por Georg Simmel(2006), a sociedade se constitui a partir de uma complexa rede de interação de indivíduos que tem no Patrimônio como identificamos na definição de José Reginaldo(1996) que observa o patrimônio cultural como uma alegoria visual em dois sentidos "pelo uso de meios visuais; mas, também porque, enquanto alegoria, ele ilustra e reproduz o princípio epistemológico do conhecimento como um produto do olho."

A memória seguirá viva

A partir de uma pesquisa exploratória buscamos em fontes auxiliares produzidas sobre a memória ferroviária, tendo como suporte um levantamento bibliográfico e de análise de documentos. Desenvolvendo nessa proposta a identificação do tema (memória ferroviária), ou seja, tornando esse trabalho um possível objeto de estudo ou problematização que poderá ser alvo de futuras pesquisas. Tendo em vista aproximar a comunidade científica do projeto assim como tudo o que está relacionado a ele e com o propósito de servir de objeto de consulta para sociedade como um todo.

Identificamos assim a importância da Estação Ferroviária dentro do contexto de desenvolvimento urbano; Investigando a produção bibliográfica ligada à ferrovia no intuito de conhecer as memórias ligadas ao espaço, com intuito de evidenciar os vestígios do passado; Compreendendo assim a importância da ferrovia para desenvolvimento do estado Rio-grandense.

Examinamos os motivos que levaram ao abandono do projeto ferroviário Gaúcho.

O que desenvolvemos de forma breve ao longo deste trabalho é apenas o princípio de uma pesquisa que deve ter um folego maior, no entanto, acreditamos que este texto possa despertar o interesse de demais pesquisadores pela memória ferroviária. O que fizemos aqui foi apenas apresentar de forma geral o museu e a ferrovia, uma série de recortes podem ser feitos com esta temática, a partir do Museu do Trem, que guarda um vivo acervo acerca da ferrovia gaúcha.

Referências

- ALEGRANSI, Celso. **Ferrovário, trabalhista, comunista**: O cotidiano de um trabalhador da VFRGS entre 1950 e 1900, UFRGS, 2009.
- ELHAJJI, Mohammed. **Culturas em Trânsito**: patrimônio imaterial, memória e espaço, Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST 1, 2010.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.
- HERRIEIN JR., Ronaldo. A trajetória do desenvolvimento capitalista no Rio Grande do Sul, **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.23, número Especial, p.645-668, 2002.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Trad. Yara Khoury. Projeto História, São Paulo: PUC-SP, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais de sociologia**: Indivíduo e Sociedade. Trad. Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

As estâncias de Uruguaiiana: memória e patrimônio em risco

*Jairo Henrique Rogge*¹

*Pedro Ignacio Schmitz*²

*Dagoberto Alvim Clos*³

O município de Uruguaiiana tem longa história na criação de gado. Ela está ancorada em estruturas edificadas, em memória transmitida entre gerações e em elaborações impressas. Ante o risco de se perder este patrimônio frente à modernização das instituições do campo, à mobilidade de seus proprietários e trabalhadores e a perda de referência do passado para esses novos habitantes, surge a necessidade de seu registro sistemático, a avaliação histórica de sua importância para os moradores do município e a possibilidade de implementação como atração de turistas. Os elementos materiais e sociais para essas tarefas são significativos, abundantes e ainda bastante conservados. Contrariamente ao que aconteceu na margem direita do rio Uruguai, onde esses testemunhos foram muito afetados, quando não completamente destruídos, nas guerras das independências, nas primeiras décadas do século XIX, no lado brasileiro os testemunhos de épocas anteriores foram sendo incorporados aos empreendimentos novos que foram surgindo. Algumas construções antigas continuaram sendo

¹ Doutor em História; Universidade do Vale do Rio dos Sinos; rogge@unisinos.br

² Livre-Docente em História; Universidade do Vale do Rio dos Sinos; anchietano@unisinos.br

³ Licenciado em História; Prefeitura Municipal de Uruguaiiana; defenderuru@gmail.com

ocupadas por sucessivos proprietários, se transformaram em dependências de construções posteriores; algumas foram abandonadas e se apresentam hoje como ruínas. O terceiro autor do presente texto havia produzido, anteriormente (CLOS, 2012), uma densa e precisa síntese destinada às escolas do município, que serve de base e roteiro na retomada da pesquisa, que já dura vários anos (VARGAS, 2014; VARGAS, SCHMITZ, 2015, 2016; SCHMITZ et al., 2017; SCHMITZ et al., 2018).

Nossa área de pesquisa, no período colonial, era território espanhol e fazia parte da Província de Buenos Aires. Em 1801 ele foi anexado pelos portugueses e se desenvolveu como parte do Brasil. Com isso, na memória local constam, sucessivamente, tribos indígenas seminômades, conhecidas como Minuanos e Charruas, uma grande estância de criação de gado pertencente à redução missionária espanhola de Yapeyu, sucessivos conflitos de fronteira, especialmente, na década de 1750 e nas primeiras décadas do século XIX. A partir de 1814, depois da incorporação ao Estado brasileiro, o território foi repartido em sesmarias, dadas a empreendedores lusos, e se consolidou em fazendas de criação de gado, que abasteceram charqueadas, depois frigoríficos, enriqueceram as cidades da região, mas deixaram insatisfeitos os fazendeiros criadores de gado, que, na Revolução Farroupilha, sustentaram dez anos de luta (1835-1945) contra o Império do Brasil.

A invasão paraguaia de Uruguaiana, em 1865, trouxe o Imperador Dom Pedro II, com seus genros e suas tropas, fato que é rememorado nas estâncias em que teria passado, e no chamado “Caminho do Imperador”, que ligava Alegrete a Uruguaiana. Pequeno trecho desse caminho, ainda com o calçamento original, próximo ao centro urbano de Uruguaiana, foi localizado e estudado por Etz (2009).

A memória local recorda ainda a luta entre chimangos e maragatos na Revolução Republicana de 1893 e o conflito de 1923. Placas e monumentos rememoram esses eventos.

Depois de todas essas peripécias, pertencentes ao tempo da criação extensiva de gado, novas tecnologias e novas formas de administração foram instaladas nas estruturas existentes implementando, ao lado da criação tradicional de gado, a lavoura de arroz em suas terras baixas, mais tarde a soja e a seleção genética de bois, cavalos e ovelhas, em modernas cabanhas.

Para esse estudo escolhemos uma amostra do espaço rural do município de Uruguaiana, a Estância São Sebastião, localizada no alto curso do rio Ibirocai, afluente da margem esquerda do rio Ibicuí. A estância encontra-se junto ao chamado “Caminho Real” que, a partir de sua rota principal ligando a região uruguiaia ao Passo do Aferidor e à redução de Yapeyu, pela margem esquerda do rio Uruguai, possui um ramal que segue em direção leste, para Alegrete. Nesse mesmo trecho, mais tarde, se estabelece o também conhecido “Caminho do Imperador”, que continua em direção oeste até Uruguaiana e é aproximadamente paralelo à atual BR 290 (Figuras 1 e 2). Atualmente, nessa estância se continua criando gado e nas áreas úmidas se planta arroz.

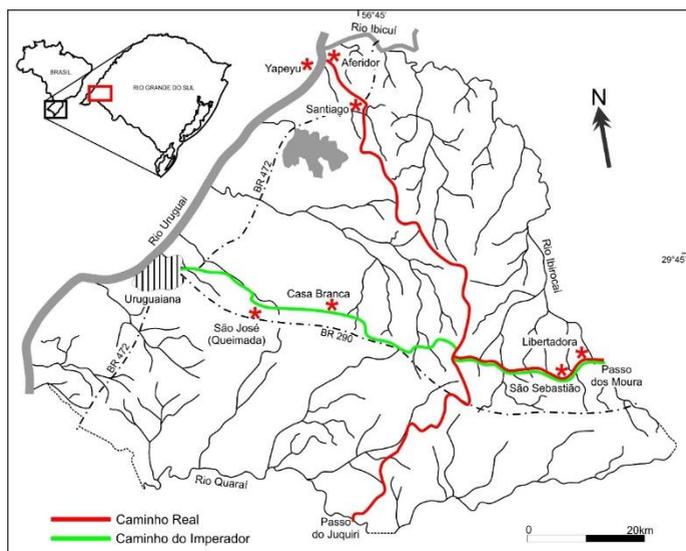


Figura 1. Indicação dos locais mencionados nesse texto. Fonte: modificado de Mapa do Agroturismo, História e Lazer, Prefeitura Municipal de Uruguaiana, 2012.



Figura 2. A estância São Sebastião. Fonte: acervo do IAP.

O casco atual da propriedade guarda elementos significativos do período missioneiro tardio, em que faria parte da Estância São José, da Redução de Yapeyu, que foi criada em 1701 na margem direita do rio Quaraí. Acreditamos ter encontrado sua primeira instalação no lugar chamado Casa Queimada (SCHMITZ et al., 2018). Ali estudamos ruínas de uma estrutura de criação com moradia e currais, e também uma estrutura habitacional com duas casas ainda ocupadas por seu atual proprietário, mais as ruínas de uma pequena capela. O casco estava longe do Caminho Real, que ligava as principais estruturas coloniais da margem esquerda do rio Uruguai. O estilo de suas habitações é simples, funcional, de lajes e blocos irregulares de pedra, sem argamassa, cobertura em duas águas com telha-canoa. Representa uma estrutura funcional de criação de gado de corte e um espaço habitacional para seus administradores.

A Queimada se parece com a estrutura da Estância Santiago, considerada o primeiro posto da estância de Yapeyu, criado em 1657. E se parece também com a construção do Passo do Aferidor, criado na mesma época da Santiago, para servir de escoadouro a seus produtos e de controle do passo do rio Uruguai frente à redução de Yapeyu. São estruturas simples, sem qualquer refinamento arquitetônico.

O estilo das habitações de São Sebastião é mais elaborado, os recintos são maiores, suas paredes levantadas com blocos talhados, sobrepostos, ainda sem uso de argamassa, aberturas em alto arco romano ou em arco rebaixado (Figuras 3 e 4).



Figura 3. A área central da Estância São Sebastião. Fonte: acervo do IAP.



Figura 4. Estrutura com abertura em alto arco romano. Fonte: acervo do IAP.

Destacam-se duas grandes construções retangulares, de cobertura em duas águas, com as extremidades da frente e do fundo abrindo em grandes e altos portões em arco romano, as aberturas menores terminadas em arco rebaixado. Na primeira dessas construções, que é considerada

residencial, as acomodações estão alinhadas ao longo da parede interna, cercando um pátio, que tinha um poço central murado, à maneira de um algibe (Figura 5). A segunda grande construção retangular tem as mesmas características construtivas, mas o espaço interno parece não ter repartições (Figura 6). Existe ainda um prédio menor com características construtivas semelhantes, cuja entrada lateral é formada por dois grandes portões contíguos terminados em arco rebaixado (Figura 7). Além dessas três existem edificações menores com a mesma técnica de construção.



Figura 5. Estrutura residencial, com entrada em arco romano e algibe. Fonte: acervo do IAP.



Figura 6. Estrutura lateral à da imagem anterior, com as extremidades com duas grandes aberturas em arco romano. Fonte: acervo do IAP.



Figura 7. Estrutura com portões em arco rebaixado, que poderia ter sido uma antiga hospedaria junto ao “Caminho do Imperador”. Fonte: acervo do IAP.

Ao redor, vários currais de planta retangular ou circular, de perfeito acabamento (Figuras 8 e 9). A estrutura dos currais não parece apresentar grande diferença com relação aos da Queimada, mas se distancia daqueles de Santiago, que parece ter sido feito com estacada de troncos com as bases e aberturas defendidas por grandes blocos. As taipas do Aferidor são menos elaboradas e não conformam currais fechados.



Figura 8. Curral circular. Fonte: acervo do IAP.



Figura 9. Currais retangulares e campos de criação. Fonte: acervo do IAP.

Na memória popular cada ruína nesses campos representaria uma capela, onde o padre estancieiro periodicamente teria atendido a população rural. Junto a ela, de acordo com a bibliografia missioneira, existiriam índios posteiros, para atividades pecuárias e agrícolas e para o atendimento dos viajantes; estes teriam acomodações para pernoite e guarda de suas cargas, bem como currais para recolher as montarias, os animais de carga e as tropas de gado, cavalos e mulas. Os prédios de São Sebastião também já receberam suas identificações: o prédio com o poço central seria a residência da administração e dos trabalhadores do posto; o segundo prédio, seria um galpão para guarda de equipamentos do posto e eventual acomodação de viajantes; o terceiro seria casa de hóspedes de passagem; a construção menor, depósito de produtos da estância, como couros e lã (CLOS, 2012). E a capela? No texto não ousamos contestar, nem desejamos oferecer alternativas de interpretação. Queremos apenas oferecer alguns elementos que ajudem a pensar São Sebastião no seu tempo e no seu contexto.

São Sebastião é diferente das diversas outras estruturas missionárias que estudamos no município. O estilo de suas construções deixa-as próximas das casas e igrejas construídas no segundo quartel do século XVIII,

quando se faz uma total reestruturação das construções por arquitetos famosos, tanto irmãos como sacerdotes, italianos e espanhóis. Eles substituem as velhas casas e igrejas de troncos e palha, ou de paredes de adobe com teto de palha, por edifícios de pedra talhada e cobertura de telhas-canoa; dessa nova fase são amostras significativas São Miguel no Rio Grande do Sul, San Ignacio Mini na Argentina e Trinidad no Paraguai. As estruturas de pedra de São Sebastião se aproximam também das construções missioneiras existentes ao longo do trecho do Caminho Real da margem direita do rio Uruguai e ao longo desse rio, de Yapeyu a Buenos Aires (LEVINGTON, 2005; CANSANELLO, 2010, 2017; ISSLER DUPRAT, 2015). Esta aproximação pode servir de indicador cronológico para o tempo de São Sebastião, cujas construções, provavelmente, são da segunda metade do século XVIII até a saída dos jesuítas em 1768.

Constatamos, ainda, que a estância de São Sebastião não está sozinha em seu estilo. A pequena distância, com uma implantação semelhante, junto aos antigos caminhos, existe a Estância Libertadora com o mesmo tipo e estilo de construção missioneira (ver Figura 1). As duas formam um núcleo agropecuário na encruzilhada do Caminho Real, que liga o conjunto das reduções com Paysandu, no Uruguai e, nessa altura, se desdobra no ramo transversal em direção leste, onde estão outras estâncias missioneiras, com destaque para a de São Miguel. Elas também movimentariam suas mercadorias, suas tropas de animais e de gente por esse caminho para chegar, pelo Aferidor, ao conjunto das reduções e, por Paysandu, a Buenos Aires. A Estância Libertadora, junto ao passo do rio Ibirocai, possivelmente mantinha gente para ajudar na travessia e controlava o trânsito de pessoas, mercadorias e animais. Os campos do lugar das duas estâncias eram férteis, constatação que tinha levado a redução de Yapeyu, antes mesmo da fundação do casco de São José, a estabelecer ali um posto avançado de criação.

Nesse contexto, a estância de São Sebastião não deve ser pensada como simples instituição de criação de animais; o estilo das construções superaria suas necessidades. Se acrescentarmos sua posição estratégica

junto ao passo e ao entroncamento do Caminho Real do lado esquerdo do rio Uruguai, podemos acrescentar às atividades agropastoris as de hospedagem, abastecimento e controle, na beira de um caminho de considerável movimentação de pessoas, mercadorias, tropas de vacas, cavalos e mulas. E também de militares das reduções encarregados do controle dos campos que estavam expostos a índios e contrabandistas; ou tropas numerosas se deslocando a serviço do governador de Buenos Aires na reconquista da Colônia do Sacramento e outras demandas do Império. O Caminho Real, desde a fundação da Redução de Yapeyu, em 1627, se tornara a ligação mais rápida entre o conjunto das missões e a cidade de Buenos Aires (SANTI, 2004; SERRES, 2018).

Se, por hipótese, pensássemos o núcleo formado pelas duas estâncias como a sede definitiva da Estância São José (a primeira teria sido a Queimada), se tornaria mais fácil entender o conjunto. Haveria, então, lugar para um irmão administrador e de um padre para atender o serviço religioso com maior regularidade, ou até permanecer na estância. Seria mais fácil entender os recintos fechados por altos muros, não apenas como um estilo espanhol (possivelmente andaluz), mas como segurança para as pessoas, os implementos da estância e as propriedades dos transeuntes. Como centro produtor de carne para a redução e como ponto de apoio para os viajantes do Caminho Real, justificaria os investimentos nas instalações. Melhor observação do que sobrou do período missioneiro, pesquisa em documentos e consulta à memória popular podem dar-nos uma nova compreensão.

Os jesuítas perderam o domínio das reduções em 1768 e a estrutura administrativa missioneira existente, bastante enfraquecida pelos conflitos posteriores ao tratado de limites de 1750, por pesados serviços ao Império, por epidemias, secas e gafanhotos, estava desmoronando.

Com as novas ocupações, espanholas e portuguesas, os elementos missioneiros foram conservados se possuíam alguma utilidade nessas etapas econômicas, que permaneceram basicamente agropecuárias e com proprietários de raízes locais, ou ao menos regionais.

A partir de 1775, durante algum tempo, a grande estância de Yapeyu, que compreendia uma grande área no lado esquerdo e outra menor no lado direito do rio Uruguai, à qual pertencia São Sebastião, foi administrada pelo Tenente-Governador de Yapeyu, Juan de San Martin, pai do General José de San Martin, um grande negociador de gado em pé, mas que pouco se interessaria por situações particulares, como as que estamos enfocando.

Em 1801 os portugueses se apossaram dos espaços espanhóis da margem esquerda do rio Uruguai, já bem desorganizados e ali estabeleceram um “Corpo de Tropa”, que teria usado como arranchamento as facilidades deixadas pelas missões e o gado da estância para sua alimentação, sem maiores preocupações com sua conservação. A ocupação portuguesa não implicou no desaparecimento dos índios estancieiros, apenas em sua dispersão e envolvimento em conflitos das independências do Prata. Muitas das estruturas, mal-usadas, se deterioraram.

A partir de 1814 o governo brasileiro distribuiu as terras a populações lusas, sob o título de sesmarias. Os novos fazendeiros, seus detentores, que continuaram a criar gado no velho sistema, construíram sedes novas junto às antigas, incorporando a estas no que cabia ou transformando-as para novas funções. Os antigos currais sofreram poucas modificações porque imediatamente úteis, mas a nova parte residencial foi moldada por um estilo que então se tornava comum no pampa rio-grandense, que remete a arquitetura luso-brasileira, que se diferencia da missioneira, com seus arcos e espaços internos abertos, quase sempre com um poço ou algibe. Foi o que aconteceu na Estância São Sebastião, onde duas construções no estilo luso-brasileiro fecham e protegem dois lados da estrutura residencial missioneira. Em outras situações, os novos proprietários simplesmente arrancharam nas velhas estruturas, quando elas possuíam repartições adequadas, algumas vezes reformando-as ou modificando-as, como aconteceu na Queimada e no Passo do Aferidor.

Sabe-se que, a partir de 1823, no local da São Sebastião e da Libertadora arranchava o sesmeiro Joaquim Francisco de Moura e sua mulher D.

Bárbara Auristela; com isso, o passo no rio Ibirocai tornou-se o “Passo dos Moura” (CLOS, 2012). A casa principal, em estilo luso-brasileiro da São Sebastião pode ser construção sua (Figura 10). Homem de posse, consideraria o valor utilitário das estruturas anteriores, mas construiria uma outra sede adequada para sua família.



Figura 10. A construção em estilo luso-brasileira, atual casa sede da Estância São Sebastião. Fonte: acervo do IAP.

Após a Revolução Farroupilha, isto é, por meados do século XIX, o Capitão Feliciano Ribeiro de Almeida adquiriu de Joaquim Francisco de Moura a estância, que chamou de São Sebastião. A capela doméstica, dedicada a este santo, que se encontra na segunda ala do conjunto de estilo luso-brasileiro, insinua que ele tenha edificado esta parte, mas ainda mantendo e utilizando as antigas estruturas missioneiras (Figura 11). A atividade econômica não tinha mudado, mas talvez o destino do gado, que agora iria para as charqueadas.



Figura 11. A capela doméstica, em devoção a São Sebastião. Fonte: acervo do IAP.

Em 1858, o culto médico alemão Robert Avé-Lallemant (1980) se hospedou na estância, relatando a visita em sua obra *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul*. Relatos sobre a vida e as estâncias também foram feitos por Auguste Saint-Hilaire (1974) em 1821, quando andou pela região, embora não tenha se referido especificamente à estância São Sebastião.

Em 1865 o Imperador D. Pedro II passou na estância, quando veio retomar a Vila de Uruguaiiana dos paraguaios invasores. D. Pedro II teria deixado a sua rubrica numa imensa mesa de refeições, com pés torneados em fino jacarandá. Os proprietários atuais da Estância Libertadora mencionam que a mesa não está nesta, mas sim em sua estância. Há mais discussões sobre a passagem de Pedro II, mas na São Sebastião existe uma grande placa atestando sua presença, tendo ali parado com sua comitiva para almoço (Figura 12). Ele certamente passou na estância Casa Branca, mais a frente e ao longo do mesmo caminho, onde pernitoitou.



Figura 12. Placa alusiva a presença de D. Pedro II na Estância São Sebastião. Fonte: acervo do IAP

Entre 1882 e 1894, o escritor João Simões Lopes Neto, enquanto morava em Pelotas, passava suas férias de adolescente na Estância São Sebastião, então administrada por seu pai.

São as lembranças mais comuns dos moradores e historiadores locais (CLOS, 2012). Haverá muitas mais quando se investigarem documentos, tanto os do período missioneiro, quanto os das várias peripécias em que seus donos posteriores se envolveram.

As estruturas se conservaram porque o sistema produtivo se manteve como criação extensiva de gado, mesmo com a introdução da lavoura de arroz nas áreas baixas, que complementava a pecuária. Os proprietários eram naturais da região, mesmo que não fossem do lugar. Movimentos sociais e folclóricos ligados a Revolução Farroupilha continuaram dando sentido às estruturas e colocando placas comemorativas (FONTTES, DUARTE, 2002).

Com a chegada da agroindústria capitalista, na mão de administradores técnicos urbanos, os velhos elementos correm risco de permanência, a não ser que se implementem mecanismos de compreensão, adesão e utilização desse patrimônio. Uma das estratégias certamente é a que envolve

a educação patrimonial, aproximando esse conhecimento e sua importância à escola, explicando seu sentido e levando à visita das estruturas. Para esta, o livro de Dagoberto Alvim Clos é um excelente instrumento.

Para uma perspectiva mais ampla, pode-se pensar na inclusão desses lugares e suas histórias a partir do turismo de caráter cultural. Nesse sentido, o conjunto da estância São Sebastião e Libertadora, oferece as melhores condições como amostra das instalações agropastoris das antigas estâncias missioneiras e das instalações posteriores. No primeiro caso, a inclusão delas na já conhecida e oficializada “Rota das Missões” agregaria não só uma grande oportunidade para a visibilidade e reconhecimento desse fantástico patrimônio, mas também alguma alternativa econômica para o município e seus concidadãos, a partir da geração de emprego e renda, inclusive para os proprietários e trabalhadores das referidas estâncias. Essas narrativas, contadas e divulgadas através de ações patrimoniais e turísticas conjugadas, exemplificariam os vários passos que envolvem a história local: indígena, missioneira, farroupilha, revolucionária; a economia agropecuária tradicional e a agroindústria atual.

Referências

- AVÉ-LALLEMANT, R. 1980. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul – 1858*. Rio de Janeiro, Itatiaia Editora.
- CANSANELLO, P. 2010. *Plan de recuperación del Patrimonio cultural hispanico-guarani en el corredor del Río Uruguay. Franja costera Concordia-Concepción del Uruguay*. Buenos Aires, Universidad del Salvador.
- CANSANELLO, P. 2017. *La gran estancia de Yapeyú (1732-1806)*. Actas de las xvi jornadas interescolas/departamentos de historia Mar del Plata - 9, 10 y 11 de agosto de 2017.
- CLOS, D. A. 2012. *A mão dos jesuítas. A herança jesuítica no Município de Uruguaiana*. Uruguaiana, RS.
- ETZ, P. D. 2009. *Caminhos do Império: a estrada real de Uruguaiana, uma perspectiva histórica*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Uruguaiana, PUCRS.

FONTES, C; DUARTE, R. P. 2002. *As estâncias contam a História*. Santa Maria.

ISSLER DUPRAT, R. D. 2015. *Tras la huella del ganado en las misiones jesuítica-guaraníes*. (Tesis Doctoral). Granada: Universidad de Granada.

LEVINTON, N. 2005. Las estancias de Nuestra Señora de los Reyes de Yapeyú. *Revista Complutense de Historia de América*, vol. 31, Buenos Aires.

SAINT-HILAIRE, A. de. 1974. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte, São Paulo: Livraria Itatiaia/EDUSP.

SANTI, J. R. 2004. *Estabelecimento de estâncias: estratégia imposta pela coroa luso-brasileira na fixação dos limites da fronteira oeste do Rio Grande do Sl*. (Mestrado em Integração Latino-Americana). Santa Maria, UFSM.

SCHMITZ, P.I.; VARGAS, J. A. de; ROGGE, J.H. 2017. As estâncias das reduções Guaranis – a Estância Santiago. In: Ironita A. Policarpo Machado, Gizele Zanotto (Org.). *Bens culturais: da pesquisa à educação patrimonial*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo. (E-book).

SCHMITZ, P.I.; ROGGE, J.H.; BEBER, M.V.; FERRASSO, S.; VARGAS, J. A. de. 2018. *A grande estância da redução de Yapeyu. Resultados preliminares de um projeto de pesquisa*. Oikos, São Leopoldo.

SERRES, H. S. 2018. *As estâncias missioneiras da Banda Oriental do Uruguai*. (Tese de Doutorado em História). São Leopoldo, Unisinos.

VARGAS, J.A de. 2014. *A estância missioneira de Yapeyú. A Estância Santiago e o Passo do Aferidor*. (Dissertação de Mestrado). São Leopoldo, Unisinos.

VARGAS, J.A. de, SCHMITZ, P.I. 2015. O posto do Aferidor da grande estância missioneira de Yapeyu. *Revista do CEPA*, 31(43): 1-17.

VARGAS, J.A. de, SCHMITZ, P.I. 2016. A estancia Santiago da grande estância missioneira de Yapeyu. *Revista do CEPA*, 34(46): 21-42.

Gestão, memória e patrimônio: o IPHAN como agente de preservação em São Miguel das Missões nos anos 1980

*Jeaniny Silva dos Santos*¹

Introdução

Quando se pensa em proteção do patrimônio no estado do Rio Grande do Sul, o tema Missões se destaca no campo histórico-cultural. O sítio de São Miguel foi o primeiro bem tombado, do estado pelo IPHAN em 1938, inscritos no Livro Tombo de Belas Artes, e o primeiro a ter indicação como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO em 1983. As propostas do Estado sobre os sentidos da preservação, e a ampliação da concepção de patrimônio auxiliaram a idealização das ruínas como um lugar de memória. Neste sentido, buscava-se questões como a necessidade de promover a valorização da diversidade regional e os riscos da falta de investimento e perda da identidade cultural da nação, caso não fossem realizadas política para conservar a paisagem missioneira.

Diante disso, o objeto escolhido para a pesquisa às ruínas de São Miguel das Missões, e o período recortado é a década de 1980. Esses vestígios se tornam o primeiro sítio arqueológico a ser tombado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)² em 1938, simbolizando

¹ Mestranda em História – PUCRS; jeaninyssantos@gmail.com

² Ocorram diversas trocas posteriores na nomenclatura para o atual IPHAN. Dessa maneira quando falamos IPHAN ou SPHAN faremos referência ao mesmo órgão, sobretudo, durante os governos militares em que sofreu muitas alterações passando para secretária (SPHAN), para departamento (DPHAN) e para instituto (IPHAN).

na ocasião a agregação territorial e a identidade do povo gaúcho. Antes de avançar na exposição, é preciso apresentar brevemente o motivo do nosso recorte temporal. De modo que ocorreu uma intensificação das ações em relação ao patrimônio da região missioneira e a ideia de construção da memória desenvolveram-se com aspectos diferentes do que havia em curso, onde no fim da década de 1970 e início da década de 1980 ocorreu uma mudança na forma da atuação das políticas do patrimônio na região. A tarefa deixou de ser apenas identificar, tomar, preservar e restaurar monumentos. Segundo Regina Abreu e Mário Chagas (2009, p.13), “durante décadas predominaram uma política de preservação voltada prioritariamente para o tombamento dos chamados ‘bens de pedra e cal’”. As políticas institucionais se voltaram para um viés mais social nas suas ações, passando a colocar como relevante às noções de pluralismo cultural, participação da comunidade.

O patrimônio é visto como tudo aquilo que tem algum valor, como uma herança de família, ou até mesmo para uma comunidade, assim o patrimônio cultural abrange todos os bens culturais de relevância para a sociedade. Como dito por José Reginaldo Gonçalves (2002, p.31) estabelecer o patrimônio não apenas como símbolo ou representação, é uma mediação entre o passado e o presente. “Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas”. Ainda o patrimônio como uma palavra que elenca diferentes usos, mas para a compreensão desse estudo utilizaremos como referência para falar sobre os bens culturais de um país.

A relação estabelecida do sítio arqueológico de São Miguel como memória, é visto como uma resposta, a valorização da paisagem cultural³, tomado como referência para estas transformações, entre outras razões, por sua direta associação com a memória coletiva, as referências culturais

³ Trata-se de um conceito adotado pelo IPHAN no século XXI. Segundo Delphim (2009), paisagens com valores culturais e de importância científica, que apresentem elementos geológicos, geomorfológicos, estratigráficos, paleontológicos e outros, podem ser propostas para receber a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira tem por finalidade atender ao interesse público e contribuir para a preservação do patrimônio cultural, complementando e integrando os instrumentos de promoção e proteção existentes, nos termos preconizados na Constituição Federal.

e seu conteúdo simbólico. As ruínas são apresentadas como um lugar de memória, assim pode se utilizar as palavras de Pierre Nora (1993, p. 12) quando “os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama.” É válido dizer assim como os arquivos, monumentos, memoriais e prédios históricos, as ruínas desse povoado encontram-se não apenas a memória de um grupo, cidade ou nação, mas sim uma memória enquadrada⁴ como seria mais bem conceituada por Michael Pollak, ao passo que foi construída pelos atores sociais de um grupo, cidade ou nação, e que adquiriu legitimação ao longo dos anos. Que foi construída dentro de um enquadramento em que o esse episódio regional do sul do Brasil, poderia ser rememorado como parte da identidade nacional. Nesse período do início dos anos 1980, a palavra-chave do momento era identidade⁵ da qual patrimônio⁶, memória⁷, e representação⁸ eram conectores.

Dentro desse quadro, é fundamental entender como a década 1980 e a troca de gestor⁹ no IPHAN a nível nacional, impactaram no modo de preservar, e por isso a essa passagem acerca das políticas adotadas pelo Estado brasileiro em defesa do patrimônio instituído é essencial. Ao passo que nesse período histórico as determinadas ações políticas e diretrizes impactaram e transformaram a compreensão dos bens que pertencem ao chamado “patrimônio cultural brasileiro”, assim como seus múltiplos usos. A partir dessa conjuntura, deu-se o desenvolvimento de uma série de projetos carregados dessas novas concepções institucionais, com objetivos de inserir a memória construída em torno das ruínas como um elemento da identidade.

⁴ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

⁵ REIS, José Carlos. *Memória e Identidade Social*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 5, n. 10, 1992. p. 200-212.

⁶ CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2006.

⁷ POLLACK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 5, n. 10, 1992. p. 200-212.

⁸ CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre Práticas e Representações*. 2ed. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

⁹ Em 1979, com a nomeação de Aloísio Magalhães para a presidência do Iphan, temos o início à ‘fase modernizante’ do órgão, considerado um ‘marco’ decisivo para a trajetória das políticas públicas de patrimônio no Brasil.

Com isso, nessa pesquisa procurou-se entender de que maneira a memória ou um enquadramento da memória se inseria nos projetos desenvolvidos. De que forma as ações do IPHAN tinham por intenção aproximar a comunidade e fortalecer uma identidade regional.

Assim, essa pesquisa vai fazer breves considerações sobre como se deram as ações institucionais do IPHAN nas ruínas de São Miguel das Missões. Para compreender como as ações preservação contribuíram para salvaguardar as ruínas de São Miguel e sua memória. Buscou-se entender a importância das políticas patrimoniais para a região missioneira do estado e as ações relacionadas a esse patrimônio, visavam a consolidar o monumento e proteger a zona envolvente a fim de assegurar a integridade do bem cultural. Além de discutir como essas ações feitas pelo Estado sob competência do IPHAN, tinham por propósito fomentar a construção de memória regional, com o auxílio de profissionais e intelectuais de diversas áreas, que foram de relevância para o andamento dessas políticas. Por fim, ao tomar como ponto de partida o estudo dos remanescentes missioneiros de São Miguel, foi possível pensar em seus usos, e como compreendê-los além do emprego dado pelo poder público, mas pela sociedade como um todo.

A inclusão na lista da UNESCO e a valorização de um bem cultural

Como o conjunto de remanescentes da cultura material jesuítico-guarani dos Trinta Povos Missioneiros, testemunhas materiais de um episódio histórico singular, considerado com a mesma importância de outros monumentos arquitetônicos americanos que podem ser utilizados por pesquisadores de diversas áreas como objetos de estudo. Os remanescentes das Missões Jesuíticas dos Guaranis representavam exemplos notáveis de uma tipologia¹⁰ de construção e de um conjunto arquitetônico que ilustram um período significativo na história.

¹⁰ Para obter mais informações a cerca da tipologia missioneira, consultar: CUSTÓDIO, Luiz A. B. A redução de São Miguel Arcanjo: contribuição ao estudo da Tipologia urbana missioneira. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em planejamento urbano e regional. UFRGS, 2002. 199f.

As ruínas de São Miguel foram escolhidas para a inclusão na lista de Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO, e em 06 de dezembro de 1983, juntamente com as ruínas no lado argentino de São Ignácio Mini e, no lado paraguaio, Trinidad e Jesus nos anos 1993. Essas candidaturas transfronteiriças/transnacionais, tinham como prioridade assegurar que a proteção e a gestão adequadas para cada componente estivesse em vigor e funcionando efetivamente.

Esta indicação das ruínas de São Miguel foi por meio de um formulário de proposta de inscrição que foi preenchido e encaminhado para a UNESCO em 16 de dezembro de 1982, assinada pelo então Secretário da Cultura do Ministério da Educação e Cultura, Marcos Vinícios Vilaça. Neste documento é possível ver as justificativas que foram dadas para que a inscrição na lista do patrimônio ocorresse efetivamente. Dentre os fatores utilizados como argumentação:

As ruínas de São Miguel guardam exemplares extremamente raros dessa arquitetura que os jesuítas desenvolveram em seus povos ou reduções que as intempéries ou a ação humana destruíram. Essa raridade pode ser contemplada em São Miguel que é a única igreja jesuítica dessas reduções a mostrar um exemplo completo do frontispício e da torre. (BRASIL, 1982, p. 4)

Há referência a torre da Igreja que se encontrava tombada como patrimônio nacional e que havia passado por um processo de restauro arquitetônico, como é descrita no documento: “essa igreja conserva o único exemplar completo de torre e de frontispício atualmente existente nos antigos povos Jesuítico-Guarani localizados no Brasil, na Argentina e no Paraguai” (BRASIL, 1982, p.2).

Ainda neste documento são apresentados o histórico da preservação e conversão de São Miguel, além do plano de gestão e os meios de preservação ou conservação. E o plano de gestão foi intitulado Compromisso de São Miguel:

A execução dos trabalhos de estabilização do monumento, segundo programa e projeto a ser definido, caberia à SPHAN/Pró-Memória e à Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo do Estado do Rio Grande do Sul; a elaboração de projetos de pesquisa arqueológica ficaria sob a responsabilidade financeira

desse organismo de Estado e a coordenação técnica da SPHAN; a elaboração da orientação para o tratamento paisagístico do parque missionário caberia à SPHAN/Pró-Memória e à Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo do Estado do Rio Grande do Sul; a implantação do projeto de sinalização da paisagem ficaria sob a coordenação da SPHAN/Pró-Memória e da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo do Estado do Rio Grande do Sul assim como a execução integral do “Plano de Diretrizes para o desenvolvimento físico de São Miguel das Missões”, aprovado desde agora pela Câmara de Vereadores do município de Santo Ângelo, caberia à Prefeitura de Santo Ângelo (BRASIL, 1982, p. 15).

Esse plano propôs um texto de um anteprojeto de lei que dispõe sobre o desenvolvimento urbano para a cidade de São Miguel das Missões, do qual resultou na Lei nº 738/80, aprovada pela Câmara de Vereadores e sancionada pelo prefeito municipal de Santo Ângelo, em 24 de agosto de 1980.

Então posteriormente, com a publicação no documento oficial da UNESCO em 06 de dezembro de 1983 declarando as ruínas de São Miguel das Missões Patrimônio da Humanidade em conjunto com as outras missões jesuíticas sul-americanas, informam sobre as restaurações anteriores, nos anos 1925-1928 e 1938-1980.

Além dos sítios arqueológicos declarados pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade, já mencionados, restam outros remanescentes na Argentina, no Paraguai, e no Brasil (São João Batista, São Lorenço Mártir, São Nicolau, São Luiz Gonzaga, São Borja e Santo Ângelo). Também, servem como suporte para o ensino e aprendizagem de crianças e adultos. Portanto, os vários sítios da América Latina foram reconhecidos em sua importância dentro de uma indicação abrangente para missões jesuíticas e propostas que envolviam vários Estados-Membros.

Antes de ser concedida a declaração pela UNESCO como patrimônio, as ruínas foram objeto de visitas técnicas, em mais uma nova etapa de preservação em 1980 (figura 1), realizada nos dias 4,5 e 6 agosto de 1980

contou com a presença de Aloísio Magalhães secretário do SPHAN e presidente da FNPM, Augusto Silva Teles¹¹ diretor da DCR do SPHAN, Júlio de Curtis¹², que na época era diretor Regional do SPHAN e o engenheiro e consultor da UNESCO Roberto Di Stefano.



Figura 1: Augusto da Silva Teles, Aloísio Magalhães, Julio Curtis e Roberto di Stefano, reunidos em frente às ruínas da Igreja de São Miguel. Fonte: APHNM- IPHAN, 1980.

Essa visita resultou na assinatura do Termo de Referência de 7 de agosto de 1980, a UNESCO redobrou seus esforços para conservar locais culturais importantes. Que contava com varias recomendações após o levantamento feito durante a visita, tais como restauro e preservação que deveria ser realizados, deixando ainda agendada outra visita de di Stefano.

No ano de 1983, a SPHAN através da Fundação Nacional Pró-Memória levava à UNESCO a proposição de transformar as ruínas da Igreja de

¹¹ Arquiteto e professor, conhecido no mundo do patrimônio cultural, foi presidente do IPHAN, entre 1988 e 1989, e compôs o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Atuou como arquiteto do Instituto entre 1957 e 1988, período em que participou de inúmeros estudos e proposições para tombamento de monumentos e sítios. Além de fundador e primeiro presidente do Comitê Brasileiro do ICOMOS, entre 1978 e 1982; Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; delegado brasileiro junto ao Comitê Patrimônio Mundial - UNESCO, entre 1982 e 1989.

¹² O arquiteto e urbanista formou-se em 1952, na Faculdade Nacional de Arquitetura, da antiga Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Exerceu o cargo de Professor Titular de Arquitetura Brasileira na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). De 1978 a 1987, Curtis foi Diretor da 10ª Diretoria Regional do IPHAN, responsável pelo Rio Grande do Sul e Santa Catarina e, a partir de 1987 foi Técnico Consultor da Instituição até sua aposentadoria.

São Miguel em Patrimônio Mundial, ocorrendo visitas técnicas as ruínas a elaboração de um dossiê da candidatura. A inclusão na lista de Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO ocorreu em 06 de dezembro de 1983, juntamente com as ruínas no lado argentino de São Ignácio Mini e, no lado paraguaio, Trinidad e Jesus nos anos 1993¹³. Na ocasião da inclusão, programas voltados para a Arqueologia e Educação começaram a ser desenvolvidos na região missioneira. Como é possível constatar através da documentação da candidatura. Em outro documento é visto, portanto que estudos deveriam ser realizados para que a inclusão na lista fosse possível. Sobre esse episódio Custódio (2016, p. 2) vai dizer que:

A declaração de um bem como patrimônio mundial ela é uma declaração que é uma condecoração a um país, quem solicita é o governo do país, e este governo do país ao solicitar ele demonstra que o bem cultural que está sendo pedido tem importância, que está protegido e que este governo é o responsável pela sua proteção, então a UNESCO dá o título, mas ela não interfere.

Portanto o processo de inclusão de São Miguel a Lista do Patrimônio da Humanidade, os programas voltados para a Arqueologia e Educação começaram a ser desenvolvidos na região missioneira, seguindo as instruções recomendadas pela UNESCO e as Cartas Internacionais, principalmente à Convenção do Patrimônio Mundial de 1972, em que estavam sendo elaboradas as estratégias de preservação dos bens culturais.

Assim sendo, a inclusão na lista da UNESCO contou com grade apoio do IPHAN para sua concretização, desde voltar o olhar institucional para essa narrativa do passado missioneiro, quanto à renovação de políticas patrimoniais que deram fôlego para que essa e outras candidaturas que se sucederam no período, pensando o Brasil como um somatório de diversidades regionais.

¹³Essas candidaturas transfronteiriças/transnacionais, tinham como prioridade assegurar que a proteção e a gestão adequadas para cada componente estivessem em vigor e funcionando efetivamente.

Narrativa do patrimônio missioneiro e a renovação das políticas patrimoniais no IPHAN

Sob este novo enfoque, em 1980, foi realizado o projeto “Diretrizes para o desenvolvimento físico de São Miguel das Missões”¹⁴, entre a Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, o SPHAN e o município de Santo Ângelo (visto que à época São Miguel era subdistrito deste). Esse projeto era coordenado pelo arquiteto Luiz Antônio Bolcato Custódio e havia o objetivo de estabelecer os limites para preservação das ruínas e permitir o gerenciamento das áreas de entorno. Esse projeto criava também o Parque Missões dentro de complexo relacionado à área tombada pelo SPHAN. Critérios paisagísticos e espaciais foram utilizados, considerando a topografia do sítio e a preservação dos planos de visualização dos remanescentes. Sob esta ótica foram montadas exposições didáticas nos sítios, assim como foram produzidos vídeos e cartilhas didáticas (CUSTÓDIO, *apud* BARRETO, 2008, p. 166).

Em princípio este estudo se voltaria também para as áreas onde existiam remanescentes evidentes das reduções e construções no entorno. Segundo La Salvia (1983), este estudo devia ser conduzido de forma metódica e continuada. Desta forma, seria possível a construção de uma linha turístico-social e a consolidação do trabalho arqueológico como uma importante ferramenta dos estudos sobre o patrimônio cultural missioneiro. Estabelecendo etapas de identificação, levantamento e prospecção.

Outro projeto desenvolvido partiu dessa inclusão na lista da UNESCO, através do projeto denominado Arqueologia História Missioneira¹⁵, por meio de um acordo de cooperação técnica entre UFRGS, PUCRS e SPHAN. O trabalho teve coordenação técnica dos professores Arno Alvarez Kern e Pedro Augusto Mentz Ribeiro e institucional, do arquiteto Julio Curtis (MOARES, 2014, p.87), posteriormente impulsionaram outros projetos.

¹⁴ O projeto foi aprovado pelo SPHAN através do Ofício n°. 038/80 da 9ª Diretoria Regional

¹⁵ Pode ser visto em: KERN, Arno A. Arqueologia Histórica Missioneira. Coleção Arqueologia, Porto Alegre, EDIPUCRS, n°6, 1998.

Em 1987, ano da comemoração dos 300 anos da redução de São Miguel, São Luiz Gonzaga e São Nicolau, o Ministério da Cultura e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul decidiram instituir uma Comissão Missões¹⁶ cujo dever era promover as comemorações e a memória missioneira, algumas comemorações se estenderam até 1988. Dentro dessas comemorações, destacam-se algumas das atividades que foram realizadas durante esse projeto comemorativo:

Promoveu-se durante três meses, algo como 90 atividades e eventos, e aí nos fizeram muitas coisas que serviram para todo o tipo de gosto, tanto atividades de encontro acadêmico, quanto atividade de artes plásticas, como ação educativa, como festejos regionais, como shows de música, shows de música nativista, show de música erudita, campeonatos, gincanas, sinalização do sitio, infraestrutura dos sítios (CUSTÓDIO, 2016, p. 5).

Possibilitando que a comunidade de São Miguel entendesse um pouco mais sobre o que ocorrera nas ruínas existentes em sua cidade e as heranças que lhes foram deixadas de todos os eventos que marcaram a história das reduções Jesuítico-Guarani. E a partir dessas comemorações a comunidade passou como Custódio (2016, p. 5) faz menção “gerou o envolvimento da comunidade locais, assim como também, do mundo acadêmico, muitos encontros, muitas atividades, muitas publicações, se desenvolveram nesse período”. Também foram produzidos materiais didáticos que foram distribuídos na rede escolar, como “Os primeiros habitantes do Rio Grande do Sul” e “Missões uma história de 300 anos”¹⁷, um livro para as series finais do ensino fundamental.

Essas ações mantiveram e constituiu uma paisagem que, romantizava de certo ponto, a memória local. Todavia, assim como outros lugares com bens patrimoniais, São Miguel seguiu construindo simbologias, frente ao desafio contemporâneo, tanto no âmbito concreto das ações restritivas

¹⁶ Essa comissão era presidida pela diretora da Coordenadoria Estadual de Museus, Evelyn Berg Ioschpe, integrada por representantes de diversas instituições ligadas ao patrimônio cultural do Rio Grande do Sul e de órgãos federais, estaduais e municipais.

¹⁷ Esse material didático trazia a história dos guaranis, junto dos seus ritos, utensílios de caça e domésticos, como foi o contado dos guaranis com os jesuítas, a organização que se deu nas reduções e a importância dos mais jovens estudarem esse tema na escola.

do Estado, quanto no âmbito da subjetividade das comunidades que atribuem significados ao lugar. Outro ponto levantado com por meio da entrevista com relação a como essa comunidade conviveu com todos esses projetos, Custódio (2016, p. 8) vai relatar:

O IPHAN teve como característica principal ao longo do tempo, trabalhar isolado da comunidade, e em alguns momentos trabalhou em conjunto com a comunidade, em alguns momentos chamou a comunidade para participar dos seus projetos e alguns momentos atendeu os pedidos da comunidade em seus projetos. Então não foi uma coisa homogênea ao longo da trajetória, em alguns momentos, exclusive a gente foi criticado de que um trabalho sem a participação da comunidade não teria nenhum sentido.

Cabe dizer que, com as novas políticas do IPHAN sobre a proteção e preservação do patrimônio nacional, e as preocupações internacionais sobre os bens da redução, possibilitaram que, além da representação histórica do seu passado colonial, São Miguel represente, contemporaneamente, um dos lugares que permite realizar uma leitura da trajetória do patrimônio cultural brasileiro.

As ações intervencionistas do Estado mantiveram e constituíram uma paisagem que, romantizada, atuou sobre a identidade local. Todavia, assim como outros lugares com bens patrimoniais, São Miguel seguiu construindo simbologias, frente ao desafio contemporâneo, tanto no âmbito concreto das ações restritivas do Estado, quanto no âmbito da subjetividade das comunidades que atribuem significados ao lugar. A perspectiva apresentadas brevemente aqui procurou deixar claro que as várias ações educativas, desenvolvidas nas Missões representando um dos modos de resgate da memória em que práticas institucionais se voltaram para o patrimônio por meio da educação.

Arno Kern (1998) deixa claro que durante a visita técnica de profissional da UNESCO foi alertado ao órgão federal do patrimônio sobre a necessidade legal de estudos arqueológicos em São Miguel. Por adotar estas orientações, as ruínas da Igreja de São Miguel Arcanjo são declaradas Patrimônio Cultural da Humanidade no próprio ano de 1983. Portanto, a presença de arqueólogos em campo deixa de ser fruto da vontade e passa,

finalmente, a ser uma exigência em todas as atividades de impacto no local (MORAES, 2014, p. 87).

A abordagem que foi utilizada para a construção da memória nas décadas de 1980 foi por meio da cultura material e sua promoção, enquanto “porção da totalidade material socialmente apropriada, isto é, elementos matérias do meio físico os quais o homem manipula segundo seu propósito e normas culturais” (TOCCHETTO, 1998, p. 152). Emprega-se a identidade missioneira aos achados, e expõe uma reconstrução da trajetória do artefato. De acordo com Silva (2012, p. 49):

Embora não haja por parte da população um conhecimento pleno do patrimônio local e sua representatividade diante do cenário nacional, é através destas manifestações presentes na transformação das paisagens que podemos mensurar o quão presente e vivo o patrimônio de São Miguel está na memória e nas atividades rotineiras dos moradores da região.

Conforme Stello (2011, p. 99) “até 1989 a estrutura do SPHAN nas Missões estava restrita a um escritório para coordenar as obras de consolidação dos remanescentes de São Miguel”. Foi a partir da década de 1990 houve uma mudança na maneira de pensar e tratar o patrimônio com a inclusão de outras áreas do conhecimento e de atuação em um panorama mais amplo do conceito de preservação, criando uma equipe multidisciplinar para a promoção deste bem cultural.

O espaço da redução de São Miguel passou então por uma valorização da sua condição como um arquivo documental do passado local, em que a cultura material encontrada no sítio arqueológico foi exposta para completar a ideia de um museu ao ar livre.

Considerações Finais

O propósito desse artigo foi analisar os processos patrimoniais ocorridos em São Miguel das Missões, na década de 1980, com finalidade de compreender como se deu a gestão do patrimônio cultural sob a tutela do

IPHAN. Nessa perspectiva, buscou-se olhar para as ações culturais promovidas nesse período, passando pela inscrição das ruínas de São Miguel na lista da UNESCO, em 1983. A legitimação das ruínas como monumento consolidou os discursos sobre uma ideia que se estava tentando construir de identidade nacional e missioneira. Com a candidatura a Patrimônio Mundial e o referido título de patrimônio mundial juntos aos outros sítios missioneiros nos territórios transfronteiriços junto a UNESCO foi assinalado à importância do bem cultural a nível nacional, elevando os níveis de proteção e especialização para a sua preservação.

Poderíamos dizer que foi a partir do período recortado que ocorreu essa abertura para a comunidade. Diante de todas essas informações e constatações colocadas até aqui, ficam mais questionamentos para o futuro do que respostas de como se deu a gestão do IPHAN na década de 1980. Primeiro teríamos as memórias de um passado imaginado ou as memórias da instituição desse passado? A memória está atrelada no que se construiu através do IPHAN? Cabe questionar se essa memória construída em São Miguel tem sido colocada, sobretudo, como produto do período reducional. Entretanto, percebe-se que, na constituição da memória da comunidade de São Miguel, a memória do vivido está relacionada aos acontecimentos e eventos de inscrição dessa localidade no quadro do patrimônio, ou seja, à série de ações que levaram à preservação e formação da paisagem e que afetaram as suas vidas e de seus antepassados mais próximos. Por esse lado, pode-se verificar que na construção da memória social missioneira está também contida a memória coletiva missioneira.

O legado cultural à população missioneira, visto como a cultura material, valores morais e ideológicos. A utilização dos remanescentes segue sendo para dar sustentação a uma memória coletiva e, ao mesmo tempo, como símbolo de não só da região missioneira, mas de todo o estado do Rio Grande do Sul, transformado em patrimônio nacional e da humanidade. Não se trata apenas de estruturas arquitetônicas remanescentes, ou vestígios da cultura material, mas sim de um valioso patrimônio cultural

que devemos proteger e salvaguardar. Para assim percebemos que há um patrimônio para além do patrimônio.

Referências

ABREU, Regina (org.); CHAGAS, Mário (Org.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

BRASIL. Formulário de proposta de inscrição. Ministério da Educação e Cultura, Brasília, DF, 1982.

CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato. Entrevista de Estágio de Fonte Oral: depoimento em 11/05/2016. PUCRS: Laboratório de Fonte Oral, 2016.

_____; STELLO, Vladimir Fernando. “Preservación de las misiones: trayectoria de Brasil”. Apuntes: **Revistadeestudios sobre patrimonio cultural** - Journal of Cultural Heritage Studies, Vol. 20, N.º. 1, 2007, p. 142-153.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC-IPHAN, 2002.

KERN, Arno A. **Arqueologia Histórica Missioneira**. Coleção Arqueologia, Porto Alegre: EDIPUCRS, n.º6, 1998.

LA SALVIA, F. A arqueologia nas Missões e uma perspectiva futura. In: 5º SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIROS, Santa Rosa, 1983. Anais..., Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, Centro de Estudos Missioneiros.

MEIRA, Ana Lucia G. A trajetória do IPHAN nas Missões. IN: **Fronteiras do mundo ibérico: Patrimônio, território e a memória das missões**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2007.

MORAES, Tobias Vilhena de. **Preservação arqueológica e ação educativa nas Missões**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014. 223 f.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p. 200-212, 1992.

SILVA, Fabrício Rocha da. **Estudos de Percepção Espacial no entorno do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo com vistas à valorização do monumento.** Dissertação (Mestrado) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2012. 166 f.

STELLO. Vladimir F. **Além das Reduções: A Paisagem Cultural da Região Missioneira.** 2011. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, BR-RS, 2011. 238 f.

TOCCHETTO, Fernanda. A cerâmica do guarani missioneiro como símbolo de identidade étnica. IN: KERN, Arno A. **Arqueologia Histórica Missioneira.** Coleção Arqueologia, Porto Alegre: EDIPUCRS, nº6, 1998. p. 151-176.

UNESCO. **SC-83/CONF.009/2,** ICOMOS, 1984. 7p. Disponível em <<http://whc.unesco.org/archive/1983/sc-83-confo09-2e.pdf>> Acesso 12 jan. 2016.

_____. **Relatório de Decisões.** Comitê do Patrimônio Mundial Sétima Sessão Ordinária Florença (Itália), 5-9 dezembro 1983, publicado em Paris, janeiro 1984. Para a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural. 31p. Disponível em <<http://whc.unesco.org/archive/1983/sc-83-confo09-8e.pdf>> Acesso em 16 jan. 2019.

O Museu Hugo Simões Lagranha e a consagração de uma memória, Canoas/RS

*Julia Maciel Jaeger*¹

*Zita Rosane Possamai*²

Memória e esquecimento nos museus

Os museus são instituições que entrelaçam desde seus primórdios as problemáticas ligadas à memória, ao esquecimento e ao poder. Na origem dos museus, encontram-se os museus nacionais, voltados à construção da nação e do sentimento de nacionalidade. Idealizados por líderes políticos, sua narrativa privilegiava certos aspectos da história, em detrimento de outros tantos. Chagas (2009, p.62), utiliza o termo “museus celebrativos da memória do poder”, para se referir aos museus que tiveram sua origem no século XVIII, se multiplicaram desde então até o século XX, e até os dias de hoje sobrevivem no campo museológico.

Segundo Pollak (1989, p.10) a memória coletiva “serve para manter a coesão dos grupos e das instituições (...), para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis”. A memória é o que une grupos sociais em torno de um mesmo passado e identidade. Nesse sentido, Jacques Le Goff (1990), menciona que a memória coletiva é um instrumento e um objeto de poder, de forma que:

¹ Mestranda em Museologia e Patrimônio; PPGMUSPA/UFRGS; juliamacieljaeger@gmail.com

² Orientadora; Doutora em História/UFRGS; PPGMUSPA/UFRGS; zitapossamai@gmail.com.

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1990, p. 426).

Cada grupo possui sua memória de eventos passados, o que causa divergências e ocasiona a falta de representatividade de alguns grupos sociais no discurso homogêneo e institucionalizado. É fato que, onde há memória, há relações e disputa de poder, que se dão pela dinâmica da memória e do esquecimento.

Em encontro a esses aspectos, Michael Pollak (1989) identifica a separação de uma *memória coletiva*, geralmente marginalizada por representar grupos sociais e uma *memória oficializada* pela sociedade majoritária ou Estado. Essa dicotomia acaba se aplicando também aos museus, que por muito tempo foram voltados para a memória oficializada. Essas instituições, ao escolher contemplar determinado discurso, deixam de lado outras memórias que acabam não sendo expostas, caindo na falta de representatividade e possivelmente em esquecimento no decorrer dos anos.

Os museus são, nesse sentido, lugares onde memória e história se fazem presentes em narrativas apresentadas a partir de objetos museológicos. Conforme Mário Chagas e Regina Abreu:

Os museus lidam com memórias coletivas, ou seja, com representações consolidadas coletivamente. Eles podem ser compreendidos como instituições que têm sido cruciais na formação das identidades nacionais. A relação da identidade com o passado ou com a memória desse passado é complexa. Indivíduos constroem suas identidades mediante o uso da memória, e esta é indissociável, por exemplo, da linguagem, que é uma construção social que antecede a existência desses indivíduos. As memórias coletivas são uma forma de linguagem, são construções coletivas que antecedem os indivíduos (ABREU; CHAGAS, 2007, p.12)

Se, na origem dos museus, o mote era unificar a nação ao celebrar uma história única, de poucos agentes principais e de fatos grandiosos isolados, nos últimos anos emergiu a necessidade de ampliar e multifacetar as histórias e memórias comunicadas por essas instituições.

Mário Chagas (2007) aborda uma outra vertente do fazer museológico, mais voltado às comunidades e às práticas culturais, em detrimento dos museus tradicionais. Essa concepção de museu tem sua origem com a Nova Museologia, movimento significativo dos anos 1960 e 1970 que trouxe à tona experiências museológicas como os ecomuseus e museus comunitários, objetivando a união entre o patrimônio, a comunidade e o espaço onde se vive (SANTOS, 2002). As premissas da Nova Museologia, com o tempo, foram incorporadas pelos museus tradicionais, visando uma relação mais dialética com seu público visitante e com o espaço em que está inserido. Chagas (2009) afirma que, independentemente do tipo de museu, haverá relações complexas entre lembrança, esquecimento e resistência.

No Brasil, entretanto, são muitos os museus que ainda se inserem num formato antigo de instituição, voltado mais à consagração de determinadas memórias e homens semióforos³ do que narrativas plurais. Entre esses museus citados acima, encontra-se o Museu Hugo Simões Lagranha, instituição museológica do município de Canoas, Rio Grande do Sul.

O objetivo desta investigação é analisar a dicotomia entre memória e esquecimento no Museu de Canoas e identificar como a inserção da coleção de Lagranha modificou a concepção institucional e expográfica do Museu, privilegiando determinada narrativa em detrimento de outras. Para tanto, foram consultadas a documentação museológica do Museu, matérias de jornais da Hemeroteca do Arquivo Histórico de Canoas e do site da Prefeitura de Canoas e as leis municipais que versam sobre o Museu. Além disso, foi analisada a exposição realizada para a 11^a Primavera

³ Homem semióforo: Termo cunhado por Regina Abreu (1996) a partir do objeto semióforo de Krzysztof Pomian (1984). Refere-se àqueles homens que se distinguem dos demais e têm sua memória preservada indefinidamente por uma instituição.

dos Museus em 2017, sobre a qual foi realizada uma reflexão acerca dos objetivos propostos pelo evento e sobre as narrativa e materialidades expostas pelo Museu..

O Museu Municipal de Canoas

O Museu Municipal de Canoas, Rio Grande do Sul, foi criado em 1990 pelo decreto do então prefeito da cidade, Hugo Simões Lagranha. Foi idealizado e apoiado pela Fundação Cultural de Canoas, numa vontade coletiva dos cidadãos em ter e manter instituições voltadas para a salvaguarda de sua história. Junto ao Museu, foi criado também o Arquivo Histórico Municipal. Percebe-se que a população e seus representantes sentem a necessidade de um espaço dedicado às memórias da cidade e à preservação de registros materiais acerca de sua história.

O Museu tem por missão “conservar, pesquisar e divulgar os testemunhos materiais produzidos pelos canoenses ao longo dos anos” (1ª Região Museológica do Rio Grande do

Sul, 2012, doc. eletr.). Nos seus primeiros anos de vida, observa-se o empenho das funcionárias do Museu em conseguir doações dos moradores da cidade. Nesse sentido, ainda em vida, o ex-prefeito Lagranha doa ao Museu objetos pessoais e da Prefeitura.

O início das atividades do Museu se dá em sala alugada pela Prefeitura⁴, na rua Gonçalves Dias, Centro do município. Entre os anos de 1990 e 2007, é possível constatar que o Museu se faz extremamente ativo na cidade de Canoas, promovendo atividades e exposições de caráter múltiplo (Figura 1). A partir das notícias, observa-se que há uma preocupação da equipe do Museu em divulgar a instituição ao seu público e em promover exposições em espaços para além da sede do Museu. Caracteriza-se em um museu plural, capaz de trazer à tona as mais diversas temáticas, tanto sobre a cidade, quanto sobre assuntos relacionados ao cotidiano das pessoas.

⁴ Rua Gonçalves Dias, 88, sala 6. Centro, Canoas/RS.



Figura 1 - Manchetes sobre o Museu entre 1990 e 2007.

Fonte: Jornais de Canoas. Compilação da autora.

Em 1994, foi atribuído o nome do ex-prefeito Sezefredo Azambuja Vieira ao Arquivo Histórico e Museu Municipal de Canoas, pelo decreto nº 423, de 12 de maio de 1994. Em 2003, o Museu se desvincula do Arquivo Histórico e passa a denominar-se apenas Museu Municipal de Canoas. É válido citar que tanto a Biblioteca quanto o Arquivo eram nominados para homenagear uma figura histórica da cidade, João Palma da Silva e Sezefredo Azambuja Vieira. Observa-se que é uma prática, portanto, recorrente na cidade a atribuição de nomes de personalidades históricas às instituições culturais.

Em 2005, o Museu, Arquivo e Biblioteca foram transferidos para o prédio do Antigo Fórum de Canoas⁵, cuja edificação fora restaurada para abrigar as instituições culturais da cidade. Contudo, esse local não seria o último paradeiro do Museu, que, em 2016, passa a ser sediado na Casa dos Rosa⁶.

⁵ Rua Ipiranga, 105 – Centro, Canoas /RS.

⁶ Avenida Victor Barreto, 2186 - Centro, Canoas/RS.

A doação da coleção de Hugo Simões Lagranha e seus desdobramentos

Hugo Simões Lagranha, além de prefeito facilitador e apoiador do Museu Municipal, é um político reconhecido e popular na história da cidade. Nasceu em 1917, em Alegrete e estudou no Colégio Militar de Porto Alegre. Formou-se em Ciências Contábeis e em Administração de Empresas Públicas. Em 1941, foi aprovado em concurso para fiscal de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, passando a exercer essa função em várias cidades.

Em decorrência do cargo, mudou-se para Canoas em 1944, começando sua trajetória no município. Foi um dos idealizadores e envolvidos na construção do Hospital Nossa Senhora das Graças, do qual fez parte da diretoria da Associação Beneficente de Canoas, mantenedora do hospital (ASSOCIAÇÃO..., 2009). Também foi um dos fundadores do Canoas Tênis Club.

Sua carreira política começou no Partido Social Democrático (PSD) em 1954, pelo qual foi vice-prefeito e prefeito de Canoas. Nos anos da Ditadura Civil Militar e com a extinção dos partidos políticos em virtude do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, e a consequente instituição do bipartidarismo, Lagranha ingressou na Aliança Renovadora Nacional (Arena), pela qual ocupou os cargos de prefeito e vereador de Canoas. Com a extinção do bipartidarismo, em novembro de 1979, filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS), sucessor da Arena. Após esse período, o ex-prefeito transferiu-se para outros partidos entre 1983 e 2000, tendo sido filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), ao Partido Progressista Reformador (PPR) e ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), no qual permaneceu até o final da sua vida política. O ex-prefeito faleceu no ano de 2005, com 88 anos, em decorrência de um câncer.

É no ano de 2007 que Derma Maria Paim, viúva de Lagranha, realiza a doação de objetos que pertenciam ao marido. O ex-prefeito manifestava

ainda em vida a vontade de doar seus objetos para o Museu que ele ajudou a criar, alegando que seus pertences e premiações recebidos como prefeito deveriam servir para ajudar a contar a história da cidade de Canoas. A doação consistia nos objetos do escritório pessoal de Lagranha e compunha-se por objetos variados, desde o mobiliário até borrachas e canetas *bic* utilizadas no local.

Tão logo ocorreu a doação, o Museu passou a se denominar Museu Hugo Simões Lagranha, tendo o ex-prefeito como Patrono. Esse movimento foi oficializado com um projeto de lei aprovado em unanimidade pela Câmara de Vereadores de Canoas (HUGO Simões Lagranha, 2007, p.13). Além disso, a partir dessa doação, o Museu passou a ter uma sala de exposição dedicada aos acervos do ex-prefeito. Nela, não podiam ser todos os objetos expostos, por conta das limitações físicas, mas encontra-se uma reprodução do escritório pessoal, com seus objetos decorativos e estantes cheia de livros e fotos, como se nunca tivesse sido modificado.

Em 2016, a instituição passou a ser sediada na Casa dos Rosa, considerada a primeira edificação de Canoas, restaurada especialmente para abrigar o Museu. A reserva técnica permaneceu no prédio sede anterior. A exposição inaugurada em 2016 ocupava as sete salas da instituição com acervos históricos da instituição. No ano de 2017, com a mudança de gestão, apenas as três salas superiores passaram a abrigar o acervo histórico, enquanto o andar térreo seria dedicado a exposições temporárias de arte.

Essas mudanças relatadas no decorrer deste artigo, de sede institucional e de designação, acabaram por confundir a identidade da instituição. Muitas vezes o Museu é referido pelo nome de sua sede, em outras, mistura-se nomes atuais e antigos, gerando as mais diversas denominações. Isso pode ocasionar a perda de uma identidade da instituição perante a cidade e seu público.

11^a Primavera dos Museus: Reafirmação da consagração de uma memória

A Primavera dos Museus é um evento cultural de caráter nacional coordenado pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), que acontece anualmente no início da primavera. Cada ano, o IBRAM propõe um tema diferente para nortear as atividades dos museus brasileiros, com o objetivo de divulgá-los, de intensificar a relação entre museu e sociedade e de aumentar o público visitante das instituições (PRIMAVERA..., doc. eletr.). A primeira Primavera ocorreu no ano de 2007 e, desde então, vêm engajando os museus a promoverem atividades destinadas ao público visitante.

A 11^a Primavera dos Museus ocorreu entre os dias 18 e 24 de setembro de 2017 e teve como temática *Museus e suas memórias*. Possuía a seguinte proposta:

(...) a proposta que ora se apresenta busca **trazer à tona reflexões a partir das memórias da própria instituição** – questão que ainda não recebeu o merecido espaço nas preocupações cotidianas de muitos museus. Um dos objetivos é que museus, e demais instituições culturais participantes, possam ‘**olhar para dentro**’ e refletir, junto com os grupos sociais presentes nos territórios nos quais estão inseridos, sobre os processos e resultados de sua própria constituição e produção. (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2017, doc. eletr. grifos da autora)

Diferentemente das propostas temáticas dos anos anteriores, que se voltavam a temas gerais externos, a 11^a Primavera dos Museus visava valorizar as memórias dos próprios museus, os provocando a olhar para dentro da instituição e a partir disso constituir suas atividades. Foram 932 museus participantes, com 2.537 atividades promovidas para contemplar o evento (11^a PRIMAVERA..., doc. eletr.)

Entre esses museus, estava o Museu Hugo Simões Lagranha, que desenvolveu uma exposição em parceria com o Museu de Arquivo Histórico

La Salle⁷ para fazer parte das atividades da 11^a Primavera dos Museus, denominada: *Sezefredo Azambuja Vieira e Hugo Simões Lagranha: dois homens, uma cidade e um museu* (Figura 2).



Figura 2 - Exposição *Dois homens, uma cidade e um museu*.

Fonte: Julia Jaeger, 2017.

O texto de abertura da exposição apresenta a exposição temporária, cuja temática alusiva à Primavera dos Museus; aborda brevemente a relação entre os dois prefeitos e as instituições de memória da cidade. Observa-se que o nome do Museu foi escrito como *Museu Municipal Hugo Simões Lagranha*, dando outra denominação para a instituição. Além deste, outros dois textos compõem a narrativa: um referente ao histórico do Museu e outro relacionado às biografias de Azambuja Vieira e Simões Lagranha. O texto acerca do Museu é uma “linha do tempo” da história da instituição, embasada em leis e na estrutura organizacional da Prefeitura, desde a criação do Arquivo até a alocação na Casa dos Rosa.

A exposição *Dois homens, uma cidade e um museu* foi composta com objetos tridimensionais da instituição e documentos e fotografia do Arquivo Histórico, relacionados à história de vida dos dois homens

⁷ Museu Histórico La Salle: fundado em 1998, possui acervo de materiais didáticos, livros antigos lassalistas, além de mobiliários e utensílios utilizados em sala de aula. Fica localizado na Universidade La Salle, Av. Victor Barreto, 2288, Centro, Canoas/RS. Para saber mais sobre esse museu, ver PAZ (2015).

homenageados. Hugo Simões Lagranha estava duplamente representado durante o período dessa Primavera dos Museus, pois além da sala permanentemente dedicada ao seu acervo do escritório, haviam outras materialidades referentes à exposição temporária.

Junto ao texto expositivo e ficha técnica havia uma vitrine, a única que expunha acervo relativo à instituição. Encontravam-se nela quatro panfletos do Museu produzidos em diferentes anos (à direita da figura 3) e um depoimento de Maria Lucia Agostini (à esquerda da figura 3), ex-funcionária da instituição, que acompanhou os primeiros passos da mesma.

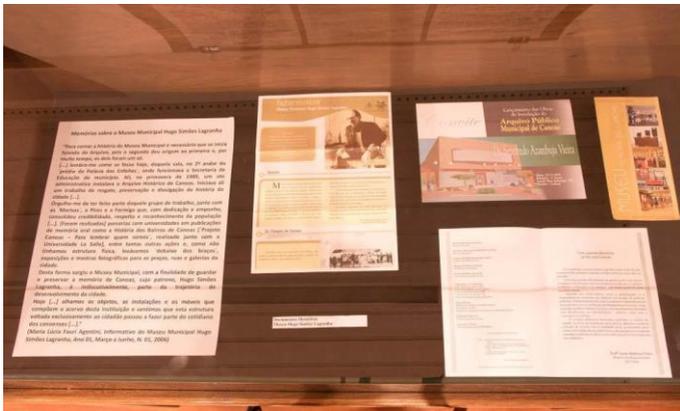


Figura 3 – Vitrine com informativos do Museu e Arquivo Municipal

Fonte: Julia Jaeger, 2017.

Ainda havia documentos expostos pertencentes ao ex-prefeito Lagranha eram, tais como certificado de reservista do exército, carteira de identidade, licença para porte de arma, carteira do Colégio Militar, certidão de nascimento, discurso de posse de 1963, alguns documentos direcionados a ele com a legenda de “documentos sigilosos” e o seu quepe. Já os documentos de Azambuja eram carteira de identidade, registro de emprego, manifestação política, esboço da história de Canoas escrito pelo prefeito, cinzeiro e caneta tinteiro (Figura 4).



Figura 4 - Vitrine com documentos dos ex-prefeitos
Fonte: Julia Jaeger, 2017.

Em outra vitrine, panfletos e materiais de divulgação utilizados em campanhas políticas (Figura 5). Nas paredes da exposição, reproduções de fotografias (Figura 6) dos ex-prefeitos em momentos pessoais de sua infância e em atos solenes da administração municipal, tais como posse dos prefeitos, inauguração do Colégio Marechal Rondon, inauguração da Praça Dona Mocinha, inauguração do Posto de Saúde, instalação do Arquivo Público, inauguração da Caixa Econômica.



Figura 5 - Vitrine com panfletos políticos
Fonte: Julia Jaeger, 2017.



Figura 6 - Reproduções de fotografias dos ex-prefeitos

Fonte: Julia Jaeger, 2017.

A narrativa da exposição concentrava-se em uma história desses homens semióforos, isenta de contrapontos e reflexões. A proposta consistia em homenagear os patronos das instituições de memória, como deixa claro o texto de abertura. Os objetos são, neste contexto, apenas elementos usados para ilustrar a biografia dos dois ex-prefeitos, de forma metafórica⁸ (MENESES, 1994). Desse modo, pode-se problematizar essa exposição, de acordo com José Newton Coelho Meneses:

Edifícios, objetos e pessoas devem problematizar a história e não apenas servirem como objetos materiais expostos à curiosidade de quem quer conhecer. Eles devem estimular o pensamento acerca da dinâmica construção da cultura visitada. Caso contrário, a fruição será superficial e o esquecimento será o destino do produto interpretado. Quantas vezes visitamos um museu histórico e logo depois de sairmos dele não nos lembramos mais do rico acervo que vimos exposto! Os museus históricos, quando não problematizam a história, quando não permitem a interpretação instigadora do visitante, funcionam simplesmente como prateleiras de antiguidade (MENESES, 2012, p. 42).

Desse modo, os objetos remetiam a duas figuras políticas que realizaram, de acordo com a narrativa do Museu, grandes feitos em suas vidas pessoais e em suas gestões como prefeitos ou vereadores da cidade. Os objetos pessoais expostos auxiliavam na narrativa sobre as figuras representadas pela exposição. Fazendo uma leitura dos elementos que

⁸ Objetos que servem para ilustrar “[...] sentidos, conceitos, ideias, problemas que não foram deles extraídos, mas de outras fontes externas, independentes daquilo que se está apresentando” (MENESES, 1994. p.28).

compõem essa exposição, pode-se entender que a representação da cidade de Canoas e da sua instituição museológica é construída a partir da figura desses políticos, mesmo sabendo que existem muitas histórias e relatos institucionais para além da figura dos dois homens.

Considerações finais

Mário Chagas (2009, p.62), afirma que “os museus podem ser espaços celebrativos da memória do poder ou equipamentos interessados em trabalhar com o poder da memória”. Observa-se que, enquanto alguns museus fizeram um movimento de deslocamento de espaços da memória do poder para serem equipamentos que trabalham com o poder da memória, o Museu Municipal de Canoas passou pela modificação contrária, ou seja, de um museu atuante, plural e representação do município e da comunidade canoense, passou a ser um museu atrelado à celebração do ex-prefeito Lagranha.

A proposta da 11^a Primavera dos Museus era instaurar um momento de reflexão das instituições museológicas sobre sua própria trajetória. Todavia, o Museu Hugo Simões Lagranha preferiu homenagear os patronos do Museu e do Arquivo. Ao deslocar o olhar da história da instituição para a biografia de dois políticos consagrados no município, a instituição também reforçou a ideia de que a atuação desses personagens se confundia com a história da própria instituição. Após essa exposição, os artefatos e documentos de Hugo Simões Lagranha passaram a ocupar duas salas expositivas no museu. O ex-prefeito, dessa forma, passou a ter grande destaque na instituição. Desse modo, a pesquisa demonstrou que a instituição está vinculada a uma concepção tradicional de museu, na qual a contemplação dos objetos, usados nesse contexto como ilustrativos de uma época pretérita, é motor para a consagração de uma determinada memória.

O Museu Hugo Simões Lagranha, ao consagrar uma memória personalista, centrada na figura de seu patrono, jogou na invisibilidade outras memórias e narrativas coletivas de uma cidade plural como Canoas. As

mudanças ocorridas ao longo dos anos, de denominação, de sede e de narrativa expositiva e institucional do Museu, possivelmente ocasionam a perda da identidade da instituição museológica, mas também a perda de uma identidade de cidade representada pelo Museu.

Um recente debate sobre o papel dos museus na atualidade teve início no mês de agosto de 2019, no qual o Conselho Internacional de Museus (ICOM) se propôs a adotar uma nova definição de museu, que passaria a considerá-los “espaços democratizantes, inclusivos e polifônicos para o diálogo crítico”, garantindo “a igualdade de direitos” e contribuindo “à dignidade humana, à justiça social e ao bem-estar planetário” (ICOM Portugal, doc. eletr.). Apesar de ser controversa essa mudança, pois excluiria importantes aspectos do fazer e pensar museológico⁹ é um bom lembrete sobre a necessidade de atuação dos museus como espaços de reflexão e de manutenção da democracia; instituição em constante diálogo com a sociedade e com o espaço no qual está inserido.

Referências

- 1^a Região Museológica do Rio Grande do Sul. Arquivo Histórico e Museu Municipal Hugo Simões Lagranha. Acesso em: 10 nov. 2019. Disponível em: <https://1regiao.wordpress.com/xi-mostra-conjunta-de-museus/imagem-003-2/>
- 11^a PRIMAVERA DOS MUSEUS. Instituto Brasileiro de Museus. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/primavera-dos-museus/11a-primavera-dos-museus/>. Acesso em: 10 out. 2019.
- ABREU, Regina. **A fabricação do imortal**: história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Rocco, 1996.
- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza. A linguagem de poder dos museus. In.: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Museus, coleções e patrimônios**: narrativas polifônicas. Rio de Janeiro: Garamond, MinCJIPHAN/DEMU, 2007. p.12-19.

⁹ Tal proposta gerou debate no campo e levou vinte delegações do ICOM a pedirem prorrogação para encontrar outra definição. Na Conferência de Kioto, em 2019, foi adiada, então, a decisão e nova definição está em debate entre os membros do ICOM.

- ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE CANOAS. **Hugo Simões Lagranha**: período de 1968 a 1971. Canoas: Tecnicópias, 2009. 212p. (Histórias de nossos prefeitos; Série documento, v.8)
- CHAGAS, Mário. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, v.19, n.19, jun. 2009. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367>>; Acesso em: 08 jun. 2019.
- ICOM Portugal. **Nova definição de Museu**. Portugal, 16 ago. 2019. Disponível em: <http://icom-portugal.org/2019/08/16/nova-definicao-de-museu/>. Acesso em: 20 out. 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **11ª Primavera dos Museus: Museus e suas memórias**. [folder]. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/PrimaveraMuseus2017_TextoReferencia.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.
- LE GOFF, Jacques. Memória. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. p.366-419.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v.2, n.1, p.9-42, jan. 1994. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5289>>. Acesso em: 10 out. 2019.
- MENESES, José Newton Coelho. A patrimonialização da vida: vivências, memória social e interpretação do patrimônio cultural. In: BRUSADIN, Leandro Benedini; COSTA, Everaldo Batista da; PIRES, Maria do Carmo (orgs.). **Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder**. São Paulo: Outras expressões, 2012.
- POMIAN, Krzysztof. Coleção. **Enciclopédia Einaudi**. Porto: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984. p. 51-86
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>>; Acesso em: 15 jun. 2019.
- PRIMAVERA DOS MUSEUS. Instituto Brasileiro de Museus. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/primavera-dos-museus/>. Acesso em: 10 out. 2019.

Ferrovias do Trigo: patrimônio e turismo

Renan Pezzi¹

O trabalho buscará discutir as questões que abordam o patrimônio ferroviário no Rio Grande do Sul, sob a ótica da preservação do patrimônio histórico e cultural. Mais precisamente os estudos estão ligados à Ferrovia do Trigo. O objetivo geral é analisar a importância patrimonial e histórica da ferrovia, e o seu potencial turístico para as regiões de Guaporé e Mucum, no interior do Rio Grande do Sul. Além disso, busca-se evidenciar a necessidade de conscientizar o poder público para a prática do turismo na região, hoje aplicado de forma particular e ilegal. Vários projetos para a implantação de um trem turístico vinham sendo discutidos e analisados por quase duas décadas, o que demonstra, mais uma vez, que a Estrada de Ferro pode ser considerada como um patrimônio histórico e cultural para a região. Recentemente foram iniciados uma série de passeios com um trem turístico pela região, que possui como objetivo inicial averiguar a possibilidade de implementar um roteiro permanente

Em 1889 o governo imperial idealizou a construção de uma ferrovia que ligasse São Paulo ao Rio Grande do Sul. Em 1891 foram aprovados estudos para a construção do trecho Santa Maria - Cruz Alta - Passo Fundo - Marcelino Ramos, que permitiria a ligação com a rede férrea Paraná-Santa Catarina e Itararé-São Paulo. Em novembro de 1894 foi inaugurado o primeiro trecho, com 160 km, entre Santa Maria e Cruz Alta.

¹ Mestrando em História/UPF; 135465@upf.br

Em fevereiro de 1898 o trecho Santa Maria – Cruz Alta – Passo Fundo foi concluído (TEDESCO, 2015), após passar por vários problemas, incluindo paralisações nas obras, demandas judiciais, entre outros contratemplos. Por esses motivos, a conclusão ocorreu em 1910, quando chegou até o município de Marcelino Ramos como destacado por Wolff (2005, p. 92)



Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/74/VFRGS_Mapa.jpg

Figura 1- Mapa da malha ferroviária do Rio Grande do Sul (c. 1925).

Para Tedesco (2015, p. 25) no interior do estado, esse projeto permitia ligar três centros expoentes em termos políticos e econômicos. Ou seja, Santa Maria, Cruz Alta e Passo Fundo e com isso resolver o grave problema dos transportes de produtos em mercados consumidores expoentes. Esse fato representava um grande gargalo no crescimento econômico das regiões mais distantes dos centros maiores.

Além de escoar rapidamente a produção, o transporte ferroviário também foi responsável por encorajar práticas produtivas e econômicas, atraindo a (i)migração, ocupando o solo e também teve importância em fatores de interesse nacional, como no campo bélico, fronteiriço e de modernização, atraindo a presença de capital estrangeiro direta ou indiretamente ligado a ela (TEDESCO, 2005, p. 24).

Não apenas Passo Fundo como também outros municípios da região Norte se destacavam na produção do cereal e sofriam com as dificuldades para o escoamento de sua produção, evidenciando como a construção de uma nova Estrada de Ferro poderia ser útil para amenizar ou até mesmo acabar com este problema. A tabela a seguir nos mostra quais são os municípios de maior produção de trigo no Estado em 1947-48. Na observação, destaca-se o município de Guaporé, este sendo o quarto maior produtor da semente, em seu trajeto a Ferrovia do Trigo passa diretamente por Passo Fundo e Guaporé. É válido citar que a área de cada cidade era muito maior que atualmente, sendo que os municípios acabaram se emancipando ao longo dos anos seguintes.

Tabela 1 - Municípios de maior produção de trigo do Rio Grande do Sul - Safra 1947 - 48 (em ton.)

Municípios	Produção	%
Erechim	12.000	10,1
Passo Fundo	9.300	7,8
Vacaria	9.200	7,8
Guaporé	8.400	7,1
Bento Gonçalves	6.340	5,4
Alfredo Chaves	5.100	4,3
Lagoa Vermelha	5.000	4,2
Caxias	4.000	3,4
Garibaldi	3.900	3,3
Santo Ângelo	3.800	3,2
Total	67.040	56,6
Total do Estado	118.510	100,0

Fonte: Rio Grande do Sul, adaptado de FONSECA, op. cit., p. 153

A região norte do estado do Rio Grande do Sul era a grande produtora de trigo e posteriormente se tornou de soja, sendo que a principal forma de escoamento das imponentes safras era feita a partir do transporte ferroviário. Porém, um problema que se observava estava relacionado à distância e o tempo que o trem gastava para chegar até Porto Alegre. Primeiramente o trajeto era feito através da linha que saía de Passo Fundo, seguia para Santa Maria e após para Porto Alegre. Essa era uma viagem de em média 24 horas, percorrendo cerca de 550 Km. Sendo assim, Cristiane Secchi (2008, p. 46) destaca que, ainda no final do século XIX,

apresentaram-se as primeiras iniciativas para a construção da atual Ferrovia do Trigo. Segundo os projetos, ela deveria iniciar no município de Lajeado e seguir pelo Rio Taquari, com destino a cidade de Passo Fundo. Isso diminuiria o tempo para 8 horas, um quarto do que era gasto com o trajeto antigo, e então o trajeto teria pouco mais de 300 Km.

Em 1910 aconteceram as primeiras movimentações do governo e ór-gãos responsáveis para o início da construção dessa nova estrada de ferro. No entanto, pouco tempo depois, em 1914, eles estiveram paralisados por conta da Grande Guerra que estava acontecendo na Europa. Após o final do conflito (SECCHI, 2008, p. 46), o governo brasileiro se encontrava em um período de muita instabilidade e crise financeira, juntando tudo isso às tensões no governo Vargas, a partir de 1930, ainda podemos destacar a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Em matéria publicada no jornal *Correio do Povo*, em 1973, é destacado que foi aprovado o projeto de engenharia final para a construção e que os investimentos do Ministério dos Transportes, para a modernização do transporte ferroviário nacional, chegavam a 11 bilhões e 800 milhões de cruzeiros para o triênio 1973-75. A matéria ainda destaca que “no caso específico da L 35,² que mudaria de nome para EF-491, as inversões financeiras se justificam plenamente em face da demanda de transporte de produtos para a região, onde se alinham o trigo em grão, farelo de soja, sorgo, calcário, cimento, fertilizantes, derivados de petróleo e outros”.

A inauguração da Ferrovia do Trigo estava prevista para o ano de 1977. No entanto, um novo atraso na conclusão das obras adiou para o ano seguinte esse acontecimento. E foi somente em dezembro de 1978, após 68 anos, que oficialmente ocorreu a entrega da EF-491, em uma cerimônia contando com a presença do então Presidente da República, General Ernesto Geisel. Na manhã do dia 8 de dezembro de 1978, o presidente chegou ao Aeroporto de Passo Fundo, sendo recebido pelo Prefeito Wolmar Salton, seguindo até a nova Gare do município, onde proferiu um discurso e posteriormente iniciou a viagem inaugural com destino final a cidade de Porto

² Este foi o primeiro nome dado para a Ferrovia do Trigo.

Alegre. Antes disso seria feita mais uma parada na cidade de Guaporé, onde também estava programada a inauguração da estação ferroviária da cidade e, para descerrar uma placa alusiva aos 75 anos de emancipação do município. É fato que uma multidão aguardava a chegada da autoridade.

O abandono do transporte ferroviário brasileiro, no caso da Ferrovia do Trigo, aconteceu pouco tempo depois da inauguração oficial, muito por conta das novas rodovias e praticidade desse tipo de transporte. E pela questão do alto consumo de diesel dos trens em comparação aos caminhões, segundo alegavam o governo e os órgão responsáveis.

O tão esperado “desenvolvimento” que chegaria com a implementação da ferrovia parece ter ficado apenas no imaginário da população do Vale do Taquari, tendo seu verdadeiro desenvolvimento nos anos de construção. Assim, podemos afirmar isso com base na situação de abandono em que se encontram as estações e pelo curto período de utilização da linha com o transporte de pessoas (SECCHI, 2008, p. 87).

Importância histórica e situação de abandono

Atualmente, após o encerramento da linha de passageiros com o Trem Húngaro em 1982, as diversas estações ao longo do trajeto foram sendo abandonadas. Hoje, algumas se encontram parcialmente destruídas. Nesse sentido, nas imagens que apresentaremos pode ser observado como exemplo, a antiga estação que está localizada no município de Dois Lajeados. Nela, podemos visualizar o seu estado de destruição, ocasionado pelo tempo e o vandalismo, mas principalmente por conta da falta de investimentos e do abandono da RFFSA no transporte de passageiros por vias férreas, também, posteriormente da ALL, atual concessionária da EF-491, por ser uma empresa que tem foco no transporte de cargas, como cereais e combustíveis. Desse modo, não há a necessidade dela se comprometer com a manutenção e conservação dessas construções. Assim, atualmente, os trilhos secundários foram retirados do pátio da estação e as estradas que ligavam a área urbana da cidade até o local não existem mais.



Figura 2: Complexo abandonado da estação ferroviária de Dois Lajeados.

Fonte: Acervo pessoal do autor.

Podemos também analisar a situação da estação na cidade de Guaaporé, um dos principais focos deste trabalho, e a segunda maior e mais importante da linha, ficando atrás apenas de Passo Fundo. Essa estação possui uma estrutura de dois andares e demonstra como o município da serra era considerado um dos principais polos para a EF-491. Como mencionado anteriormente, na época de sua inauguração já não havia uma grande necessidade de escoamento da produção agrícola, passando o destaque para o transporte de passageiros. Abaixo se encontram duas imagens, a primeira revela como era o complexo logo após a inauguração, no final dos anos 1970. Em destaque se encontra um dos chamados trens húngaros, que faziam o transporte dos passageiros. Na sequência se encontra uma foto atual, onde observa-se o estado de abandono da construção. Esses dois casos mostram qual o resultado da falta de investimentos por parte dos governos e empresas e demonstram o descaso com o sistema ferroviário no Brasil. Atualmente, a parte superior serve de moradia para famílias de funcionários que trabalham para a ALL.



Figura 3: Complexo ferroviário de Guaporé e Trem Húngaro, final dos anos 1970

Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Guaporé.



Figura 4: Estação Ferroviária de Guaporé, imagem atual.

Fonte: Acervo pessoal do autor.

Conscientizações sobre a ferrovia como patrimônio histórico cultural de Guaporé e região

No tópico anterior analisamos o contexto da importância da Ferrovia do Trigo para Guaporé. Também foi discutido acerca da situação de abandono que se encontram as construções e monumentos ao longo do percurso. Agora será proposta, com base na análise de material de imprensa como a EF-491, a sua importância para o desenvolvimento do turismo na região entre Guaporé e Muçum. Sendo assim, devemos tomar

consciência que para isso acontecer, antes de tudo deve existir uma preocupação em poder recuperar e preservar alguns locais e reconhecê-los como patrimônio, não só municipal, mas também regional.

Durante muito tempo os poderes públicos municipais, dos municípios que compreendem o trajeto Guaporé – Muçum, estiveram unidos na realização de projetos que buscassem implementar um roteiro turístico pela região através dos trilhos. O primeiro projeto para um trem turístico surgiu em 1999, pouco tempo após a concessão da malha ferroviária, conforme matéria do jornal *Tribuna da Serra* (*Tribuna da Serra*, p.3. Guaporé, 22 jul. de 1999), sob o título de “Guaporé busca atrair turistas com trem Maria Fumaça”. Nesta matéria é destacado o cenário da Ferrovia do Trigo na região de Guaporé e Muçum. A ideia era de implementar um passeio com uma locomotiva Maria Fumaça, fazendo a rota entre os dois municípios pois, segundo cálculos, a ferrovia teria viabilidade econômica e poderia ajudar a impulsionar o turismo nas cidades.

No mesmo ano, 1999, um ofício foi encaminhado para o então Ministro de Estado dos Transportes, com o objetivo da liberação de passageiros, dando destaque para o fato de que a Ferrovia do Trigo possuía, no trecho Guaporé – Muçum, seus “maiores atrativos”, sendo esses os viadutos e túneis, juntando com a paisagem serrana dos vales que acabam “proporcionando panorama de invejável beleza e imponência”. O documento segue evidenciando o objetivo da utilização da linha férrea com fins turísticos, segundo:

Com o objetivo de desenvolver o turismo na região e gerar emprego, solicitamos a liberação da linha de passageiros para exploração turística ferroviária pela Prefeitura Municipal de Guaporé, aos finais de semana e feriados (...) salientamos, também, que o nosso município é polo na industrialização da semi-jóia e possui um dos autódromos mais belos e seguros do país. Isso, somado ao grande turismo desenvolvido pela região de Caxias do Sul, proporcionará maior oportunidade de visitação pública, gerando o aumento de nossas divisas e trabalho a nossa população (Prefeitura Municipal de Guaporé, Ofício 168-99).

Em resposta, o Secretário de Transportes Terrestres Substituto, Carlos Guterres Parada Júnior, encaminhou ofício com anexo de uma “cópia da Norma Complementar nº 8, de 8/8/2000, publicada no DOU (Diário Oficial da União), em 10/8/2000, a qual estabelece diretrizes para tratamento de solicitações relativas à prestação de serviço excepcional de transporte ferroviário de passageiros” (Ministério dos Transportes Secretaria de Transportes Terrestres, Ofício Circular nº 017/STT/MT). Tal norma indica que a liberação das linhas sob concessão é destinada, conforme Art. 2º, apenas no “atendimento de órgãos ou entidades sem fins lucrativos; na realização de eventos específicos e isolados, de natureza cultural; duração pré-estabelecida; ou descontinuidade na prestação dos serviços (Diário Oficial da União, 10/08/2000. Seção 1, p. 15)”.

Analisando os exemplos acima citados, podemos perceber que, na primeira tentativa, a implantação de um roteiro turístico envolvendo a Ferrovia do Trigo foi barrada por um ponto nas diretrizes do Ministério dos Transportes.

Vale ressaltar que, na época não existia um projeto bem elaborado para colocar em prática um roteiro turístico ferroviário e cultural na região. Sendo assim, nos anos seguintes, os municípios que compõem a região de abrangência da ferrovia entre Guaporé e Estrela e formam a Associação dos Municípios de Turismo da Região dos Vales (AMTURVALES); firmam uma união para discutir possíveis propostas e projetos de turismo envolvendo o transporte ferroviário. Tal associação possui um papel muito importante para que assim sejam propostas novas práticas, que visam o turismo. Essa união entre os municípios fortalece seus ideais.

Em 2010, na cidade de Guaporé, ocorreu uma cerimônia de entrega simbólica dos vagões para serem utilizados no transporte de passageiros no roteiro turístico, bem como o lançamento de uma campanha que visava a implantação do trem turístico até o ano de 2014, sob o título de Copa pelo Rio Grande. Na imagem abaixo pode ser observado o convite para estas cerimônias.



Figura 5: Convite para cerimônia de entrega dos vagões e campanha copa pelo Rio Grande Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Guaporé. 2010

Na ocasião, como descrito em matéria publicada no jornal *Informativo Regional*, os representantes das principais entidades ligadas ao projeto participaram da entrega simbólica dos seis vagões doados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT), os quais seriam restaurados e posteriormente usados para o passeio (*Informativo Regional*. Guaporé. p. 4, 30 abr. de 2010).

O projeto não foi concretizado até o presente e os municípios ainda estão à espera da revitalização e entrega definitiva dos vagões. Junto a isso, aguardam a liberação da empresa responsável pelos serviços atuais das linhas, para a circulação do trem turístico. Como salienta matéria publicada no site da AMTURVALES:

Ainda restam alguns estudos técnicos da viabilidade de se trazer um ‘veículo’ como esse e processos com o Governo Federal (Dnit) e com a ALL para a implantação deste trem”, diz Arruda. Entre os trâmites para a implantação do “Trem de Passageiros” está a liberação da linha férrea (direito de trânsito), em determinados horários, pela América Latina Logística (ALL), detentora da concessão. Outro “problema” é a documentação liberatória do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) para que se coloque um trem de passageiros na linha, que há tempos é ocupada somente por trens de carga. Arruda salienta que existem várias regras da Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT) (Ferrovia do Trigo: Trem turístico deve ser implantado em 2015, disponível em: < <http://www.amturvaes.com.br/noticias/ferrovia-do-trigo-trem-turistico-deve-ser-implantado-em-2015>> Acesso em, dez. de 2019).

Sobre essas questões que andam atrasando a implantação do roteiro turístico, podemos ainda destacar um avanço nas negociações por parte do DNIT, conforme ofício encaminhado ao Prefeito Municipal pelo órgão (DNIT Ofício nº 208/2016/CGPF/DIF/DNIT), no dia 04 de abril de 2016. Neste, referindo-se ao pedido de cessão de uso gratuito de bem imóvel, no caso, a Estação Ferroviária de Guaporé, com prazo de vigência do contrato por 20 anos, conforme nota do DOU (Diário Oficial da União, 22/03/2016. Seção 3, p. 107).

A partir dos documentos mencionados e das matérias jornalísticas, pudemos analisar que, desde os primeiros anos pós concessão a Ferrovia do Trigo, esta demonstrava ter uma valiosa importância para os municípios da região. Nesse sentido, o turismo seria uma alternativa para gerar mais empregos e PIB para as cidades.

O próximo passo é a conscientização da população sobre a preservação dos patrimônios. Nesse trabalho focamos especialmente no caso da cidade de Guaporé e de seu complexo ferroviário. Como já analisado anteriormente, a construção se encontra em estado de abandono e parte dela é utilizada como moradia, sendo interessante a revitalização e realocação das pessoas que hoje lá vivem em outras regiões da cidade.

Em 2006, foi instituída pelo Poder Público Municipal a lei nº 2699/2006, cuja finalidade é a de preservação do patrimônio natural e cultural do município, juntamente com o tombamento deles. O Art 2º descreve o seguinte:

O patrimônio natural e cultural do Município de Guaporé é constituído por bens móveis ou imóveis, de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, existentes em seu território e cuja preservação seja de interesse público, dado o seu valor histórico, artístico, ecológico, bibliográfico, documental, religioso, folclórico, etnográfico, arqueológico, paleontológico, paisagístico, turístico ou científico (GUAPORÉ, Lei nº2699/2006, de 16 de junho de 2006).

Se tal lei for aplicada corretamente, possibilitará elevar a importância do complexo ferroviário da cidade de Guaporé, no sentido do valor histórico cultural e turístico regional. Aqui, já apresentamos os principais motivos pelos quais a EF-491 possui importância histórica e cultural para a região. E que pode ser considerado com um dos bens integrantes da preservação do patrimônio histórico e da memória da população local, e para viabilizar e consolidar os projetos de realocação da linha de passageiros.

Recentemente a poder público dos municípios que compõem a região abrangente do trecho ferroviário em destaque no artigo, em parceria com a AMTURVALES, consolidaram uma série de passeios experimentais de Maria Fumaça, segundo matéria publicada no portal da Prefeitura Municipal de Guaporé “mais de cinco mil pessoas deslumbraram-se com as belíssimas paisagens proporcionadas pelo passeio na malha ferroviária entre Guaporé e Muçum. Avaliação é positiva”(MUNICÍPIO DE GUAPORÉ, Projeto “Trem do Vales” encanta o Rio Grande do Sul. Disponível em <<https://www.guapore.rs.gov.br/noticias/projeto-trem-dos-valess-encanta-o-rio-grande-do-sul>> Acesso em: dez de 2019). Também é destacado a possibilidade de uma nova parceria para a concretização de novos passeios ao longo dos próximos anos.

Sobre o turismo ferroviário no Brasil, citamos o trabalho de Vera Lúcia Borges e Clara Fraga. As autoras abordam a utilização das linhas férreas construídas durante a República Velha, as quais atualmente servem como roteiros turísticos. Sobre isso, é destacado que:

Com o passar do tempo, os viajantes e os residentes foram associando aos trens em circulação referências à prosperidade e euforia daquele período que parece ter sido passado pelas gerações. Provavelmente, a sensação de idealização por momentos vividos no passado, associado às lembranças de felicidade, seja, no presente, importante componente de apelo para este mergulho no passado da história do país sob o barulho da Maria Fumaça. Dito de outra maneira, na atualidade, os trens levam seus passageiros ao mergulho no tempo de crescimento do Brasil marcado por fortes elementos culturais que podem ser potencializados como produtos turísticos ímpares em prol do desenvolvimento do turismo ferroviário no País (2015, p. 12).

Um importante ponto abordado pelas autoras pode ser utilizado para este trabalho. Em uma das conclusões em que se trata a respeito da importância de se investir no transporte ferroviário como atrativo turístico, cita-se que é válido por estar ligado ao passado das regiões onde ele é implementado. A proposta leva os passageiros a uma viagem no tempo, de volta a um período onde o “progresso” chegaria junto com os trilhos e seria anunciado ao som do trem. Assim, podendo amenizar a frustração da população que hoje observa a situação na qual se encontram a maioria das Estradas de Ferro do país.

Considerações Finais

Seria importante, caso o projeto de um trem turístico se concretize, a revitalização do espaço e a conscientização do poder público para que ele possa integrar a lista de bens tombados, de tal forma que possibilite a preservação e reconhecimento do mesmo como patrimônio histórico e cultural do município e região. Focando no complexo ferroviário da cidade de Guaporé onde, como visto nas imagens acima, os locais precisam passar por uma revitalização para então poder atender aos turistas e à população local que, se constituído o projeto, passarão a utilizar o seu espaço.

Dessa forma, seria interessante, em um primeiro momento, a inclusão do complexo ferroviário de Guaporé na lista dos patrimônios tombados do município. O próximo passo poderia ser a revitalização do espaço, transformando-o novamente em um lugar com a devida capacidade para atender o público que passará a frequentá-lo. A participação popular é um dos fatores que melhor contribuem para a preservação da história de determinado local. E é através do povo que podemos determinar se um espaço ou construção tem o devido valor histórico para aquela comunidade e assim ser preservado. Assim, como analisado anteriormente, acreditamos que a união entre os estudos históricos, arquitetônicos e a participação da população, aliados aos órgãos públicos municipais e

regionais, são a maior arma contra o descaso e o abandono de parte da história de um lugar específico.

Fontes

Diário Oficial da União, 22/03/2016. Seção 3, p. 107.

Diário Oficial da União, 10/08/2000. Seção 1, p. 15).

Informativo Regional. Guaporé. p. 4, 30 abr. de 2010

GUAPORÉ, Lei nº2699/2006, de 16 de junho de 2006. *Dispõe sobre a preservação do patrimônio natural e cultural do município de Guaporé e institui o fundo de proteção do patrimônio cultural de Guaporé*. Guaporé. 2006

Ministério dos Transportes Secretaria de Transportes Terrestres, Ofício Circular nº 017/STT/MT

Prefeitura Municipal de Guaporé, Ofício 168-99

Tribuna da Serra. p.3. Guaporé. 22 jul. de 1999

Referências

BORGES, V.L.B. & FRAGA, C. (2015). *Turismo e Ferrovia no Brasil: Um estudo sobre as heranças da primeira República. Política e Planejamento do Turismo*. XII Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Turismo – ANPTUR. Natal, Rio Grande do Norte. p. 12.

Ferrovia do Trigo: Trem turístico deve ser implantado em 2015, disponível em: <<http://www.amturvaes.com.br/noticias/ferrovia-do-trigo-trem-turistico-deve-ser-implantado-em-2015>> Acesso em, dez. de 2019.

MUNICÍPIO DE GUAPORÉ, Projeto “Trem do Vales” encanta o Rio Grande do Sul. Disponível em <<https://www.guapore.rs.gov.br/noticias/projeto-trem-dos-vaes-encanta-o-rio-grande-do-sul>> Acesso em: dez de 2019.

SECCHI, Cristiane. *Ferrovia do Trigo: Uma História Sobre os Trilhos (1940-1980)*. 2008. 152 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Univates, Lajeado, 2008.

TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. *Madeiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. 2ª ed. Passo Fundo/Porto Alegre: UPF/EST, 2005, páginas 21-51.

TEDESCO, João Carlos. *A Gare e o trem em Passo Fundo: sinergias econômicas (1898-1978)*. Porto Alegre: EST, 2015.

WOLFF, Gladis Helena. *Trilhos de ferro, trilhas de barro: a ferrovia no norte do Rio Grande do Sul: Gaurama 1910-1954*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

**Descolonizando a história negra:
o processo de retirada da cadeira de arruar
do espaço expositivo do museu Julio de Castilhos**

*Maria José dos Santos Alves*¹

*Cinara da Silva Vargas*²

“Meu cântico fez do Atlântico um detalhe quântico”

Emicida

O presente artigo tem como propósito fazer análise do processo que envolve a descolonização do museu, referente a história do povo negro. Parte da documentação museológica da cadeirinha de arruar do Museu Júlio de Castilhos /RS, até o momento de sua retirada do espaço expositivo. A pesquisa possui caráter teórico e prático. Na teoria envolve análise, reflexões e discussão na área da História e Museologia sobre a representação que se refere ao modo com o objeto é documentado e apresentado publicamente. Na prática buscou-se a análise da ficha catalográfica e do livro diário do acervo do museu, bem como das produções acadêmicas onde a cadeirinha de arruar foi citada. O trabalho também pretende incitar propostas onde negros sejam os protagonistas e donos de sua própria história dentro dos espaços expográficos nos museus, rompendo com as narrativas majoritariamente vinculadas ao olhar do colonizador.

¹ Mestre em Educação (UFRGS); Licenciada em História (UFRGS); Graduada em Museologia (UFRGS); alves.mjs@gmail.com

² Graduada em História (PUCRS); cinaradsvargas@gmail.com

Introdução

O poder hegemônico sempre minimizou a participação no negro no processo de construção da sociedade brasileira à escravidão. O racismo estrutural lapidou as relações de raças, de forma que os negros sempre foram reduzidos a “descendentes de escravos”.

Sendo assim, os espaços museológicos adentraram a contemporaneidade com exposições em que o modo de constatar a História do povo negro no Rio Grande do Sul e no Brasil sempre estiveram vinculados à objetos referentes ao período escravocrata. Esse reducionismo sobre as narrativas dos negros, cumpre o papel de afirmação do racismo estrutural do Brasil que conduz ao entendimento da marginalidade racial na sociedade brasileira como um todo.

Para Ângela Figueiredo (2017) a abolição da escravatura foi um processo importante, mas não suficiente para a descolonização das sociedades, sendo imprescindível repensar as representações da história do povo negro nos espaços museais. Na medida em que uma sociedade constrói sua história simbolicamente por meio de um sistema de ideias, imagens e símbolos que constituem a sua representação (POHL, 2005), formas racializadas sobre o povo negro perduram até a contemporaneidade, através da permanência de objetos como a ³cadeirinha de arruar.

Museu Júlio de Castilhos

O Museu Júlio de Castilhos, é o museu mais antigo do Rio Grande do Sul. Foi criado por Decreto-Lei em 30 de janeiro de 1903 pelo então presidente do Estado, Antônio Augusto Borges de Medeiros, sendo denominado “Museu do Estado”.

Antes de sua localização no endereço atual⁴, foi abrigado em dois pavilhões no Parque da Redenção, que haviam sido construídos para a

³ Espécie de cadeira onde escravizados transportavam os brancos escravocratas.

⁴ A antiga casa que abriga o Museu Julio de Castilhos, pertenceu ao próprio estadista, que residiu no local com sua família até a data de sua morte em 1903.

primeira Exposição Agropecuária e Industrial do Rio Grande do Sul, realizada em 1901.

Em 1907, passou a chamar-se “Museu Júlio de Castilhos”, em homenagem ao ex-presidente do Rio Grande do Sul falecido em 1903. Faz-se necessário contextualizá-lo em uma abrangência nacional e internacional em relação aos objetivos de sua criação. Assim, o Museu do Estado fora criado com objetivos bastante amplos, com características dos museus de História Natural surgidos no contexto do movimento de criação de museus em nível internacional e no Brasil, entre o final do século XIX e início do século XX (POSSAMAI, 2014). Sendo os seguintes objetos a fazer parte do Museu: artefatos indígenas, peças históricas, obras de arte, coleções de zoologia, botânica, mineralogia e documentos. Sendo que na década de 1950, os acervos relacionados às coleções de zoologia, botânica e mineração, foram transferidos para o Museu de Ciência Naturais (criado através da Lei 2.728 em 1955), obras de arte para o Museu de Arte (atual MARGS) e documentos para o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Desta forma, o acervo passou a ser composto de acervos históricos relacionados a história do estado, entretanto, direcionado ao grupo social hegemônico da sociedade. Essa perspectiva histórica do povo negro no Rio Grande do Sul e no Brasil insere-se no negro escravizado e destituído de corpo e mente, sendo esta forma que chegou na contemporaneidade ao espaço do Museu Histórico mais antigo do Rio Grande do Sul.

Assim, ao repensar novas narrativas sobre o povo negro, passa-se pela retirada da cadeirinha de arruar do espaço expositivo e trazer a resistência e potência onde o sujeito constitui a sua história, sendo protagonista da mesma, partir de sua subjetividade.

Os percursos do objeto a partir de sua documentação museológica e fontes bibliográficas

A documentação museológica tem extrema relevância dentro dos museus. É através dela que traçamos o percurso do objeto a partir de sua aquisição pela instituição.

A vida do objeto, encontra-se em sua documentação, que deverá estar em processo de atualização permanente, juntamente com outras atividades como a pesquisa, a conservação e as exposições. Ou seja, os serviços de ação cultural e/ou educativos daquilo que consideramos o ciclo museológico ou processo museológico (CERAVOLO, 2012).

Percorrer os caminhos sobre a documentação referente a cadeirinha de arruar é nos debruçarmos desde a entrada da peça no museu, com doação no ano 1909, onde o referido objeto recebeu um número de identificação que será de referência permanente. Este número é inscrito no Livro Tombo ou de Registro, com a identificação da peça, também sendo registrada em uma ficha catalográfica (MORO, 1986). Assim o acesso ao histórico do objeto se deu através do nº tomo 3167.

Observamos que, toda informação produzida sobre a cadeirinha de arruar na documentação museológica do Museu Júlio de Castilhos consta na ficha catalográfica datilografada. A ficha possui 15 campos: objeto, nº de ordem (Tombo), nº do catálogo, pertenceu á, época de procedência, modo de aquisição, doador, endereço, fone, localização, material, estado de conservação, dimensão, descrição e histórico.

No campo bibliografia, observar -se a referência do livro *Introdução à Técnica do Museu* de Gustavo Barroso como base para elaboração da ficha catalográfica (FIGURA 1):

O livro *Introdução à técnica de museus* do ano de 1946 é composto por dois volumes. O primeiro volume correspondia à chamada parte geral, contendo noções de: Organização, Arrumação, Catalogação. o segundo volume do livro contemplava a parte especializada, com noções de: heráldica, condecorações, bandeiras, armaria, arte naval, viaturas, arquiteturas, mobiliário, indumentária, cerâmica e cristais, (DALLA ZEN, 2014).

Bibliografia:
 "Introdução à Técnica de Museus" de Gustavo Barroso pag. 222, 224, 226 e 227.
 "Vice-Reis no Rio de Janeiro de Liz Jordão.
 O MARCHEAL CÂMARA de Rinaldo Pereira da Câmara 1964 Ed. Globo pgs. 257 e 265.

MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS

Objeto: **CADEIRINHA DE ARRUAR (Século XIX)**

NP de Ordem: 3167 NP de Catálogo: 1-Vt

Pertenceu a: Viscondessa de São Leopoldo Época: Século XIX
 (Porto Alegre)

Procedência: Porto Alegre.

Modo de Aquisição: doação

Data da Aquisição: junho/1909

Doador: Augusto Porto Alegre

Endereço: _____ Fone: _____

Localização: _____

Material: Madeira, pano, tinta, lona e papelão.

Estado de Conservação: Bom - Restaurada em 1939 por L. Curia e em 1980 por Ilo Frediani.

Dimensões: Comprimento total - 194 cm.
 Base - 96 x 60 cm.
 - 59 x 42 cm.

CS ScanToldwith CamScanner

Figura 1- Ficha Catalográfica da Cadeira de Arruar
Fonte: Acervo catalográfico Museu Julio de Castilhos

No Livro tombo do MJC a cadeirinha de arruar está registrada na coleção veículo terrestre. Na ficha catalográfica consta a última atualização no ano de 1980, referindo-se à restauração do objeto. Posteriormente estes registros foram transferidos para ⁵Sistema Donato 3.0. No item “Histórico”, um levantamento sobre a utilização da cadeira de arruar no sistema escravagista no Brasil, demonstra o olhar do branco colonizador que teceu sobre o homem escravizado (FIGURA 2).

⁵ Sistema de software utilizado por determinadas instituições museológicas para catalogação de acervo. Até a finalização deste artigo, o mesmo encontra-se desatualizado.

Descrição:

Cadeira de madeira, com braços curvos, de assento em palha e parte inferior do espaldar estofados. A parte superior do espaldar, com ornatos esculpidos, dourados, une-se à parte superior dos varais, que se prolonga para a frente e para trás, apoiados por travess de madeira. Cabeçalhos, todo a base pintados de verde.
Extremidades dos cabeçalhos estofados no lugar onde apoiavam ao ombro dos escravos que acregavam a liteira. Toldo de papelão pintado de verde e com armação de madeira, onde se prendem as cortinas corrediças, de 4 panos e saneira, dourada com uma franja.

HISTÓRICO:

Veículo de tração humana sem rodas. São classificados por Gustavo Barroso em seu livro: "Introdução à Técnica de Museus", como:
1 - Palanquim, pequena caixa com assento para uma pessoa, tendo uma longa travess que passa por cima do toldo, carregado por dois homens que põem aos ombros as extremidades dessa travess.

2 - Cadeirinha, pequena caixa semelhante à anterior, com varais laterais pelos quais dois homens a suspendem e carregam.
O 1º veículo usado no Brasil foi a rede armada num pau-de-rede, carregado por dois homens.

Foi com o auxílio desses veículos que os 12^{os} missionários penetraram os sertões, onde até hoje a rede serve em posição idêntica, para o transporte de enfermos, feridos ou defuntos.

Com os progressos da civilização, surgiram as liteiras e cadeirinhas.
As liteiras rasas, sem coberta, eram conhecidas como banguês e bengalás.

Banguê, a velha cadeirinha particular ou de aluguel, dansava em dois varais fortes guiada por dois lacaios.

Vem do tempo de Thomé de Souza, que nelas muito viajou. O banguê vara o Brasil de lado a lado, rompendo florestas, desbravando sertões e abrindo caminhos.

No século XVIII, sobretudo, estiveram em moda as chamadas galo-linhas ou cadeirinhas de arruar, em que as senhoras saíam a passeio e que, historicamente, às vezes eram por demais luxuosas.

Do tipo palanquim, com travessa de carregar, terminada por cabeças de serpente eram chamadas de "serpentina", modalidade de cadeirinha.

Havia outras mais modestas, com varais laterais que eram as cadeirinhas de campo.

São bastante comodas para entrar e sair e sobretudo, resguardam melhor o passageiro das intempéries.

As cadeirinhas nasceram das "chaise-a-porteur" francesas usadas no século XVI em diante, descendentes dos lectarins de Roma.

As famílias nobres e ricas que possuíam cadeirinhas luxuosas, costumavam suspendê-las no teto dos corredores de suas moradas, a fim de evitar os danos causados pelas crianças.

Outra curiosidade era a preocupação no vestuário dos "andas", que são os lacaios escravos, carregadores desses veículos.

Usavam fardas da melhor qualidade e cabeleira vinda da França, mas sempre descalços, o pé africano sempre foi hostil à sapatos tanto de pano como de couro.

Nas mãos não faltava nunca as luvas brancas, satirizada nas ruas pelo povo que não os poupava:

"Negro de luva, é sinal de chuva".

Eram escolhidos entre os mais belos e robustos da casa e deveria ser peritos no modo compassado de andar, para não incomodarem com os solavancos a pessoa transportada.

Figura 2- Ficha Catalográfica da Cadeirinha de Arruar

Fonte: Acervo catalográfico Museu Julio de Castilhos

Os questionamentos sobre a falta de informações desde sua última atualização na ficha catalográfica (1980) e no sistema Donato 3.30 (2010) se inseriram em entender a vida do objeto dentro e fora do museu.

O objeto musealizado inicia-se de um percurso dentro do museu, que requer uma sistematização documental continua. Desta forma, a questão central é construir uma base ampla de informações, que alimente pesquisa e ações de curadoria, tanto da própria instituição como externas por vez, das pesquisas realizadas sobre o acervo institucional ou em torno dele (BARBUY, 2008).

Devido à carência de documentação museológica interna, fez-se necessário acentuar a pesquisa em outras bases, através de produções acadêmicas, como também na mídia. Desta forma foi possível ter uma

aproximação referente ao percurso do objeto, sua representação e sua relação com a sociedade neste espaço museológico.

Roberta Fraga Machado Gomes, em seu TCC sobre a Espada Africana, acervo pertencente ao Museu Júlio de Castilhos, cita o objeto conjuntamente com demais acervos conforme termo de solicitação de empréstimos abaixo (FIGURA 3).

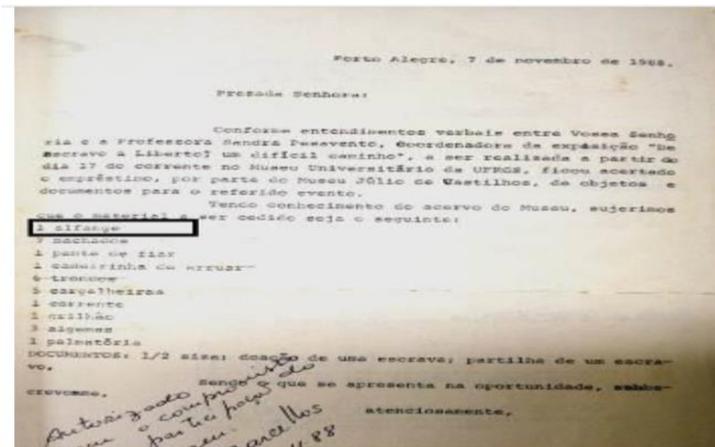


Figura 3 -solicitação de empréstimo ao Museu Júlio de Castilhos
Fonte: TCC- ano 2014 – Roberta Fraga Machado Gomes-

Os acervos foram solicitados como empréstimo no dia 7 de novembro de 1988 com o objetivo de compor a exposição, sendo a cadeirinha de arruar o quarto item da lista, “De Escravo a liberto: um difícil caminho”, a ser realizado a partir do dia 17 do corrente mês até 18 de dezembro para o Museu Universitário da Universidade do Rio Grande do Sul, sobre coordenação da professora Sandra Jatay Pesavento.

Desta forma, se evidencia a partir da documentação museológica o empréstimo da cadeirinha de arruar, com os demais objetos, todos referentes à escravidão, exceto a Espada Africana. Tal documentação, não nos possibilita efetuar uma análise sobre a exposição e sua narrativa. Assim, nos detemos na data e ano referente a saída do objeto, para compor sua trajetória.

Leticia Borges Nebel (2006), discorre em seu artigo sobre alguns objetos pertencentes ao acervo do Museu Júlio de Castilhos entre os quais a cadeirinha de arruar:

A "cadeirinha de arruar" da viscondessa de São Leopoldo, quadros do patrono do museu, um exemplar em ouro da constituição positivista de 1891 e as botas de Francisco. A exceção dos quadros, da constituição e do "veículo de transporte movido por tração humana" pertencente à viscondessa, o conjunto correspondia grosso modo ao que a "sala de curiosidades". (NEBEL, 2006 p.23).

Percebe-se que, o homem escravizado está restringido a denominação de “tração humana”, a exploração da força de trabalho, a invisibilidade do ser, e à subalternidade. Nesse sentido, as instituições moldam o comportamento humano, tanto do ponto de vista das decisões, como dos sentimentos e preferências. Do mesmo modo, na elaboração intelectual, relacionada a história única, a produção de conhecimento demonstra o caráter do padrão mundial de poder e da naturalização das relações coloniais de dominação entre o branco colonizador, o escravizado e/ou qualquer não europeu. (QUIJANO, 2005).

Foi veiculado na imprensa, através do site oficial do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a notícia sobre o Museu Julio de Castilhos, onde foi apresentado nova sobre exibição de peças do acervo, através do projeto intitulado “Acervo redescoberto no Museu Júlio de Castilhos”, com a seguinte matéria:

A proposta pretende dinamizar e experimentar a peça como interlocutora de diferentes faces de períodos e contextos históricos contados pelo Museu”, explica o diretor, Luiz Armando Capra Filho. A primeira peça a fazer parte de Conhecendo o Acervo será uma cadeira de arruar pertencente à Viscondessa de São Leopoldo no século 19 e adquirida pelo Estado em 1906. O inusitado da exposição é a possibilidade apontada por Capra Filho: “Os objetos podem mostrar o intenso trabalho que o público desconhece e que é realizado nos bastidores da instituição”. Depois de dois meses, a cadeira será substituída por outro objeto do acervo que está em reserva técnica e fora do circuito expositivo (GOV.RS, 2007).



Figura 4 - Cadeirinha de Arruar

Fonte: <https://estado.rs.gov.br/acervo-redescoberto-no-museu-julio-de-castilhos>

Acesso em: 17/11/2019

Através desta reportagem, foi possível continuar tecendo a análise do olhar da instituição sobre a peça que é o objeto deste estudo. Ainda assim, faltam subsídios quanto as narrativas expográficas propostas, a intenção é abordar diferentes períodos e contextos históricos contados pelo Museu. Dentro do projeto da referida exposição, falta de registro documental referente as exposições traz a luz a impossibilidade de efetuar uma pesquisa que relacionado a expografia e a narrativa proposta assim como o trabalho desenvolvido no educativo

A pesquisa também de deteve nas anotações do Livro Diário no período entre 2007-2010 pois, para Moro

Dentro da documentação é um livro-caderno de anotações, com páginas numeradas, similar ao caderno de campo de pesquisadores [...]. tendo uma de suas obrigações ser informal e escrito de forma rápida, mas clara, para não só o autor, mas também seu substituo, quando necessário. (MORO, 1986, p.43).

O livro Diário, não fornece mais detalhes referentes aos objetos que estariam fazendo parte do projeto Acervo Descoberto ano 2007.



Figura 5 -Livro Diário de Assis
Fonte: Museu Júlio de Castilhos

Tabela 2: Exposições realizadas

ANO	TIPO	TEMÁTICA	OBS
2007	Temporária Concepção da equipe MJC	Revolução Farroupilha	Marcou reabertura do museu
	Temporária Concepção da equipe MJC	Com que roupa eu vou? A indumentária como expressão das mudanças sociais	Financiamento AAMJC
	Projeto especial Concepção da equipe MJC	Conhecendo o acervo	Projeto de pesquisa e divulgação de uma peça do acervo a cada dois meses
2008	Temporária Concepção da equipe MJC	Constituição de 1988: A vez e a voz do povo	Parceria com Museu da República - RJ e financiamento Ford Fundation
	Mostra itinerante externa	Design do Japão Hoje: Um Estilo de Vida Contemporâneo	Parceria com o Consulado do Japão
	Temporária Concepção da equipe MJC	1808 - 1821: a Corte Portuguesa no Brasil	Financiamento AAMJC

Figura 6. Projeto - Acervo Descoberto
Fonte: Museu Júlio de Castilhos

Efetuamos uma elaborada pesquisa para localizarmos informações referente a documentação museológica e em outras fontes sobre o objeto e percebemos uma lacuna insuperável tanto do objeto em si quanto na exposição a qual participou.

A insuficiência documental museológica sobre o objeto nestes 100 anos desde sua aquisição (1909-2019) causou uma perda sobre a trajetória da peça na instituição e sobre as narrativas que esta estava inserida em determinados períodos. Percebe-se que a escassez documental sobre objeto é incontestável.

A peça sem uma contextualização narrativa crítica na exposição sobre o sistema escravocrata no Brasil, onde o sujeito e a peça se fundem, se confunde sem problematizar o contexto histórico referente ao sistema de escravidão. Assim, colocando muitas vezes o olhar do visitante, a uma leitura já internalizada do colonizador sobre a cadeirinha de arruar e o negro escravizado como um sujeito sem uma subjetividade, sem uma história de resistência.

Portanto pode se inferir que a lacuna documental museológica de reescrever a trajetória da peça que foi dado ao apagamento promovido pelas sucessivas gestões, ainda que não tenham sido propositalmente, traz a luz à história da instituição.

Retirada da cadeirinha de arruar no espaço expositivo do museu Júlio de Castilhos: novas narrativas

“Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes, achar que essas mazelas me definem é o pior dos crimes, é dar troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir”

Emicida

A Cadeirinha de Arruar na exposição do Museu Julio de Castilhos, também era composta pela fotografia dos homens escravizados, ou seja, inserido no discurso colonial do corpo colonizado destituído de vontade, de voz e pronto para servir (HOOLS,1995, apud Costa & Grosfoguel, 2016).

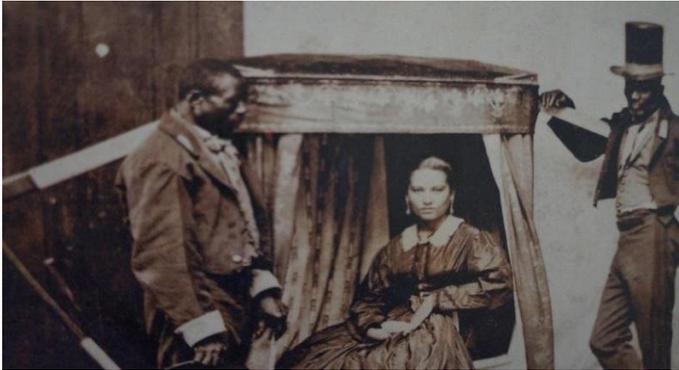


Figura 7: fotografia em exposição no Museu Júlio de Castilhos

Fonte: Instituto Moreira Sales

Conforme ULPIANO (2003), o visível que diz respeito à esfera do poder, aos sistemas de controle, à “ditadura do olho”, ao ver/ser visto e ao dar-se/não se dar a ver. Portanto as narrativas encontravam-se dentro de um olhar eurocêntrico, onde a abordagem sobre o negro escravizado, é apresentada sem qualquer esforço de problematizar o contexto histórico. No Brasil a cadeirinha de arruar não deve ser compreendida apenas como um meio de transporte utilizado entre os séculos XVIII e XIX, sem considerar o contexto histórico deve ser tratado como um símbolo do cultural material produzido na escravidão (OLIVEIRA,2018).

A perpetuação do racismo colonial através do espaço museu, fez-se presente através da exposição permanente da cadeirinha de arruar. O objetivo das novas narrativas, tendo o povo negro como protagonista, abordando a história a partir da perspectiva negra e não do olhar branco colonizador, é buscar libertar do arsenal de complexos germinados no seio da situação colonial (FANON,2008).

Neste sentido, no dia 16 de agosto o Museu Julio de Castilhos recebeu a exposição, “Museu do Negro”. Uma amostra fotográfica potencializando o povo negro com maravilhosas fotos, colocando-os como protagonistas de sua história, sendo as fotografias produzidas por fotógrafos negros, rompendo com a história única, sendo o início de uma nova forma de narrativa que carece de permanência dentro da instituição .



Figura 8 - Exposição Fotográfica Itinerante Museu do Negro.
Fonte - Fotógrafo: Luís Pedro Fraga



Figura 9- Exposição Fotográfica Itinerante Museu do Negro
Fonte - Fotógrafa: Jucimara Costa

A instituição estava inserida em duas perspectivas no espaço museal, sendo uma delas, o legado histórico de homens que foram escravizados, um dos instrumentos para legitimar a hierarquização de uma raça sobre a outra, raça aqui baseia na dimensão social conforme GOMES (2005).

O Movimento Negro e alguns sociólogos, quando usam o termo raça, o fazem alicerçados na ideia de raças superiores e inferiores, como originalmente era usado no século XIX. [...] Usam-no com uma nova interpretação, que baseia na dimensão social e política do referido termo. [...], usam porque a discriminação e o racismo existentes na sociedade brasileira se dão não apenas devido aos aspectos culturais dos representantes de diversos grupos étnico-raciais, mas também devido à relação que se faz na nossa sociedade entre esses os aspectos físicos observáveis na estética corporal dos pertencente às mesmas (GOMES,2002, p. 45).

A presença da cadeirinha de arruar, reafirmava este olhar do colonizador sobre o escravizado, conforme Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2014), afirmou.

Que o museu deve ser o responsável pela descolonização de corpos e mentes de todos os brasileiros. “Não é um museu para os negros, mas sobre os negros da diáspora para toda a nação”, disse. “Precisamos evidenciar como povos assujeitados à escravidão se recriaram e constituíram um novo povo”. (SILVA, 2014 seminário “Rumo ao Museu Nacional da Memória Afrodescendente)

Em outro olhar, o museu recebe uma exposição que reflete o empoderamento do povo negro, marcando assim um processo de descolonização da instituição.

Nesse sentido, tornou-se imprescindível a retirada da cadeirinha do espaço expositivo do museu em 07 de outubro de 2019, momento que foi conduzida para a Reserva Técnica 1.

A retirada da cadeirinha de arruar é um marco dentro da perspectiva relacionada a descolonização dos museus, rompendo com a história única. Pois, é sabido que as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos (ALMEIDA,2018).

Diálogos com o público: transformando as narrativas

A mediação com o público, em especial com as escolas, estava sob um trabalho de transformar as narrativas históricas hegemônica, abordando a história do povo negro através de narrativas em primeira pessoa das resistências. Assim, através da fala do mediador, foi expressa a reflexão sobre a presença da cadeirinha de arruar no espaço, desconstruindo e ressignificando a imagem ali exposta no espaço museológico, a medida que a mesma esta cumprindo um papel de representação do povo negro no Rio Grande do Sul.

Dentro deste esforço relacionado a mediação, de desconstruir a imagens não positivadas sobre a história do negro, “o importante não é educá-los, é levar o povo negro a não ser mais escravo de seus arquétipos” (FANON,2008).

Desta forma o diálogo com o público escolar, consistia em evidenciar as formas de nossa resistência referente a história do povo negro no Rio Grande do Sul e no Brasil, pois nossa história não se define por objetos que remetem à tortura e ao trabalho escravizado. Estas narrativas que perduraram no espaço expositivo do museu, contribuíram para a permanência da narrativa do colonizador sobre o negro constituindo o que Sueli Carneiro (2005) aborda sobre epistemicídio,

Constitui num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento produzidos pelos grupos dominados e, conseqüentemente, de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento. (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Sendo um processo permanente de coisificação, afirmação de uma representação do homem escravizado, o modo operante da continuidade do entendimento colonial que chegou na contemporaneidade.

Neste sentido, a museologia enquanto ciência que estuda a relação entre o homem com sua realidade, no que tange o patrimônio material e

imaterial e memórias individuais e coletivas, tem o compromisso de identificar e compreender o comportamento individual e/ou coletivo referente a diversidade de grupos sociais ao longo do tempo frente ao seu patrimônio, rompendo com a história única, nos espaços museais.

Os museus tem procurados diálogos com diferentes segmentos da sociedade no sentido de entender suas expectativas (BRUNO, 2002). Pensar em um museu como espaços de múltiplas vozes, experiências e vivências é uma perspectiva de descolonizar os museus.

É pensar em um projeto decolonial que é a proposta de formular conhecimentos a partir das perspectivas, cosmovisões ou experiências dos sujeitos subalternos. O que está implícito nessa afirmação é uma conexão entre o lugar e o pensamento (COSTA, GROSFOGUEL, 2016).

Considerações finais

O trabalho realizado trouxe apontamentos importantes sobre como a História hegemônica, eurocêntrica e racista está presente nas narrativas sobre os negros nos espaços museológicos. Bem como também, nos permitiu analisar o quanto a falta de uma atualização permanente referente a documentação museológica, torna-se uma problemática no museu.

Portanto, além das informações desde sua aquisição na ficha catalográfica e no sistema Donato 3.0, houve a necessidade de pesquisar em outras fontes como, mídias e produções acadêmicas. Nestas, a cadeirinha de arruar é citada como um veículo de transporte com a permanência da coisificação do negro escravizado, permanecendo desta forma, no espaço expositivo no museu até a sua retirada no ano de 2019.

A reivindicações de representação com exposições de narrativas históricas sobre o povo negro, abordando a potência, a resistência, está em consonância com reflexão que reverbera na prática sobre a descolonização dos museus. Foi desta forma, que o Museu Júlio de Castilho adentrou na contemporaneidade em uma sala a exposição fotográfica sobre a potência negra.

Desta forma, se produziu uma singularidade onde percorrendo alguns metros no espaço expositivo, o visitante deitava os olhos na cadeirinha de arruar, com a representação do negro escravizado legitimando o olhar do colonizador sobre seus corpo e mente, desta forma demandava um esforço argumentativo histórico do mediador no sentido de desconstruir e contextualizar o objeto apresentado.

Por exemplo, no Museu de Arte da Bahia, Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro e Museu do Coche em Portugal, o objeto encontra-se no espaço expositivo sem o visitante ter este contra ponto presente in loco.

Portanto, a comunicação no museu dá-se através das exposições narrativas construídas. Os procedimentos de comunicação explicitam as opções interpretativas de comunicação no que tange às referências culturais/indicadores da memória/coleções/acervos (BRUNO, 2002).

No processo de descolonização do espaço museal, assim como na abordagem do mediador, quando o mesmo uma mediadora negra, a fala se legitima. Neste sentido, a narrativa em primeira pessoa está voltada para um espaço de interação, sem a perpetuação do agenciamento colonizador, conforme Spivak (2012).

Desse modo, as autoras do presente artigo, como mulheres negras, se posicionam e tem voz, em um lugar onde trabalharam como estagiárias, e tiveram vivências reais de ver seus ancestrais sendo representados e definidos por um objeto que remete à escravidão. Tal objeto, também pode ser chamado de “objeto de tortura”, visto que o trabalho escravo desumanizava os negros.

Por fim, a importância do registro documental de todos os processos museológicos contemplando desde o documento da entrada da peça até os registros das exposições e pesquisas fez-se necessário se atentar par as práticas museológicas dentro da intuição.

Referências

- ANIBAL, QUIJANO. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina** .2005 < Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf > Acesso em : [14.nov.2019]
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte (MG);Letramento,2018
- BARBUY, Heloisa. **Documentação museológica e pesquisa** .In. Documentação em Museus /Museu de Astronomia e Ciências Afins Organização de: Marcus Granato, Claudia Penha dos Santos e Maria Lucia N. M. Loureiro. Rio de Janeiro. 2008.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Tese. 2005. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CERAVOLO, Suely Moraes . **Apontamentos sobre a Documentação de Museus**.In: Observatório da Museologia Baiana. Postado em: 25 nov. 2012. Disponível em: <<http://observatoriodamuseologiabaiana.blogspot.com.br/2012/11/apontamentos-sobredocumentacao-de.html>>. Acesso em: [13. Nov. 2019]
- DALLA ZEN , Daniel . **Entre a ciência Técnica e a Nação**: Uma análise sobre o livro Introdução A Técnica de Museus de Gustavo Barroso. TCC. UFSC.2014. Disponível em : <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/>> _Acesso em [13 nov. 2019]
- Frantz. Fanon. **Pele negra, máscaras brancas**. trad. Renato da Silbeira. Salvador: EDUFBA,2008.
- GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade-Brasília,2005. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/>> . Acesso em: [15 nov.2019].
- GOVERNO, do Estado do Rio Grande do Sul. **Acervo-descoberto**. 20007. Disponível em : < <https://estado.rs.gov.br/acervo-redescoberto-no-museu-julio-de-castilhos> > Acesso em [14.nov.2019]

NEBEL, Letícia Borges. **Da coleção impossível ao espólio indesejado: memórias ocultas do Museu Julio de Castilhos**: Rev. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nO 38, julho-dezembro de 2006, p. 11-31.

MENEZES, Ulpiano, T. Bezerra. **Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 23, n° 45, pp. 11-36 - 2003. Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16519.pdf>> Acesso em [14. nov. 2019].

POSSAMAI, Zité. **Colecionar e educar o Museu Julio de Castilhos e seus públicos (1903-1925)**. Rev. Varia História, Belo Horizonte, vol. 30, n° 53, p.365-389, mai/ago 2014. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/vh/v30n53/04.pdf> > Acesso em: [15 nov. 2019].

O pulmão de aço do MUHM: de sucata à musealia

Ângela Beatriz Pomatti¹

Este artigo pretende apresentar a análise do processo de Musealização de uma peça museológica pertencente ao acervo tridimensional do Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul (MUHM). O objeto em questão denomina-se ventilador de pressão negativa ou Pulmão de Aço – como é comumente conhecido – e trata-se de um mecanismo médico, inventado nos Estados Unidos, no ano de 1928, por Philip Drinker da Harvard University.

A criação do Pulmão de Aço possibilitou realizar a substituição das funções do aparelho respiratório, desta forma, a sua concepção foi um importante passo na História da Medicina. Este aparelho foi o primeiro a ter a função de substituir a ventilação em pessoas que tinham dificuldades respiratórias sérias, e foi intensamente usado a partir de 1930, nos EUA. O mecanismo foi utilizado para o tratamento de diversas doenças, mas a mais recorrente foi a pandemia de poliomielite, que assolou diversas partes do mundo.

A poliomielite é uma doença conhecida desde a antiguidade, mas as observações científicas datam do ano de 1840 e foram realizadas por Heine. Após, no ano de 1891, Medin também a observa. Essas observações

¹ Mestra em História (PUCRS), Bacharel em Museologia (UFRGS); Museóloga do Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul; angelapomatti@yahoo.com.br

renderam homenagens aos dois pesquisadores da doença, que também ficou conhecida como Heine-Medin (VERONESI, 1991). Não há tratamento específico para a poliomielite, mas sim para suas complicações. As medidas de suporte influem na redução da mortalidade causada por distúrbios cardiovasculares ou respiratórios. Quando há diminuição da capacidade vital de 30% a 50% abaixo da esperada e também alterações do padrão respiratório, faz-se necessário a traqueostomia e a utilização de assistência respiratória. (VERONESI, 1991).

Em casos graves, quando a doença paralisava os músculos respiratórios, ou seja, quando ocorria a perda total ou parcial da capacidade de controlar os músculos envolvidos no processo e a respiração tornava-se difícil ou impossível, o Pulmão de Aço assegurava a vida dos pacientes, pois auxiliava no processo respiratório.

Atualmente existem vários tipos de ventiladores mecânicos que podem ser utilizados. Entre eles o Pulmão de Aço, o primeiro a ser introduzido e que apresenta a vantagem de não necessitar de traqueostomia, porém possui dificuldades quanto aos cuidados de enfermagem, que são difíceis de serem realizados. Muitos pacientes conseguem atingir melhoras consideráveis e sair do aparelho, outros acabam tendo que viver o restante da vida ligada a ele (VERONESI, 1991).

O surgimento de aparelhos de pressão positiva, ciclados a volume ou a pressão, passaram a ser mais utilizados no tratamento da insuficiência respiratória na poliomielite, pois possibilitavam maior mobilidade do paciente (VERONESI, 1991). Isto aliado ao fato de que a poliomielite encontra-se erradicada no Brasil desde o início dos anos 1990 – o último caso de poliomielite diagnosticado no País data de 1989 (SCHATZMAYR; FILIPPIS; FRIEDRICH; LEAL, 2002) – graças ao êxito da política de prevenção, vigilância e controle desenvolvida pelo Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2010). A utilização do mecanismo foi caindo em desuso, perdeu seu valor de uso enquanto equipamento de suporte à vida (ZAGUI, 2012), mas ganhou valor como objeto de colecionismo e mesmo da memória médica.

Por todas essas questões, o Pulmão de Aço torna-se um objeto importante para o estudo das questões ligadas à história da saúde e da doença, bem como a questões sociais ligadas a essa temática. Esses foram os principais motivos para que a peça em questão fosse inserida, através de uma doação, ao acervo do MUHM.

Conceitos Históricos, Museológicos e os Processos de Musealização

Para a realização desta análise do processo de Musealização, fez-se necessário refazer os caminhos percorridos pelo Pulmão de Aço, antes que a peça tenha se tornado museália. Desta forma, trilhamos a busca de informações, desde a sua chegada ao Brasil, doado por uma instituição filantrópica dos Estados Unidos, até a chegada ao MUHM. Descobrimos que a figura central dessa doação foi o médico Mário Rigatto e que, aqui em Porto Alegre, o Pulmão de Aço foi utilizado para tratamento de poucos casos de poliomielite - já que a peça chegou em um período em que os surtos da doença haviam sido controlados e o número de casos, diminuído. Foi utilizado ainda no tratamento de outras doenças respiratórias no Hospital Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (HSCMPA), mais propriamente na Enfermaria 29, responsável pelas doenças cardiorrespiratórias.

Após cerca de duas décadas sendo utilizado na Enfermaria 29, o Pulmão de Aço é levado ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), instituição hospitalar ligada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e ali permanece até a morte do Dr. Mário Rigatto. Quando se constatou que a peça não seria mais utilizada como máquina de suporte à vida no HCPA, ela é levada até o setor de descarte da UFRGS, para ser leiloada e descartada. Sabendo de sua existência, o MUHM demonstrou interesse pela aquisição da peça e inicia as tratativas para a sua doação ao museu.

Para compreendermos essa musealização faz-se necessário entender como ocorreu o processo de transformação dos espaços de saúde em lugares de memória. Desta forma as questões relativas à memória da saúde

centram-se principalmente naqueles grupos estigmatizados por algumas doenças - como tuberculose, doenças mentais, lepra (hoje denominada hanseníase) e outras tantas endemias - que assolaram o mundo em diferentes períodos históricos. Essas transformações também centram-se em instituições ligadas a questão da saúde e da doença - como hospitais, casas de saúde, sanatórios e clínicas médicas.

O conceito de Patrimônio Cultural da Saúde é extremamente abrangente, ocasionado pela vastidão de espaços que se relacionam a essa temática e podem ser trabalhados. Principalmente no século XX iniciaram-se movimentos e grupos que tinham o intuito de aproveitar essas instalações médicas antigas, instituindo, para as mesmas, um novo uso. Assim, os locais antes construídos para o isolamento de doentes estigmatizados, passam a ser pensados como espaços de memórias, mas não sem dificuldades na sua inserção à dinâmica econômica da cidade, pois se relacionam com memórias que muitos preferem esquecer (COSTA; SANGLARD, 2008).

A discussão sobre a preservação do patrimônio da saúde insere-se em uma nova historiografia que vê os hospitais não apenas como espaço da prática médica, mas como instituições que compreendem o contexto da história da saúde e principalmente da história social do local onde estão inseridos. É dentro desta corrente surgem diversos museus dedicados à história da saúde (COSTA; SANGLARD, 2008).

No Brasil, há algumas décadas, teve início os processos de estudos da historicidade dos hospitais, como também ações de preservação das edificações ligadas às mesmas temáticas. (COSTA; SANGLARD, 2008). Em 2007 a Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz deu início à constituição da Rede Brasil de Patrimônio Cultural da Saúde, um importante passo para a preservação do patrimônio da área. Os profissionais envolvidos na instituição iniciaram o trabalho do Inventário Nacional do Patrimônio Cultural da Saúde, (bens edificados e acervos), que se desenvolveu no Rio de Janeiro, assim como em outras capitais brasileiras (COSTA; SANGLARD, 2008).

Sobre o trabalho da Rede e as informações recolhidas no inventário acima citado, os autores informam que:

As informações reunidas no trabalho de pesquisa e sistematizadas comporão o escopo básico dos inventários, a saber: nome atual da instituição e as diversas denominações que esta ganhou ao longo de sua existência; a categoria da instituição (entre hospital geral hospital especializado, instituição de pesquisa, academia científica, entre outros); sua localização e endereço; o período de construção de seu patrimônio arquitetônico; o nome do proprietário (governamental ou privado); o nome do autor e ou do construtor; textos informativos acerca do histórico da instituição e com a descrição arquitetônica de seu patrimônio edificado; se possui acervo, imagens e/ou plantas disponíveis, tratados ou não, suas condições de acesso; e observações em geral. No caso de patrimônio edificado preservado, acrescenta-se a data de proteção (COSTA; SANGLARD, 2008, p.8).

O trabalho da Rede foi de extrema importância na preservação do patrimônio arquitetônico relativo à história da saúde no âmbito nacional. Essa preservação dos edifícios levou a um segundo movimento, que foi o da instalação de museus, espaços e centros de memória ou centros culturais dentro dessas edificações. Dentro desta perspectiva da Rede, encontram-se os diversos museus de História da Medicina, que tiveram um crescimento significativo nos últimos anos. Segundo o registro no Cadastro Nacional de Museus do Governo Federal, existem 16 instituições que se intitulam Museus de Medicina no Brasil; já outros levantamentos permitem identificar mais sete instituições ligadas a mesma a salvaguarda destas memórias. Porém estes Museus funcionam geralmente com base no voluntariado e com poucos recursos, acarretando um comprometimento no trabalho técnico, relativo à preservação, pesquisa e difusão dos acervos, deixando em risco as próprias coleções e não aproveitando seu potencial educativo (SERRES, et al., 2016).

O Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul (MUHM) é uma instituição criada e vinculada ao Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (SIMERS) e que se preocupa com a pesquisa, o trabalho técnico e o cuidado com o acervo. Iniciou suas atividades em 2004, como um projeto

de pesquisa chamado “Memória Médica” que visava registrar, por meio de entrevistas, a memória dos médicos do estado. A partir de um levantamento inicial de fontes e de entrevistas com profissionais foi detectada a existência de um rico acervo sobre Medicina e por meio de uma campanha de arrecadação foi organizado o “Acervo Histórico Simers”.

A missão da instituição é centrada na promoção do interesse pela história da medicina e da saúde, como uma ferramenta de compreensão e ação sobre a realidade, por meio da preservação, investigação e divulgação do patrimônio cultural médico através de exposições, ações educativas e publicações que contribuam para o desenvolvimento da sociedade (MUHM, 2012). O MUHM nasce então com a missão de preservação do patrimônio da saúde, através da Musealização do acervo e, nesse contexto, insere-se a peça que é o centro deste trabalho, o Pulmão de Aço.

O conceito de Musealização é relativo ao fato de se tornar museu, fazendo referência à preservação de um objeto, quando este é retirado do seu meio natural ou cultural de origem e a ele é conferindo um status museal, ou seja, o objeto é transformado em Museália. Esse processo é realizado por meio da sua mudança de contexto e de um processo de seleção. Desta forma:

Seja este um objeto de culto, um objeto utilitário ou de deleite, animal ou vegetal, ou mesmo algo que não seja claramente concebido como objeto, uma vez dentro do museu, assume o papel de evidência material ou imaterial do homem e do seu meio, e uma fonte de estudo e de exibição, adquirindo, assim, uma realidade cultural específica. [...] Um objeto de museu não é mais um objeto destinado a ser utilizado ou trocado, mas transmite um testemunho autêntico sobre a realidade. (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 57).

Quando o objeto adentra o espaço expositivo ele perde seu valor de uso, sua condição utilitária e ganha outros valores, regidos por interesses diversos (RAMOS, 2004). A Musealização compreende assim, as atividades do museu, como a preservação, aquisição, gestão, conservação, pesquisa e

comunicação. Sendo responsável pela produção da musealidade, que consiste nesta valorização do objeto em questão (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013). Observa-se que:

A musealização produz a musealidade, valor documental da realidade, mas que não constitui, com efeito, a realidade ela mesma. [...] O objeto portador de informação, ou objeto-documento musealizado, inscreve-se no coração da atividade científica do museu. [...] O ato da musealização desvia o museu da perspectiva do templo para inscrevê-lo em um processo que o aproxima do laboratório. (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 58).

Em consonância, Ramos disserta que: “Se aprendermos a ler palavras, é preciso exercitar o ato de ler objetos, de observar a história que há na materialidade das coisas. Além de interpretar a história através dos livros, é plausível estudá-la por meio dos objetos” (RAMOS, 2004, p. 22). O mesmo autor ainda descreve que:

É plausível defender que uma das possibilidades para o início de uma alfabetização museológica pode ser o trabalho com objetos geradores. (...) o objetivo primeiro do trabalho com o objeto gerador é exatamente motivar reflexões sobre as tramas entre sujeito e objeto: perceber a vida dos objetos, entender e sentir que os objetos expressam traços culturais, que os objetos são criadores e criaturas do ser humano. (RAMOS, 2004, p. 32).

Para realizarmos o processo de Musealização da peça, faz-se necessário compreender diversos aspectos do período em que ele foi produzido e utilizado. Para tanto, buscamos pequenas pistas e sinais, advindos do objeto, da documentação que trata dele, de depoimentos de profissionais que tiveram contato com a peça, entre outros. Sobre essa busca por pequenos indícios e sinais, Ginzburg discorre sobre o paradigma indiciário, que:

Se as pretensões de conhecimento sistemático mostram-se cada vez mais como veleidades, nem por isso a ideia de totalidade deve ser abandonada. Pelo contrário: a existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que um conhecimento direto de tal conexão não é possível. Se a realidade é opaca, existem

zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la. Essa ideia, que constitui o ponto essencial do paradigma indiciário ou semiótico, penetrou nos mais variados âmbitos cognoscitivos, modelando profundamente as ciências humanas. Minúsculas particularidades paleográficas foram empregadas como pistas que permitiam reconstruir trocas e transformações culturais – com uma explícita inovação a Morelli, que saldava a dívida que Mancini contraía junto à Allacci, quase três séculos antes. (GINZBURG, 1989, p 177,178)

Estes conceitos nos auxiliarão na compreensão de como um objeto, ligado à questão da saúde e a manutenção da vida de pacientes dentro de hospitais transforma-se em um objeto de museu, em museália e tornando-se um objeto de valor dentro do museu, como testemunho de um período importante para a história da medicina e da saúde pública mundial.

A história da criação do Pulmão de Aço

Como dito, o Pulmão de Aço foi criado nos Estados Unidos no final da década de 1920 e logo se tornou uma das importantes máquinas de suporte à vida, consistindo basicamente em uma câmara hermética conectada a uma bomba de ar. Segundo Vicentini:

Até 1920, os resultados obtidos com o Pulmotor e com outros respiradores automáticos não foram inteiramente satisfatórios. Empresas interessadas em ressuscitação, tais como as fornecedoras de energia elétrica e de gás combustíveis, responsáveis por acidentes fatais, por choque elétrico ou por intoxicação, solicitaram ao Dr. Cecil Driker, professor de Saúde Pública na Harvard School, o estudo de métodos de reanimação e de manutenção da respiração. Com a colaboração de seu irmão Philip, engenheiro da mesma escola, desenvolveu um aparelho para respiração prolongada, posteriormente chamado “Pulmão de Aço” (VICENTINI, 2008, p. 48)

Foi dessa forma que surgiu o primeiro aparelho destinado a substituir a ventilação em pessoas que tinham parado de renovar o ar alveolar adequadamente, sendo usado em larga escala a partir da terceira década do século XX, nos EUA (PASCHOAL; VILLALBA; PEREIRA, 2007). Assim:

Vivia-se, na época, uma pandemia de poliomielite, na qual morreram muitas pessoas com a forma paralítica respiratória da doença, pelo fato de não estar disponível nenhum mecanismo capaz de substituir a ventilação. A necessidade de uma máquina que conseguisse ventilar os pacientes era premente, e os conhecimentos disponíveis sobre a fisiologia respiratória, no momento, levaram à construção de um aparelho que se assemelhava à sala de Sauerbruch. Consistia de um cilindro de aço, no qual o paciente era introduzido até o pescoço, permanecendo apenas com a cabeça para fora do aparelho, e um motor elétrico, que gerava periodicamente pressões subatmosféricas dentro do cilindro, e provocava a expansão da caixa torácica. Este aumento do volume do tórax fazia cair a pressão intratorácica e o ar era então aspirado para dentro das vias aéreas. Curiosamente, quando havia necessidade de se interromper temporariamente o funcionamento da máquina, colocava-se um domo transparente sobre a cabeça do paciente, no interior do qual se fazia pressão positiva. (PASCHOAL; VILLALBA; PEREIRA, 2007, p.2).

A máquina foi originalmente desenhada para ajudar vítimas de inalação de gás, mas tratou pacientes acometidos pela poliomielite, mantendo-os vivos. Em muitos casos esses pacientes ficavam ligados ao Pulmão de Aço pelo resto de suas vidas, na maioria das vezes não tendo uma boa qualidade de vida.

Quando esses casos de dificuldades respiratórias o era colocado na câmara central cilíndrica em aço, com bombas que controlavam a circulação de ar e que periodicamente aumentavam e diminuía a pressão do ar no interior da máquina. Sendo assim, se a pressão é inferior a dos pulmões, o órgão se expandia e a pressão fazia com que o ar exterior entrasse nos pulmões através das vias respiratórias do paciente, já quando a pressão torna-se maior que a dos pulmões, o ar é forçado a sair.

Mas vários eram os problemas enfrentados na utilização do Pulmão de Aço, pois, além do seu tamanho havia dificuldades que envolviam sua utilização, principalmente os cuidados com os pacientes, como banho, alimentação e medicação. Somado a isso, havia a imobilidade forçada que causava inúmeras complicações infecciosas pulmonares. Apesar de todas as suas limitações, a demanda por Pulmões de Aço era muito grande e sua

disponibilidade limitada em muitos hospitais (PASCHOAL; VILLALBA; PEREIRA, 2007).

Em 1957, Forrest Bird, que era engenheiro aeronauta e médico, criou o primeiro ventilador mecânico invasivo à pressão positiva. O aparelho foi fabricado em larga escala, denominado de Bird Mark-7 (MASSULA; KAYO; RODRIGUES, 2004 apud FORNAZIER, et.al., 2011). A partir dessa inovação, a ventilação por pressão negativa foi praticamente substituída por meios de ventilação de pressão positiva, e posteriormente a intubação ou ventilação bifásica. Os aparelhos por serem menores e de fácil manuseio, acabaram por ganhar espaço em detrimento da utilização do Pulmão de Aço.

Após apresentar o histórico da fabricação da peça museológica partimos para a reconstrução da sua busca. Posteriormente a um período marcado por uma longa procura pelo Pulmão de Aço, a equipe do MUHM descobriu que a peça encontrava-se em um dos pavilhões de descarte da UFRGS. Procuramos a instituição e conversamos com o funcionário responsável pelo depósito sobre esta possibilidade. Essa suspeita estava calcada nas informações dadas por funcionários do HCPA, que relataram sobre a ida da peça para um depósito da instituição de ensino. Este funcionário nos levou ao local onde se encontrava o objeto.

Com a descoberta do paradeiro do Pulmão de Aço iniciamos a tramitação para a doação ao museu. Esbarramos primeiramente na burocracia, pois descobrimos que no regulamento da UFRGS há uma cláusula que impossibilita a doação de objetos que foram encaminhados para descarte, para instituições privadas, que é o caso do MUHM. Sendo assim, buscando uma forma de realizar a doação, o funcionário em questão inseriu o Pulmão de Aço em um dos lotes de sucata e acordaria com o comprador que ele realizaria a doação ao museu. No dia do leilão nos encaminhamos para o depósito, já com a equipe que faria o transporte da peça. Chegando lá descobrimos que o doador havia comprado o lote e tinha desistido de doar o objeto ao museu, pois havia conseguido um colecionador que compraria o Pulmão de Aço. Após uma longa conversa entre o MUHM, o funcionário

da UFRGS e o comprador, ele entendeu a importância da peça para a história da medicina e concordou com a doação, realizando-a no dia 27 de abril de 2015. Inicia-se assim o transporte da peça até a reserva técnica da instituição. Sabia-se que o Pulmão de Aço era extremamente pesado, e mesmo com três pessoas e com o auxílio de uma rampa e roldanas houve dificuldades de carregá-lo e descarregá-lo.

Após a chegada do Pulmão de Aço ao MUHM iniciou-se a higienização mecânica da peça. Com uma análise inicial percebeu-se que Pulmão de Aço é composto por diversos materiais, mas majoritariamente de liga metálica. Com base nos estudos, a higienização do Pulmão de Aço foi realizada em partes, primeiramente se realizou uma higienização superficial, utilizando panos úmidos em uma solução de água esabão neutro, buscando retirar a grande quantidade de pó que cobria toda a parte externa da peça, composta de metal e vidro.

Feita a higienização superficial, inicia-se a limpeza detalhada da peça, com o auxílio de pincéis, lecrons e algodão, foram retiradas as sujidades que a muito se acumulavam no objeto. Nas partes de metal ainda foi utilizada a Cera microcristalina (Cera Renaissance), pensando em estabilizar possíveis processos de corrosão, e que também auxilia na higienização mais profunda. Cada parte da peça recebeu cuidado especial.

A parte externa foi higienizada novamente com panos úmidos e panos secos logo a seguir. A parte interna foi higienizada com pinceis, bem como as partes do Pulmão de Aço compostas de borrachas, couro e de couirino. A parte debaixo do pulmão, que estrutura a peça, foi limpa com panos úmidos, pincéis e auxílio de do lecron, pois estavam com grande quantidade de particulados. No motor a higienização foi realizada com o auxílio de aspirador de pó, pinceis e algodão. O colchão foi limpo com detergente neutro e seco, e hidratado com um produto para couro que consiste em uma cera protetora (Fredelka Leather Press), e, após estar pronto foi acondicionado com TNT (tecido não tecido) o protegendo do metal.

Segundo as informações do Laudo técnico do Estado de Conservação do objeto MUHM2079, a peça apresentava desgaste, fungos, marcas, manchas, oxidação e partes soltas. Ainda há a seguinte descrição sobre sua higienização, que foi realizada no dia primeiro de junho de 2015:

A peça veio com muitas sujidades tanto de particulados como com partes com mofo no colchão. Os pontos de oxidação continuavam ativos e havia marcas de tinta branca em parte dos vidros e pintura. As tiras de couro encontravam-se ressecadas e uma delas estava solta (sem parafuso). Foram retiradas ferrugens, marcas de tintas com álcool e lecron em pontos específicos. Utilizamos cera microcristalina para a limpeza e estabilização do metal das aberturas e no motor. O colchão foi lavado com detergente neutro e esponjas macias, pois apresentava partes mofadas, já escurecidas pela ação dos fungos. Foi utilizada cera para a hidratação do couro para conservar e estabilizar o desgaste do material sintético (courino) do colchão (Laudo Técnico de Estado de Conservação MUHM2019, 2015).

Figura 15 - Fotografia da higienização do Pulmão de Aço, utilizando-se pincel para retirada de particulados.



Fonte: SOSKA, Juliane (2015).



Figura 24 - Fotografia do Pulmão de Aço após higienização
Fonte: SILVA, Carina (2015).

Percebemos que, através do processo de higienização, houve uma preocupação da equipe com a conservação preventiva da peça, buscando os meios mais adequados para realizar a sua higienização, bem como cuidado no seu acondicionamento e armazenamento, visando uma maior durabilidade do objeto.

Após a realização do processo de higienização, teve início a catalogação da peça no sistema utilizado pela instituição, o MUHMWEB, criado pela equipe do museu junto com a equipe de técnicos de informática do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul.

Aqui vale uma pequena nota sobre esse sistema de catalogação, pois foi pensado especificamente para o acervo do MUHM, possibilitando ainda a inserção de campos para novas informações sempre que necessário, auxiliando na catalogação de um acervo tão variado e cheio de peculiaridades, como é o acervo tridimensional do MUHM. Este banco é composto por 59 campos, divididos em seis partes: Identificação do objeto; Fotografia; Medidas; dados descritivos; Movimentação; Dados do responsáveis pelo registro e, ainda, apresenta dados sobre relatórios de movimentação e a documentação que existe sobre a peça (MUHM, 2011).

A peça recebeu o número MUHM2079, pois o museu utiliza a forma de alfa numérica de registro, que apresenta a sigla da instituição, o número

de entrada da peça e ainda se a peça possui desdobramentos. As primeiras informações descritas armazenadas no banco de dados foram as que constavam no Termo de Doação do Objeto, ou seja, o nome e informações de contato do seu doador, data da doação, data da higienização. Além dessas informações, no momento do registro foram inseridas a data da catalogação da peça e o responsável pela mesma. Assim as datas apresentadas referem-se a entrada do objeto, em 27 de abril de 2015, bem como a data em que o objeto foi inventariado: 19 de junho de 2015.

Após esse processo inicia-se o preenchimento dos campos relativos à sua materialidade, medidas, descrições existentes na peça, entre outros. Portanto, os dados presentes no MUHMWEB, que caracterizam intrinsecamente a peça referem-se a sua descrição:

Peça na parte superior em formato circular na cor verde água, com entradas para mãos sendo de um lado quatro entradas circulares em aço e "janelas" em vidro e aço retangulares. No outro lado duas circulares abaixo, uma retangular grande com puxador e acima duas "janelas" para entrada de luz e acompanhamento do paciente. A parte interna possui uma lâmpada e espécie de maca móvel para a entrada e saída do paciente, com roldanas que puxam e empurram essa maca. O paciente coloca a cabeça e é pressionado por esta borracha. A parte onde é acomodada a cabeça é em aço inoxidável com sistema de roldana para regulagem, acompanham cinco tiras (falta uma) em couro com perfurações ligadas a parafusos para o afastamento da borracha ao pescoço do paciente. Na parte dos pés a um sistema em couro com alavanca para bombeamento. E abaixo da peça temos o motor em ferro na cor preta. Possui um colchão em material courino marrom com 1,65 cm de comprimento X 54cm de largura. Possui uma espécie de contra-peso em aço pendurado próximo ao motor (MUHM2079).

Também estão presentes no banco de dados MUHMWEB informações sobre a origem do objeto proveniente dos Estados Unidos: tipologia elétrica, composto de metal, vidro, borracha e courino. Ainda conta com as informações referentes às medidas do objeto, que são: altura: 1,60m, 0,72m de diâmetro e 2,40m de comprimento. Na peça há ainda as seguintes inscrições: Placa- "Não mexa", referente a sua válvula de pressão; Motor-

Ninsmith Instruções e referência- 115 V-Current - Eletric Respirator" Serial number C5E", referente a sua marca e ainda possui instruções de uso e manuseio em inglês que necessitam de tradução. Ainda há informações sobre a localização do objeto na Reserva Técnica da instituição e que o mesmo foi acondicionado em plástico bolha.

Inicialmente a equipe não conseguiu realizar uma descrição da forma como o Pulmão de Aço era utilizado e para o que servia cada uma de suas portinholas, válvulas e demais partes da peça. Por isso, iniciei a busca por essas informações, e no site do Museu de Ciências de Londres encontrei um infográfico que nos possibilitou compreender como funcionam as partes do Pulmão de Aço. Primeiramente o site descreve as características internas da peça. O primeiro elemento abordado são as luzes instaladas no interior do Pulmão de Aço, que possibilitavam iluminar seu interior quando médicos e enfermeiros precisavam checar o corpo do paciente. Eles podiam ainda olhar através das janelas localizadas em cima da máquina. O Pulmão de Aço pertencente ao acervo do MUHM também possui, como no modelo apresentado, a lâmpada localizada na parte interna do aparelho.

O site descreve ainda uma espécie de espelho, utilizado em função da visão dos pacientes, no Pulmão de Aço, ser muito limitada. Então o espelho permitia que os pacientes conseguissem ver o que estava acontecendo ao redor. No caso do Pulmão de Aço pertencente ao acervo do MUHM não há, atualmente, nenhuma estrutura com espelho, mas há uma espécie de dobradiça que poderia indicar que ali havia um. Segundo Gottschall a peça que se encontra no MUHM não possuía um espelho, mas uma pequena placa de metal, que podia ser utilizada para fixar um livro para o paciente ler (GOTTSCHALL, 2016).

As informações fornecidas pelo site do Museu de Ciências de Londres possibilitam compreender que os primeiros Pulmões de Aço causavam muito estresse para os pacientes, principalmente nos momentos que era necessários colocá-los ou retirá-los da máquina. A cabeça do paciente era forçada a passar por uma pequena abertura composta de borracha, tanto

para ser inserido, quanto para ser retirado. Posteriormente esse problema foi resolvido com a construção de Pulmões de Aço com abertura em formato de “boca de jacaré”, que permitia se abrir completamente. O modelo de Pulmão de Aço que aqui descrevemos é do tipo antigo, onde o paciente necessitava inserir a cabeça pela estrutura aberta de borracha.

O formato dos primeiros Pulmões de Aço não agradava aos pacientes, pois se pareciam muito com um “caixão” funerário. Mais tarde, as máquinas passaram a serem feitas no em formato de cilindros. O Pulmão de Aço pertencente ao MUHM já possui esse formato cilíndrico.

A imagem do Pulmão de Aço, apresentado no site, descreve que neles havia um mecanismo de inclinação, que era utilizado em casos em que o paciente tivesse problema de muco em seus pulmões ou sentisse tontura ou mal estar. Assim, o aparelho poderia ser inclinado para cima ou para baixo para ajudar o paciente a respirar mais facilmente. Mais tarde, versões permitiam que as camas dos pacientes também fossem inclinadas de um lado para outro. O Pulmão de Aço pertencente ao MUHM possui o mecanismo de inclinação, mas que funciona apenas inclinando o paciente para cima e para baixo.

Já as portinholas são descritas como mecanismos que permitiam aos cuidadores limparem os pacientes, checar pulso, pressão arterial, batimentos cardíacos, entre outras coisas. Uma curiosidade sobre elas é que as mesmas foram projetadas com um desenho semelhante ao das tampas de gasolina, a utilização deste mecanismo está ligada ao fato das máquinas terem sido construídas por fabricantes de automóveis em 1930. A vedação de borracha, presente no interior da máquina mantinha a pressão das máquinas. O MUHM2079 apresenta essas portinholas com vedação de borracha.

O medidor de pressão possibilitava que a equipe médica monitorasse o ar pressurizado no interior da câmara e, conseqüentemente, auxiliava no monitoramento da respiração do paciente. Todos os modelos possuíam esse mecanismo. Entre as peças fundamentais, está ainda o alarme, é que soava sempre que o Pulmão de Aço passava por alguma queda prolongada

de pressão, devido à falta de luz. Quando isso ocorria a bomba de mão podia ser acionada, o que possibilitava à equipe médica manter a respiração do paciente. Nosso mecanismo possui uma dessas, que se parece com um fole, localizado no próprio corpo do Pulmão de Aço, próximo aos pés do paciente.

Essas informações foram importantes para compreendermos as características intrínsecas do objeto, sua forma de utilização e para que servia cada um dos compartimentos. Esse processo de pesquisa torna claro que precisamos levar em conta que peças, como o Pulmão de Aço, são parcelas importantes da cultura material, pois fornecem informações quanto a sua materialidade e também informações de natureza relacional, como, por exemplo, as formas de organização da sociedade que o produziu e consumiu (MENESES, 1983).

Essa pesquisa, ainda possibilitou um preenchimento mais consistente do banco de dados, que objetiva principalmente constituir uma base ampla de informações sobre a peça que alimente pesquisas sobre o acervo e ações de curadoria e pedagógicas, tanto da própria instituição como por meio de pesquisadores externos.

Percebemos ainda que as informações contidas no site do Museu de Ciências de Londres nos possibilita inferir a importância da divulgação das informações sobre acervos, possibilitando assim troca entre instituições e uma catalogação mais completa.

Após a análise da materialidade do objeto, iniciamos a busca pelas suas características extrínsecas. Como relatamos, a forma como o Pulmão de Aço chegou à instituição nos impossibilitou uma reconstrução completa da trajetória da peça. O funcionário responsável pelo depósito de objetos de descarte da UFRGS não sabia nos informar quando a peça havia sido deixada lá e nem mesmo onde o aparelho havia sido utilizado antes de estar no Hospital de Clínicas de Porto Alegre. O número de patrimônio do objeto foi consultado, mas havia apenas a informação referente à sua marca. Dessa forma, poucas informações sobre a origem da peça foram

preenchidas inicialmente no Termo de Doação da peça e no banco de dados.

Em contato com o Hospital de Clínicas de Porto Alegre descobrimos que o Pulmão de Aço chegou à instituição através do doutor Mário Rigatto e que havia vindo da Enfermaria 29 da Santa Casa. Baseados nessa informação, acessamos a documentação do Acervo Documental do Centro Histórico Cultural Santa Casa. Neste espaço pesquisamos os registros de tombamento dos objetos e aparelhos da instituição e descobrimos que esse sistema só havia sido instalado na década de 1990, e todos os objetos pertencentes a Santa Casa, anteriores a essa data não possuíam registros. Acionamos então a documentação referente a Enfermaria 29 e encontramos apenas um ofício assinado pelo próprio Mário Rigatto, datado de 27 de janeiro de 1986, já mencionado anteriormente, em que ele convida os colegas a participar de uma solenidade de despedida das atividades da UFRGS na Enfermaria 29. Isso nos dá indícios de que naquele ano, junto com a transferência das atividades de ensino, dos alunos e professores (entre eles o próprio Mário Rigatto) o Pulmão de Aço tenha sido levado para o HCPA. Mas nessa documentação não faz nenhuma referência à peça.

Outros documentos consultados foram os Relatórios da Provedoria das décadas de 1960 e 1970, buscando alguma informação sobre a doação do Pulmão de Aço ao Laboratório Cardio Pulmonar, mas novamente nenhuma informação foi encontrada, inferindo que, possivelmente a doação tenha sido feita à Enfermaria 29, mas todos os trâmites e burocracias tenham, ficado a cargo de Rigatto, não havendo assim no HSCMPA nenhuma documentação.

O que conseguimos localizar nestes documentos foram nomes de alguns médicos que haviam trabalhado na Enfermaria 29 com Dr. Mário Rigatto. Conseguimos encontrar e contatar dois médicos, o Dr. Rogério Gastal Xavier e o Dr. Carlos Antônio Gottschal. Após um contato inicial marcamos entrevistas onde eles nos contaram o que se lembravam do objeto, da sua trajetória na Enfermaria 29 e um pouco da história pessoal

deles. Como já mencionamos, a metodologia utilizada aqui foi a História Oral Temática.

Em entrevista com o médico Rogério Gastal Xavier, nascido em Pelotas e formado pela UFRGS no ano de 1968, nos foi relatado que desde o quarto ano da faculdade, ele estagiou na Enfermaria 29, trabalhando com Rigatto. Xavier nos contou que o médico participou ativamente da construção de um laboratório de Fisiologia Pulmonar, com equipamentos que havia conseguido nos Estados Unidos, incluindo o Pulmão de Aço, o primeiro respirador mecânico. Mário Rigatto havia estado nos Estados Unidos e se inscrito para receber essas doações de equipamentos para o Enfermaria 29, feitas pela Fundação WK Kellogg, e entre eles estava o Pulmão de Aço, que havia sido produzido naquele país em grande quantidade para tratar a epidemia de poliomielite. Como a doença estava controlada devido às campanhas de vacinação, esses equipamentos estavam ociosos e começaram a ser distribuídos, o médico se candidatou para recebê-lo e foi contemplado com a máquina que chegou em Porto Alegre em um navio, (XAVIER, 2016).

Dr. Xavier relata ainda sobre a chegada do Pulmão de Aço que:

Na década de 50 foi um período em que houve uma eclosão muito grande da poliomielite e o desenvolvimento do respirador deu apoio às crianças e adultos que entravam em insuficiência respiratória, e muitos deles puderam sobreviver graças à presença deste instrumento. (...) O pulmão de Aço foi utilizado na Santa Casa, mas eu não cheguei a ver ele sendo utilizado em pacientes com poliomielite, mas pra pacientes que apresentavam doenças pulmonares crônicas e enfisemas, assim, em alguns pacientes nós utilizamos. Usávamos em casos de pneumonia grave, me lembro de um paciente que apresentou um quadro de insuficiência respiratória, e ele então usou o respirador. Como não tínhamos medicação apropriada para o tratamento da bronquite e da asma, muitos pacientes necessitaram e ficaram sob suporte ventilatório, até que melhorassem do quadro. Quadro esse que hoje em dia mudou bastante, pois raramente é necessário usar ventilação nesses pacientes, porque as medicações são extremamente eficientes e existe ainda um melhor domínio sobre a prevenção, que não havia na época (XAVIER, 2016).

Dr. Rogério explica que a técnica não era tão invasiva e usava apenas pressões externas que eram aplicadas no diafragma, sendo um princípio muito interessante, pois ele possuía uma espécie de fole, que ficava próximo aos pés e que fazia com que o diafragma se movimentasse. Mas devido ao seu tamanho, as necessidades de instalações, sua utilização foi sendo abandonada aos poucos e outros respiradores foram sendo utilizados. (XAVIER, 2016).

Xavier conta que: “Ele (o Pulmão de Aço) ficou em exposição, Mário Rigatto colocou duas fotografias nos corredores, de um salão enorme, com vários respiradores. Quando ele veio para o Clínicas como diretor do Serviço de Pneumologia, ele trouxe consigo o Pulmão de Aço.” (XAVIER, 2016). Assim, no Hospital de Clínicas, a máquina já não ocupava um lugar entre os equipamentos médicos, mas sim um pequeno espaço em um corredor como objeto de memória (GOTTSCHELL, 2016). Ali, o próprio Rigatto organiza a forma de expor o Pulmão de Aço nos corredores do Setor de Pneumologia, confeccionando dois quadros: o primeiro com uma foto dele mesmo atendendo a um paciente no Pulmão de Aço e o segundo com uma foto de um grande salão, com vários Pulmões de Aço sendo utilizados nos Estados Unidos (XAVIER, 2016). Esses quadros encontravam-se juntamente com o Pulmão de Aço e foram encaminhados para doação ao MUHM, sendo também as imagens destes musealizadas.

O médico descreve que no final da década de 1960 começaram a surgir outros respiradores, de mais fácil manejo, chamados de Bird, que possuíam um mecanismo de funcionamento diferente e isso simplificou a forma de tratamento, pois os pacientes poderiam utilizar respiradores via traqueostomia. Dessa forma, conforme ocorreu a evolução dos respiradores, o Pulmão de Aço passou a ser inutilizado (XAVIER, 2016).



Fotografia do Dr. Mário Rigatto, atendendo a um paciente da Enfermaria 29, utilizando o Pulmão de Aço
Fonte: Acervo MUHM.

Já Dr. Carlos Antônio Mascia Gottschall, formado pela Faculdade de Medicina da UFRGS, no ano de 1963, e que atuou desde o terceiro ano da faculdade na Enfermaria 29, descreve que:

Desde estudante eu me apaixonei pela semiologia e pela Cardiologia e Pneumologia e encontrei o ambiente perfeito na Enfermaria 29 da Santa Casa. Essa Enfermaria foi um marco na história da Medicina do Rio Grande do Sul, criada pelo Professor Rubens Maciel, em 1948, e logo se transformou num centro de excelência, de ensino e de pesquisa médica, e ali se reuniram os melhores médicos que existiam aqui. Ali trabalhara o Professor Antonio Azambuja, especialista em nefrologia, Caio Flávio Prates da Silveira, grande clínico, Mário Rigatto, que foi aluno do Rubens Maciel, Rubem Rodrigues, que depois fundou o Instituto de Cardiologia. Enfim, uma série de expoentes da Medicina que trouxeram muitos ensinamentos a todos os alunos que por lá passaram. E eu tive a sorte de ser um desses alunos que passaram pela enfermaria 29. Já em 1960 eu me aqerencieei e fiquei trabalhando na enfermaria como estudante, sempre aprendendo (GOTTSCHALL, 2016).

Após ser estagiário, o referido médico conta ainda que ali fez seu programa de Residência Médica, entre os anos de 1964 e 1965, teve como seu

professor o Dr. Mario Rigatto, que fundou o primeiro laboratório de Função Pulmonar. Ainda nesta Enfermaria, o Dr. Gottschall atuou sete anos como professor colaborador, até ser nomeado professor assistente. Neste relato novamente é descrito a criação do Laboratório de função pulmonar, pelo médico Rigatto, naquele tempo conhecido como Laboratório Cardio-pulmonar, pois atendia as duas especialidades e era centro de referência em cardiologia e em doenças pulmonares. O laboratório começou a ser equipado com dispositivos para tratamento desses pacientes, geralmente muito graves, como doenças pulmonares obstrutivas crônicas avançadas e que ali chegavam com quadros de insuficiência respiratória. Por esses fatores o médico descreve que era muito importante no período contar com um Pulmão de Aço e Mário Rigatto buscou sua doação na Fundação Kellog. (GOTTSCHALL, 2016).

Dr. Carlos Antonio relata:

Na verdade esse Pulmão de Aço fez milagres, salvando muita gente. Os pacientes graves que entravam em insuficiência respiratória, eles quase morriam e no Pulmão de Aço eles ressuscitaram. Eu não me esqueço de um senhor de idade que eu atendi no (bairro) Petrópolis. Eu fui chamado em casa e quando cheguei ele estava entrando em apneia e eu coloquei ele no meu carro e levei para a Santa Casa, quando cheguei, ele entrou no Pulmão de Aço já sem respirar e meia hora depois ele estava conversando e tomando um café. Esses casos são graves porque podem dar parada respiratória e para isso o melhor remédio que tem é ventilar e o Pulmão de Aço era ótimo. Ele foi usado ainda por pacientes com doenças neuromusculares, não tinha insuficiência respiratória, o exemplo mais típico disso é a poliomielite, ele foi usado em alguns casos de polio, mas principalmente em doenças pulmonares crônicas. (GOTTSCHALL, 2016).

E o Pulmão chegou a Porto Alegre de navio e na Santa Casa ele foi instalado entre alguns leitos e foi bastante utilizado. Gottschal fala da peça:

O seu auge foi em 1970, por ai, mas ai ele começou a ser abandonado na década de 1980, primeiro porque a poliomielite já está controlada pela vacinação. E as doenças pulmonares obstrutivas crônicas começaram a ser tratadas com outro

recursos também e os casos que baixavam na enfermaria já não eram tão graves, muito pelas campanhas anti tabagistas e podiam ser tratadas clinicamente, sem precisar desse recurso extremo. Por outro lado surgiram também os aparelhos de ventilação com pressão positiva, que era mais prático e tudo isso fez diminuir seu uso, mas não tira a grande utilidade que teve. (GOTTSCHELL, 2016).

Habitualmente os pacientes tratados neste Pulmão de Aço não ficavam muito tempo, pois os que passavam ali parte da vida eram os acometidos por doenças neuromusculares. Eles eram ventilados, melhoravam e voltavam para o leito. Mas havia uma rotina quase diária de pacientes que passavam pelo Pulmão de Aço (GOTTSCHELL, 2016).

Gottschall conta que:

Na época que o Pulmão de Aço foi para o Hospital de Clínicas eu já tinha saído da Enfermaria 29, eu fiquei lá até o ano de 1985. Depois disso, a UFRGS se mudou para o Hospital de Clínicas e eu fui convidada pelo professor Rubens Rodrigues para ir para o Instituto de Cardiologia e lá fundei o Laboratório de Hemodinâmica. E o Mario Rigatto foi levado para o Hospital de Clínicas e o Pulmão de Aço também, porque lá virou a sede do Mário Rigatto. Lá ele ficou exposto, em um corredor, como uma grande relíquia, como um objeto de memória médica mesmo. (GOTTSCHELL, 2016).

Entre outras informações, o Dr. Gottschall nos conta ainda que ele conhecia o Pulmão de Aço na cor creme e que ele acredita que o mesmo foi pintado de verde após a morte do Dr. Rigatto.

Com a história oral buscamos testemunhas oculares do passado, como os participantes dos eventos que nos interessam, e torna-se um método valioso para a pesquisa, pois permite o acesso às experiências não documentadas pelas fontes escritas. A história oral permite ainda explorar aspectos da experiência histórica que dificilmente são registrados, como, por exemplo, as relações pessoais, oferecendo evidências sobre significados subjetivos e pessoais de eventos passados (THOMSON, 2000). Assim as memórias dos entrevistados foram se costurando, se associando e criando sentidos nos fragmentos da trajetória da peça musealizada.

Percebemos a importância dos depoimentos para a pesquisa, pois os mesmos traziam informações que não foram encontradas em fontes escritas e documentais e ainda compreender as relações pessoais que foram criadas através do Pulmão de Aço.

Conclusão

O objetivo principal desse trabalho era abordar o processo da transformação do Pulmão de Aço em Museália, por meio do processo de musealização realizado no MUHM. Desta forma, podemos inferir que o processo de musealização é algo complexo, cheio de etapas baseadas na compreensão e documentação da trajetória do objeto, da história de sua criação e de onde foi utilizado, compreender quem eram os sujeitos históricos que se utilizaram dele, a forma pela qual a peça caiu em desuso e como ela adquiriu um novo valor e transformou-se em Museália. Percebemos a importância da documentação, pois grande parte dos objetos tem suas histórias perdidas e é necessário para recontá-las, seguir as pistas e costurar novamente os retalhos, para ter como resultado final uma bela colcha, completa.

Todo o processo de Musealização culmina na exposição da peça e as abordagens possíveis de se trabalhar o Pulmão de Aço dentro de uma instituição museológica são diversas e ricas, principalmente se levarmos em conta que a Museologia é a ciência que se centra na relação específica do homem com a realidade. Isso se denominaria fato museal, expressão criada por Rossio, e consistiria propriamente na relação profunda entre Homem, sujeito que conhece, e o Objeto, parte da realidade à qual o Homem pertence e sobre a qual tem o poder de agir. Essa relação ocorre num cenário institucionalizado: o museu (CERÁVOLO, 2004). Isto possibilita que cada indivíduo que visite o museu, tenha experiências completamente diferentes frente ao Pulmão de Aço, de acordo com a realidade em que está inserido, e podendo passar por constante modificação.

Concluímos aqui então, que o objeto em questão, o Pulmão de Aço, foi musealizado pela importância histórica que possui, principalmente ligada a questão do salvamento de pacientes acometidos pela poliomielite. A peça ainda possibilita compreender a evolução dos equipamentos médicos e as transformações da medicina, que foram extremamente rápidas durante o século XX.

Descobrimos através das pesquisas que, ao contrário do que imaginávamos, quando ocorreu à busca do Pulmão de Aço no setor de descarte da UFRGS, o Pulmão de Aço chegou a Porto Alegre no ano de 1963, doado pela Fundação Kellogg, ao Laboratório Cardiopulmonar da Enfermaria 29 do HSCMPA. Essa doação ocorreu pelo contato inicialmente feito pelo médico Rigatto entre os anos de 1957 e 1960, quando esteve realizando estágios nos Estados Unidos. Aqui em Porto Alegre, a peça em questão, atendeu a muitos pacientes, acometidos principalmente de doenças que causavam insuficiência respiratória crônica, como bronquite e enfisema pulmonar. A máquina atendeu ainda a poucos casos de poliomielite, apenas em adultos. Na Enfermaria 29 o Pulmão de Aço permaneceu cerca de duas décadas, entre o início da década de 1960 até o final da década de 1980, com uma rotina quase diária de atendimento.

Quando as atividades de ensino da UFRGS foram encerradas na Santa Casa, em 1986, passaram a ser realizadas no HCPA, e Mário Rigatto e os alunos, transferem-se para este hospital. Com o médico segue o Pulmão de Aço, não mais para ser utilizado como uma máquina de suporte à vida, mas sim como um de objeto de memória da História da Medicina do Rio Grande do Sul. Neste hospital, Rigatto organiza uma espécie de exposição, em que o Pulmão de Aço conta uma parcela da história da pneumologia mundial nos corredores do Setor de Pneumologia. Assim, percebemos que a peça acompanha a trajetória do médico que a trouxe para o Brasil, sendo descartado depois de sua morte, ocorrida no ano de 2000.

Se não houvesse a preocupação com a busca de informações, dificilmente conheceríamos essa história, e aqui se reitera a importância das

pesquisas históricas e museológicas para que o objeto cumpra o seu papel de fonte de informação, demonstrando que através dele abre-se uma gama de possibilidade de temas que podem ser abordados em exposições, atividades didático-lúdico-pedagógicas e em discussões.

Por fim, vale frisar que os objetos museológicos ligados à área da história da saúde e da medicina se tornaram objeto de estudo de pesquisadores há pouco tempo no Rio Grande do Sul. Desses acervos, e por que não do próprio objeto apresentado aqui, muitos estudos poderão ser realizados, e certamente trabalhos no campo da Museologia auxiliarão nessa tarefa.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. *Doenças infecciosas e parasitárias*: guia de bolso. 8. ed. rev. Brasília: Ministério da Saúde, 2010, 448 p.

CERÁVOLO, Suely Moraes. Delineamentos para uma teoria da Museologia. *Anais do Museu Paulista*: história e cultura material. Universidade de São Paulo, Museu Paulista, v.12, jan/ dez 2004, p.237-268.

COSTA, Renato da Gama-Rosa; SANGLARD, Gisele. Patrimônio Cultural da Saúde: uma história possível? *XIII Encontro de História da ANPUH*- Rio. Rio de Janeiro, 2008, 10 p. Disponível em: <http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212753026_ARQUIVO_TextoPCSANPUH2008.pdf>. Acesso em: 24 de setembro de 2015.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. *Conceitos-chave de Museologia*. Tradução e comentários de Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013, 100 p.

FORNAZIER, Carlos; TRINDADE, Evelinda; HOLSBAH, Léria Rosane; BARBIERI, Denis Xavier, PERLATO, Marco Túlio; GLOWACKI, Luis Antônio; VICENTE, Maria Glória; PEREIRA, Anderson de Almeida; SILVA José Eduardo Lopes da. Abordagem de Vigilância Sanitária de Produtos para Saúde Comercializados no Brasil: Ventilador Pulmonar. In. *Boletim Informativo de Tecnovigilância*, Brasília-DF, nº 03, jul/ago/set

- 2011 - ISSN 2178-440X, 74 p. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/boletim_tecno/boletim_tecno_novembro_2011/PDF/Microsoft%20Word%20-%20BIT%204%20VENT%20PULMONAR%202011%20-%20MATRIZ_FINAL%20-%20%20%2022112011.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2016.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GOTTSCHALL, Carlos Antônio Mascia. Entrevista 02: 10 de maio de 2016. Entrevistador: Angela Beatriz Pomatti. Porto Alegre, 2016.
- MENESES, Ulpiano.T.B. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*. São Paulo, Departamento de História da FFLCH/USP, N.Sér. n.115, jul.-dez. 1983, p.103-117.
- MINISTÉRIO da Saúde do Brasil Saúde do Brasil/Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz; Ministério da Saúde do Chile/Unidade do Patrimônio Cultural da Saúde. *Termo de constituição da Rede Latino-Americana de História e Patrimônio Cultural da Saúde*. Termo de Referência. Salvador: 2005. 11p. Disponível em: <<http://www.icml9.org/?lang=pt>> Acesso em: 26 de out. de 2015.
- MUHM. *Plano Museológico*, 2014, 74 p. [Documento interno].
- MUHM. *Regimento Interno*, 2012, 8 p. [Documento interno].
- PASCHOAL, Ilma Aparecida; VILLALBA, Wander de Oliveira; PEREIRA, Mônica Corso. *In-suficiência respiratória crônica nas doenças neuromusculares: diagnóstico e tratamento*. *J. bras. pneumol.* vol.33 nº.1 São Paulo, Jan./Feb. 2007, p. 81-92. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1806-37132007000100016&script=sci_arttext>. Acesso em: 24 de set. de 2015.
- RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto: o museu no ensino de história*. Ed. Argos: Chapecó, 2004, 178 p.
- SCHATZMAYR, Hermann G.; FILIPPIS, Ana Maria Bispo de; FRIEDRICH, Fabian e LEAL, Maria da Luz Fernandes. *Erradicação da poliomielite no Brasil: a contribuição da Fundação Oswaldo Cruz*. História. Ciências, Saúde - Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. 9(1): 11-24, jan.-abr. 2002.

SERRES, Juliane Conceição Primon; QUEVEDO, Éverton Reis; POMATTI Angela Beatriz; KULZER, Gláucia Giovana Lixinski de Lima. A preservação da memória médica: o lugar do Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul. In: *A Medicina no Rio Grande do Sul* org. QUEVEDO, Éverton; POMATTI, Angela Beatriz. (Prelo), 2016.

SITE do Science Museum of London. Both-type iron lung, London, England, 1950-1955 Disponível em: <http://www.sciencemuseum.org.uk/broughttolife/themes/treatments/iron_lung> Acesso em: 15 de maio de 2016.

TEIXEIRA, Lia Canola; GHIZONI, Vanilde Rohling. *Conservação preventiva de acervos*. Coleção Estudos Museológicos. Florianópolis: FCC, 2012, v.1, 74 p.

THOMSON, Alistair. Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES Tania Maria; ALBERTI, Verena Alberti (org.) *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro : Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000, 204 p.

VERONESI, Ricardo (org) *Doenças Infecciosas e Parasitárias*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A, 1991 p.

VICENTINI, Alessandra Lopes. *Simulação em Protótipo do Sistema Respiratório com Ventilador de Pressão Positiva e Análise das Alterações Devido às Obstruções do Fluxo Aéreo Pulmonar*. Dissertação apresentada à Faculdade de Engenharia do campus de Guaratinguetá, Universidade Estadual Paulista, para obtenção do título de Mestre em Engenharia Mecânica na Área de Projetos, 2008, 100 p. Disponível em: <<http://livroso1.livrosgratis.com.br/cpo8o286.pdf>>. Acesso em: 16 de maio de 2016.

XAVIER, Rogério Gastal. Entrevista 01: 16 de mar. de 2016. Entrevistador: Angela Beatriz Pomatti. Porto Alegre, 2016.

ZAGUI, Eliana. *Pulmão de Aço: Uma Vida no Maior Hospital do Brasil*. São Paulo: Belaetra Editora, 2012, 239 p.

Seção 02

Educação Patrimonial e História da Educação

**Educação patrimonial:
a criação de um material de apoio pedagógico
para educadores do ensino fundamental do
município de São Miguel das Missões, RS – Brasil**

*Bibiana Schiavini Gonçalves Toniazzo*¹

*Marta Rosa Borin*²

Introdução

A educação patrimonial compreende-se na sensibilização da comunidade no espaço escolar formal e não formal para o patrimônio histórico e cultural de uma região, ela depende de processos educativos eficazes e coletivos que renovam métodos de ensino voltados para educação e patrimônio. (GUERRA, 2010; HORTA, GRUMBERG, MONTEIRO, 1999; GONÇALVES, 2002; MURTA 2009). Torna-se fundamental inserir através do diálogo de agentes ativos da comunidade escolar no processo de preservação do patrimônio (RODRIGUES, 2016). Neste sentido, as iniciativas educacionais voltadas para o patrimônio histórico-cultural de uma localidade precisam provocar nos sujeitos, além da participação, o senso crítico diante da realidade em que está inserido e os constantes desafios de preservação e conservação do patrimônio.

¹ Mestranda em Patrimônio Cultural / UFSM; bibianaturismologa@gmail.com

² Doutora em História / UNISINOS; mrborin@gmail.com

Com o tema da presente pesquisa, Educação patrimonial, pretende-se criar um material de apoio pedagógico para educadores do ensino fundamental do município de São Miguel das Missões, com intuito de promover a educação cidadã a partir da educação básica, ensino fundamental, conhecendo a dinâmica das cidades em que vivem assim como o patrimônio histórico-cultural existente. De acordo com a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017, no terceiro e quarto ano do ensino fundamental o professor deve contextualizar a cidade e o município identificando os patrimônios históricos e culturais da cidade ou região do educando (BRASIL, 2017).

A problemática da proposta está centrada na necessidade de produção de materiais conceituais e pedagógicos que permitam ao educador do ensino fundamental – séries iniciais, desenvolver atividades a partir do estudo dos bens patrimoniais que possibilite ao estudante o reconhecimento do patrimônio histórico e cultural de São Miguel das Missões. Baseado nesta premissa, esta pesquisa busca reconhecer a importância da educação patrimonial na formação tanto do educador como do educando para aprender acerca da preservação e conservação do patrimônio histórico-cultural e natural no sítio arqueológico de São Miguel das Missões.

A educação patrimonial possibilita a reflexão sobre a história de uma região através do olhar de práticas pedagógicas que contribuam significativamente à reflexão e a-valorização do patrimônio histórico das Ruínas de São Miguel Arcanjo. De acordo com Reznik (2010), pensar e repensar o passado nos possibilita compreender quem “somos” e quem queremos ser.

Assim, busca-se construir, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande – FURG, um material de apoio pedagógico, em formato *e-book*, para educadores do ensino fundamental das séries iniciais. A relevância desta proposta justifica-se pela necessidade de ampliar o conhecimento tanto do educador quanto do educando sobre a história que referencia o Sítio Arqueológico São Miguel Arcanjo, popularmente conhecido como Ruínas de São Miguel das Missões, promovendo a efetiva formação do professor em sala de aula.

Em 1983, de acordo com o IPHAN (2019), o Sítio Arqueológico de São Miguel das Missões foi tombado, em 1938, como Patrimônio Nacional e, no ano de 1983, como patrimônio Mundial, Cultural e Natural pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura – UNESCO, reforçando a importância de se trabalhar sobre educação patrimonial em ambientes escolares, pois é o único patrimônio cultural tombado pela UNESCO no Rio Grande do Sul e no sul do Brasil³.

A realização desta proposta visa contribuir na construção do material pedagógico proposto pela pesquisa com intuito de estabelecer um cronograma de atividades sobre o patrimônio de São Miguel das Missões – RS. Este produto está em fase de construção e sendo desenvolvido no Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

Por meio do diálogo entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva da comunidade produtora das referências culturais, indígenas-guarani e o Estado, busca-se conhecer as noções de Patrimônio Cultural, pois a metodologia da Educação Patrimonial somente pode ser compreendida se o patrimônio cultural for entendido como uma construção social.

A Educação Patrimonial

No Brasil, de acordo com Chagas (2006), a área do patrimônio cultural, durante décadas, uma atuação preservacionista vinculada aos bens de pedra e cal a exemplo de igrejas, prédios, conjuntos urbanos e monumentos. Todavia, para Murta (2009), o termo patrimônio diz respeito aos monumentos históricos e ao casario tradicional, mas tudo o que nele é abrigado, como pessoas com seus saberes e fazeres.

³ No Brasil foram tombados pela UNESCO outros bens como **Sítio Natural** a exemplo do Centro Histórico de Olinda, Cais do Valongo e Conjunto Moderno da Pampulha em Brasília, entre outros.

Encontrado em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/>. Acesso em: 25/11/2019.

Em 1937, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas no Brasil, cria-se um órgão regulador do patrimônio brasileiro denominado Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) atual Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional – IPHAN.

De acordo com a Constituição vigente deste período constitui:

Art. 1º [...] o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937, p. 24056).

Contudo, o patrimônio conforme Chagas (2006) e Guerra (2010) pode ser considerado algo “vivo” e presente no dia-a-dia que se transforma no decorrer do tempo, possibilitando coesão ao grupo ou à comunidade. Desde a sua criação, em 1937, o IPHAN manifestou em documentos, iniciativas e projetos a importância da realização de ações educativas como estratégia de proteção e preservação do patrimônio (IPHAN, 2014).

A Carta de Veneza, de 1964, destacou que, além do patrimônio edificado, é necessário refletir e incluir os indivíduos como construtores e produtores de saberes que são patrimônios culturais de uma região (UNESCO, 1986). Ainda de acordo com o documento, são necessários novos métodos educacionais que levem em consideração o progresso científico atual, que agora entra em harmonia com as grandes tradições culturais cuja preservação e estudo profundo são essenciais (UNESCO, 1986). Neste sentido; para Santos (1998, p.1) leis, decretos, instruções normativas, tanto no âmbito nacional quanto internacional, têm “motivado vez mais a inserção de Programas Educativos nas agendas de políticas culturais como força motriz para que ocorram mudanças de posturas da sociedade no que concerne ao reconhecimento, a proteção e fruição do patrimônio”. Nesta mesma direção, Moll complementa:

[...] a cidade precisa ser compreendida como território vivo, permanentemente concebido, reconhecido e produzido pelos sujeitos que a habitam. É

preciso associar a escola ao conceito de cidade educadora, pois a cidade, no seu conjunto, oferecerá intencionalmente às novas gerações experiências contínuas e significativas em todas as esferas e temas da vida (MOLL, 2009, p. 15).

Desta forma, compreende-se a ideia de cidade educadora como aquela em que a “escola se abre, portanto, para o seu entorno local, que se torna espaço educativo mais amplo e a cidade se vê como educativa para todos os que nela vivem e, em especial, aos que se encontram inseridos em processos formais de educação como estudantes nas escolas públicas” (CARVALHO, LEITE, NOGUEIRA, 2010, p.23). Contribuindo com esta ideia, o Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC, criado em 1970, tornou-se um espaço para refletir sobre preservação e ações educacionais ligadas ao patrimônio de uma localidade (BEZERRA *et al*, 2014).

Assim, a Educação Patrimonial é uma metodologia que surge para somar esforços com os educadores no intuito de possibilitar atividades interdisciplinares a partir do patrimônio cultural de uma comunidade. Ações ligadas a essa metodologia surgiram na década de 1980. Entretanto, Barroso (2010) considera que o seu reconhecimento surge em 1999, especialmente em espaços de memória e museu com a publicação do Guia Básico de Educação Patrimonial escrito por Maria de Lourdes Parreira Horta, Evelina Grumberg e Adriana Queiroz Monteiro, publicado pelo IPHAN.

Neste sentido, Brandão afirma que a educação patrimonial possibilita:

Ações destinadas a proporcionar à comunidade os meios para participar, em todos os níveis, do processo educacional, de modo a garantir que a apreensão de outros conteúdos culturais se faça a partir dos valores próprios da comunidade. A participação referida se efetivará através da interação do processo educacional às demais dimensões da vida comunitária e da geração e operacionalização de situações de aprendizagem com base no repertório regional e local (BRANDÃO, 1996, p. 293).

Entretanto, mesmo sendo incorporadas ações para a educação patrimonial nas políticas públicas no espaço escolar, seja formal ou informal, é

necessário compreender o impacto das mudanças que contemplem as diversas realidades sociais no âmbito municipal, estadual e federal. Desta forma, a educação patrimonial torna-se emergente, pois muda as formas de se valorizar o patrimônio e, ao mesmo tempo, auxilia na gestão das políticas culturais através de movimentos de preservação do patrimônio cultural e de outras memórias que estão se tornando força política numa sociedade voltada para o consumo (MENESES, 1992; VALECILLO, 2009).

Segundo Delors (In. Valecillo, 2009, p. 274):

Desde inales del siglo XX la UNESCO ha elaborado varios documentos donde propone nuevos alcances para la educación. Donde ésta se concibe como un proceso para toda la vida y un instrumento que permitirá alcanzar los ideales de paz, libertad y justicia social, donde los ciudadanos aprendamos a vivir juntos con nuestras diferenciais y buscar el diálogo.

Considera-se ainda que os processos educativos devem ser pautados na construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades locais. De acordo com a nova Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017, p. 403) “a BNCC pretende estimular ações nas quais professores e alunos sejam sujeitos do processo de ensino e aprendizagem”.

Contudo, não é apenas o processo de ensino aprendizagem que forma a comunidade escolar. Neste sentido:

A escola tem que se abrir a essas novas exigências educacionais, em que a política educacional adquire novas cores e expressões, muitas vezes estranhas a uma dinâmica escolar mais restrita de ater-se apenas a currículo, didática, avaliação ou processo de ensino e de aprendizagem, descolado do seu entorno e das vivências socioculturais dos sujeitos que ali vivem, moram e se relacionam entre si e com o mundo (CARVALHO, LEITE, NOGUEIRA, 2010, p.22).

Portanto, o patrimônio histórico-cultural torna-se importante para o processo educativo no sentido de sensibilizar o uso dos espaços públicos e comunitários como espaços formativos.

Assim sendo, a educação patrimonial constitui de ações educativas em espaços “formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação” (IPHAN, 2014, p.19).

Desse modo, o IPHAN considera que o contexto educacional “é mais amplo que a escolarização – inserindo-se em contextos culturais nos quais a instituição escolar não é o único agente educativo –, não se podem prescindir do envolvimento de estabelecimentos de ensino e pesquisa, a partir de programas de colaboração técnica e de convênios” (IPHAN, 2014, p.27).

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular – BNCC a disciplina de história nas séries iniciais e terceiro, quarto e quinto ano do ensino fundamental contemplam estudos sobre a dinâmica das cidades, valorização da memória e identificação de patrimônios históricos e culturais de uma localidade ou região (BRASIL, 2017).

Para Bergman (1990), a didática da história é o conjunto de conhecimentos que permitem refletir sobre a produção, veiculação e usos sociais de conhecimentos históricos em situações escolares e não escolares. Considera-se um contraponto dos livros didáticos tradicionais no ensino da história quando surge o material paradidático, suporte ao livro didático, apresentando uma linguagem mais acessível ao educando (ZAMBONI, 1991).

Compreende-se a preservação, conservação e, por consequência, a valorização do patrimônio histórico-cultural ligados aos processos educativos. A educação patrimonial para Bonini *et al* (2015) está vinculada ao conceito de uma gestão cultural estruturada no tempo, espaço e recursos voltados para educação formal e não formal. Neste sentido, a educação na escola tem como objetivo: “[...] resgatar a relação de afeto ente a comunidade e seus patrimônios, estabelecendo entre eles um processo de

aproximação fazendo com que a comunidade tenha um sentimento de pertencimento em relação aos seus patrimônios, desejando, assim, seu resgate e preservação” (OLIVEIRA; WENCESLAU, 2007, p. 32).

A educação, através do patrimônio cultural, é uma forma do professor aproximar o educando da comunidade em práticas para além da sala de aula. Práticas pedagógicas que se baseiam, de acordo com Freire (2001; 2004), no conhecimento compartilhado através da pedagogia do diálogo, da autonomia bem como da emancipação do sujeito através de encontro e da escuta tanto em ambientes escolares formais e não formais. Portanto, compreende-se que, por meio da renovação dos métodos de ensino, a educação pode ser uma ferramenta transformadora da realidade social na qual tanto o educando quanto os educadores estão inseridos.

Ruínas de São Miguel Arcanjo

A comunidade, segundo Setubal; Érnica (2006, p. 143), é “um espaço de pertencimento, no qual a modernidade não consiste em começar tudo de novo, iniciar do nada, mas em sentir-se enraizado, pertencendo, apropriando e reelaborando a herança das gerações anteriores”. Todavia, Valecillo (2009) evidencia que, para que de fato a gestão do patrimônio cultural aconteça de forma eficiente, torna-se necessário incluir a participação dos envolvidos num diálogo contínuo para que ocorra o empoderamento das comunidades e mudanças nas políticas culturais de uma localidade.

Para analisar como os diferentes grupos se apropriam de sua herança cultural, consideramos o campo do patrimônio como um espaço de disputas pela identidade, onde quem detêm maior capital econômico determinam a seleção dos patrimônios bem como as narrativas de memórias coletivas (BOURDIEU, 1988).

O Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo localiza-se na cidade de São Miguel (RS). A sua história está diretamente ligada ao Rio Grande do Sul.

Destaca-se neste trabalho o período entre 1682 da criação das Reduções Jesuíticas no Rio Grande do Sul até 1756 que mesmo com que mesmo com os esforços da coroa portuguesa os índios Guaranis foram massacrados na Guerra Guaranítica que estabeleceu o no Tratado de Madri as terras missioneiras no Rio Grande Sul cedidas da Espanha para Portugal (LUVIZOTTO, 2009).

No quadro 1 apresenta-se uma cronologia do objeto de estudo da pesquisa: as Ruínas de São Miguel das Missões no decorrer da história do Estado de ocupação e povoamento.

Quadro 1: Cronologia da História de Povoamento no Rio Grande do Sul.

Ano	Acontecimento
1493	Tratado de Tordesilhas: o Rio Grande do Sul pertencia a coroa espanhola.
1626	Os Jesuítas atacados nas reduções no Paraguai instalam-se no RS com a fundação da redução de San Nicolas.
1641	Os jesuítas foram expulsos das terras gaúchas.
1759	Centenas de jesuítas foram expulsos do Brasil, pelo Marques de Pombal.
1682	Os Jesuítas fundaram as Missões Jesuíticas no Rio Grande do Sul, Paraná, Argentina e Paraguai.
1687	Fundado os 7 Povos das Missões para combater o ataque de paulistas e tropas em busca de índios e gado. Os Jesuítas constroem São Miguel Arcanjo.
1704	A Espanha declara guerra contra Portugal.
1750	O Tratado de Madri estabeleceu que a região das Missões seria administrada pelos espanhóis e o território destruído. Principal motivo: economia do gado na região.
1770	Chegam os primeiros imigrantes açorianos no Rio Grande do Sul.

Fonte: adaptado de Luvizotto, 2009.

Para Damiani (2019), a história do Rio Grande do Sul está dividida em duas fases: a primeira (1641) que não prosperou devido os conflitos entre índios, bandeirantes e padres e, a segunda, que foi a consolidação dos Sete povos das Missões (1682) que formou uma fronteira limite impedindo as ações dos portugueses em terras espanholas de acordo com o tratado de Tordesilhas.

No século XVI com a vinda de religiosos da Companhia de Jesus no Rio Grande do Sul, Paraná, Argentina e Paraguai foram criadas províncias Jesuíticas denominadas “Missões” ou “Reduções” que reunia índios Guaranis (RODRIGUES, PINTO, COLVERO, 2013). Neste período foram criados os Sete Povos das Missões no Rio Grande do Sul: São Francisco de Borja, São Nicolau, São Luiz Gonzaga, São Lourenço Mártir, São Miguel

Arcanjo, São João Batista e Santo Ângelo Custódio (RODRIGUES, PINTO, COLVERO, 2013). Quevedo (2000, p.71), ao tratar das reduções jesuítico-guaranis localizada na bacia do Rio da Prata considera que elas foram a concentração de índios em pequenos povoados para convertê-los à fé da Igreja Católica reformada, conforme estipulado pelo Concílio de Trento (1545-1563)”.

Cabe ressaltar que:

Seu trabalho de evangelização incluía a conversão do índio gentio ao catolicismo e o cuidado sistemático com a manutenção da fé, o que justificava a existência da paróquia e a presença constante do padre. E por fim, ela devia garantir a liberdade (evidentemente vigiada) do índio, tutelado pelo pároco, pelo missionário e também pelas autoridades espanholas, que deviam vigiar a política administrativa da redução por intermédio do Cabildo. Em suma, o índio reduzido era o modelo que estava sendo imposto. Enquanto fiel aos princípios católicos e vassalo do governo espanhol (representado pelo vice-rei do Peru: Governador do Paraguai e Rio da Prata e o visitador de Charcas), o índio deve exercer a sua fé nos povoados reducionistas (QUEVEDO, 2000, p. 72).

Em Luvizotto (2009), destaca-se que a principal economia da região era a criação de gado, fonte de disputas entre as duas Coroas Ibéricas e também, a produção de erva-mate, usada pelos índios e padres das reduções. Ainda para Luvizotto (2009, p.20) as “missões jesuíticas e a formação de *“lagunenses”* e *“vicentinos”* – paulistas que se deslocam do Norte – foram os responsáveis pela introdução da pecuária no Rio Grande do Sul”.

Atualmente, as comunidades indígenas Guarani *Mbya* localizam-se nas proximidades do litoral atlântico em regiões da Laguna dos Patos, Lago Guaíba, Alto Rio Jacuí e região das Missões (SOUZA, 2011). A etnografia da comunidade indígena Guarani como identidade “missioneira”, durante o século XVII e XVIII, remetem à memória individual e coletiva do “ser missioneiro”, no passado e no presente (BRUM, 2011).

Ainda, torna-se possível compreender em Brum (2010, p. 47) que o legado missioneiro:

[...] é vivido como mito, e seu fascínio está no seu poder de significar o presente de quem o utiliza, transformando a identificação com o passado interpretado das Missões em pertencimento ao missioneiro presentificado nos interesses e sentimentos de quem os aciona.

As Ruínas de São Miguel Arcanjo foram construídas no século XVII. De acordo com Telles (2008, p.74), citado em Alcantara, Bittencourt e Veroneze (2011), “la iglesia fue construída entre 1735 e 1744 segun un proyeycto atribuído con seguridad al arquitecto jesuíta Gian Batista Primoli, italiano de Milan quien tambien fue el constructor”. Reforça-se que o projeto europeu da igreja foi construído pelo esforço das centenas de índios que ali habitavam.

Em 1930, o arquiteto Lucio Costa, como servidor do antigo SPHAN, realiza uma intervenção nas ruínas e cria o museu de São Miguel das Missões (IBRAM; 2015).

Em 1983, a Igreja de São Miguel e Ruínas de São Miguel, localizada no município de Santo Ângelo (RS), foi declarado pela Organização das Nações Unidas para Educação a Ciência e Cultura – UNESCO como patrimônio histórico, cultural e natural da humanidade juntamente com as ruínas do lado argentino *San Ignacio Mini, Santa Ana, Nuestra Señora de Loreto*, e *Santa Maria la Mayor* localizadas na província de Misiones, na Argentina. (IPHAN, 2019). Todavia, em 1988, a vila de São Miguel se emancipou de Santo Ângelo tornando-se o único patrimônio mundial do Rio Grande do Sul.

Em novembro de 2019, o município de São Miguel das Missões recebeu a certificação das Missões Jesuíticas *Guaranis, Moxos e Chiquitos* localizadas no Brasil, Uruguai, Paraguai Argentina e Bolívia como patrimônio do Mercado Comum do Sul – Mercosul, oficializando a região das Missões no Rio Grande do Sul como patrimônio cultural (IPHAN, 2019).

Considerações Finais

Pretende-se sensibilizar os educadores do ensino fundamental da rede pública e privada acerca das Ruínas de São Miguel das Missões, valorizando o único patrimônio histórico-cultural tombado mundialmente pela UNESCO.

Além disso, o material proposto possibilitará um amplo acesso, não apenas de educadores da localidade de São Miguel das Missões, mas também o da educação básica e que atuam no Rio Grande do Sul e demais regiões brasileiras, disseminando práticas educativas que evidenciem a cultura e a história indígena Guarani.

Espera-se com a finalização da pesquisa, possibilitar parcerias nas esferas pública e privada para fomento da educação acerca da salvaguarda de Sítios Arqueológicos oriundas das Missões Jesuíticas no Brasil e na América Latina.

Torna-se imprescindível que toda ação educativa voltada para o patrimônio seja coletiva e dialogada, valorizando a diversidade cultural e o fortalecimento da identidade acerca da salvaguarda do patrimônio “vivo” nas Ruínas de São Miguel Arcanjo, em São Miguel das Missões – RS.

Neste sentido, torna-se necessário sensibilizar o educador para educação patrimonial multidisciplinar, desprendendo-se do livro didático e manuais já existentes e utilizados em sala de aula, pois, percebe-se a necessidade de ampliar os materiais pedagógicos das séries iniciais do ensino fundamental através de manuais já consolidados sobre educação patrimonial.

Assim sendo, o processo de preservação e conservação do bem patrimonial é, sobretudo, uma maneira de acender o sentimento de reconhecimento da comunidade escolar de educandos, educadores e atores sociais de São Miguel das Missões, através da participação ativa, coletiva e respeitosa acerca do seu próprio patrimônio.

Referências

- BARROSO, Vera Lucia Maciel. **Educação Patrimonial e Ensino da História:** registros, vivências e proposições. In Ensino da História: desafios contemporâneos. Porto Alegre: EST. EXCLAMAÇÃO> APNPUH/RS, 2010.
- BERGMAN, Klaus. A História na Reflexão Didática. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n.19, p. 29-42, set. 1989/fev. 1990.
- BEZERRA, Juliana; CLEROT, Pedro; FLORÊNCIO; Sônia Rampim; RAMASSOTE, Rodrigo. **Educação Patrimonial:** histórico, conceitos e processos. Brasília - DF /IPHAN/DAF/Cogedip/Ceduc,2014. 63 p. II; 28 cm.
- BONINI, Luci Mendes; FRANCO, Francisco Carlos; PRADOS, Rosália Maria Netto. **Cultura, cidadania e patrimônio cultural: interfaces entre a escola, a cidade e as políticas culturais na cidade de Guararema, SP.** PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 33, n. 1, 319-344, jan./abr. 2015.
- BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas.** São Paulo: perspectiva, 1988
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Cultura, Educação e Interação: observações sobre ritos de convivência e experiências que aspiram torná-las educativas In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues [et al.] **O difícil espelho: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação.** Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC / Secretaria de Educação Básica, 2017.
- _____. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.** Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Diário Oficial, Rio de Janeiro, 6 dez. 1937. p. 24056.
- BRUM, Ceres Karam. **Identidade Missioneira?** 2011, p. 31-52. In Missões: Reflexões e questionamentos. Quevedo, Julio Ricardo dos Santos. Org. Santa Maria: Editora e Gráfica Caxias, 2016.
- CARVALHO, Levindo Diniz; LEITE, Helena Alvarez; NOGUEIRA, Henrique de Queiroz. Org. Educação Integral e Integrada. Módulo IV: **A escola e a cidade - práticas públicas e pedagógicas.** Belo Horizonte: UFMG - Faculdade de Educação, 2010, p.68.

CHAGAS, Mário. **Há uma gota de sangue em cada museu:** a ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó: Argos, 2006.

COLVERO, Ronaldo; RODRIGUES, José; PINTO, Muriel. **História Missioneira de São Borja.** Métodos para o ensino do patrimônio. Noschang Artes Gráficas Ltda, 2013. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/murielpinto/cartilha-historia-missioneira-de-so-borja-mtodos-para-o-ensino-do-patrimnio-cultural>. Acesso em: 17 set 2019.

DAMIANI, Nadir Lurdes. **Reduções Jesuíticas: Resumo 1º e 2º período.** Disponível em: <http://www.portaldasmissoes.com.br/site/view/id/1420/reducoes-jesuititas-%E2%80%93-resumo---1%C2%BA-e-2%C2%BA-periodo.html>. Acesso em: 17 set. 2019.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários a prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

HORTA, Maria de Lurdes Pereira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de Educação Patrimonial.** Brasília: Iphan; Museu Imperial, 1999.

IBRAM. **Instituto Brasileiro de Museus. Museu das Missões.** Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/Museu-das-Missoes.pdf>. Acesso em 18 set 2019.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Educação Patrimonial:** histórico, conceitos e processos. IPHAN, 2014.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **São Miguel das Missões (RS).** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/292>>. Acesso em: 14 set. 2019.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **São Miguel das Missões (RS) recebe ministros da cultura do Mercosul.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5433/sao-miguel-das-missoes-rs-recebe-ministros-da-cultura-do-mercosul> Acesso em: 11 nov. 2019.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos.** Caxambu, UF: Editora, 2002.

- GUERRA, Mariza Andrade de. **O patrimônio na perspectiva da Diversidade**. In: *Livro I – Produção de Materiais Didáticos para a Diversidade: Práticas de Memória e Patrimônio numa perspectiva interdisciplinar*. Labepeh/UFGM – Secad/MEC – CAED/UFGM, 2010.
- LUVIZOTTO, CK. **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, 93, p. ISBN 978-85-7983-008-2.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. **A história cativa da memória?** Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 34, p. 9-24, 1992.
- MOLL, Jaqueline. **Um paradigma contemporâneo para a Educação Integral**. In: Pátio: revista pedagógica, Porto Alegre, V.8, N.51, ago./out., 2009.
- MURTA, Stela Maris. **Interpretar o patrimônio: um desafio para o turismo cultural**. In: *Turismo Cultural: estratégias, sustentabilidade e tendências*. CAMARGO, Patricia de; CRUZ, Gustavo da. Org. Ilhéus: Editus, 2009.
- OLIVEIRA, Fabiana de; WENCESLAU, Franclin F. Educação Patrimonial e a pesquisa arqueológica do sítio “Casa de David Carrabarro”. In: SOARES, André Luis Ramos; KLAMT, Sérgio Célio (Org.). **Educação Patrimonial: teoria e prática**. Santa Maria, RS: Editora da UFSM, 2007, p. 23-40.
- REZNIK, Luiz. História Local e Práticas de Memória. In: **Livro I – Produção de Materiais Didáticos para a Diversidade: Práticas de Memória e Patrimônio numa perspectiva interdisciplinar**. Labepeh/UFGM – Secad/MEC – CAED/UFGM, 2010.
- RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes. **A arqueologia colaborativa no tratamento de acervos patrimoniais para a sustentabilidade cultural das comunidades no Brasil: teoria e estudos de caso**. Tese (Doutorado em Quaternário, Materiais e Cultura), Universidade de Tras-os-Montes e Alto Douro, Portugal, 2016.
- SANTOS, Antonio Silveira Ribeiro. **A participação da sociedade na proteção do patrimônio cultural**. *Programa Ambiental A Última Arca de Noé*, S/D. <<http://www.aultimaarcadenoe.com.br/patrimonio-cultural/>>. Acesso em: 22. mar. 2019.

SETÚBAL, Maria Alice; ÉRNICA, Maurício. Por que educação e cultura? In: SETÚBAL, Maria Alice (Org.). **Educação e cidade**. São Paulo: CENPEC, 2006. p. 143-147.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. **Os Mbyá-Guarani: Impasses das Políticas Indigenistas no sul do Brasil**, 2011, p. 11-30. In *Missões: Reflexões e questionamentos*. Quevedo, Julio Ricardo dos Santos. Org. Santa Maria: Editora e Gráfica Caxias, 2016.

TELLES, A. C. S. (2008) “Ocupação do litoral, entradas para o interior do continente e definições de fronteira”. In. Bicca, B. E.; Bicca, P. R. S. (orgs.) *A arquitetura na formação do Brasil*. UNESCO; IPHAN, Brasília, pp. 16-77 in Bittencourt Cesar, Alcantara, Pedro de ; Veroneze Stigliano, Beatriz. **Missiones Jesuíticas Guaranies en Brasil: una análisis de la interpretacion patrimonial**. Estudios y Perspectivas en Turismo, Nov, 2011, Vol.20(6), p.1389(19).

UNESCO. Organização das Nações Unidas. **Declaração de Veneza**. Veneza: Unesco, 1986. Disponível em: http://www.unipaz.org.br/noticias/prog_desafios.htm. Acesso em: 20 mar 2019.

_____. Organização das Nações Unidas. **Lista do Patrimônio Mundial no Brasil**. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/> Acesso em: 25/11/2019.

QUEVEDO, Júlio. **Guerreiros e Jesuítas na Utopia do Prata**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

VALECILLO, Zaida G. **Como acercar los bienes patrimoniales a los ciudadanos? Educación Patrimonial, un campo emergente en la gestión del patrimonio cultural. Passos do Turismo Y Patrimonio Cultural**, Islas Canarias, v. 7, n. 2, p. 271-280, 2009. Disponível em: <http://www.pasosonline.org/Publicados/7209/PS0209_9.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2019.

ZAMBONI, Ernesta. **Que História é essa?** Uma proposta analítica dos livros paradidáticos de história. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

Laboratório de história- FACCAT: como transformar acervo em material didático

*Jéssie Greisen De Abreu*¹

*Sandra Cristina Donner*²

Um laboratório de História pode causar estranheza em muitos colegas das ciências exatas ou das ciências naturais. Já que quando falamos a palavra laboratório, logo nos remetemos à vidraria, microscópios, aparelhos tecnológicos., Raramente, pensamos em laboratórios de geografia, sociologia, história, como possíveis ou sequer; necessários. Todavia, diversos cursos de graduação possuem ações em que o conhecimento pode ser colocado em prática e materiais didáticos podem ser produzidos. E o que esse espaço tem a oferecer?

O Laboratório de História e Acervo de Pesquisa em História Regional da FACCAT, pertencente ao curso de Licenciatura em História, surgiu pouco depois da abertura desta graduação. Desde o início ele teve por objetivo possibilitar pesquisas que contribuíssem para a divulgação e conservação da história regional do Vale do Paranhana e da FACCAT, já tendo levado a frente diversas pesquisas e exposições como o projeto *Terra, Gente e Fé*, *Ciranda Musical Teuto-Riograndense* e *Nós Estamos Aqui*. Estas iniciativas utilizaram a documentação presente no Laboratório de História e Acervo de História Regional - Faccat, mas também foram em busca de novas arquivos que passaram a constituir o nosso acervo. Esses

¹ graduanda do curso de História Faccat; jessieabreu@sou.faccat.br

² doutora em História UFRGS; sandradonner@faccat.br

materiais, em papel e sob o formato de entrevistas transcritas e com áudio preservado, hoje fazem parte dos diversos fundos acessíveis aos pesquisadores.

O projeto *Terra, Gente e Fé* foi o primeiro desenvolvido no curso de História. Ele pretendia levantar documentação sobre a região do Vale do Paranhana, realizar entrevistas e buscar acervo material, em especial, fotografias. Ele estava organizado a partir de temáticas como “mundo do trabalho”, “religiosidade”, “ocupação da terra”, entre outros. A partir desta pesquisa, que ocupou os acadêmicos e professores do curso, foi escrito um livro de divulgação histórica, que se encontra esgotado atualmente. Além disso, foram feitos painéis de divulgação que circularam pelos principais espaços de sociabilidade de Taquara e cidades de seu entorno, como Câmara Municipal, Biblioteca Pública, centros de compras, escolas, festas regionais como o Festo Cultural, Oktoberfest em Igrejinha, Expocampo em Taquara, entre outros.

A *Ciranda Musical Teuto-Riograndense*, festival de música regional que ocorria em Taquara ao longo da década de 1970, 1980 e 1990, era um evento significativo para o cenário cultural do Estado, fazendo parte de um complexo circuito de festivais do período. A partir desse encontro muitos músicos e musicistas foram revelados e diversas canções passaram a fazer parte do cancionário regional, como “Céu, Sol, Sul, Terra e Cor” do grupo Leonardo e os Mirins e Foguinho. A história deste festival esteve próxima a figura de Delmar Backes, uma personagem importante na cena cultural e educacional da região e atualmente diretor da FACCAT.

Por fim, o projeto *Nós Estamos Aqui*, encabeçado por professoras do curso e com a parceria de alunos, buscava trazer à tona a presença afro-brasileira na região, tida sempre como reduto de imigração germânica. Com estas pesquisas procurou-se demonstrar que essas pessoas circulavam há muito tempo em espaços de sociabilidades próprios e com áreas físicas delimitadas. Os estudos demonstraram a presença de libertos e escravos, constituindo um quilombo, contribuindo para a demarcação

deste local. Também apresentaram a participação importante na cena cultural, especialmente no Terceiro Encontro Culturalista Sul-Rio-Grandense, ocorrido em 1988, paralelo a *Ciranda Musical Teuto-Riograndense*.

Atualmente, o Laboratório e Acervo de Pesquisa em História Regional está engajado no projeto de pesquisa sobre as Origens do Carnaval na região, levado a cabo pelos animadores culturais do município. Ele se entrelaça com a pesquisa *Nós Estamos Aqui*, compartilhando acervos e experiências.

Este espaço também se apresenta para experimentações pedagógicas de ensino de história, para acesso às discussões de educação, para formação de alunos do PIBID e Residência Pedagógica, mas, também, pensando no longo prazo, para formação de professores de educação básica através da criação de materiais didáticos, acesso aos documentos e entrevistas, livros, revistas, mapas e fotografias.

A licenciatura em história da Faccat tem se dedicado a produção de materiais didáticos, elaborados em diversas disciplinas, sendo que em várias, produto final do semestre foram documentários criados pelos alunos, que foram posteriormente arquivados no Laboratório para usos futuros. Em outras cadeiras, como a Tópicos Especiais em História, que enfocou o campo da História Pública, foram confeccionados jogos de tabuleiros, revistas em quadrinhos, documentários, roteiros turísticos e todos esses materiais também encontraram o laboratório como sua “casa” e forma de circulação.

Além disso, temos em conjunto um acervo de história regional, que se encontra em fase de reorganização e expansão. Nele, pretendemos coletar, via doação, e salvar documentos referentes ao Vale do Paranhana e das cidades da região. Vários alunos já o utilizaram para suas pesquisas de TCC e agora pretendemos ampliar sua divulgação para outros colegas pesquisadores. O exemplo mais recente ocorreu na disciplina de Arqueologia, em que os alunos, como tarefa avaliativa, construíram uma caixa pedagógica, sob inspiração do modelo utilizado no Museu da

UFRGS, em que os alunos elaboraram aulas diferenciadas com a temática da Pré-História e Arqueologia - dos paleoíndios e megafauna até os indígenas atuais - e depositaram seus planos de aula e materiais nesta caixa, disponível para circular nas escolas que solicitarem. O PIBID também está elaborando um diversos materiais e atividades alternativas e criativas para os conteúdos tradicionais.

O acervo também tem como objetivo a ampliação do acesso aos seus fundos. Para isso, pretendemos digitalizar dos documentos e também a sistematizar as entrevistas que estão arquivadas, visando constituir um acervo/laboratório de História Oral. Para isso estamos implementando uma página online, para onde vamos importar os documentos e as transcrições das entrevistas.

Sabemos que disponibilizar o acervo e o espaço não são suficientes para que os documentos sejam transformados em materiais didáticos, é preciso, através da divulgação e do estímulo dos professores em suas diversas disciplinas, que os esses documentos sejam vertidos para formatos acessíveis aos alunos da educação básica e aos professores para uso em sala de aula. E temos uma equipe de professores que está se empenhando em deixar o laboratório dinâmico e aberto para o público.

Dito isto, pretendemos apresentar as documentações disponíveis no acervo, que atualmente conta com sete diferentes fundos documentais: *Fundo Acervo Ciranda Musical Teuto-Riograndense* que contém entrevistas, documentos escritos, LPs, fitas cassete, fotografias, troféus, as fichas de inscrição, os diplomas dados aos vencedores, camisetas das diversas edições do evento e materiais de divulgação como cartazes, banners e folders.

O *Fundo Acervo de História Institucional FACCAT*, conta a história da instituição e por conseguinte da vida cultural e educacional da região e do Vale do Paranhana. Neste fundo encontramos documentação da fundação, nos anos 1970, fotografias que documentam a evolução física da instituição, o material de divulgação dos vestibulares, as revistas acadêmicas -

Horizontes e Universo Acadêmico, periódicos com notícias sobre a instituição, agendas de eventos, convites e fotografias das primeiras formaturas, dvds institucionais, entre outros.

O *Fundo Documental Azaleia* conta com documentação da empresa calçadista de mesmo nome como balancetes, fotografias, projetos de linha de produção e modelagem de calçados, notícias de periódicos, livros caixas e material de divulgação da empresa.

O *Fundo Nós Estamos Aqui* contém entrevistas em áudio e transcritas, imagens do projeto e fotografias cedidas pelas famílias para o acervo. O projeto se propôs divulgar essa história sob o formato de exposição itinerante onde os banners e trabalhos acadêmicos resultantes desta pesquisa, foram arquivados no Laboratório.

Outro material salvaguardado no acervo do laboratório são as fotografias utilizadas pelo Jornal Panorama, que esteve em circulação na cidade de Taquara e região e, atualmente, se encontra disponível online. Ele existe há 42 anos, e entregou a maior parte de seu material fotográfico para ser arquivado no Laboratório. Infelizmente, a maior parte delas não possui identificação, dificultando seu uso nas pesquisas. Para tentar identificar as imagens, foram realizadas entrevistas com o fotógrafo que trabalhou no jornal na época que, em visita ao acervo, identificou uma parte delas.

O objetivo institucional da FACCAT é o desenvolvimento regional e, dentro deste espírito, o laboratório de História se colocou como acervo e repositório da documentação histórica da região. Com isso, são realizados contatos com instituições públicas e privadas (como, por exemplo, a Azaleia) a fim de nos apresentarmos (ou a fim de apresentar a instituição e o laboratório) como um espaço para salvaguardar e receber a documentação - em diversos formatos. Com isso, possuímos documentos do Vale dos Sinos, do Vale do Paranhana e Região das Hortênsias, em especial das cidades de Igrejinha, Três Coroas, Ivoti, Novo Hamburgo, municípios da Rota Romântica, Nova Hartz, Rolante, entre outros. Dentro deste fundo

encontramos documentos, fotografias, materiais de divulgação dos municípios, mapas, periódicos da região e livros escritos por historiadores locais.

A partir destes fundos e, em especial, do acervo de história regional, já foram escritos diversos TCCs e artigos acadêmicos. Dentre eles destacamos os seguintes: “A história econômica do distrito de Padilha da primeira metade do século XX.” de Ademir Luis Abdu; “Quilombos e quilombolas: a trajetória de resistência e luta na comunidade remanescente do Paredão Baixo em Taquara/RS” de Andrea Regina Ramos; “Atrás das máquinas tem gente!: uma análise histórica dos trabalhadores da indústria calçadista de Igrejinha (1960-1980)” de Gabriel Osmar Wilbert de Bortoli; “Parobé: urbanização por meio da indústria coureiro-calçadista” de Dalvan Bonfada Laval.

Os aspectos físicos que envolvem o espaço institucional demandam cuidados. Atualmente, o acervo e o laboratório estão situados em uma sala de aula de uso exclusivo do curso de Licenciatura em História. Neste ambiente, em estantes apropriadas e armários e arquivos chaveados, os documentos estão organizados em pastas e caixas devidamente identificadas. Até o momento, não tivemos nenhum problema quanto a manipulação indevida da documentação pelos alunos, ainda que os materiais em processo de catalogação estejam a vista de todos.

Da mesma maneira, nesta sala, estão distribuídos os materiais pedagógicos referentes ao Laboratório. Revistas, acervo sobre educação, materiais diversos - globos, maquetes, DVDs - podem ser retirados pelos estudantes para uso nos estágios, pesquisas e em suas práticas docentes. Para utilizá-los, basta solicitar aos bolsistas que atuam no local, preenchendo uma ficha e observando prazos de devolução.



Figura 01- Sala de aula em que se encontra o laboratório. (2019, acervo Sandra Crina Donner)



Figura 02- Mobiliário destinado ao Laboratório de Ensino De História (2019, acervo Sandra Cristina Donner).



Figura 03- Mobiliário e pastas que acondicionam o acervo do Laboratório e Acervo de História Regional FACCAT. (2019, acervo Sandra Cristina Donner)

O acervo, segundo Klein (2013) é a organização dos documentos, iniciando pela fase de catalogação do material que chega ao laboratório, passando pelo processo de higienização, resultando numa conservação eficaz. Para isso, o nosso laboratório conta com um professor/a pesquisador/a e um aluno/a bolsista. Como a maioria de nosso acervo é proveniente de doações, a etapa de higienização torna-se muito importante. Em sua maioria ele é proveniente de coleções particulares e chega em péssimo estado de conservação, necessitando controle de pragas - traças, cupins - a fim de não contaminar os demais documentos.

Outro grande desafio está na identificação. Uma parcela significativa do material fotográfico não indica os personagens da fotografia e nem a localização. Por isso, ao longo de 2019, foram promovidos encontros com fotógrafos antigos da região, em que foram convidados a visitar o laboratório e nos auxiliarem na identificação. Esta ação foi muito bem sucedida, e muitas das fotografias haviam sido registradas, inclusive, pelos depoentes para o jornal local, *Panorama*, e posteriormente doadas para o acervo. A guarda desse material fotográfico constitui outro desafio. Não possuímos um arquivo adequado, buscando então o uso de papel e pesquisando as melhores alternativas dentro das possibilidades oferecidas pela instituição.

Nossos desafios para o próximo ano, além da manutenção e expansão do acervo, como já foi indicado, estão situados na produção de materiais didáticos para a educação básica, e também para a graduação, e na disponibilização do acervo de entrevistas, arquivado neste laboratório. Para isso, nos baseamos nas propostas da História Pública, entendendo que o acervo e laboratório devem estar em contato e relação direta com os públicos da História.

No Brasil, como indica Ricardo Santhiago, um dos organizadores da Rede Brasileira de História Pública, existem práticas mais antigas do fazer e do pensar, o que é novo é o sentido de campo, mas campo não como método ou objetos próprios, mas como espaço de debates, especialmente na Rede Brasileira de História Pública (2016, pág. 26).

Esse mesmo autor indica quatro engajamentos fundamentais, passíveis de entrecruzamentos: “a história feita *para* o público (que prioriza a ampliação de audiências); a história feita com o público (uma história colaborativa, na qual a ideia de uma ‘autoridade compartilhada’ é central); a história feita *pelo* público (que incorpora formas não institucionais de história e memória); e a *história e público* (que abarcaria a reflexividade e a auto reflexividade do campo). Essa tipologia ajuda a elucidar que *predominâncias* e *exclusividades* são coisas bem diferentes.” (Santhiago, 2016, pág. 28).

Como apontado, a História Pública tem múltiplas abordagens. E no Brasil, pelo menos dentro das leituras e discussões que acompanhamos, ela não pretende se fechar como uma proposta teórica ou metodológica, mas como um campo, ou melhor, uma rede. E essa rede pretende abarcar as várias áreas onde podemos encontrar História Pública no Brasil. Também, pelas leituras das principais publicações da área e comparação com os organizadores da rede, percebemos a existência de uma espécie de “núcleo duro” de historiadores que estão engajados na divulgação desse campo de atuação através do fomento de coletâneas de artigos, organização de simpósios temáticos, aulas magnas, eventos acadêmicos, blogs de História e etc.

O que vamos chamar de “campo” da História Pública traz várias propostas de trabalho e de pesquisa muito interessantes, não necessariamente inovadoras, que aponta nova abordagem para antigos usos ou espaços. Os museus, por exemplo, tem sido um espaço de reflexão dessa História Pública. Como pensar as exposições, como trazer a comunidade para interagir e se ver representada nele, como compartilhar a experiência de planejar a exposição? São algumas das perguntas trazidas pela História Pública ao campo museográfico. Outro exemplo muito contundente está na História Digital, que tem o historiador Bruno Leal Pastor de Carvalho como uma de suas figuras mais representativas. Ele foi o criador do blog, ex-rede “a lá Orkut”, Café História. Atualmente ele tem discutido questões

sobre a autoria dentro da História Digital e questionado fortemente a tímida atuação dos historiadores dentro desse meio. Especialmente porque, se não ocuparmos esse espaço - de blogueiros, canais de youtube, etc, outros ocuparão e trarão versões do passado nem sempre consonantes com as pesquisas históricas.

Também encontramos várias reflexões e atuações de História Pública na elaboração de documentários, peças de ficção, jogos digitais e de tabuleiros, peças de teatro, telenovelas, intervenções artísticas. Outra seara tem sido no combate aos revisionismos históricos e no trato com temas sensíveis da historiografia e da memória. A própria onda memorialistas está na base para o avanço do campo da História Pública, tentando dar resposta a essas questões que estão cada vez em pauta. Dentro do laboratório há um repositório dos materiais produzidos nas disciplinas e, como objetivo a ser desenvolvido, pretendemos elaborar e divulgar a Caixa Pedagógica, com materiais didáticos e sugestão de planos de aula.

Por fim, alguns historiadores que atuam nesse campo têm trazido experiências interessantes para a reflexão historiográfica. Apresentaremos dois exemplos apenas. O de Michel Frisch, que traz o conceito de *Shared Authority*, e desafia os historiadores públicos a o aplicarem e repensarem sua posição frente à escrita do passado. Em seus estudos sobre História Oral ele apresenta a proposta do uso do mosaico de entrevistas. Seu método se compõe da coleta de falas curtas e mais espontânea como uma melhor abordagem em detrimento das longas entrevistas. E o de Hebe Mattos e Martha Abreu que, em seu trabalho sobre o jongo na região sudeste, acessou as memórias sobre escravidão e, auxiliou os grupos a se organizarem na luta pelos seus direitos e sua memória e história.

Portanto, a partir desse posicionamento, o Laboratório de História e Acervo de História Regional da Faccat pretende disponibilizar as entrevistas que fazem parte de seu acervo. Para isso, utilizaremos palavras chaves e o resumo da entrevista, enviando o áudio e a transcrição completa quando solicitados.

Estar a frente de um acervo/laboratório tem sido uma tarefa instigante. Aliando discussões teóricas e metodológicas com soluções práticas e que atendam a nossa realidade, procuramos disponibilizar para a comunidade acadêmica e regional o nosso espaço, acervo e materiais.

Referências:

- KLEIN, A. (2013). *O Projeto de Higienezação, classificação, organização e digitalização do acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas*. Trabajos y Comunicaciones (39). En Memoria Académica. Disponível em: < http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.6093/pr.6093.pdf >. Acesso em: 02 jul. 2019.
- LIMA, E. dos S.; FLORES, D. *A evolução da legislação relacionada à digitalização e aos documentos digitais no âmbito da administração pública federal*. Revistas Sociais e Humanas, Santa Maria, v. 29, n. 1, p. 75-91, jan./abr. 2016. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/21043> >. Acesso em: 02 jul. 2019.
- MAUAD, Ana Maria, ALMEIDA, Juniele Rabêlo, SANTHIAGO, Ricardo. *História Pública no Brasil- sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra &Voz, 2016.
- MAUAD, Ana Maria, SANTHIAGO, Ricardo, BORGES, Viviane Trindade. *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra &Voz, 2018.
- ROBREDO, Jaime. *Organização dos documentos ou organização da informação: uma questão de escolha*. Data Grama Zero, v. 5, n. 1, 2004. Disponível em: < http://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/01/pdf_6e6fdeca3e_0007605.pdf >. Acesso em: 02 jul. 2019.

Potencialidades de um arquivo histórico-educacional: produção e circulação de livros para o ensino de matemática no Brasil (1950-1960)

*Eduardo Cristiano Hass da Silva*¹

*Martyelle Carvalho de Espindula*²

Introdução

“Las Matemáticas son una ratonera. El que queda preso una vez en ella, difícilmente halla la salida que le permita volver a su estado anímico pre-matemático. El intento de poner al descubierto los motivos de este fenómeno típico nos llevaría demasiado lejos; por lo que nos contentaremos con examinar y establecer las consecuencias que de él se derivan”.

COLERUS, Egmont. De la tabla de multiplicar a la integral, 1954, p. V.

Compreendendo os livros como parte importante do patrimônio histórico-educativo, a presente investigação tem o objetivo de analisar o processo de produção e circulação de livros para o ensino de Matemática nos anos 1950-1960. Os livros aqui analisados fazem parte do Acervo de História da Educação do Grupo de Pesquisa Educação no Brasil: memórias, instituições e cultura escolar (EBRAMIC).

O Acervo do Grupo de Pesquisa EBRAMIC está localizado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e, está sobre os cuidados da

¹ Doutorando em Educação na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (CNPq); eduardohass.he@gmail.com

² Graduada em Matemática na Universidade do Vale do Rio dos Sinos; martyelle.ce@hotmail.com

professora Doutora Luciane Sgarbi Santos Grazziotin, professora da Escola de Humanidades da referida universidade. Parte dos documentos que compõem o acervo fazia parte do acervo de documentos do Instituto Anchietano e, parte foi doada a partir de diferentes espaços.

Para atender o objetivo proposto, o estudo encontra-se dividido em 3 partes. Na primeira, “Os Manuais Didáticos e a História da Educação”, são apresentados os pressupostos teórico-metodológicos que fundamentam esta discussão, que sustenta-se na História Cultural e insere-se no campo da História da Educação. Dessa forma, são apresentadas relações entre a História da Educação, História dos Impressos e História da Matemática.

Na sequência, em “Produção e Circulação de livros para o Ensino de Matemática no Brasil (1950-1960)”, ensaiamos algumas análises iniciais sobre o processo de produção e circulação dos livros para o ensino de matemática entre os anos de 1950-1960, bem como sobre os principais conteúdos que compunham estes livros e sua relação com o ensino de matemática.

Para finalizar, não apresentamos conclusões ou resultados, mas sim “Potencialidades do Arquivo”, refletindo sobre possíveis temáticas de estudo a partir deste arquivo. Muito mais do que fechar a discussão, este ponto do trabalho aposta na possibilidade de estimular novas investigações. Destaca-se que a proposta aqui é ainda inicial, não sendo nossa intenção esgotar o assunto, mas propor reflexões que possam ser exploradas em estudos futuros.

Os Manuais Didáticos e a História da Educação

O presente estudo insere-se na História da Educação, fundamentada a partir da História Cultural. De acordo com as pesquisadoras e professoras Maria Stephanou e Maria Helena Camara Bastos (2005), a História da educação pode ser entendida a partir de duas perspectivas: como disciplina de formação e como campo de pesquisa. Enquanto campo de pesquisa, a História da Educação é vista como fronteira e multifacetada:

Isto porque a pesquisa em História da Educação não é uma ciência à parte, não possui um campo analítico exclusivo e sua riqueza teórica e metodológica está justamente no fato de tratar-se de um espaço fronteiriço, de pesquisas que se situam na intersecção entre a História e a Educação (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 422).

A intersecção entre História e Educação é reforçada pelo pesquisador e professor Antonio Nóvoa (2004, p. 9), que afirma que “não há História da Educação sem a mobilização rigorosa dos instrumentos teóricos e metodológicos da investigação histórica. Mas também não há História da Educação sem um pensamento e um olhar específico sobre a realidade educativa e pedagógica”. Dessa forma, entendemos a História da Educação como um campo de pesquisa que resulta do encontro das problemáticas e dos referenciais teórico-metodológicos da História e da Educação, permitindo um vasto leque de possibilidades analíticas.

Segundo Stephanou e Bastos (2005), a partir da Escola dos *Annales*, a História da Educação ampliou as abordagens e temas possíveis de investigação, estando dentre eles:

[...] a história do ensino, a história do livro e da leitura, a história dos manuais didáticos, a história da criança, a história da educação das mulheres, a história da adolescência ou dos jovens; a história dos impressos de educação e de ensino; a história das instituições de ensino; a história das idéias pedagógicas; a história dos sistemas escolares; a história das disciplinas escolares; história da Universidade, história das práticas educativas não-escolares, história do currículo, dentre muitos outros (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 423).

A partir dos temas propostos pelas autoras e, considerando a proposta de investigação aqui desenvolvida, destacamos que nosso estudo resulta em uma contribuição para a produção do conhecimento sobre a história do ensino, história do livro, história dos manuais didáticos, história dos impressos de educação e de ensino, história das disciplinas escolares, dentre outros.

Tomando como eixo central da discussão o processo de produção e circulação dos livros para o ensino de matemática, buscamos inspiração teórico e metodológica em Robert Darnton (1990). De acordo com o autor, a História dos Livros pode ser entendida como uma História Social e Cultural da Comunicação Imprensa, cuja constituição se dá no cruzamento e convergência de diversas disciplinas, como a História, a Literatura, a Sociologia e/ou Biblioteconomia. Enxergando o objeto impresso como um todo, Darnton (1990) propõe um modelo geral de análise, o qual permite entender como os livros surgem e se difundem entre a sociedade. Embora possuam condições variadas e modifiquem-se de um lugar para o outro os livros passam pelo mesmo ‘ciclo de vida’. Para analisar o processo de produção e circulação dos impressos, o autor propõe um circuito de comunicação composto por cinco etapas:

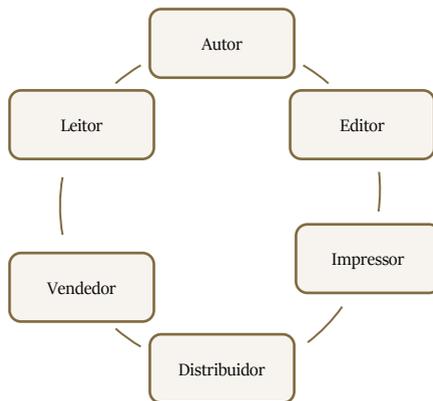


Imagem 1 – Esquema do ‘circuito de comunicação’ dos livros proposto por Robert Darnton (1990)

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Conforme podemos observar no esquema da Imagem 1, o ‘circuito de comunicação’ de Darton (1990) abrange as seguintes etapas: do autor ao editor; do editor ao impressor; do impressor ao distribuidor; do distribuidor ao vendedor; do vendedor ao leitor. Para Darton (1990, p.112), “o leitor encerra o circuito porque ele influencia o autor tanto antes quanto depois do ato de composição”. Embora não seja nossa intenção analisar os livros para o ensino de matemática a partir de todo o circuito de comunicação,

esse modelo serve de inspiração para pensar o processo de produção e circulação destes impressos.

Além da História da Educação e da História dos Impressos, o presente trabalho articula-se também à História da Matemática. Segundo Dario Fiorentini (1995), a partir de 1950 o ensino da matemática no Brasil passou por um período de modernização, contando com o engajamento de matemáticos e professores para a reformulação do currículo escolar, que ficou conhecido como Movimento da Matemática Moderna. Esse movimento, de alcance internacional, veio como resposta à verificação de que, após a Segunda Guerra Mundial, o grande avanço científico e tecnológico não podia ser desconsiderado na hora do planejamento de um currículo escolar. Essa transição tinha como principal propósito unificar os três ramos fundamentais da matemática: álgebra, geometria e aritmética:

- a) Unificar os três campos fundamentais da matemática. Não uma integração mecânica, mas a introdução de elementos unificadores como Teoria dos Conjuntos, Estruturas Algébricas e Relações e Funções. b) Dar mais ênfase aos aspectos estruturais e lógicos da matemática em lugar do caráter pragmático, mecanizado, não-justificativo e regrado, presente, naquele momento, na matemática escolar. c) O ensino de 10 e 20 graus deveria refletir o espírito da matemática contemporânea que, graças ao processo de algebrização, tornou-se mais poderosa, precisa e fundamentada logicamente (FIORENTINI, 1995, p. 13).

Além disso, também enfatizar os processos estruturais e lógicos da matemática, fugindo do mecânico e corriqueiro método de ensino presente até o momento. Após esta apresentação inicial de alguns dos pressupostos que sustentam a pesquisa, passamos à análise do processo de produção e circulação dos livros para o ensino de matemática.

Produção e Circulação de livros para o Ensino de Matemática no Brasil (1950-1960)

O Acervo do Grupo de Pesquisa EBRAMIC é composto por diversos tipos de impressos relacionados à História da Educação escolar e não-escolar, como manuais de cunho civilizatório³, opúsculos, manuais escolares, periódicos escolares, cartilhas, entre outros. O contato dos autores com o arquivo se deu pelo fato de fazerem parte do grupo de pesquisa com o qual o mesmo está vinculado. A partir do interesse pelo Ensino de Matemática, realizou-se uma busca pelo arquivo, na qual foram encontrados 8 livros relacionados a esta temática. Todos os livros encontrados foram produzidos entre os anos 1950 e 1960, período tomado como baliza cronológica deste estudo.

Após a localização dos impressos, prosseguiu-se com a digitalização das capas e partes dos livros. Na sequência, o material foi catalogado e sistematizado, permitindo o início da análise. De forma geral, o processo de sistematização resultou no quadro a seguir:

Obra	Materialidade	Ano	Responsável/ autor	Descrição
Análise Matemática v. II	15x 22 cm - 141 páginas Papel cartão preto e branco	1959	Instituto de Matemática da "URGS" - "Ernesto Bruno Cossi"	Predominância de numeral
De la tabla de multiplicar la integral	15x 22 cm - 343 páginas Capa dura com madeira e tecido	1954 1ª edição (1944)	Espanha Egmont Colerus; Editora Labor	Texto preto e branco com informações em cor; Consta muito texto explicativo. Possui 37 capítulos.
Lecciones de Geometría Analítica	15x 22 cm 657 páginas	1955	Argentina Guido Castelnuovo	Original em italiano Traduzido para o espanhol

³ Para um estudo específico sobre os impressos de cunho civilizatório, ver: "NÃO PRESTEM ATENÇÃO À VOZ DAS SEREIAS!": O COTIDIANO FEMININO NA REVISTA "PARA MOÇAS" (1940/1960), de Luciane Sgarbi S. Grazziotin, Tainá Martins de Barros e Eduardo Cristiano Hass da Silva (2019). Os autores analisam os impressos publicados no início do primeiro quartel do século XX, e sua relação com o cotidiano feminino inscrito nas práticas sociais, com ênfase nas prescrições de ordem moral e nas relações de gênero presentes nessas prescrições.

Elementos de Estatística	Capa dura, verde. 15x 22 cm 492 páginas	1959 (2 imp.) Primeira impressão: 1948	Autor: Albert E. Waugh; Tradução: Ernesto Pel- lende. Editora Globo	Prefácio à edição brasileira: estatística para organizar a Nação. Matemática aplicada - 17 capítulos
4º Ano de Desenho	Capa mole 13,5x 18 cm	1ª ed. é de 1951. O exemplar é da 9ª, mas não possui data	Coleção Didática Nacional Série Ginásio - São Paulo Autor: Rotel Rotondoro Brasil Editora	Índice: Desenho Geométrico, Decorativo e Natural; Relação entre geometria e desenho artístico. Matemática aplicada.
Equações Diferenciais	Capa de Cartolina - 63 páginas 15,5x 22 cm	1 Volume	Autor: prof. Ernesto Las- sarse Editora do CEUE da URGS	Produção 'artesanal', provavelmente produzida para alunos de nível superior.
Análise Matemática	Capa de Cartolina 15,5x 22 cm	1959 - Volume I	Instituto de Matemática da 'URGS' Autor: Ernesto Bruno Cosi	Em análise
Éléments de Géométrie Analytique	Capa de Cartolina 426 p.	1954	Librario Vuibert Paris	Em análise 23 capítulos Livro em francês

Quadro 1: Sistematização dos Livros para o Ensino de Matemática do Acervo do Grupo de Pesquisa EBRAMIC

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Como podemos observar no Quadro 1, foram sistematizadas diferentes informações referentes aos livros: título da obra, materialidade, ano de publicação, responsável (editora e/ou autor). Além disso, deixamos espaço para uma pequena descrição ou para anotações referentes ao impresso.

A partir dos títulos analisados no campo 'obra', é possível afirmar que os livros foram produzidos em diferentes países. Em relação ao campo materialidade, observam-se diferentes tipos de publicação: capa dura, capa mole, papel cartão, madeira e tecido. Embora com algumas diferenças de tamanho, prevalece a medida 15,5x 22 cm, identificada em seis

livros. Em relação ao campo ano, como anteriormente destacamos, é possível afirmar que todos os livros são da década de 1950. Sobre a instituição responsável e a autoria, identificamos livros produzidas por editoras ligadas a Universidades (URGS) e editoras comerciais (Editora Globo). Na sequência, aprofundamos as análises destes campos.

Produção e Circulação

Considerando a proposta de analisar o processo de produção e circulação dos livros para o ensino de matemática, a investigação prosseguiu com a sistematização das informações referentes aos países de produção e de autoria dos livros, resultando no quadro que segue:

Obra	País/ Editora	Ano	Autor
Análise Matemática	Brasil - URGS	II Vol. - 1959	Ernesto Bruno Cossi
De la tabla de multiplicar la integral	Espanha - Editora Labor	1954 - 1ª ed. -(1944)	Egmont Colerus;
Lecciones de Geometría Analítica	Original - Itália Edição: Argentina	1955	Guido Castelnuovo
Elementos de Estatística	Original - EUA Editora Globo	Original: 1948 1959 (2ª imp.)	Autor: Albert E. Waugh; Tradução: Ernesto Pellende.
4º Ano de Desenho	Brasil - Brasil Editora	1ª ed. 1951. Exemplar da 9ª, s.n.	Rotel Rotondoro
Equações Diferenciais	Brasil - URGS	I Vol.	Erneto Lassarse
Análise Matemática	Brasil - URGS	I Vol. -1959	Ernesto Bruno Cossi
Èléments de Géométrie Analytique	Paris - Librario Vuibert	1954	Percey F. Smith; Arthur Sullivan Gale;

Quadro 2: País, ano de produção e autoria dos Livros para o Ensino de Matemática

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Conforme se observa no quadro, os livros analisados são de diferentes autores, publicados em diferentes países. Em relação aos países, encontramos livros originalmente publicados no Brasil, Espanha, Itália, Estados Unidos e França. Dos livros brasileiros, dois são de autoria de Ernesto Bruno Cossi. Os dois livros do mesmo autor foram publicados pela Editora da URGS, no ano de 1959, correspondendo a dois volumes da obra

‘Análise Matemática’. As semelhanças da materialidade destes dois volumes podem ser observadas nas imagens a seguir:

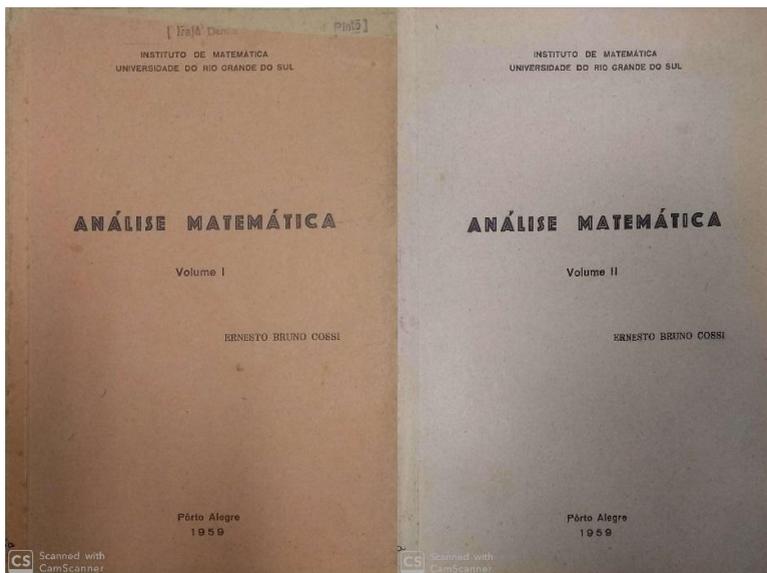


Imagem 2 – Capa do Livro ‘Análise Matemática’, volume 1
Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa EBRAMIC

Imagem 3 – Capa do Livro ‘Análise Matemática’, volume 2
Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa EBRAMIC

Conforme podemos observar nas imagens 2 e 3, as duas capas de ‘Análise Matemática’ são praticamente iguais, com exceção da cor. Na parte superior encontra-se o local de produção do material, no “Instituto de Matemática” da “Universidade do Rio Grande do Sul”. No centro visual e próximo ao centro geométrico encontra-se o título da obra ‘Análise Matemática’ e, o volume, respectivamente 1 e 2. Na sequência, encontra-se o nome do autor ‘Ernesto Bruno Cossi’ e, na parte inferior, a cidade e o ano de publicação, ‘Pôrto Alegre’ e 1959.

Para analisar o processo de produção e circulação, atentamos para a análise dos países nos quais os livros foram publicados e traduzidos, resultando no quadro:

Análise Quantitativa - Produção	
Brasil	4
Espanha	1
Itália	1
EUA	1
França	1
Total de Livros	8

Quadro 3: País de produção dos Livros para o Ensino de Matemática

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Como podemos observar, dos oito livros que compõem o arquivo, quatro são produzidos no Brasil, um na Espanha, um na Itália, um nos Estados Unidos e um na França. Dessa forma, é possível afirmar que metade dos livros analisados foram produzidos no Brasil e metade são importados de outros países. Alguns questionamentos emergem destes apontamentos: seria o ensino de matemática brasileiro dos anos 1950 pautado em livros estrangeiros? Seria está uma característica aplicável ao ensino de matemática de forma geral ou apenas uma particularidade dos livros localizados? Estão são questionamentos possíveis de serem analisados em futuros estudos.

Além do país de produção dos livros, é possível identificar que alguns não chegaram no Brasil na sua língua de produção. Dessa forma, para analisar o processo de circulação, elaborou-se o quadro:

Obra	País/ Editora
Análise Matemática	Brasil
De la tabla de multiplicar la integral	Espanha -> Brasil
Lecciones de Geometría Analítica	Itália -> Argentina -> Brasil
Elementos de Estatística	EUA -> Brasil
4º Ano de Desenho	Brasil
Equações Diferenciais	Brasil
Análise Matemática	Brasil
Éléments de Géométrie Analytique	França -> Brasil

Quadro 4: Processo de Circulação dos Livros para o Ensino de Matemática

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

A partir do quadro 4, alguns apontamentos são possíveis. Inicialmente, destaca-se a existência de diferentes processos de circulação, podendo essa ter ocorrido por um, dois ou três países. Em relação aos livros produzidos no Brasil, é possível que a circulação tenha sido apenas interna, perpassando os diferentes estados da federação. Quanto aos livros produzidos na Espanha, nos Estados Unidos e na França, são identificadas, pelo menos, a circulação em dois países. No caso dos livros ‘De la tabla de multiplicar la integral’ e ‘Eléments de Géométrie Analytique’, ambos chegaram ao Brasil no idioma de produção, respectivamente, Espanhol e Francês. Em relação ao ‘Elementos de Estatística’, embora produzido nos Estados Unidos, o mesmo encontra-se em português, o que permite afirmar que, no processo de circulação, o impresso passou ainda por uma etapa de tradução.

O livro que passou pelo maior processo de circulação foi ‘Lecciones de Geometría Analítica’, que circulou no mínimo por três países: Itália, Argentina e Brasil. Provavelmente o idioma original da obra tenha sido o italiano. Na Argentina, o livro é traduzido para o espanhol, idioma no qual chega ao Brasil. Os processos de circulação permitem alguns questionamentos relacionados aos processos de tradução. Como se daria a tradução destas obras? Como se faria a tradução de conceitos matemáticos? Quem trabalharia neste processo de tradução? Apenas tradutores? Tradutores e matemáticos? Estes também são questionamentos que demonstram a potencialidade de estudos aprofundados sobre os livros para o ensino de matemática. Na sequência, sem ter a intenção de esgotar o assunto, propomos algumas reflexões sobre os conteúdos matemáticos abordados nestes livros.

Conteúdos de Matemática

Se examinarmos as origens da Matemática, podemos identificar que essas estão vinculadas a necessidade de solucionar problemas do dia a dia, como afirma D’Ambrósio (1999, p. 97):

As ideias matemáticas comparecem em toda a evolução da humanidade, definindo estratégias de ação para lidar com o ambiente, criando e desenhando instrumentos para esse fim, e buscando explicações sobre os fatos e fenômenos da natureza e para a própria existência.

No decorrer da história da matemática, mesmo que suas origens estivessem vinculadas à resolução de problemas reais, seu ensino e sua aprendizagem sempre estiveram limitados a grupos restritos de estudiosos ou sacerdotes. A virada do século XIX para o século XX, quando a sociedade passa de rural para industrial, traz novas exigências à sociedade e a população de modo geral precisa aprender matemática para contribuir com o desenvolvimento. Nessa época, segundo D’Ambrósio (1999), a educação matemática e uma boa didática eram sinônimos, bem como o cumprimento dos programas e a verificação da aprendizagem a partir de exames rigorosos.

Tais modos de ensinar matemática provocam debates à cerca da necessidade de uma adequação no trabalho escolar, envolvendo as novas tendências que, em uma visão geral, poderiam melhorar o ensinar e aprender matemática. Entretanto, a partir dos anos de 1920, essa reorientação não teve força suficiente para mudar as velhas práticas pedagógicas dos professores, bem como eliminar o costume de ensino elitista a fim de melhorar a qualidade da educação.

Na década de 1960, o ensino da matemática foi influenciado pelo movimento denominado “Matemática Moderna”, nascendo com uma política de modernização econômica e proposto como meio para elevar o pensamento científico e tecnológico. Assim, a proposta passa a ser de um ensino lógico, estruturado e fundamentado na linguagem matemática. Todavia, evidenciava o ensino de símbolos e uma escrita complexa, de difícil compreensão por parte dos alunos, comprometendo o aprendizado.

A partir do quadro 1 anteriormente apresentado, observou-se a presença de alguns conteúdos: predominância de numeral, textos

explicativos, estudos de estatística, desenho geométrico, decorativo e natural, relação entre desenho artístico e geometria, etc. Esta presença significativa permite afirmar que os conteúdos dos livros se encaixam em uma perspectiva aplicada da matemática. Segundo Onuchic (1999), apesar desta mudança na forma de apresentar a matemática (com uma abordagem mais dinâmica), o aluno não conseguia relacionar todas as propriedades expressas com o seu uso no cotidiano. Mesmo com a resolução de exercícios, por meio da repetição, essa nova simbologia matemática não transmitia muito significado, já que se tratava de um ensino formalizado, mas distante das questões práticas.

Visando identificar parte dos conteúdos presentes nos livros, propomos, como estudo de caso, a análise do livro *Lecciones de Geometría Analítica*. Conforme apresentamos no Quadro 1, o livro mede 15x22 centímetros e contém 657 páginas. Além disso, a obra original foi produzida na Itália, sendo traduzido para o espanhol na Argentina, idioma no qual chega ao Brasil. Na imagem 4 é possível observar alguns elementos da materialidade do livro:

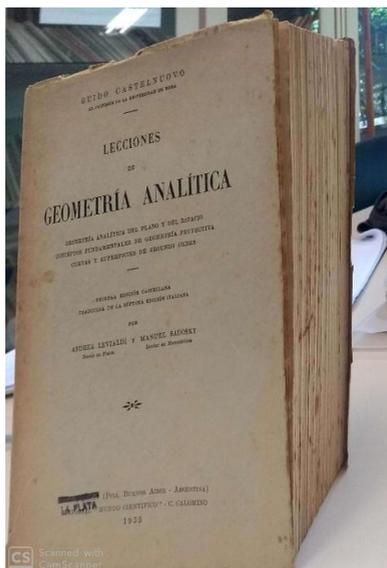


Imagem 4 – Capa do Livro ‘Lecciones de Geometría Analítica’
 Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa EBRAMIC

Na imagem 4 se observa que o livro se encontra bastante deteriorado pelo tempo, com as páginas amareladas e significativamente danificadas. Além disso, destaca-se o tamanho do livro, com uma espessura relativamente grande. Na parte superior da capa consta o nome do autor, Guido Castelnuovo, com a instituição a qual estivera relacionado, a Universidade de Roma. Na sequência, observa-se o título da obra, seguido de algumas delimitações do conteúdo encontrado no livro: ‘Geometría Analítica del plano y del espacio; conceptos fundamentales de geometria proyectiva, curvas y superficies de segundo orden’.

Após esses detalhes, consta a edição da obra (primeira edición castellana, traducida de la séptima edición italiana), seguida do nome dos tradutores: Andrea Levaldi y Manuel Sadoski. Na parte inferior, finalizando as informações da capas, encontramos o local de produção (Buenos Aires, Argentina), a editora (Mundo Científico) e o ano (1955). O índice deste livro permite identificar alguns dos conteúdos ministrados. Após a leitura e sistematização do índice, apresentamos o quadro a seguir:

Parte	Assunto	Capítulo	Conteúdos
PRIMEIRA	Geometría analítica del plano	I	Relaciones e posición entre puntos y rectas
		II	Distancias, ángulos, áreas
		III	Transformación de coordenadas, puntos y rectas imaginarias
		IV	Representación analítica de curvas planas
		V	La circunferencia y otras curvas particulares
SEGUNDA	Geometría analítica del espacio	I	Geometría analítica del espacio
		II	Distancias, ángulos, áreas, volúmenes
		III	Transformación de coordenadas
		IV	Representación analítica de superficies y de líneas en el espacio
TERCEIRA	Conceptos fundamentales de geometría proyectiva	I	Elementos impropios. Coordenadas homogéneas de puntos, rectas y planos
		II	Relación doble de cuatro elementos
		III	Proyectividad entre dos formas de primera especie
		IV	Involución sobre una forma de primera especie
		V	Proyectividad entre formas de segunda especie
		VI	Proyectividad entre dos espacios
QUARTA	Curvas de segundo orden	I	Polaridad definida por la curva
		II	Construcción de cónicas. Teoremas de Pascal, Brianchon y Desargues
		III	Propiedades diametrales

		IV	Formas reducidas de las ecuaciones de las cónicas
		V	Propiedades focales de las cónicas
		VI	Transformación de una cónica mediante una colineación
QUINTA	Superficies de segundo orden	I	Polaridad definida por una superficie
		II	Rectas de una cuádriga, generación de cuádrigas regladas haces y familias de cuádrigas
		III	Propiedades diametrales
		IV	Ecuaciones reducidas de las cuádrigas
		V	Secciones circulares, cuádrigas confocales

Quadro 5: Índice do Livro 'Lecciones de Geometría Analítica'

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

É possível observar que o livro acima citado conta com uma extensa lista de assuntos que compõe a Geometria Analítica. Separado por partes, cada assunto a ser explorado possui um detalhamento de acordo com o conteúdo, possibilitando assim uma aprendizagem mais organizada. As duas primeiras partes apresentam as geometrias Plana e Espacial, sendo as mais frequentemente utilizadas em nosso cotidiano, já que fazem parte do currículo escolar da escola básica. As outras partes aprofundam-se no conhecimento da Geometria Analítica, trazendo tópicos de uma matemática mais sofisticada, que, apesar de estar inserida no âmbito da matemática aplicada, é pouco utilizada em situações do cotidiano.

Potencialidades do Arquivo

Após apresentar o processo de produção e circulação dos livros para o ensino de matemática e, elencar alguns dos conteúdos que compõem estes livros, passamos a apresentar algumas potencialidades de pesquisa deste arquivo. A partir dos estudos de Luciana Heymann e Letícia Nedel (2018), o conjunto de livros para o ensino de matemática é aqui pensado como dos arquivos que compõem o Acervo do EBRAMIC. Para as autoras, os arquivos são entendidos como construções sociais que se dão dentro de relações de poder relacionadas aos campos da memória, do conhecimento e das identidades. Desta forma, apostamos na possibilidade do uso deste arquivo para a tecitura de novas tramas históricas.

Uma das primeiras possibilidades de estudo que emerge refere-se às discussões entorno do Ensino de Matemática. Em ‘De la tabla de multiplicar la integral’, Egmont Colerus (1954, p. V) inicia destacando que existe diferenças entre saber e ensinar matemática. Entendendo ‘las matemáticas’ como ‘una ratonera’⁴, o autor afirma:

La primera consecuencia de la “propiedad ratoneril” de las Matemáticas es la gran escasez de pedagogos matemáticos. Rarísimas veces coinciden en la misma persona la capacidad matemática y un sistema de explicación fácilmente comprensible. De donde resulta, como segunda consecuencia, el “complejo de inferioridad matemática” de amplias zonas de intelectuales y de gente culta.

Como podemos observar, em 1954 já se apontava a necessidade de discutir os processos voltados para o ensino da matemática, uma vez que, segundo o autor, seriam raros os profissionais com capacidade de entender e explicar matemática. Essa dificuldade de articulação, na mesma pessoa, dos saberes matemáticos e dos domínios pedagógicos, levaria a um complexo de inferioridade da matemática. É importante destacar que, atualmente, o ensino de matemática, sua história, métodos e práticas têm sido objetos de diversas investigações⁵. Dessa forma, é possível afirmar que está não é uma preocupação recente, uma vez que já se podem observar tensionamentos no início dos anos 1950.

Na sequência, o autor aponta algumas consequências decorrentes da dificuldade de articulação entre o saber matemático e a prática pedagógica. Dentre elas, destaca a existência de uma tendência à elitização do ensino matemático e do próprio domínio do saber matemático. Para rever essa lógica, apresenta a possibilidade de aproximar a matemática à realidade e de outras ciências: “temperaturas medias” e “campos de fuerzas”. Dessa

⁴ O autor propõe uma reflexão entendendo a matemática como uma ‘ratoeira’, na qual, quem ficar preso, dificilmente conseguirá retornar ao seu estado ‘pré-matemático’.

⁵ Diversos pesquisadores e pesquisadoras têm se voltado para investigações relativas ao Ensino da Matemática, História do Ensino de Matemática e formação de professores. Para saber mais, ver o trabalho de Juliana Mercedes Rheinheimer (2018), que analisa as ressonâncias da Escola Nova sobre a formação de professores no Instituto de Educação General Flores da Cunha (1940-1955), no Rio Grande do sul.

forma, o livro “se propone ayudar a combatir este horror a la más pura, casi diríamos la más santa de todas las ciencias.” (COLERUS, 1954, p. VIII).

Outra problemática possível de estudo refere-se à relação entre os conteúdos matemáticos e a sua aplicação cotidiana. No Prefácio da edição brasileira de “Elementos de estatística”, o autor menciona algumas importâncias do uso prático da matemática: aplicação de métodos científicos no exame dos diferentes fenômenos que constituem a vida nacional; análises de âmbito econômico; uso do método estatístico para análise dos problemas nacionais, aplicação no serviço público (destacando a importância da criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1934), dentre outros.

Conforme anteriormente destacado, o presente estudo não tem a intenção de apresentar resultados acabados, de fechar a discussão, mas sim, de pensar novas possibilidades de pesquisa. Sendo assim, é possível afirmar que, embora iniciais, as análises realizadas evidenciam que os livros para o ensino de Matemática que circulavam no Brasil eram produzidos no próprio país, na Espanha, França ou Itália. Em relação aos conteúdos apresentados, observa-se a predominância da matemática aplicada, bem como a tentativa de demonstrar a importância da Estatística para organização da Nação. Destaca-se assim que o presente estudo contribui para o avanço no conhecimento sobre Patrimônio Histórico-educacional, História dos Impressos e para a História das Disciplinas Escolares, em especial da Matemática.

Referências

- DARNTON, Robert. O Beijo de Lamourette - Mídia, cultura e revolução. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FIORENTINI, Dario. Alguns modos de ver e conceber o ensino da matemática no Brasil. Zetetiké, Campinas, n. 4, p. 1-37, nov. 1995.
- D'AMBRÓSIO, U. A História da Matemática: Questões Historiográficas e Políticas e Reflexos na Educação Matemática. In: Pesquisa em Educação Matemática: Concepções & Perspectivas, M. A. V. Bicudo (org.), Rio Claro, SP: Ed. UNESP, 1999. p. 97-115.

HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (Orgs.). *Pensar os Arquivos: uma antologia*. Tradução Luiz Alberto Monjardim de Calazans Barradas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

NOVOA, Antonio. Introdução. In: STEPHANOU Maria; BASTOS, Maria Helena Camera. *Histórias e Memórias da educação no Brasil*. Vol. 1. 2004, p. 9-13.

ONUCHIC, L. De La R. Ensino-aprendizagem de matemática através da resolução de problemas. In: *Pesquisa em Educação Matemática: Concepções & Perspectivas*, M. A. V. Biculo (org.), Rio Claro, SP: Ed. UNESP, 1999. p. 199-218.

RHEINHEIMER, Juliana Mercedes. *Ensinar e aprender Matemática: ressonâncias da Escola Nova em um olhar sobre a formação de professores no Instituto de Educação General Flores da Cunha (1940-1955)*. Dissertação (Mestrado em Ensino de Matemática). Programa de Pós-Graduação em Ensino de Matemática da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

STEPHANOU, Maria. BASTOS, Maria Helena Camara. História, memória e História da Educação. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*. VIII – Século XX: Vozes, 2005. p. 416-429.

Fontes

CASTELNUOVO, Guido. *Lecciones de Geometría Analítica*. Argentina, 1955.

COLERUS, Egmont. *De la tabla de multiplicar la integral*. Editora Labor, Espanha, 1954.

COSSI, Ernesto Bruno. *Análise Matemática v. I*. Instituto de Matemática da URGs, 1959.

COSSI, Ernesto Bruno. *Análise Matemática v. II*. Instituto de Matemática da URGs, 1959.

LASSARSE, Erneto. *Equações Diferenciais*. Editora do CEUE da URGs, s.n.

ROTONDORO, Rotel. *4º Ano de Desenho*. Coleção Didática Nacional, s.n.

VUIBERT, Librario. *Èléments de Géométrie Analytique*. Paris, 1954.

WAUGH, Albert E. *Elementos de Estatística*. Tradução: Ernesto Pellende. Editora Globo, 1959.

Uma análise das propostas de educação cívica desenvolvidas pela revista do ensino do Rio Grande do Sul (1964-1965)

*Gabriela Passos Selau*¹

Introdução

Este artigo busca discutir a Educação Cívica, matéria que já foi, um dia, tão presente nas escolas. O objetivo é analisar como esse tema é abordado na Revista do Ensino do Rio Grande do Sul. Destaca-se que este é um trabalho inicial e que a investigação faz parte do subprojeto “escrever para lembrar: a cultura escrita como objeto de análise”². Os resultados e discussões aqui presentes instigam e suscitam a necessidade e importância de um olhar mais apurado para este assunto, possibilitando assim a abertura para novos questionamentos e trabalhos neste campo.

Por meio de uma Análise documental e arquivística busco compreender como a Educação Cívica se constituiu na Revista do Ensino do Rio Grande do Sul. Este tipo de análise refere-se a um “[...] procedimento [...] em que o pesquisador não participa diretamente da construção das informações e dos dados analisados no decorrer da pesquisa – excetuando-se o contexto da História Oral. Cabe ao procedimento de análise documental, entretanto, circunscrever o que será considerado documento e com que

¹ Graduanda em Pedagogia (UNISINOS); gabip.s@hotmail.com

² Subprojeto oriundo do projeto “Instituições escolares na região metropolitana de Porto Alegre e Vale dos Sinos: Acervos, memória e Cultura Escolar – Sec. XIX e XX, fase II.”

arcabouço epistemológico realizará sua abordagem. ” (GRAZZIOTIN; KLAUS; PEREIRA, no prelo 2020 p. 6)

Uma análise do passado ajuda a compreender melhor o presente, assim como as mudanças, permanências e repetições que ocorrem ao longo da história. De acordo com Eliane Lopes e Ana Maria Galvão

O estudo da história proporciona uma experiência semelhante àquela que obtemos quando viajamos para um lugar que ainda não conhecemos. [...] o contato com o que é diferente pode possibilitar, por similitude e diferença, uma maior compreensão de si e da própria cultura. ” (2010, p. 11).

Valendo-se das ideias de Karl Marx de que “a história se repete” e considerando o contexto atual da educação brasileira, de grande instabilidade e mudanças justifica-se a importância de desenvolver uma análise do passado com o intuito de observar alguns de seus vestígios no presente.

Os documentos, tomados aqui como materialidade de análise, são alguns exemplares da Revista do Ensino do RS. Além disso o capítulo II do livro “A Revista do Ensino no Rio Grande do Sul (1939-1942): O Novo e o Nacional em Revista” da Maria Helena Camara Bastos e o artigo “Revista do Ensino/ RS e Maria de Lourdes Gastal: Duas Histórias em Conexão” da Beatriz T. Daudt Fischer constituem a revisão de literatura deste artigo.

A pesquisa se insere dentro do campo da História da Educação e se fundamenta na História Cultural. Os impressos fazem parte da cultura material da escola e constituem o que chamamos de patrimônio educativo. A materialidade deste artigo, no entanto, não se refere a realidade da época uma vez que “: o passado, tal como foi, é inalcançável ao historiador” (HINTERHOLZ, 2017, p 39) mas representa um recorte da história, disponibilizando subsídios que possibilitam uma análise e compreensão sob determinada perspectiva de algo que ocorreu no passado.

Como se percebe, estas novas perspectivas têm implicações profundas, na medida em que se passa a aceitar que o significado de um objeto não está no objeto em si, mas em como este é socialmente construído através da linguagem e das representações. (HINTERHOLZ, 2017, p 37)

Dessa forma minha intenção não é analisar unicamente exemplares da revista do ensino, mas contextualiza-los com seu momento histórico educacional buscando compreender como foi constituída esta Educação Cívica.

A Revista do Ensino

A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul foi desenvolvida em três fases distintas e com características específicas. A primeira fase compreendeu o período de 1939 a 1942, a segunda fase de 1951 a 1978 e a terceira fase desenvolveu-se no final do século XX, todas com equipes editoriais diferentes.

Numa época em que o acesso a informação era limitado e os instrumentos de propagação dos conhecimentos pedagógicos escassos a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul teve um papel central na constituição da formação docente. Esse discurso ganha destaque no artigo de Beatriz T. Daudt Fischer

Impossível, pois, tratar de magistério dos anos cinquenta e sessenta do século XX sem fazer referência, obrigatoriamente, à Revista do Ensino. Sem dúvida alguma, ela ocupa lugar de destaque entre os meios que ajudaram a constituir esta professora de que aqui se fala. Conforme já fiz menção, aos jovens de hoje talvez seja difícil conceber o cotidiano daquela época, quando não se tinha acesso ao mundo com as facilidades de comunicação tão comuns nos dias atuais. (2010, p 73)

Mais do que fazer parte da formação docente a revista do ensino também contribuiu para a constituição da escola e do espaço educativo.

PRIMEIRA FASE (1939 a 1942)

A Revista do Ensino foi fundada por um grupo de professores de Porto Alegre, liderados por Pery Pinto Diniz³ que viria a ser então diretor de redação da revista. De acordo com Maria Helena Camara Bastos

³ Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela faculdade de direito da UPA em 1931. Foi secretário da faculdade de direito bem como secretário geral da Universidade de Porto Alegre. Professor universitário e vice-reitor da Faculdade de Ciência Econômicas. Professor de filosofia e Ciências Políticas e Econômicas na PUCRS.

(2005), Diniz qualificou seu projeto como autônomo e pioneiro com foco na rede estadual de ensino.

Partindo de iniciativa privada, com apoio da Secretaria de Educação e Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Sul, em seu primeiro ciclo de existência teve 26 números editados. A publicação de um periódico destinado à educação era uma das aspirações do Secretário de Educação do Estado o que facilitou essa parceria. Os apoios, no entanto, não se davam no âmbito financeiro, mas sim através da colaboração técnico-pedagógica.

Além de sua parceria com a Secretaria de Educação a revista do ensino filiou-se com a Universidade de Porto Alegre. O objetivo da revista era estreitar relações entre esses dois órgãos, informando os professores primários sobre os assuntos debatidos na universidade bem como as decisões da Secretaria de Educação do Estado, aumentando também o número de seus leitores. Pery Diniz era responsável também pela relação que se estabelecia entre a Revista do Ensino do RS e a universidade.

Assim na intenção de consolidar e aprofundar a vinculação da universidade com o Estado, pode-se compreender o argumento de professores em torno da publicação de uma revista pedagógica, voltada a levar o discurso oficial da Sesp/RS relativo à política de nacionalização e de renovação educacional. (Maria Helena Camara Bastos, 2005, p 91)

A universidade colaborava com a Revista do Ensino por meio de artigos, divulgando os conhecimentos e estudos acadêmicos. A maior parte das matérias publicadas na revista eram desenvolvidas por professores e pesquisadores da Universidade de Porto Alegre interessados em “[...] participar do projeto estado novista de “reconstrução nacional” e em trazer sua contribuição à organização da sociedade brasileira [...]” (BASTOS, 2005, p 89).

Além do apoio técnico pedagógico “[...] a revista também destinava significativo espaço à divulgação de iniciativas governamentais no campo da **remodelação** e da **nacionalização da escola**. ” (BASTOS, 2005, p 95, *grifo meu*). Que vinha ao encontro tanto das intenções da Secretaria de Educação como da Universidade de Porto Alegre.

J.P. Coelho de Souza (secretário de educação) foi um importante escritor da revista, trabalhando com assuntos referentes ao cultivo de tradições e valores nacionais bem como de renovações na educação e no corpo docente. O intuito da Secretaria de Educação frente a revista era o de propagar uma formação religiosa, moral, social e cívica, entretanto a colaboração desses órgãos não ocorreu como previsto, o que pode ter influenciado no término da 1º fase deste periódico.

A Revista do Ensino possuía publicação mensal e era mantida através de assinaturas, vendas avulsas e propagandas que cobriam os custos da edição, distribuição e o salário do diretor (os outros funcionários da revista trabalhavam em tempo parcial de forma voluntária). Extremamente difundida em diversos lugares era vendida para todo o Brasil e exterior. Tinha também os diretores das escolas de vários estados como representantes de venda, fato que combinado ao suporte do Sesp/RS facilitava sua inserção nas escolas.

O periódico teve grande crescimento e aceitação em sua primeira fase de publicação, tendo o esgotamento da venda de muitos exemplares. Devido a grande busca pelo público a revista era considerada um excelente veículo de propaganda integrando diversos anúncios, o que auxiliava em sua viabilidade

De acordo com Maria Helena Camara Bastos (2005) o motivo do término das publicações da primeira fase da revista deve-se a um desentendimento entre a Universidade de Porto Alegre e a Secretaria de Educação do Estado do RS. O reitor da universidade na época, Ary de Abreu Lima, desenvolveu um projeto com o intuito de integrar à universidade o primário e o secundário. O secretário J.P. Coelho não apoiou a ideia e isso afetou as relações dessas instituições com a revista.

A pergunta que fica é: por que a Revista do Ensino, sendo um projeto de amparo institucional relevante para a produção e a divulgação do trabalho da Sesp/RS quanto à “nacionalização do ensino” e ao projeto de “renovação educacional” terminou tão bruscamente, no meio do caminho? O fato denota que o apoio deveria ser muito fluido, não fazendo parte de um programa sistemático da secretaria. (BASTOS, 2005, p 90)

A primeira fase da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul desenvolveu-se a partir de um caráter doutrinário de reconstrução nacional e renovação educacional como uma potente ferramenta para reorganizar (de forma indireta) o ensino no Rio Grande do Sul.

SEGUNDA FASE (1951 a 1978)

A segunda fase da revista do Ensino do Rio Grande do Sul surgiu através da necessidade que Maria de Lourdes Gastau⁴ sentiu em possuir uma revista local de educação, destinada principalmente aos professores de séries iniciais. Em 1951 é criada a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul e Gastau torna-se a diretora.

Eu comprava revistas estrangeiras de educação... comecei a pensar: Mas meu Deus, nós podíamos ter uma revista! Pequena... [...] E, um dia fui lá na editora Globo [falar com o diretor]: O senhor estaria disposto a editar uma revista de educação para professores primários? (GASTAL apud FISCHER, 2010, p. 67)

De significativa importância para os professores da época, a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul era um dos poucos meios de comunicação pedagógica. O periódico possuiu grande importância para seu tempo pois, além de informar e atualizar os professores sobre as inovações no âmbito educacional também ilustrava, de forma mais simples, a união entre teoria e prática, dilema ainda tão presente na atualidade.

Mas na década de cinquenta, como chegavam as notícias até a casa de uma professora? Como ela poderia ficar sabendo *das últimas*? Obviamente, a escola era um centro de irradiação onde novidades se multiplicavam. Era de lá que ela trazia, e para lá também ela levava informações sobre o que se passava no mundo então acessado pelos limitados meios de comunicação existentes. Mas como ficava, então, a necessidade de atualização nos assuntos didáticos, tão importantes para seu dia a dia? O único recurso, pois, limitava-se a uma simples revista, aguardada com grande expectativa a cada mês do ano letivo: a *Revista do Ensino*. (FISCHER, 2010, p 73).

⁴ Maria de Lourdes Gastal era professora e escrevia textos e atividades para seus alunos. Depois de juntar uma boa quantidade de material escrito foi até a editora globo e pediu para que publicassem seus manuscritos. Seu material fez tanto sucesso que acabou dando origem à 28 livros, vendidos por todo o mundo.

Destinada aos professores do primário a Revista do Ensino surge com o intuito de atender ao Estado do Rio Grande do Sul mas, devido ao seu grande sucesso é publicada em vários outros lugares do Brasil e do mundo. “Surge, assim, timidamente, a idéia de editar uma revista para o magistério primário, a qual em seguida passará a fazer parte integrante do cotidiano da imensa maioria do professorado gaúcho e, posteriormente alastrando-se mais além.” (FISCHER, 2010, p 74).

Um ponto de grande destaque, presente na revista, é o caráter moral, religiosos e católico, tão forte na época “Na verdade *pendia para o catolicismo* todo o universo em que se vivia em meados do século XX, em especial nas instâncias educativas” (FISCHER, 2010, p 71). Segundo Fischer, Maria de Lourdes Gastal justifica o fato relatando que a maioria das professoras que compunham a revista eram religiosas da igreja católica.

Quando a revista começa a sofrer com questões financeiras e editoriais (em 1956) o CPOE⁵ (pertencente à Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul) fica responsável pela supervisão técnico-pedagógica da revista. Ela “passa a se constituir como uma publicação oficial da Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, sob a supervisão técnica do CPOE.”(FISCHER, 2010, p 75) possuindo uma linha editorial específica.

Em seu artigo Fischer destaca que, por vezes, políticos utilizaram do sucesso da revista para se promover (foi o caso de Brizola que decidiu jogar exemplares da Revista do Ensino de cima do caminhão). Em contrapartida haviam também aqueles que possuíam uma postura contrária à revista “Tu soubeste o que fizeram com tudo que era da revista? O coronel Mauro destruiu tudo! Botou fora! A biblioteca que nós tínhamos, de fazer inveja a muita escola. Infelizmente...[...]” (GASTAL apud FISCHER, 2010, p 70).

TERCEIRA FASE

Foram poucos os pesquisadores que estudaram e analisaram a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul em sua terceira fase. Devido este fato

⁵ Centro de Pesquisas e Orientação Educacional

nenhum trabalho referente a esta fase da revista foi encontrado até o momento. Sabe-se, no entanto, que houve um terceiro momento de publicação dessa revista uma vez que dois exemplares, um de 1993 e outro de 1994 encontram-se disponibilizados no repositório digital Tatu⁶. Como este é um trabalho em fase de desenvolvimento, pesquisas com relação a esta temporalidade ainda estão sendo desenvolvidas.



Imagem 1: Capa da Revista N° 177 (outubro/novembro) 1993

Fonte: *repositório digital Tatu - 2019*



Imagem 2: Capa da Revista N° 178 - (dezembro/janeiro/fevereiro) 1993/1994

Fonte: *repositório digital Tatu - 2019*

⁶ O repositório digital tatu é um espaço virtual que disponibiliza de forma online o acesso a algumas edições da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul bem como de outros acervos históricos. O objetivo do repositório é preservar documentos e proporcionar, aos pesquisadores, uma aproximação com esses documentos, potentes para pesquisas na área de história da educação.

Materialidade

Este trabalho foi possível devido ao Repositório digital Tatu da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA que possibilita o acesso digital a vários documentos históricos, dentre eles alguns exemplares da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul. Para complementar a análise foram consultados também alguns exemplares físicos pertencente ao acervo do grupo de pesquisa EBRAMIC. É importante destacar que o processo de mapeamento e análise dos exemplares das revistas ainda não foi concluído, a procura por mais exemplares continua, com o intuito de qualificar a pesquisa. A seguir encontram-se fotos das capas das revistas trabalhadas até o momento.

- Repositório digital tatu, Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA

Imagem 3: Capa da Revista Nº 99 - 1964

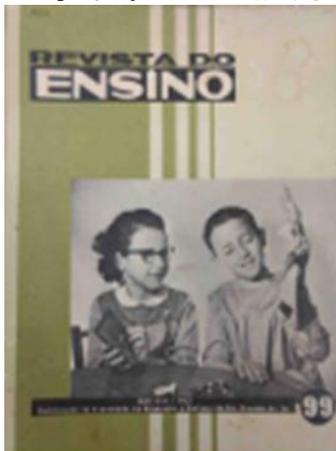


Imagem 4: Capa da Revista Nº 113 - 1967



Imagem 5: Capa da Revista Nº 116 - 1968



- Acervo grupo de pesquisa EBRAMIC

Imagem 6: Capa da Revista Nº 98 - 1964

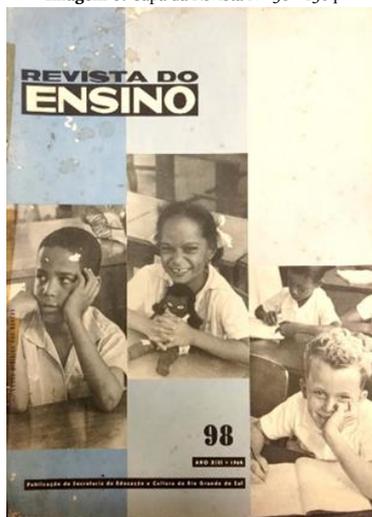


Imagem 7: Capa da Revista Nº 100 - 1965



Seleção e Análise das Revistas

Após leitura e exame dos exemplares citados acima as revistas Nº 99 e Nº 100 foram escolhidas para análise mais específica. Isso porque foram

esses, dentre os exemplares analisados, os que continham matérias referentes à “Educação Cívica”; tema desta pesquisa.

Tais periódicos são impressos de cunho civilizatório, construídos em papel jornal, medindo 22x28 cm com capas mensais de cores diferentes que trazem, em sua maioria, imagens de crianças dentro ou fora da sala de aula. O interior da revista é escrito em preto e a cor da capa se repete em pontos específico de destaque como em títulos e ilustrações. Todos os exemplares possuem sumário com o N^o e ano de publicação da revista. No verso de cada impresso consta os valores (para todo o Brasil) da assinatura da revista e o preço do número avulso e/ou atrasado. Esses elementos são importantes para refletir sobre a História e os conteúdos da revista dentro de contextos específicos.

N^o 99 do ano de 1964 “Princípios para uma pedagogia do civismo”

“A educação cívica visa sobretudo criar cidadãos ativos e eficientes para a nossa Pátria que zelem pelas nossas tradições de liberdade, e que transmitam essa herança dos nossos antepassados à próxima geração.” (Revista do Ensino do RS, n^o 99, 1964, p. 35).

Composta apenas por uma página, a matéria “Princípios para uma pedagogia do civismo” presente no N^o 99 do ano de 1964, diz muito sobre essa educação destacando atividades práticas relevantes para sua aplicação.

A revista prezava por uma Educação Cívica de caráter informativo e formação moral com o intuito de inteirar os alunos em assuntos referentes a Constituição Brasileira, o desenvolvimento e elaboração de leis, as funções de órgãos do governo nacional, estadual e municipal, bem como de agências governamentais além das particularidades da comunidade escolar.

Junto ao estudo da democracia a revolta e o protesto contra outras formas de governo, especialmente ao comunismo, também ganhavam força nessa revista.

A Educação Cívica deve esclarecer a juventude sobre as vantagens da democracia da nossa república, da nossa formação cristã, da nossa filosofia política e da nossa política econômica. Deve dar argumentos para que se defenda, dos pregadores de doutrinas contrárias ou subversivas. Eles não tem escrúpulos em politizar a juventude e será tolice adotarmos uma atitude suicida de neutralidade. (Revista do Ensino do RS, nº 99, 1964, p. 35)

Além do ensino de questões referentes a democracia e a república (vantagens) a matéria traz a formação cristã como essencial para a educação das crianças tornando-a pilar da educação cívica. “[...] em muitos casos a escola e a igreja terão de compensar a ausência ou má influência do lar.” (Revista do Ensino do RS, nº 99, 1964, p. 35). A filosofia política e política econômica também são citadas na revista como constituintes desta educação.

Segundo a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul a Educação Cívica deve ser a base para uma educação cidadã valorizando a ênfase ao amor e aos deveres da Pátria, proporcionando atenção individual a cada aluno, desenvolvendo neles noções de lideranças, cidadania ativa e consciência cívica. Este deve ser um programa contínuo e progressivo, que inicia na idade escolar e se desdobra até a fase adulta com o intuito de formar um “cidadão ideal”.

Nº 100 do ano de 1965 “Sugestões para um plano de civismo nas escolas”

“É fato incontestável, visível, flagrante, que nós não temos educação cívica.” (Revista do Ensino do RS, nº 100, 1965, p. 46). Para a revista o desrespeito pelo outro (tanto na questão de direitos ou de liberdade) a desvalorização do bem comum e a má utilização do dinheiro público constituem uma falha na sociedade. “Somos todos culpados. Uns por aceitarem passivamente o estado das coisas, outros porque, detentores de autoridade, nada fazem para resolver os problemas.” (Nº 100, 1965, p. 46).

Composta por duas páginas essa matéria tem a intenção de informar às escolas e aos professores sugestões de atividades práticas para uma

Educação Cívica. Com a intenção de reforçar seu posicionamento traz também três autores que defendem essa educação, sendo eles Montesquieu, Roger Gal e Baden Powel.

Segundo a revista, Montesquieu defende o bem comum, a solidariedade consciente e a responsabilidade como atitudes necessárias para viver em sociedade. Roger Gal preza por uma educação que reforce o espírito de iniciativa, a liderança e o trabalho comum. Por fim Baden Powell propõe uma educação que vise a formação de virtudes para a cidadania. Inspirada por esses autores e confiando na certeza de suas teorias a Revista do Ensino propõem um plano de educação cívica que comporte essas ideias.

Este plano surge com propostas de atividades que possibilitem as crianças e adolescentes viverem os direitos e deveres de um cidadão. “Sugerimos um programa prático, vivo, onde as obrigações da vida adulta são aplicadas, em plano simplificado, às crianças e jovens.” (Revista do Ensino do RS, nº 100, 1965, p. 46).

Reivindica por uma educação cívica que se inicie na escola primária e que seja vivida por seus alunos, estendendo-se para o resto da vida. Mais do que isso aponta o quão importante seria que educação iniciasse já na primeira infância com as famílias. “Seria possível corrigir as falhas através de uma campanha de esclarecimento público, mostrando o que deve ser inculcado nas crianças, antes mesmo de começarem a falar.” (Revista do Ensino do RS, nº 100, 1965, p. 46). O problema (segundo a revista) dessa educação iniciar tão cedo é deixar a responsabilidade nas mãos das famílias, não tendo o governo como interferir.

Com a Educação Cívica a escola possui a responsabilidade de ensinar aos seus alunos como “agir corretamente”, moldando-os de acordo com as expectativas do governo. Assim compete a Educação Cívica o ensino de ações que um bom cidadão deve possuir.

A seguir encontram-se algumas das matérias previstas pela Revista do Ensino do RS para uma Educação Cívica. “A execução desse plano caberia às professoras.” (Revista do Ensino do RS, nº 100, 1965, p. 47).

● Escola Primária

(6 a 7 anos)

<i>Disciplina Pessoal</i>	<i>Disciplina de grupo</i>	<i>Higiene pessoal</i>	<i>Higiene de grupo</i>	<i>Responsabilidade</i>
Pontualidade	Içamento da Bandeira	Penteado, unhas, uniforme	Limpeza das salas	Eleições, cargos.
Correção dos próprios trabalhos	Atitude na classe		Recreio	
Sinceridade	cortesia		Como usar o banheiro	

Fonte: A autora (2019)

(8 a 10 anos)

<i>Disciplina Pessoal</i>	<i>Disciplina de grupo</i>	<i>Higiene pessoal</i>	<i>Higiene de grupo</i>	<i>Responsabilidade</i>	<i>Sociabilidade</i>
Pontualidade	Içamento da Bandeira	Penteado, unhas, uniforme	Limpeza das salas	Tesoureiro, monitor de transito, cooperativa	Respeito, hierarquia
Correção dos próprios trabalhos	Atitude na classe		Recreio		
Sinceridade	Cortesia		Como usar o banheiro		

Fonte: A autora (2019)

De acordo com a revista o objetivo das funções de disciplina, higiene e responsabilidade (cargos) é de que dois alunos por turma sejam eleitos, para que as crianças habituem-se a escolher, ter responsabilidade, exercer funções e trabalhar em conjunto. **“Finalidade:** [...] noção do bem comum, esforço de todos para o grupo, zêlo pelas coisas públicas.” (Revista do Ensino do RS, nº 100, 1965, p. 47).

● Escola secundária

(1ª e 2ª séries)

<i>Disciplina Pessoal</i>	<i>Disciplina de grupo</i>	<i>Higiene pessoal</i>	<i>Responsabilidade</i>	<i>Sociabilidade</i>
Pontualidade	Içamento da Bandeira	Penteado, unhas, uniforme	Tesoureiro, monitor de transito, cooperativa	Respeito, hierarquia
Correção dos próprios trabalhos	Atitude na classe			Escrever cartas, fazer convites, falar ao telefone
Sinceridade	Cortesia			

Fonte: A autora (2019)

(3ª e 4ª séries)

<i>Finanças</i>	<i>Obras</i>	<i>Segurança</i>	<i>Esporte e Diversões</i>	<i>Higiene</i>	<i>Cultura</i>
Recolher impostos e aplicar na escola,	Planejar manutenção e melhoria das escola	Manter a ordem	Organizar competições, festas e excursões	Manter a higiene	Organizar a biblioteca
Cooperativa,		Obediência ao regulamento		Promover campanhas	Grêmio
Orçamento,				Posto de socorro (pequenos acidentes)	Promover palestras
Banco					Visitas
Colaborar com a diretoria (sugestões) no orçamento da escola					

Fonte: A autora (2019)

A intenção seria dividir as funções por turma, onde dois ou três alunos da turma seriam eleitos para exercer os encargos por um determinado tempo, possuindo responsabilidade e participação na escola. “**Finalidade:** Dar noção de respeito e compreensão pelas autoridades. Sentir as dificuldades de quem dirige, dar responsabilidade. ” (Revista do Ensino do RS, nº 100, 1965, p. 47).

Ao final da matéria a Revista do Ensino traz mais alguns pontos que poderiam ser incluídos em uma Educação Cívica:

- Discutir sobre filmes, programas de Rádio e TV
- Como responder questionários
- Como ler revistas
- Consultar a biblioteca
- Como depositar/ sacar dinheiro

Sugere também um “curso colegial” com ensaios para o poder legislativo/judiciário criando cargos na escola para serem preenchidos pelos alunos através de eleições: Representantes de classe, conselho de justiça, prefeito da escola, processo eleitoral (alunos maiores de 18 anos seriam

orientados para tirar o título de eleitor) e direitos e deveres (estudo da Constituição Federal pelos alunos).

Através de matérias como essas a Revista do Ensino do RS tinha a intenção de contribuir positivamente para a Educação Cívica formando cidadãos “ideais”. De acordo com a revista pensar no interesse geral, aprender a julgar discernindo o erro, saber expor ideias, discutir sem ofender, respeitar, prezar pelo bem comum, compreender seus direitos e deveres e cumprir com as obrigações continham a base dessa educação.

Considerações Finais

Embora já tenha sido destacado anteriormente é importante lembrar que este artigo não tem o intuito de delimitar verdades, isso seria impossível. O que busco é possibilitar, através da análise de impressos, uma compreensão da educação cívica impressa nas representações do passado.

Os resultados que trago aqui são iniciais uma vez que a pesquisa além de recente ainda está em fase de desenvolvimento. No entanto alguns aspectos, como a dimensão doutrinária da Revista do Ensino, são facilmente percebidos.

Desenvolvido em uma Ditadura Militar o plano de estudos de Educação Cívica tem o intuito de moldar e corrigir seus alunos para que vivam dentro de limites pré-estabelecidos pelo Estado. Este fato fica destacado em um dos discursos impressos pela revista. “Seria possível corrigir as falhas através de uma campanha de esclarecimento público, **mostrando o que deve ser inculcado nas crianças**, antes mesmo de começarem a falar.” (Revista do Ensino do RS, nº 100, 1965, p. 46) grifo meu.

Segundo o dicionário Aurélio de língua portuguesa (2010) inculcar é “Repetir várias vezes para gravar no espírito.” Dessa forma, ensinar com o intuito de inculcar ideias nos alunos diz respeito a uma educação pela repetição que não ensina a pensar, mas a obedecer. Expressões como “respeito à hierarquia”, “obediência ao regulamento”, “manter a ordem”,

“respeito e compreensão pelas autoridades” tão presentes na revista reforçam essa educação que forma cidadãos cegos e alienados.

Ao desenvolver um plano de estudos para ensino de Educação Cívica a Revista do Ensino tenta remodelar a educação informando aos professores o que e como devem desenvolver suas aulas. Mais do que isso torna os professores como simples atores do processo educativo que possuem o dever de “passar conteúdos” prontos.

Conceitos e ideias da teoria Behaviorista, ou comportamentalista demonstram-se presentes nesta educação. O exercício dessa teoria dá o poder a quem o controla, podendo nesse caso ser usado para alienar a humanidade. Além disso, é uma prática que não se importa com o processo de ensino e aprendizagem bem como com o que acontece na mente do aluno, dando relevância apenas ao resultado final.

Centrando-se no pilar “Responsabilidade” e em seus cargos percebe-se facilmente que a Educação Cívica visa formar para o futuro, para um “vir a ser”, que desconsidera o presente da criança ou adolescente bem como seus desejos e necessidades. A Educação Cívica deve então moldar o caráter e a moral de seus alunos para que vivam e ajam de acordo com a forma que convenha ao Estado.

Baseadas nessa experiência educativa que temos tido, apresentamos o plano de educação cívica que, progressivamente, **levará o aluno a viver tôdas as fases da vida de cidadão**, exercendo efetivamente os direitos e deveres que ela comporta, **cultivando, assim as virtudes necessárias à vida comum**. (Nº 100, 1965, p. 46, *grifo meu*).

Essa educação preparatória, tão presente na Revista do Ensino, surpreendentemente ainda é evidente na atualidade. É imprescindível pensarmos em uma educação atual que respeite e compreenda os alunos como cidadãos do mundo. No entanto, está cada vez mais comum práticas atuais que reciclam práticas antigas sem lançar ao menos um olhar crítico sobre as mesmas. Analisar o passado bem como seus êxitos e fracassos pode ser um importante instrumento de auxílio nas decisões do presente.

Outro ponto a ser destacado é que, mesmo o Brasil sendo um estado laico (Constituição Federal de 1988), a igreja católica possuía grande influência na formação cívica e social do cidadão, desenvolvendo-se em parceria com as vontades do Governo e delimitando a educação brasileira. “Na educação cívica a Escola não pode estar desligada do lar e da igreja.” (Revista do Ensino do RS, nº 99, 1964, p. 35).

Por fim destaco que a Educação Cívica, defendida pela Revista do Ensino do RS, refere-se a uma disciplina informativa e doutrinária que têm o intuito de reparar e corrigir as “falhas” da sociedade. Desenvolvida de forma superficial prevê atividades simplórias que ensinem aos alunos **como** agir corretamente e **como** ser um bom cidadão (de acordo com as vontades e necessidades de uma ditadura) destratando áreas tão importantes como a cultura, os esportes e a sociabilidade... reduzindo-as a ações insignificantes que não remete em nada à sua essência.

Finalizo este artigo esperando ter contribuído para a compreensão da Educação Cívica dos anos de 1964/1965, constituída pela Revista do Ensino do Rio Grande do Sul. Instigo e destaco também a importância de estudos mais apurados nesta área com a convicção de que muito ainda pode ser dito e pensado sobre o tema.

Referências

- BASTOS, Maria Helena Câmara. **A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942):** o novo e o nacional em revista. Pelotas: Seiva, 2005. 381p.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio:** o dicionário da língua portuguesa. 8.ed. Curitiba: Positivo, 2010. 960 p.
- FISCHER, Beatriz T. Daudt. Revista do Ensino/RS e Maria de Lourdes Gastal: duas histórias em conexão. **História da Educação: ASPHE/FaE/UFPEl**, Pelotas, v. 14, n. 30 p. 61-79, Jan/Abr 2010.
- GALVÃO, A.M.O.; LOPES, E.M.S.T. **Território Plural:** A pesquisa em história da educação. 1ed. São Paulo: Ática, 2010. 112p.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos; BARROS, Tainá; HASS DA SILVA, Eduardo Cristiano.

“NÃO PRESTEM ATENÇÃO À VOZ DAS SEREIAS! ”: o cotidiano feminino na revista “Para Moças” (1940/1960). Movimento - Revista de Educação. (No prelo).

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos; KLAUS, Viviane; PEREIR, Ana Paula Marques. **Pes-**

quisa Documental Histórica e Pesquisa Bibliográfica: objetos de estudo e percursos metodológicos. Linguagens, Educação e sociedade. No prelo 2020.

HINTERHOLZ, Marcos Luiz. **O LUGAR ONDE A CASA MORA:** Memórias sobre a Casa do

Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida – CEUACA (1963-1981). 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural.** 2.ed. Belo Horizonte: Autên-

tica, 2005.

O patronato agrícola visconde de São Leopoldo e o atendimento aos menores órfãos e desvalidos (1944 – 1960)

*Maurício Pereira*¹

Introdução

Nas últimas décadas, diversas pesquisas produzidas no cenário da historiografia brasileira têm buscado analisar e evidenciar um grande número de perspectivas e abordagens que envolvem a temática da História da Infância no Brasil. Muitos pesquisadores e pesquisadoras vêm se ocupando de, por meio de diferentes publicações, trazer à tona as realidades, vivências, problemáticas e contradições que podem ser suscitadas ao se trabalhar com as infâncias brasileiras, através de trabalhos que visam enfoques sociais, políticos, culturais, econômicos e demais abordagens que sejam possíveis ao se trabalhar com esse campo de estudo de nossa historiografia. Nas palavras de Scott (2016), “a história da infância tem recebido a atenção de pesquisadores preocupados em dar ‘voz e vez’ a essa parcela considerável de nossa população” (p. 18), uma vez que os trabalhos situados no contexto de uma historiografia mais tradicional não se ocupavam em proporcionar espaço para a infância em suas produções, um fato que vai ao encontro de mudanças que ocorrem no cenário da historiografia brasileira de modo mais geral.

¹ Mestrando em História/ UNISINOS; mauriciopereira13@outlook.com

Um dos temas que são abordados dentro dessa unidade temática, a infância desvalida, constituída pelas crianças órfãs, abandonadas ou pertencentes às classes sociais menos favorecidas, é um dos elementos que mais chama a atenção para as possibilidades de pesquisa que esse tema nos proporciona. Essa característica que surge com as mudanças na historiografia, que se configura justamente como uma ascensão de estudos que buscam evidenciar e analisar a realidade dessa infância, pode ser encontrada nos estudos de Del Priore (2008), uma vez que a autora nos elucida que:

Para começar, a história sobre a criança feita no Brasil, assim como no resto do mundo, vem mostrando que existe uma enorme distância entre o mundo infantil descrito pelas organizações internacionais, pelas não governamentais e pelas autoridades, daquele no qual a criança encontra-se quotidianamente imersa. O mundo que a “criança deveria ser” ou “ter” é diferente daquele onde ela vive, ou no mais das vezes, sobrevive (p.8).

Nesse trecho, a historiadora nos apresenta um elemento que será fundamental para o trabalho de análise e desenvolvimento dessa pesquisa: a ideia de que existe não apenas uma infância, mas sim uma realidade que é marcada pela existência de diferentes infâncias, de modo que o modelo de “criança ideal” que passa a ser projetado pelos governos dos séculos XIX e XX não correspondem necessariamente ao cenário em que grande parte das crianças brasileiras estão de fato inseridas. Neste trabalho, serão abordados elementos relacionados justamente à essa infância caracterizada pelo abandono e pela pobreza, de modo que as crianças que serão aqui estudadas são tanto meninos órfãos quanto aqueles considerados como tendo sido abandonados, além de menores provenientes de famílias carentes. Em relação a esse terceiro grupo, foram localizados documentos tanto de meninos que não possuíam pais e tinham outro familiar como o responsável legal quanto outros que foram internados a pedido dos próprios pais, um elemento que será debatido no desenvolvimento desse projeto de pesquisa, uma vez que muitos são os motivos e possibilidades que poderiam levar uma pessoa a internar seu filho em uma instituição do período

aqui analisado. Essa prática se apresenta como uma problemática que exige a compreensão da realidade de pobreza e assistência que marcou o século XX e também um trabalho de análise das fontes disponíveis a respeito desses menores. Sobre essa realidade, Rizzini e Rizzini apontam que:

A análise da documentação histórica sobre a assistência à infância dos séculos XIX e XX revela que as crianças nascidas em situação de pobreza e/ou em famílias com dificuldades de criarem seus filhos tinham um destino quase certo quando buscavam apoio do Estado: o de serem encaminhadas para instituições como se fossem órfãs ou abandonadas (2004, p. 13).

Ainda sobre a existência dessas diferentes infâncias na história brasileira, podemos identificar no trabalho de Korndörfer (2016) outros elementos que marcam essa divisão, de modo que “Os defensores da infância brasileira deparavam-se, ao final do século XIX, com problemas de ‘infâncias’ bastante distintas: a infância das camadas privilegiadas e a infância desamparada, abandonada, marginalizada” (p. 101). Essas diferenças são ainda mais acentuadas devido a processos de mudanças que ocorreram no contexto brasileiro do século XIX e adentram ao século XX, tais como o processo de urbanização do país, a abolição da escravidão, a instauração da República e a chegada de levas de imigrantes de diferentes regiões da Europa. Assim, tal como é afirmado por Korndörfer (2016), nesse período:

Havia um choque, um abismo, entre a infância que se desejava ter, associada a termos como amor, ternura e alegria de viver e que representaria o progresso do país no porvir; e a realidade de crianças abandonadas, desamparadas, em perigo ou já consideradas perigosas (p. 101).

Mais do que analisar a visão sobre a infância do século XX de modo geral, se faz necessário investigar de que modo os governos republicanos trabalharam com aquelas crianças que eram motivo de preocupação para a sociedade: os menores órfãos e abandonados, que se tornaram alvos de políticas e projetos do Estado. Conforme exposto por Zanella:

No Brasil, as questões referentes à ‘infância em perigo’ originaram tipos de intervenção social, diversos conflitos sobre como legitimar a sistemática intervencionista e até como delimitar o agente mais capaz de realizar tais práticas, principalmente no que se referia à infância ‘delinquente’” (2016, p. 254).

É sobre essas crianças que recaí as preocupações que dão origem a instituições e projetos criados especialmente para o atendimento a esses menores, considerados como indivíduos em risco dentro da sociedade e que poderiam não se tornar futuros cidadãos que se encaixassem no modelo que se projetava para o Brasil do século XX. Sobre a preocupação com essa infância desvalida, é possível perceber que:

O destino da nação brasileira, então, foi entregue à infância. Dessa forma, as crianças dos grupos sociais pobres receberam atenção redobrada, com direito à educação básica e profissional, ao cuidado com o corpo, à higienização dos hábitos e, por fim, à disciplina dura (ZANELLA, 2016, p. 254).

Entrando no âmbito da assistência à infância, tema ao qual este trabalho está relacionado, é importante compreender que as primeiras décadas do século XX (e também as últimas do século XIX) são fortemente marcadas pelo surgimento de instituições encarregadas de prestar o trabalho de assistência e amparo à infância, principalmente às crianças pobres e desamparadas. É justamente nesse período que surgem os debates sobre a maneira como a infância “em perigo” (caracterizada pelas crianças pobres, abandonadas, órfãs e marginalizadas) deveria ser trabalhada, de modo que “vemos surgir, em fins do século XIX e início do XX, as primeiras grandes instituições de assistência e proteção à infância doente e desamparada, bem como os primeiros institutos correccionais e profissionalizantes” (KORNDÖRFER, 2016, p. 100). Essas instituições mencionadas pela autora são fundamentais na configuração da assistência à infância no século XX, uma vez que esses estabelecimentos eram responsáveis por não só prestar amparo a crianças em situações de vulnerabilidade econômica e social mas também por realizar um trabalho de enquadrar esses indivíduos no modelo de infância que foi proposto com

o surgimento da República e que foi desenvolvido ao longo da primeira metade do século XX.

Nesta pesquisa, o objeto de estudo é uma instituição de internato sul-rio-grandense localizada na região do Vale dos Sinos, especificamente na cidade de São Leopoldo. Assim como outras instituições desse período, esse patronato era destinado ao trabalho com meninos órfãos e desvalidos, buscando através do ensino de práticas agrícolas uma maneira de inserir esses meninos (considerados à margem da sociedade) no mundo do trabalho e também garantir que eles se tornassem cidadãos brasileiros, encaixando-se no modelo de cidadão que se esperava nos projetos e ideais desse período. Sobre o papel do trabalho como meio de regeneração social, Korndörfer afirma:

Em relação ao trabalho infantil, é oportuno ressaltar que, embora os excessos fossem condenados, este era visto, primordialmente, como meio para regeneração e moralização da criança, para evitar “desvios” ou como forma para corrigi-los. Essas atribuições regeneradoras podem ser vislumbradas nas propostas para a infância desamparada e para a contenção da criminalidade infantil. É esta percepção, em grande medida, que determinará que em nenhum momento o trabalho do menor seja questionado (2016, p. 96-97).

Nessa instituição, o trabalho agrícola possui importância fundamental no projeto desenvolvido com os meninos que estudaram no Patronato e para a própria história da instituição, uma vez que ela permanece até hoje como uma escola agrícola de ensino técnico, o Centro Estadual de Educação Profissional (CEEPRO) Visconde de São Leopoldo. Essa importância era comum nessas instituições de atendimento aos menores, uma vez que nesse período “O trabalho ou a instrução para o trabalho passa a servir para a transformação das crianças ‘desvalidas’ em pessoas ‘úteis’ para a sociedade” (TISOTT, 2008, p. 140). Conforme já mencionado anteriormente, nesse período temos uma grande preocupação com a infância, especialmente essa infância órfã e abandonada, sendo esses menores vistos como indivíduos que necessitavam de orientação e disciplina, evitando,

assim, conforme as ideias do século XX, que eles ingressassem na criminalidade. Desse modo, é possível perceber que:

Em um panorama que envolvia temáticas como a propagação da higiene, o controle do espaço urbano, a necessidade de repressão à criminalidade e criação de novas formas de compulsão ao trabalho, as crianças desamparadas tornavam-se foco do trabalho de diversos profissionais” (KORNDÖRFER, 2016, p. 105-106).

Para desenvolver esse projeto, venho realizando um trabalho de pesquisa no arquivo escolar do CEEPRO Visconde de São Leopoldo, localizado na sede da própria instituição. Esse arquivo possui diversos documentos desde a década de 1940, período da fundação do Patronato. Através desses documentos, é possível encontrar informações preciosas sobre a história da instituição que dificilmente seriam encontradas de outra maneira. O acervo deste arquivo é constituído de listas de frequência, relatórios sociais, ofícios, fichas individuais, boletins e demais documentos sobre a esse estabelecimento.

Os Patronatos Agrícolas: uma solução para o ensino e atendimento de menores desvalidos

O século XX foi marcado pelo surgimento e desenvolvimento de diferentes instituições que se ocuparam de realizar um trabalho de assistência aos menores que não se enquadravam no ideal de infância que era proposto nesse período. Por meio de práticas educacionais e regeneradoras que visavam enquadrar esses indivíduos no modelo de cidadão e trabalhador que era almejado pelas autoridades, essas instituições possuem um papel fundamental nesse processo de assistência no âmbito da infância.

No caso do Brasil e do Rio Grande do Sul, os patronatos agrícolas foram instituições destinadas à assistência e internação de menores órfãos, abandonados, delinquentes e provenientes de famílias pobres que não teriam condições de manter seus filhos. A respeito do contexto de criação dessas instituições, Vicente nos informa que “Os Patronatos foram criados

no Brasil em 1918 e ficaram vinculados ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio sob o Decreto de nº 12.893, de 28 de fevereiro de 1918” (2010, p.30), sendo possível perceber que o surgimento desses estabelecimentos está situado em um período de intensos debates sobre assistência aos menores e regeneração da infância. Situando os objetivos e propostas que orientaram o trabalho dos patronatos, a autora menciona que:

Aos que vinham da zona rural a principal intenção era a conformação da força de trabalho, ou seja, adequá-los às necessidades de mão-de-obra do momento. E àqueles da zona urbana, essas instituições objetivavam orientar e enquadrar *os órfãos e desvalidos da sorte*, tendo em vista moldá-los à sociedade burguesa, de modo a que não se tornassem uma ameaça à população citadina e também não atrapalhassem a nova orientação trabalhista que, no início da República, tem por base a mão-de-obra livre (VICENTE, 2010, p. 13).

Nesse período, temos uma mudança nas perspectivas em relação ao trabalho com os menores, especialmente aqueles em situações de vulnerabilidade social. Tal mudança é expressa também nas instituições que passam a ser responsáveis por lidar com esses indivíduos, uma tarefa antes incumbida às instituições religiosas. De acordo com Passetti:

Desta forma, a integração dos indivíduos na sociedade, desde a infância, passou a ser tarefa do Estado por meio das políticas sociais especiais destinadas às crianças e adolescentes provenientes de famílias desestruturadas, com o intuito de reduzir a delinquência e a criminalidade (PASSETTI, 2008, p. 348).

Além disso, se faz necessária a percepção dos objetivos da construção dos Patronatos Agrícolas, que tiveram uma importante função dentro do pensamento social do século XX. Desse modo, “os Patronatos responderiam a um duplo aspecto: aquele voltado para o aprendizado de técnicas profissionais ligadas ao trabalho agropecuário e o voltado para a regeneração das crianças, tendo por arcabouço um rigoroso código disciplinar” (NERY, 2009, p. 28). Ainda sobre a rigorosidade dos métodos presentes em instituições de internato do século XX, Passetti (2008) afirma que:

Ao escolher políticas de internação para crianças abandonadas e infratoras, o Estado escolhe educar pelo medo. Absolutiza a autoridade de seus funcionários, vigia comportamentos a partir de uma idealização de atitudes, cria a impessoalidade para a criança e o jovem vestindo-os uniformemente e estabelece rígidas rotinas de atividades, higiene, alimentação, vestuário, ofício, lazer e repouso (p. 348).

De mesmo modo que a instalação dos patronatos foi destinada para as crianças advindas das classes sociais menos favorecidas, é também importante compreender o pensamento do período que induz os responsáveis pela construção dessas instituições de ensino a levar adiante esse projeto. Dessa maneira, “A orientação para a instalação dos Patronatos não fugirá às regras do pensamento civilizatório, moral e positivista vigente na época” (VICENTE, 2010, p. 33). É importante perceber que existem estratégias políticas e econômicas na fundação dos patronatos, que viriam a ser o lar e a instituição educacional de muitas crianças. Esse pensamento civilizatório se expressa aqui nessa tentativa de adequar essas crianças, que viviam realidades tidas como atrasadas ou perigosas, trazendo-os assim para uma nova realidade, orientada por essa nova organização do mundo do trabalho e pela preocupação com a civilização. Essa nova realidade traz consigo não apenas os ideais de progresso, mas também problemas sociais advindos desse conjunto de transformações, uma vez que “a República que se instaurava tinha inúmeros problemas de ordem social a combater, resultado daquela repentina expansão urbano-industrial” (SANTOS, 2008, p. 228).

Ainda assim, existem ainda outros interesses e objetivos que permeiam a construção e instalação dos patronatos, uma vez que “os patronatos agrícolas deveriam ajudar a diminuir a defasagem técnica na agropecuária, implantando e disseminando o ensino agrícola no meio rural, tanto entre seus alunos quanto na comunidade onde estavam instalados” (BOEIRA, 2012, p. 59). Embora a modernização do Brasil e o desenvolvimento da agricultura e da economia fossem importantes elementos na história dos patronatos, está presente nesse estudo aquilo que certamente faz com que a pesquisa da história dessas instituições seja tão

importante e necessária para aqueles que se preocupam com a história da infância no Brasil: o atendimento aos órfãos e desvalidos. Segundo Vicente (2010, p. 34), “Nesse sentido os Patronatos, além de visarem atingir a esse objetivo, buscavam, conforme mencionado anteriormente, também atuar sobre os setores mais pobres da sociedade”.

Além das questões de regeneração social e atendimento à infância que foram expostas, os patronatos também possuíam em sua base a presença do ensino agrícola, que possuía uma importância fundamental para o trabalho dessas instituições. Sobre os métodos de ensino que eram empregados nesses estabelecimentos, Nery aponta que “A educação oferecida pelos Patronatos Agrícolas Federais, marcadamente agrícola, deveria ter sua maior carga horária destinada às atividades práticas, nas quais os menores aprendessem o fazer a partir da experimentação” (2006, p. 20). Conforme foi visto anteriormente, a ideia do trabalho como meio de regeneração da infância e de transmissão de valores importantes foi bastante disseminada ao longo do século XX. Esse elemento também pode ser encontrado na configuração do ensino empregado nos patronatos agrícolas, uma vez que “metas como a promoção da autodisciplina e a educação pelo trabalho, presentes nos Patronatos Agrícolas, eram de grande importância para o desenvolvimento da nação” (NERY, 2006, p. 20).

Desse modo, além do estudo sobre os Patronatos Agrícolas no Brasil, a realização desse projeto torna necessário o conhecimento sobre a trajetória do Ensino Agrícola no país. A respeito dos elementos que devem ser considerados ao se estudar sobre esse tipo de ensino, Nery destaca que:

Debruçar-se sobre a história do ensino agrícola é de fundamental importância para que possamos compreender os processos e as práticas educativas utilizadas na formação de crianças e jovens, que durante as primeiras décadas do século XX, participaram ativamente do desenvolvimento agrícola brasileiro, buscando nas instituições escolares um aparato ferramental para utilizar a terra de maneira mais racional e otimizada. (2009, p. 26).

Contudo, apesar da importância da agropecuária para o nosso país e do desenvolvimento do ensino agrícola, nem sempre a educação do campo

foi um fator de grande preocupação para os governos brasileiros. Sobre essa realidade, Vicente afirma que:

Como é sabido, a educação voltada para o homem do campo não foi priorizada nas políticas educacionais. Apesar de haver uma preocupação com a educação rural, principalmente a partir da metade do século XIX, ainda hoje pouco se obteve de concreto nesse setor. Assim, as pesquisas sobre esse tema configuram os reflexos do *status* que era e é conferida à educação do campo na sociedade brasileira, havendo ainda muito que ser estudado (2010, p. 28).

A falta de preocupação com essa educação, tão importante quanto o ensino nas zonas urbanas, também possui reflexos no meio acadêmico, na quantidade escassa de materiais produzidos a respeito deste tema. Sobre essa ausência de trabalhos acadêmicos que abordem a Educação Agrícola em nosso país, temos o seguinte quadro:

Atualmente, as pesquisas que abordam aspectos sobre a Educação Rural e o Ensino Agrícola vêm aumentando no Brasil, porém, muito há o que ser pesquisado. Apesar de haver, desde a virada do século XIX para o XX, discursos e práticas que refletem uma preocupação com a Educação Rural, voltada fundamentalmente para as camadas menos favorecidas da sociedade, ainda hoje os estudos acadêmicos pouco avançaram no sentido de fazer emergir sua história (VICENTE, 2010, p. 28).

É justamente essa ausência de estudos acadêmicos que constitui um fator importante para o desenvolvimento dessa pesquisa, que pode contribuir com o conhecimento sobre a história do Ensino Agrícola no Rio Grande do Sul através da história do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo. É importante trazer para o meio acadêmico o estudo sobre as instituições de ensino e, nesse caso, sobre uma instituição de Ensino Agrícola, a única desse tipo localizada no município de São Leopoldo.

Embasamento teórico-metodológico

Este projeto é embasado por leituras na área da História Social da Infância sobre o atendimento às crianças no século XX, além de leituras

sobre menores órfãos e abandonados e também sobre Patronatos e Aprendizados Agrícolas, importantes referências para que essa pesquisa possa ser desenvolvida. Uma vez que essa pesquisa está inserida no campo da História da Infância, torna-se importante compreender um pouco da trajetória do desenvolvimento dessa área em nossos estudos historiográficos. Em seu trabalho, Cardozo (2015) aponta que “A História da Criança, há pouco tempo, era considerada um recorte dentro da História da Família, mas, com o passar dos anos, foi se consolidando como um domínio, com relativa autonomia, dentro do campo acadêmico da História” (p. 20). É interessante perceber, tal como é destacado pelo autor, que somente nas últimas décadas a infância vêm recebendo um espaço próprio na historiografia, uma vez que anteriormente as pesquisas que abordavam temas sobre crianças e adolescentes estavam vinculadas ao âmbito da família.

Contudo, é importante nos questionarmos: de que maneira então poderiam ser abordadas e evidenciadas em nossa historiografia as crianças que não possuíam família? De mesmo modo que as mudanças ocorridas na década de 1980 proporcionaram mudanças de temáticas e abordagens nas pesquisas em história de modo geral, as consequências desse cenário de mudanças também podem ser percebidas em novas abordagens nas pesquisas sobre a infância em nosso país. Essas novas discussões que passam a ser suscitadas no âmbito da infância são destacadas por Marcílio (2006) em seu trabalho sobre a infância abandonada, no qual a autora afirma que:

A historiografia brasileira, até fins da década de 1980, pouco se ocupou da criança e mesmo da família. Foi a utilização dos recursos da Demografia Histórica, no Brasil, e da chamada “História Nova”, ambas valorizando as pesquisas sobre os excluídos sociais, que possibilitou a descoberta de realidades novas, inusitadas, na nossa paisagem social histórica (p.12).

São justamente esses novos recursos que possibilitam aos pesquisadores e pesquisadoras da historiografia brasileira trazer à tona esse grupo anteriormente marginalizado e que, até os dias de hoje, sofre com estigmas e preconceitos em nossa sociedade: as crianças órfãs, abandonadas e em

situações de vulnerabilidade social. Indivíduos que se encontram em realidades de extrema pobreza, violência, abandono, falta de moradia, precariedade de acesso a recursos de saúde e educação, enfim, crianças e adolescentes que se localizam, de uma maneira ou de outra, à margem de nossa sociedade.

No que se refere à disparidade existente na infância do século XX, temos aqui um elemento essencial no estudo sobre as instituições de atendimento à infância: a figura do *menor*. Neste projeto, já foi mencionado que o Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo teve importante papel no atendimento aos menores órfãos, bem como já foram mencionadas referências ao trabalho com esses menores no século XX. Contudo, é importante definir quem seriam esses menores. A respeito disso, podemos perceber que “Nas ruas, as crianças deixavam de ser crianças e se transformavam em menores, categoria jurídica socialmente construída” (KORNDÖRFER, 2016, p. 102).

Como é possível averiguar, esse termo faz referência a um grupo específico de crianças. Quando se fala em menor, não se refere a qualquer criança que habitava a nação, já que “Os menores eram os filhos dos pobres, não educados nos padrões de moralidade vigentes e, desta forma, passíveis de intervenção judiciária” (KORNDÖRFER, 2016, p. 102). É interessante perceber como esse conceito de menor permanece sendo usado atualmente, por muitas vezes ainda delimitando as diferenças existentes entre jovens de realidades e contextos distintos. Em seus estudos sobre a infância, Zanella (2016) reflete que:

Além de visivelmente socializada na época, a infância (desvalida, vadia, delinquente, entre outros tipos) também consolidou uma nova categoria social: o menor. Termo amplamente utilizado não apenas nos meios jurídicos, esse se foi incorporando ao vocabulário do brasileiro e, mesmo com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), ainda é utilizado pela população (p. 235).

A elaboração deste projeto faz uso também de leituras sobre a institucionalização de crianças no Brasil e as diversas instituições que serviram

ao propósito da educação, formação profissional e correção de crianças e adolescentes brasileiros. Nesse percurso, ocorre uma mudança em relação às instituições que atendem meninos e meninas órfãos e abandonados, trabalho inicialmente realizado por entidades vinculadas à Igreja Católica. Conforme apontado por Rizzini e Rizzini (2004, p. 26), “Os recolhimentos de órfãos e os colégios de órfãos do século XVIII surgiram de iniciativas de irmandades religiosas e de eclesiásticos”. É no século XIX que temos a mudança dessa forma de atendimento aos menores, que passa a ter sua responsabilidade atribuída ao Estado, sendo parte do processo de construção da nação idealizada nesse contexto histórico. Desse modo:

Questiona-se o domínio do ensino religioso em detrimento do ensino “útil a si e à Pátria”, embora o primeiro nunca tenha deixado de fazer parte dos programas das instituições públicas. Percebido como garantia de transmissão dos preceitos morais, dos bons hábitos e das noções de ordem e hierarquia, nunca se cogitou seriamente em excluí-lo dos asilos e das escolas oficiais (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 24).

Este projeto de pesquisa tem como objeto de estudo uma instituição de ensino que, antes de se tornar uma escola agrícola, foi uma instituição que abrigou e educou meninos órfãos e desvalidos, menores que não se encaixavam nos ideais de progresso do século XX e cuja existência motivou projetos do governo que buscavam agir nessa realidade. Sendo assim, é necessário se conhecer sobre a História da Infância no Brasil desse período, para se compreender a realidade das crianças e adolescentes que viveram nesse Patronato. Outro elemento que surgiu durante o trabalho de análise da documentação foram questões referentes ao âmbito da saúde, uma vez que grande parte das fichas dos menores que eram enviados à instituição eram provenientes do Departamento Estadual de Saúde. Além disso, também estão presentes nesses documentos diversas informações referentes à saúde física e mental desses indivíduos.

Em seu trabalho sobre as práticas de saúde e higiene nas escolas públicas gaúchas, Korndörfer aponta que “A educação neste período foi

largamente influenciada pelo discurso médico-higiênico, assim como o vocabulário pedagógico que foi disseminado na sociedade” (2016, p. 31), uma realidade que aponta diretamente para as medidas de caráter higienista que passam a ser empregadas em sala de aula. Sobre esse contexto, a autora também informa que “A educação deveria ser um preparatório para a vida profissional, qualificando e disciplinando trabalhadores, bem como deveria formar cidadãos obedientes e úteis à Pátria” (KORNDÖRFER, 2016, p. 75), mais uma vez confirmando a influência dos preceitos de saúde que imperavam em fins do século XIX e durante boa parte do século XX, de modo que “Através da educação higiênica, as crianças tornar-se iam adultos saudáveis e ‘adequados à ordem médica’” (KORNDÖRFER, 2016, p. 154).

Para além dos debates sobre assistência e regeneração da infância que permeiam a atuação dos patronatos, e que propiciam discussões muito importantes a respeito das ideias e métodos que foram empregados nessas instituições, essa pesquisa também propõe uma análise focada nos preceitos de higiene e saúde que foram uma parte importante do trabalho dos patronatos com os menores que foram atendidos por esses estabelecimentos. Analisando a influência da eugenia e de seus ideais que são pregados na sociedade brasileira, Vicente e Amaral constata que “Com a difusão deste discurso torna-se comum nas escolas o ensino das Ciências Sociais no ensino das disciplinas de Puericultura, Higiene do trabalho e Higiene Social” (2010, p. 126). Ainda sobre esse contexto, as autoras também nos informam que:

Além do investimento em boas construções do Patronato, também havia o investimento nas questões higiênicas e num padrão comportamental exigido pela sociedade e ideal para as crianças que entravam para a escola, tornando-as, assim, “úteis à sociedade” (VICENTE; AMARAL, 2010, p. 129).

Como podemos ver, os patronatos agrícolas também seguiram as normas e medidas de higiene que foram proferidas em prol da saúde da população e da construção de cidadãos saudáveis, higienizados e moralizados. Em seus estudos sobre o Patronato Agrícola Visconde da Graça em

Pelotas/RS, Vicente e Amaral apontam para os critérios de higienização que eram seguidos por essa instituição, alegando que “Para entrar no internato a primeira medida adotada era a vacinação de todos os alunos, isto constando na ficha escolar presente no acervo do PAVG” (2010, p. 127). Esse primeiro elemento já demonstra uma preocupação quanto à seleção das crianças que entrariam nesse estabelecimento, buscando garantir que esses menores teriam sido vacinados e, desse modo, imunes a possíveis doenças.

Esta pesquisa faz uso dos documentos que estão localizados no arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo referentes ao período de atuação do Patronato e do Aprendizado Agrícola, sendo eles: Relatórios Sociais, fichas individuais, boletins escolares, listas de frequência e os livros de matrículas do Patronato. Através desses documentos, se pretende analisar a atuação dessa instituição no atendimento a esses menores e a maneira como esse trabalho era realizado por meio do ensino agrícola e da educação pelo trabalho. A metodologia que será empregada consiste em uma análise quantitativa e qualitativa desses documentos. Os objetivos dessa pesquisa são:

Objetivo geral: Compreender e analisar a atuação do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo como uma instituição do século XX destinada ao atendimento de menores órfãos.

Objetivos Específicos: a) analisar o papel social desempenhado pelos Patronatos Agrícolas enquanto instituições que proporcionaram ensino a menores órfãos e desvalidos; b) realizar debates sobre o Ensino Agrícola no Rio Grande do Sul e contribuir como um trabalho acadêmico para essa trajetória, uma vez que há poucos trabalhos sobre essa temática; c) identificar as políticas e pensamentos do século XX que contribuíram para a criação e manutenção dos Patronatos e, por fim, d) conhecer a realidade dos meninos que estudaram nessa instituição durante o período que será estudado. Além disso, este projeto tem como objetivo também valorizar e preservar a memória da instituição.

O recorte temporal delimitado para essa pesquisa compreende o período entre 1944 e 1960, que é o período de funcionamento do Patronato e do Aprendizado Agrícola. Durante esse tempo, a instituição trabalhou na assistência de menores órfãos e desvalidos, tendo sido criada em 1944 e transformada em um Aprendizado Agrícola no ano de 1949, embora o estabelecimento tenha continuado a receber menores órfãos, abandonados e de famílias carentes, conforme pode ser identificado em documentos do período. No ano de 1960, a instituição foi transformada em uma escola técnica (que continua em funcionamento até hoje) e deixou de trabalhar com o sistema de assistência à infância, justificando assim a escolha desse recorte temporal.

A análise quantitativa dos documentos que serão trabalhados nos revelam dados importantes sobre os menores que ficaram internados na instituição, tais como idade, cor, local de origem, nível de instrução, motivo da internação e demais informações importantes que possibilitam realizar um estudo prosopográfico desse grupo e mapear o perfil dos indivíduos que eram enviados à instituição. A análise qualitativa, por sua vez, nos possibilita conhecer a realidade de diversos menores que ficaram internados nesse Patronato, observando e analisando a realidade em que esses meninos estavam inseridos, informações sobre sua saúde física e mental, como era sua vida dentro da instituição e seu comportamento e demais informações importantes. Desse modo, será possível analisar mais profundamente alguns casos que chamam atenção e relacionar a realidade desses indivíduos e o sistema de atendimento pelo qual eles passaram ao contexto de assistência à infância existente no resto do país durante o século XX.

Considerações finais

Na história de nosso país, o período compreendido entre o final do século XIX e início do século XX é marcado por diversas transformações, incluindo a abolição do regime escravista e pela proclamação do governo

republicano, eventos que irão influenciar diretamente nos rumos que são tomados a partir de então. Influenciado por movimentos e medidas que já eram adotadas em outros países, o novo governo passa a trabalhar em prol da criação de uma nação saudável, higienizada, moralizada e trabalhadora.

Dentro desse contexto de transformações, a assistência à infância também passa por uma reconfiguração em seu modelo e começa a ser influenciada também pelos movimentos e ideias que eram disseminadas nesse período. Nesse momento, as crianças brasileiras passam a ser alvo de diversos profissionais e especialistas, uma vez que as medidas que são adotadas em relação à população também são direcionadas à infância, criando assim um modelo no qual as crianças do nosso país deveriam se enquadrar. A partir disso, as crianças que não se encaixassem nesses novos moldes passam a constituir uma nova categoria e a ser denominadas como menores, passando então a serem alvo de políticas de intervenção por parte do Estado e encaminhadas a instituições de internato que surgem nesse período. Dentre esses estabelecimentos, vemos surgir os Patronatos Agrícolas, instituições caracterizadas pelo regime de internato e pelo ensino agrícola que irão abrigar e trabalhar com esses menores, buscando por meio do trabalho e da disciplina educar e regenerar essas crianças de acordo com os moldes do período.

Nas últimas décadas, as mudanças que ocorreram na historiografia proporcionaram diferentes abordagens relacionadas a grupos que antes não possuíam destaque nas pesquisas no âmbito da história. Dentro dessas transformações, surgem diversas pesquisas que se ocupam de analisar a infância brasileira, especialmente aquelas que abordam crianças marginalizadas, órfãs, abandonadas e em situação de vulnerabilidade social. Além disso, também ocorreu um grande aumento no número de trabalhos preocupados em evidenciar uma história da educação e de instituições escolares, proporcionando importantes análises sobre os diversos elementos que permeiam a realidade educacional ao longo da história de nosso país. Dentro dessa questão, cabe ressaltar também que existe uma carência de pesquisas que tratam sobre o ensino agrícola, uma vez que ainda não

existe um grande número de produções acadêmicas que abordem essa temática, fazendo assim com que essa pesquisa que vem sendo desenvolvida também possa contribuir para esse campo de estudo.

Em um trabalho de análise de documentos que podem ser encontrados no arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo, onde estão localizados os documentos referentes ao período do Patronato e do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo, podemos identificar, por meio das fichas individuais e boletins dos menores que ficaram internados nessa instituição, diversas informações relacionadas ao contexto socioeconômico em que esses meninos estavam inseridos, além de dados importantes sobre sua saúde física e mental, que evidenciam a influência das medidas higienistas que eram adotadas nos patronatos e também direcionadas às instituições de ensino em geral, além de ser possível perceber a atuação de uma instituição destinada ao atendimento de menores. Além disso, também podemos encontrar nesses documentos informações sobre o comportamento desses alunos e o convívio com outros menores da instituição, além de nos depararmos com orientações médicas e profissionais em relação ao encaminhamento que deveria ser dado ao menor em questão, um elemento que evidencia a atuação de diferentes profissionais em um sistema de atendimento à infância.

Por fim, é possível constatar que existem grandes possibilidades de pesquisas que podem ser realizadas na análise dos documentos dos menores internos do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, sendo possível analisar as medidas de controle da saúde e higiene que eram adotadas pela instituição e também analisando situações e casos mais específicos, além de compreender mais profundamente a vida dos menores dentro da instituição, buscando evidenciar o trabalho que era realizado com esses meninos e os padrões de comportamento e higiene que deveriam ser adotados por eles.

Referências

- BOEIRA, Daniel Alves. **Uma “solução” para a menoridade na Primeira República**: o caso do Patronato Agrícola de Anitápolis/SC (1918-1930). 2012. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/482/daniel_alves_boeira.pdf. Acesso em: 11 nov. 2019.
- CARDOZO, José Carlos da Silva. **“Como se fosse meu filho?”** As crianças e suas famílias no Juízo dos Órfãos de Porto Alegre (1860 – 1899). 2015. 337 f. Tese (Doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Escolas de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, 2015. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/4998/IOS%09+CARLOS+DA+SILVA+CARDOZO_.pdf;jsessionid=12A1FC209418B15D7A27E46F12AF875F?sequence=1 Acesso em: 07 dez. 2019.
- CARDOZO, José Carlos da Silva et al. **História das crianças no Brasil Meridional**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016, p. 14-37.
- DEL PRIORE, Mary (Org). **História das Crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- KORNDÖRFER, Ana Paula. **“É melhor prevenir do que curar”**: A higiene e a saúde nas escolas públicas gaúchas (1893 – 1928). São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.
- NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. A regeneração da infância pobre sergipana no início do século XX: o Patronato Agrícola de Sergipe e suas práticas educativas. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão/SE, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/handle/123456789/559> Acesso em: 13 nov. 2019.
- _____. Aprendizados e patronatos: um cotejo entre dois modelos de ensino agrícola das primeiras décadas do século XX (1911-1934). **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 2, p. 25-32 jan./jun. 2009. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/2201/1872>. Acesso em: 14 nov. 2019.

- PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das Crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil**: Percurso histórico e desafios do presente. São Paulo: Loyola, 2004.
- SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Criança e criminalidade no início do século. In: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das Crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- SCOTT, Ana Silvia Volpi. História da Infância, da juventude e da família: que caminhos percorrer?. In: CARDOZO, José Carlos da Silva et al. **História das crianças no Brasil Meridional**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016, p. 14-37.
- TISOTT, Ramon Victor. **Pequenos trabalhadores**. Infância e industrialização em Caxias do Sul (fim do séc. XIX e início do XX). Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo/RS, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3542>. Acesso em: 30 nov. 2019.
- VICENTE, Magda de Abreu. **O Patronato Agrícola Visconde da Graça em Pelotas/RS (1923-1934)**: gênese e práticas educativas. 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS, 2010. Disponível em: http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/123456789/1602/1/Magda_Abreu_Vicente_Dissertacao.pdf. Acesso em: 13 nov. 2019.
- _____.; AMARAL, Giana Lange do. Medidas higienistas adotadas no Patronato Agrícola Visconde da Graça (1923-34) -Pelotas/RS. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.37, p. 123-133, mar.2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639669/7237> Acesso em: 13 nov. 2019.
- ZANELLA, Ana Paula. A justiça frente aos delitos de menores em Porto Alegre (1927 -1933). In: CARDOZO, José Carlos da Silva et al. **História das crianças no Brasil Meridional**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016, p. 234-258.

Seção 03

Memórias e Acervos Pessoais

**Francisco Rodolfo Simch (1877-1937):
uma concepção de Vila Operária no projeto de Mineração
de Carvão em Viamão, no Rio Grande do Sul (1919)**

*Alice Marc*¹

Introdução

De acordo com Francisco Rodolfo Simch, “no Brasil, as principais jazidas carboníferas acham-se no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. No Paraná, em São Paulo e no Amazonas há também bons indícios” (SIMCH, 1907, p.175). Considerando esta característica, atualmente, o Rio Grande do Sul rediscute o tema da mineração carbonífera no estado.

Para ilustrar este contexto, dois exemplos recentes, de 2019, e com posicionamentos opostos sobre uma possível retomada da mineração do carvão são o Seminário Novos Aproveitamentos para o Carvão Mineral do RS e Tecnologias Inovadoras, promovido pela Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul (SERGS)² e a mobilização de moradores e ambientalistas contra a volta da mineração do carvão (GONZATTO, 2019).

Diante da contemporaneidade do assunto e da ausência de consenso sobre a eventual pertinência da exploração carbonífera gaúcha, o estudo das experiências precedentes da mineração no estado traz elementos de

¹ Mestre em Educação Profissional e Tecnológica - IFRS; Doutoranda em História - UNISINOS; alice.marc@terra.com.br

² Neste seminário, realizado em 14 de maio de 2019, em Porto Alegre, a Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul propôs debater a implantação do Polo Carboquímico Gaúcho, com a participação do Governador do estado do Rio Grande do Sul.

reflexão para fomentar a discussão em nossa sociedade. Nesse sentido, resalta-se a importância da preservação dos acervos históricos para o resgate de fontes de pesquisa como projetos científicos, relatórios do governo e jornais para o estudo dos fenômenos relacionados à história da mineração do carvão.

Destarte, este artigo fundamenta-se, sobretudo: i) no projeto de mineração de carvão em Viamão, de 1919³ pelo então Diretor do Serviço de Mineralogia e Geologia do Rio Grande do Sul, Francisco Rodolfo Simch; ii) na obra “Programa de Economia Social”, que expõe as concepções de mineração, desenvolvimento econômico e instrução profissional do autor Francisco Rodolfo Simch. No entanto, observa-se que:

(...) não há documento sem pergunta, nem pergunta sem projeto de explicação. É com relação à explicação que o documento constitui prova. Entretanto, o que a explicação/compreensão traz de novo, com relação ao tratamento documental do fato histórico diz respeito aos modos de encadeamento entre fatos documentados. (RICOEUR, p.231)

Sob tal perspectiva, o presente estudo apresenta a pergunta que acompanha o projeto de mineração de 1919, sobre a relação da educação com o cotidiano dos mineradores, na concepção de vila operária de Francisco Rodolfo Simch, bem como o “projeto de explicação” (Idem, Ibidem) sobre a forma de atuação deste intelectual e homem político gaúcho, no desenrolar dos fatos documentados sobre a mineração do carvão no estado, no início do século XX.

³ SIMCH, Francisco Rodolfo. Projeto de Instalação de um Poço de Extração de Carvão de Pedra no 1º Distrito de Viamão, 1919. Acervo Pessoal de Clélia Simch Marc, filha mais velha de Francisco Rodolfo Simch.



Figura SEQ Figura * ARABIC 1: Francisco Rodolfo Simch. Acervo pessoal de Clélia Simch Marc, filha mais velha de Francisco Rodolfo Simch.

Francisco Rodolfo Simch, Diretor do Serviço de Mineralogia e Geologia do Rio Grande do Sul

O primeiro contato de Francisco Rodolfo Simch com a mineração iniciou no âmbito familiar, através de seu pai, Franz Joseph Simch, ou Francisco José Simch, formado agrimensor na Boêmia, Império Austro-húngaro, na atual República Tcheca⁴. Francisco José desempenhou importante papel profissional na trajetória do filho Francisco Rodolfo, tanto que pai e filho atuaram juntos na exploração do carvão gaúcho.



Figura SEQ Figura * ARABIC 2: Francisco Rodolfo Simch (lado esquerdo da foto) e seu pai Francisco José Simch (lado direito). Minas de carvão de Gravataí. Acervo pessoal de Maria Teresa Simch de Castro, neta de Francisco Rodolfo Simch.

⁴ O passaporte de Franz Joseph Simch indica a formação profissional de seu titular ao chegar no Brasil. Acervo pessoal de Francisco Pedro Bopp Simch, neto de Francisco Rodolfo Simch.

Francisco Rodolfo Simch nasceu em 1877, em Vila Teresa, atual município de Vera Cruz, no Rio Grande do Sul e faleceu em 1937, em Porto Alegre. Formou-se em Engenharia de Minas na Escola de Minas de Ouro Preto, Minas Gerais, e em Direito, na primeira turma da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, em 1907. Participou da fundação de instituições de ensino e pesquisa gaúchas, como a Escola de Comércio de Porto Alegre, em 1909, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), em 1920 (MARC In: QUEVEDO et al (Orgs.), 2019, p.172), e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 1934 (JOÃO; CLEMENTE, 1995, p.39). Foi Desembargador, Catedrático de Economia Social da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre e dirigiu instituições como o Museu Júlio de Castilhos e o Arquivo Público do estado do Rio Grande do Sul (MARC In: RAHMEIER et al [Orgs.], 2019, p.18-22).

Junto ao governo gaúcho, Francisco Rodolfo Simch foi Diretor do Porto de Porto Alegre e Secretário de Obras Públicas, mas interessa particularmente ao presente estudo sua atuação como Diretor do Serviço de Mineralogia e Geologia do Rio Grande do Sul, no princípio do século XX. De acordo com Francisco Rodolfo Simch, período em que planejou, prospectou a possibilidade de extração de carvão em Gravataí e em Viamão, tendo como um dos seus funcionários seu pai, o agrimensor Francisco José Simch.



Figura SEQ Figura * ARABIC 4: Minas de carvão de Gravataí. Acervo pessoal de Maria Teresa Simch de Castro, neta de Francisco Rodolfo Simch



Figura SEQ Figura * ARABIC 3: Minas de carvão de Gravataí. Acervo pessoal de Maria Teresa Simch de Castro, neta de Francisco Rodolfo Simch

Neste contexto, e com a justificativa de trazer novas perspectivas para o debate sobre a mineração do carvão, o artigo procura identificar no projeto de mineração de Viamão - redigido pelo Engenheiro de Minas Francisco Rodolfo Simch - qual era seu conceito de vila operária, com ênfase no aspecto da educação dos mineiros e de suas famílias.

Os fenômenos concretos do trabalho

A fenomenologia assubjetiva de Jan Patočka traz o conceito de mundo natural a partir do mundo da vida, *Lebenswelt*, que possibilita analisar o “homem nos fenômenos concretos do trabalho, da produção, da ação e da criação”, nos termos de Paul Ricoeur, em seu Prefácio à obra *Essais Hérétiques sur la Philosophie de l’Histoire*, de Patočka (PATOČKA, 1990, p.11).

Sendo assim, ao analisar tais fenômenos,

Distinguimos três movimentos fundamentais da vida humana, sendo que cada um deles possui sua forma original, seu sentido (temático ou atemático), sua temporalidade própria, indicada pela dimensão do tempo que nele predomina: o movimento de aceitação, o movimento de defesa e o movimento da verdade. (PATOČKA, 1990, p.61)

Estes movimentos são o movimento de aceitação, o movimento de defesa e o movimento da verdade (PATOČKA, 1990, p.61). O movimento de aceitação refere-se à “necessidade do homem de ser introduzido e recebido no mundo” (Idem, Ibidem), enquanto o movimento de defesa “é necessariamente correlativo do primeiro. Só podemos aceitar o outro ao sacrificarmos a nós mesmos, satisfazendo às suas necessidades tanto quanto às nossas, ao trabalhar” (Idem, p.62). Por fim, o movimento da verdade subordina-se aos dois outros movimentos, e “se expressa na diferença entre o sobrenatural e o natural, o divino e o empírico” (Idem, Ibidem). Além disso, observa-se que, “enquanto movimento, o sujeito é indistintamente sujeito para o mundo e sujeito no mundo” (BARBARAS, 2007, p.69).

No caso de Francisco Rodolfo Simch, nos termos de Patočka (1990), o projeto de mineração em Viamão enquadra-se em um movimento de luta, de prolongamento de si mesmo ou de defesa através do trabalho, em uma etapa subsequente à aceitação dos outros e pelos outros nas comunidades em que viveu, no contexto familiar, acadêmico e no início da trajetória profissional.



Figura SEQ Figura * ARABIC 5: Francisco Rodolfo Simch nas minas de carvão. Acervo pessoal de Clélia Simch Marc, filha mais velha de Francisco Rodolfo Simch

Isto posto, observa-se que o referido projeto de mineração do carvão em Viamão, proposto em 1919, sucedeu de uma fase de pelo menos dois anos de estudo geológico da viabilidade da exploração carbonífera e prospecção, almejando uma exploração em escala comercial, em nome do estado do Rio Grande do Sul.

Estrutura da vila operária

O projeto de mineração em Viamão corresponde à instalação de um poço, como a primeira das modalidades extrativas descritas por Simch:

Há modalidades interessantes nesta espécie de indústria extrativa, dependentes do sítio de onde se retiram os minerais:

- 1) Há trabalhos subterrâneos quando as substâncias são retiradas de *dentro* do solo, sendo necessário fazerem-se especiais instalações de acesso – ora verticais ou quase verticais – os *poços de mina*, providos de elevadores; ou horizontais ou inclinados – as *galerias* ou *túneis*; (...) (SIMCH, 1931, p.368)

A atividade mineradora, de forma geral, trazia o conceito de vila operária como uma instalação prevista para os mineiros e suas famílias, bem como para os demais funcionários envolvidos na mineração, devendo proporcionar, por conseguinte, condições de educação, higiene e habitação para estas pessoas.

De forma ampla, o termo “vila operária” está presente em diversos idiomas, e também em outros contextos produtivos:



Figura SEQ Figura * ARABIC 6: Família de Francisco Rodolfo Simch em casa próxima às minas de Gravataí. Da esquerda para a direita: Clélia Simch Marc (filha mais velha), Francisco Rodolfo Simch com o filho mais novo, Léo Nunan Simch, em seu colo, Francisco José Simch Jr. (filho) e Alice Brandão Nunan Simch (esposa)

No Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, difundiu-se largamente a prática da construção, por empresas, de moradias para seus operários em cidades ou em localidades rurais. Tal prática deu origem a comunidades habitadas principalmente por empregados de uma única companhia que possuía parte substancial do mercado imobiliário e das casas e, com frequência, também detinha o controle sobre os equipamentos e serviços coletivos. No território nacional, esses assentamentos estavam ligados sobretudo a indústrias têxteis, de papel, empresas de mineração, usinas de açúcar e frigoríficos. Nas referências internacionais, esses lugares surgem com várias designações, como *company town*, *industrial village*, *cité ouvrière* e *cottage system*. (CORREIA, 2001, p.83)

O projeto formulado por Francisco Rodolfo Simch, especificamente, descreve a vila operária para a mineração do carvão em poço, com os seguintes títulos: traços característicos; aspecto de higiene preventiva: ancilostomíase e verminose; águas, esgotos; hospital e assistência e armazém: cooperativas e concorrência; escolas: regime diurno, aulas noturnas; artes e ofícios e policiamento.

Educação e saúde na vila operária

A saúde é abordada tanto em seu aspecto preventivo quanto assistencial, no referido projeto. Desse modo, Simch salienta a importância de construir instalações projetadas com material e dimensões adequados para evitar a disseminação de doenças comuns em coletividades. De outra parte, o engenheiro enfatiza a necessidade da existência de atendimento emergencial para os funcionários, principalmente nos casos de acidentes nas minas, com a criação de hospital e pronto socorro⁵.

Dessa forma, a saúde é importante no projeto de vila operária, sendo abordada sob os aspectos das condições de higiene, como prevenção do risco de epidemias. Considerando a probabilidade, ainda assim, destas epidemias, foi prevista a criação de grupo de isolamento, para evitar a propagação de doenças para os indivíduos sadios. Ainda sob um prisma preventivo, o projeto de Simch previu o serviço de esgotos, o serviço de águas e a boa aeração dos ambientes de convivência.

No tocante à educação, o Diretor da mina de carvão de Gravataí, ao projetar a mina de Viamão, defendeu a importância das classes de alfabetização e estudos primários para as crianças e demais familiares dos mineiros, e, inclusive, para os próprios funcionários, quando necessário, como um dever cívico de possibilitar o progresso e o desenvolvimento destas pessoas. Neste nível de ensino, as crianças em idade escolar teriam aulas diurnas, enquanto os adultos teriam aulas noturnas⁶.

Já para aqueles que já detivessem os conhecimentos fundamentais pertinentes à educação primária, seria oferecida a educação profissional, por meio das artes e ofícios. Simch observou o alto grau de analfabetismo dos mineiros, principalmente dos brasileiros, de modo que as funções de

⁵ SIMCH, Francisco Rodolfo. Projecto de instalação de um poço para extracção de carvão de pedra no 1º Districto de Viamão. Porto Alegre, 1919. Acervo de Clélia Simch Marc, filha mais velha de Francisco Rodolfo Simch. O projeto tratava, entre outros aspectos, da saúde na vila operária.

⁶ SIMCH, Francisco Rodolfo. Projecto de instalação de um poço para extracção de carvão de pedra no 1º Districto de Viamão. Porto Alegre, 1919. Acervo de Clélia Simch Marc, filha mais velha de Francisco Rodolfo Simch. A questão da educação na vila operária de mineração de carvão também fazia parte do referido projeto, pensando nos mineradores e nos seus familiares.

capataz, feitor e vigia eram comumente destinadas aos estrangeiros, detentores do grau de instrução primário. Levando-se estas circunstâncias em consideração, a alfabetização dos mineiros e de seus filhos constituiria uma vantagem para o país, com o aumento das forças produtoras e o desenvolvimento da capacidade nacional de trabalho.

Francisco Rodolfo Simch e a instrução profissional: influência germânica e francesa

Estas concepções de educação primária e profissional buscavam atender a uma grande quantidade de pessoas com idade e grau de instrução variados, com necessidades distintas de educação. Seus fundamentos já estavam presentes em seu livro Programa de Economia Social, cuja primeira edição data de 1912. Trata-se da publicação das aulas que Francisco Rodolfo Simch ministrava na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, com a respectiva bibliografia, fundamentalmente alemã.

Assim, ao analisar o capítulo sobre a instrução profissional, nesta obra, Simch relata a necessidade de formação de operários qualificados no Brasil, lamentando a supressão das corporações de ofícios para a regulamentação das profissões:

Neste sentido, as antigas corporações de ofícios prestavam serviços relevantes pois não só limitavam o número de aprendizes para cada mestre, e o número de oficinas, como eram igualmente muito rigorosas com o acabamento de todas as obras que lhes eram cometidas. (...) A decadência e final supressão destas corporações, sua substituição pelas relações puramente contratuais entre operários e patrões fizeram desaparecer todos os defeitos inerentes àquelas, sem, contudo, dar margem a todas as vantagens que se esperavam destas. Os mestres não têm mais responsabilidades, como outrora, pelo tempo gasto na aprendizagem, não respondem pelas habilitações do aprendiz, enxergando nestes apenas operários baratos para os aspectos mais grosseiros de sua atividade; por seu turno isso os leva, seguidamente, a explorar o aprendiz por qualquer forma que seja possível (SIMCH, 1931, p.312-313)

À vista disso, a possibilidade de um aluno se tornar mestre ou oficial de ofício dependia da habilidade e das qualidades do mestre que o havia orientado. Caso o aluno tivesse tido a oportunidade de aprender com um mestre competente, teria, provavelmente, a possibilidade de ascender profissionalmente. No entanto, a competência e a habilidade do mestre não eram asseguradas pelo sistema educacional (SIMCH, 1931, p.313).

Em contraponto ao caso brasileiro, Simch fez referência ao sistema de educação profissional alemão e ao “compêndio de política econômica de van der Borgh” (Idem, *Ibidem*), professor da Universidade Técnica de Aachen. Assim, no caso da Alemanha havia regulamentação para garantir a competência do mestre, como mecanismo de assegurar a qualidade do ensino ao aprendiz. No caso alemão, portanto, o mestre deveria estar no uso e gozo dos direitos civis e políticos, ter, no mínimo, 24 anos de idade, ter sido aprovado em exame avaliado por um oficial de ofício com mínimo de 5 anos de exercício profissional nesta função ou como mestre/contramestre de fábrica do mesmo setor. Todos estes requisitos garantiam ao aprendiz a qualidade de sua formação profissional. Além disso, a instrução profissional alemã previa obrigações tanto para o mestre quanto para o aprendiz (SIMCH, 1931, p.313).

A familiaridade com o referencial alemão como fonte bibliográfica deve-se, em parte, ao *habitus* familiar de Francisco Rodolfo Simch, nascido em uma comunidade germânica na região de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, filho de pai oriundo da Boêmia germânica e de mãe alemã. Nestas circunstâncias, a experiência da mineração do carvão com o pai foi um dos “condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência” (BOURDIEU, 1980, p.88), “reproduzindo, assim, um mesmo *habitus*, em diversos suportes e comportamentos” (MARC, 2019, p.30).

De outro ponto de vista, a concepção de educação profissional projetada por Francisco Rodolfo Simch para a vila operária em Viamão parece sofrer influência também da sua própria formação, na Escola de Minas de Ouro Preto, inaugurada em 1876 e dirigida inicialmente pelo francês

Claude-Henri Gorceix, contando com corpo docente da *École Polytechnique* e da *École des Mines de Paris*, na França, em grande parte (ROYER, 2012, p.18-19). De fato, naquela instituição, a fundamentação teórica alia-se à prática e o ensino era gratuito, com concurso de admissão (MARC, 2019, p.30). Logo, em sua própria experiência de formação profissional, Francisco Rodolfo Simch foi provavelmente influenciado pelo “espírito de Gorceix”: “ênfase na criatividade e na pesquisa”, “tempo integral para professores e alunos”, “ensino individualizado” e “preocupação com a realidade brasileira” (CARVALHO, 2010, p.83-85).

Considerações finais

A mineração do carvão no início do século XX abrangia variados aspectos além da técnica de exploração em si, pois envolvia uma ampla comunidade, composta por mineradores, engenheiros, técnicos e suas famílias. Neste contexto, o projeto de mineração em Viamão de Francisco Rodolfo Simch, em 1919, considerou a construção de uma vila operária como uma estrutura que pudesse garantir a convivência da coletividade, considerando toda sua complexidade, para concretizar seu desejo de desenvolvimento econômico e social do estado, tão presente em sua obra “Programa de Economia Social”, reeditada na década de 1930.

Os conceitos de Francisco Rodolfo Simch relacionados à educação na vila operária de mineração no Rio Grande do Sul demonstraram-se influenciados pela experiência familiar germânica e pelas referências aos princípios de educação profissional da Universidade Técnica de Aachen, na Alemanha, e da Escola de Minas de Paris, na França. Com este enfoque, a concepção de vila operária das minas de carvão de Viamão buscava valorizar a educação primária e profissional de qualidade, em turnos adequados à faixa etária do aluno.

Por outro lado, o projeto de vila operária de Francisco Rodolfo Simch oportunizou expor ao secretário de estado, destinatário da proposta, a preocupação política com o desperpício do operário brasileiro, bem como

salientar a estreita relação entre higiene e saúde com a educação para proporcionar condições adequadas para as aprendizagens e para o trabalho. Tais preocupações estão também presentes em sua produção científica, ao defender a necessidade de regulamentação das artes e ofícios com instrumento de garantia da qualidade do ensino profissional.

A compreensão deste projeto específico de vila operária possibilita compreender a variedade de interesses econômicos e sociais vinculados às indústrias extrativas, de modo geral, cumprindo o propósito inicial deste estudo de instigar a reflexão sobre as condições em que se daria uma eventual extração de carvão no Rio Grande do Sul, atualmente. Efetivamente, a forma como se projeta e denomina o local de moradia dos mineiros, técnicos e suas famílias “reflete os profundos impactos da velocidade das mudanças no mundo industrial sobre os assentamentos criados por empresas para abrigar seus operários, técnicos e gerentes” (CORREIA, 2001, p.95).

Outrossim, “a memória, de cuja fonte se extrai a história que, por sua vez, a alimenta, busca resgatar o passado somente para servir ao presente e ao futuro” (LE GOFF, 1988, p.177). Nesse sentido,

Recuperar a história desses núcleos no Brasil é, sob muitos aspectos, entender o sentido das rápidas transformações de sua configuração espacial. Transformações que podem significar, muitas vezes, seu total desaparecimento após poucas décadas de existência e que exigem, por outro lado, o recurso contínuo a novas designações capazes de definir e precisar cada uma das formas novas assumidas por esses lugares. (CORREIA, 2001, p.95-96)

Em conclusão, ao evidenciar a complexidade da concepção de Francisco Rodolfo Simch de vila operária para a mineração do carvão no estado, em 1919, bem como o relevo da educação e da saúde como fatores fundamentais e interligados para o desenvolvimento econômico, o presente estudo questiona de que maneira estes dois tópicos essenciais – educação e saúde – estariam presentes no debate contemporâneo sobre um eventual retorno da mineração no estado.

Com efeito, além de discutir temas extremamente importantes como a defesa do meio ambiente e a priorização de recursos renováveis, conclui-se que é essencial assegurar, em qualquer projeto de desenvolvimento econômico, as condições e as possibilidades de desenvolvimento humano para todas as pessoas envolvidas nas atividades de trabalho, incluindo as famílias dos trabalhadores e a comunidade em geral.

Referências

BARBARAS, Renaud. **Le mouvement de l'existence** : études sur la phénoménologie de Jan Patočka. Chatou : Les Éditions de la Transparence, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Le sens pratique**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.

CARVALHO, José Murilo de. **A Escola de Minas de Ouro Preto** : o peso da glória. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

CORREIA, Telma de Barros. De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** n^o4, maio de 2001, p.83-98.

GONZATTO, Marcelo. Ambientalistas e empresa discordam sobre riscos para instalação da maior mina de carvão do Brasil no RS. **Zero Hora**. Porto Alegre, 27/03/2019. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/03/ambientalistas-e-empresa-discordam-sobre-riscos-para-instalacao-da-maior-mina-de-carvao-do-brasil-no-rs-cjrttqhlaooxso1pnfy8rhzpu.html>>. Acesso em 27/03/2019.

JOÃO, Faustino; CLEMENTE, Elvo. **História da PUCRS**. Porto Alegre : EdiPUCRS, 1995.

LE GOFF, Jacques. **Histoire et mémoire**. Paris : Éditions Gallimard, 1988.

MARC, Alice. Memórias transnacionais na concepção de educação profissional e tecnológica de Francisco Rodolfo Simch. In: RAHMEIER, Andrea Helena Petry et al (Orgs.). **Mi-grações, educação e desenvolvimento**. Vol. 1. Porto Alegre: Ed. Fi, 2019, p.17-29.

MARC, Alice. **Movimento da existência de Francisco Rodolfo Simch**. Lugares de memória: entre os documentos do acervo familiar e a Escola de Comércio de Porto Alegre.

Dissertação de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ProfEPT, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, IFRS. 2019.

MARC, Alice. Trajetória social do engenheiro de minas Francisco Rodolfo Simch: memória do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, IHGRGS. In: QUEVEDO, Éverton Reis et al (Orgs.). **Anais do I Colóquio de Pesquisa do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<https://www.ihgrgs.org.br/ebooks/Ebook%20-%20Anais%20I%20Coloquio%20de%20Pesquisa%20do%20IHGRGS.pdf>>. Acesso em 20/04/2019, p.171-185.

PATOČKA, Jan. **Essais hérétiques sur la phénoménologie de l'histoire**. Lagrasse : Éditions Verdier, 1990.

RICOEUR, Paul. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris : Éditions du Seuil, 2000.

ROYER, Guy. **Claude Henri-Gorceix** : du Brésil à Bujaleuf, une œuvre généreuse. Bujaleuf : CAT Eymoutiers, 2012.

SIMCH, Francisco Rodolfo. **Mineralogia e Geologia**: noções elementares. Adaptadas aos programas dos institutos de ensino secundário e aos dos exames de admissão à Escola de Minas de Ouro Preto. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1907.

SIMCH, Francisco Rodolfo. **Programa de Economia Social**: economia pura e política econômica. Resumo das lições professadas na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. 2ª edição. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1931.

**“Com a finalidade de preservar para as gerações vindouras”:
origem, formação e materialidades do acervo Benno Mentz**

Rosângela Cristina Ribeiro Ramos¹

O objetivo deste trabalho é apresentar alguns aspectos do Acervo Benno Mentz (ABM), atualmente localizado no DELFOS, o qual se situa na Biblioteca Central da PUCRS. Serão apresentados alguns dados sobre a formação e fases pelas quais o acervo passou, desde o começo do século XX. Este acervo surgiu a partir da iniciativa da família Mentz e seu desenvolvimento se relaciona diretamente à biografia de Benno Mentz (1896-1954), um empresário teuto-brasileiro, que se dedicou a reunir material e informações sobre a colonização alemã no Brasil e aos estudos genealógicos. Também é necessário fazer observações em relação aos tipos documentais e às diferentes materialidades que estão no ABM. Em termos gerais, são milhares de fontes, dentre as quais: jornais, almanaques, cartas, fichas genealógicas, filmes, mapas e fotografias e etc. Existem algumas temáticas que se sobressaem, devido à quantidade de documentação disponível, como por exemplo, das empresas que constituíam o grupo Mentz, questões particulares da família, materiais de comunidades religiosas, escolas, sociedades recreativas ou associações. É importante ressaltar que parte do acervo se encontra disponível à pesquisa e apesar de sua nomenclatura e localização terem se alterado ou que sua organização ainda não

¹ Pesquisadora no Acervo Benno Mentz (DELFOS/PUCRS). Mestre em História e Graduada em Museologia-UFRGS; Bolsista PIBIC/UFRGS; rosangelaramos.historia@gmail.com

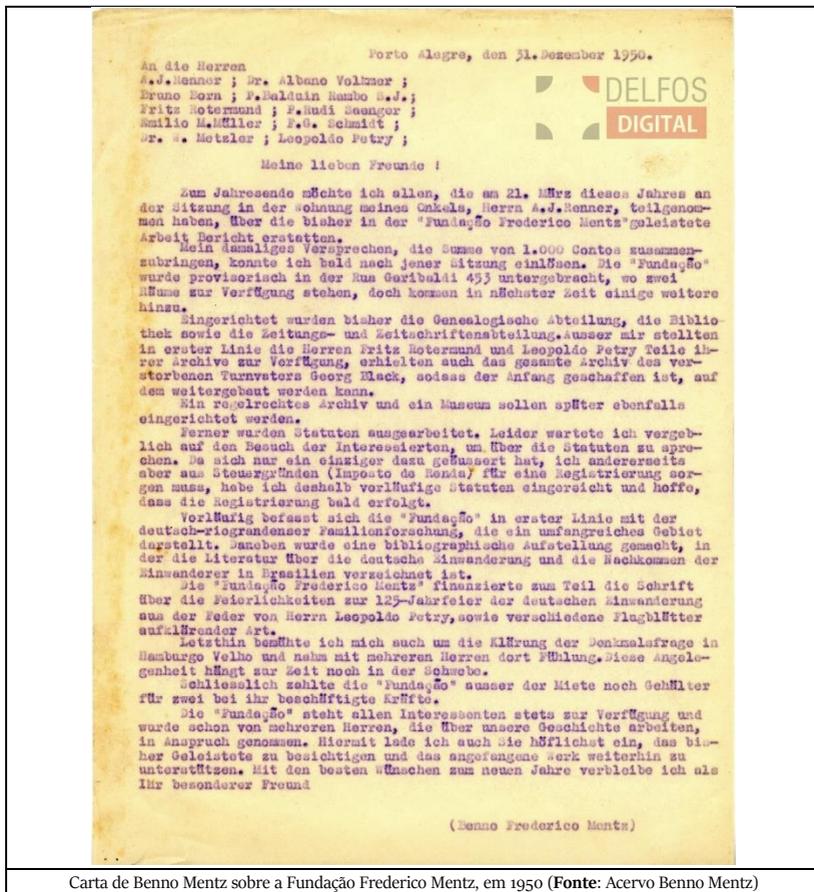
tenha sido concluída, os objetivos de preservar o patrimônio e a memória, além de possibilitar o acesso à pesquisa permanecem.

A partir de análise nas fontes do ABM, se pode afirmar que o início de sua formação, foi na virada do século XIX, quando Frederico Mentz (pai de Benno) já colecionava jornais, porém, a busca e organização sistemáticas ocorreram sob o respaldo de Benno Mentz, quando ele passou a utilizar o espaço particular e das empresas para angariar e guardar os materiais sobre diversos temas, tais como genealogia, imigração, cinema, literatura e etc.

Em relação à própria constituição do ABM, defendi dissertação intitulada *Benno Mentz: Um acervo, uma trajetória, múltiplas fontes e suas possibilidades*, em 2015. Naquela ocasião, a partir das fontes do ABM, busquei narrar parte da história do acervo, ao entendê-lo como um objeto de pesquisa, de relevante importância, à medida que também se trata de uma construção sociocultural. Além de, em menor escala, ter apresentado dados sobre a biografia² do próprio Benno Mentz.

Até aquele momento as fontes possibilitavam pensar que o início da formação do corpus documental estava ligado à fundação da Fundação Frederico Mentz (FFM) em 1931. (RAMOS, 2015) Entretanto, a partir da organização da correspondência particular de Benno Mentz se sabe que anteriormente a esta data, já havia sido estruturado por ele, o *Verein für Familien Forschung* ou Sociedade de Pesquisas Genealógicas, certamente na década de 1920. Nas correspondências aparecem ambos os nomes, sempre aos cuidados de Benno Mentz. Neste mesmo material, existem indícios sobre pesquisadores e a troca de informações com arquivos brasileiros e estrangeiros.

² Atualmente ao retomar a organização do material, foram obtidos novos dados que permitem esclarecer mais aspectos da vida de Benno Mentz, sua família, amigos e associados.



Carta de Benno Mentz sobre a Fundação Frederico Mentz, em 1950 (Fonte: Acervo Benno Mentz)

Certamente este texto não dará conta de ilustrar a quantidade e diversidade do ABM, porém a proposta é fazer sua divulgação aos pesquisadores e prestar alguns esclarecimentos. O ABM ainda está em organização, mas grosso modo, pode ser dividido em grandes conjuntos³, tal como imprensa com jornais e almanaques, correspondências com mais de 4.000 itens, biblioteca, fotografias, dentre outros suportes, a citar: filmes, pinturas, cartazes, partituras e etc. Encontram-se documentos de várias empresas, principalmente as que estavam ligadas à família Mentz.

³ Termo utilizado na área da Documentação Museológica.

Também existem alguns fundos dentro do acervo, anteriormente à chegada dele no DELFOS, e cuja sequência foi mantida.

- Fundo Jacob Aloys Friedrichs (JAF)
- Fundo Sociedade Leopoldina
- Fundo Theatro São Pedro
- Fundo Socorro à Europa Faminta (em organização)

Atualmente, se pode dizer que o ABM se encontra dividido em duas partes: a que está acessível aos pesquisadores, armazenada no DELFOS, enquanto a outra se encontra em outro espaço da Biblioteca Central Irmão José Otão, em processo de seleção e classificação, porém recebendo cuidado de emergência, como, por exemplo, a retirada de grampos, tachas e outros adereços que oxidam e aceleram o processo de degradação dos materiais.

Assim que os materiais chegam ao DELFOS, se inicia sua organização e registro em um catálogo geral, continuamente atualizado. Cabe ressaltar que nenhum dos materiais foi catalogado no sistema ALEPH, da Biblioteca Central da PUCRS. Contudo, a documentação está minimamente organizada de modo a ser consultada⁴. Desde 2017, a documentação que pertence às correspondências está sendo organizada e parte já foi digitalizada e disponibilizada *online* na plataforma *Zotero*.

Sobre os tipos de suportes, há inúmeros exemplos da documentação produzida tanto pela família, como pelas empresas. Cartas, fotografias, documentos de trabalho, registros de viagens, diários, diplomas, comprovantes, recibos, papéis avulsos, plantas urbanísticas, atas, livros contábeis, fichas com informações detalhadas sobre os empregados. Os materiais iconográficos e fonográficos foram o agrupamento que mais se degradou ao longo do tempo devida à sua própria fragilidade, além de condições de conservação inadequadas.

O grupo mais consultado, certamente é a Imprensa com jornais, revistas e almanaques. Apenas a coleção de jornais encadernados soma

⁴ Para tal é preciso entrar em contato através do e-mail: benno.mentz@gmail.com.

trinta e quatro títulos diferentes, abrangendo, principalmente, a produção em língua alemã publicada no Rio Grande do Sul, da década de 1860 até o início da década de 1940. Existem coleções que extrapolam este recorte temporal, como o *Brasil Post* e o *e Deutsche Nachrichten*, publicados após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Além de jornais em língua portuguesa de alguma forma ligados ao tema colonização alemã, como *Gazeta do Sul*, de Santa Cruz do Sul e jornais eclesiásticos e de associações diversas. De qualquer forma, se destacam as coleções do *Deutsche Zeitung (1861-1917)*, o *Koseritz' Deutsche Zeitung (1885-1906)* e o *Neue Deutsche Zeitung (1906-1941)*. Existem também jornais operários e partidários, estando os jornais integralistas com coleções *menos* incompletas. Há um conjunto de jornais não encadernados (uma significativa parcela se encontra bastante danificada), cujo número de títulos e exemplares ainda não foi totalmente estimado, pois muitos se encontram empacotados ainda. Aliás, se sabe que o acondicionamento em papel *Kraft* (pardo) é inadequado, porém ainda não se obteve recursos para a obtenção de mão de obra ou dos materiais que vão ao encontro das normas da Conservação Preventiva⁵.



Primeira etapa da organização da imprensa. (Fonte: registro da autora, 2010)

⁵ A Conservação Preventiva é uma área de estudo da Museologia que busca compreender fenômenos e desacelerar o processo de degradação dos bens culturais.

A biblioteca do Acervo Benno Mentz é composta de mais de 4.000 títulos. Cerca de 70% dos livros são obras em língua alemã. Em torno de 1.100 títulos, considerados de maior interesse para os pesquisadores se encontram registrados e organizados em fichas, em ordem alfabética por sobrenome do autor e, na falta deste dado, por título da obra. Mesmo que este conjunto já esteja à disposição dos pesquisadores, a sua consulta se dificulta pela inexistência de uma classificação por assunto, carecendo assim da orientação de um bibliotecário.



Fragmento da biblioteca do acervo. (Fonte: registro da autora, 2015)

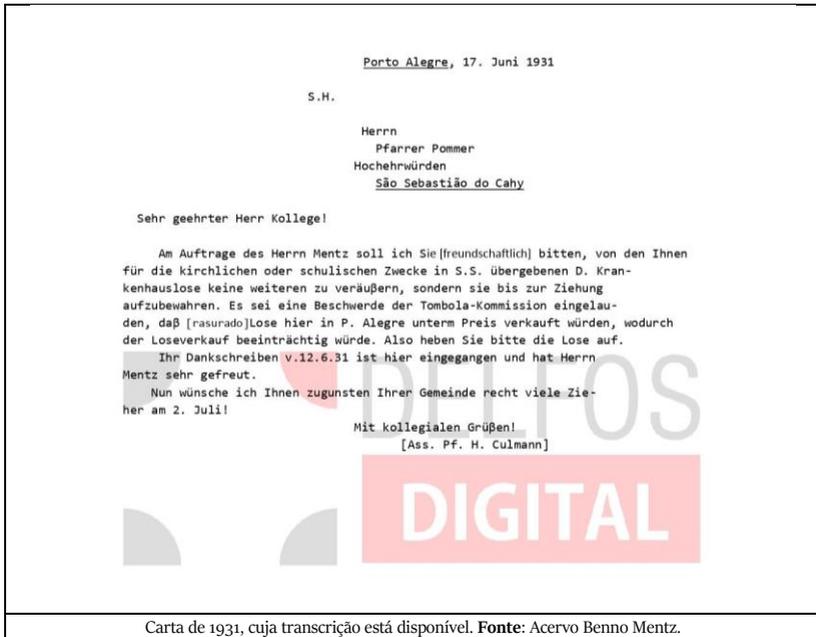
O arquivo genealógico do Acervo Benno Mentz é formado pelo fichário genealógico e por uma pequena biblioteca de apoio. O conjunto apresenta cerca de 25.000 fichas com informações sobre as famílias alemãs (e seus descendentes) que se estabeleceram no Rio Grande do Sul a partir do século XIX. Os documentos estão guardados em aproximadamente uma centena de caixas e no último ano também passaram a ser buscados com a criação de uma página no *Facebook* para sua divulgação entre a comunidade.

Quanto às fotografias, é possível afirmar que apenas uma pequena parcela ficou inutilizável devido às circunstâncias de acondicionamento.

Aliás, este tipo de material é abundante e trata dos mais variados segmentos - paisagens, cidades, os colonos, indígenas, personalidades públicas e abrange até o cinema da década de 1990. Sua organização se revela dificultosa, ao passo que muitas não possuem referências ou dados que as discriminem, contudo uma parte já foi minimamente organizada.



Como dito anteriormente, as correspondências estão em processo de organização, mas uma parte já está disponível na rede. Ao final do texto, se encontra o link do endereço eletrônico para consulta. Até o momento, são milhares de cartas e afins, separados em categorias. A maioria deste material está em idioma alemão, especialmente as que foram trocadas entre os membros da família. São mais abundantes entre as décadas de 1920 e 1940, e, em geral, sua caligrafia é bem legível, além do que, algumas são datilografadas. Alguns destes materiais já foram transcritos, como no exemplo abaixo:



Na atual etapa do projeto de organização da correspondência e afins, a parte que foi digitalizada e ou transcrita se encontra na plataforma *Zotero*⁶. Se trata de um gerenciador que permite acesso *online* e sem custos. Uma vez dentro da página do ABM, é possível verificar a existência de pasta e subpastas ou coleções, totalizando mais de 3.400 (três mil e quatrocentos) itens até o momento.

As coleções: IBM/FFM/VFF/SPG; NEGÓCIOS/FIRMAS; PESSOAL/FAMILIARES; THEATRO SÃO PEDRO e TRANSCRIÇÕES. A IBM/FFM/VFF/SPG se destina aos documentos relacionados à história do ABM. Em NEGÓCIOS/FIRMAS ficarão os materiais que remetem às empresas do grupo Mentz e associados. PESSOAL/FAMILIARES incluirá as correspondências entre Benno Mentz e seus parentes ou destes entre si. O THEATRO SÃO PEDRO possui o material que já pertencia ao fundo de mesmo nome. Já a pasta TRANSCRIÇÕES tem como objetivo facilitar

⁶ O endereço desta página é <https://www.zotero.org/abmorg/items/>

a busca, pois nela serão adicionados todos os itens, conforme forem transcritos.

Alguns dos outros materiais, vão desde itens singulares – sem outros de mesma tipologia – até curiosidades, como a máscara mortuária de Frederico Mentz. Em alguns casos, se trata de materiais sem possibilidade de acesso, como os filmes que necessitam de restauração e uma bitola adequada para a sua exibição ou os discos que foram danificados. Também se enquadram neste conjunto desenhos, poemas manuscritos, as partituras musicais, itens como etiquetas, selos dispersos, uma infinidade de recortes que se descolaram dos álbuns originais, muitos papéis com anotações confusas e caligrafia ilegível ou materiais de aprendizagem, como, por exemplo, cadernos de caligrafia.



Os rolos de filmes originais. Álbum do ILEA. 09/10/97 (Fonte: registro da autora)



Máscara mortuária de Frederico Mentz.(Fonte: registro da autora)



Pintura de Benno Mentz. s.d.(Fonte: registro da autora)

Na atual conjuntura, o ABM ainda precisará de algumas décadas para sua organização seja concluída. Mesmo que este texto não possa apresentar mais dados sobre determinados aspectos, que pelo menos sirva para salientar a necessidade de se investir nos acervos e arquivos. E, mesmo que a situação não seja ideal, como infelizmente é comum no Brasil, o pesquisador tem condições de trabalhar a partir das fontes do ABM.

A função do ABM é bastante relevante, ao abrigar uma imensidade de fontes materiais, em diferentes níveis de preservação. Enquanto alguns materiais foram fruto do colecionismo, outros foram produzidos a partir das empresas, ou pela reunião da documentação pessoal (fotografias, correspondências, etc.). Outros foram coletados e/ou confeccionados. (RAMOS, 2015 p. 107)

Portanto, o ABM se tornou ao longo dos anos uma fonte para os pesquisadores e estudiosos, acadêmicos ou não, tanto brasileiros quanto estrangeiros, e, finalizando com as palavras de Araújo e Batalha (1999, p. 76) sobre a situação dos arquivos e acervos do Brasil, pois " [...] os arquivos históricos estão numa verdadeira corrida contra o tempo, mas ainda não conseguimos ultrapassar a barreira da falta de recursos materiais e humanos para darmos o salto necessário para o rompimento do nosso atraso".

Referências

- ARAÚJO, Angela M. C.; BATALHA, Claudio H. M. Preservação da Memória e pesquisa: a experiência do Arquivo Edgar Leurenroth (AEL) In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.) **Arquivos, patrimônio e memória: Trajetórias e perspectivas.** São Paulo: Editora UNESP. FAPESP, 1999. p.65-78.
- RAMOS, Rosângela Cristina Ribeiro. **Benno Mentz: Um acervo, uma trajetória, múltiplas fontes e suas possibilidades.** Orientador: Marcos Antônio Witt. 127 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

Fontes consultadas

Acervo Benno Mentz, DELFOS/PUCRS.

FACEBOOK. Fichas Genealógicas Acervo Benno Mentz (Delfos/Instituto de Cultura/PUCRS) em https://www.facebook.com/groups/504420547062992/?ref=group_browse

ZOTERO. Catálogo das correspondências do ABM em <https://www.zotero.org/abmorg/items>

Seção 04

Acervos Sacros e Patrimônio Missioneiro

Memória e patrimônio religioso: a importância da preservação de materiais religiosos dos Sécs. XIX e XX como história eclesiástica do sul do Brasil

*Gabriel Azevedo de Oliveira*¹

*Denise Maria Schnorr*²

Introdução

Ao decorrer da História do Catolicismo no mundo, fica evidente a criação de variados patrimônios religiosos de grande porte. Todavia, quando pensamos em Patrimônio Religioso Católico, logo nos remetemos a grandes catedrais, como a Basílica de São Pedro, a *Cathédrale Notre-Dame de Paris*, ou as esculturas e pinturas famosas, por exemplo os afrescos que compõem a Capela Sistina. Há, porém, de se olhar com uma visão histórica-patrimonial a outros objetos religiosos que contam a história de algumas realidades religiosas menores. A religiosidade, não só de expressão Católica, se faz na utilização dos mais diversos objetos, linguagens e sonorizações para a realização de seus cultos e ritualísticas, sendo que, sem a presença dos mesmos, por vezes, as celebrações são impossibilitadas de acontecer.

¹ Desenvolve pesquisas nas áreas de História Religiosa; Patrimônio e Memória Sacra; História das Missões e dos Jesuítas no Rio Grande do Sul nos séculos XIX e XX. Graduado em Filosofia – FAEX, habilitado em Ensino Religioso; Graduando em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos; Bolsista UNIBIC; gabrielazevedo1997@edu.unisinos.br

² Faz parte projeto “Memória Sacra da Missão e Província Jesuítica no Sul do Brasil”, iniciado em 2018. Graduada em Ciências Biológicas; Assistente de pesquisa do Instituto Anchieta de Pesquisas e espaços de Memória Histórica Indígena e Sacra; schnorr@unisinos.br

Neste trabalho queremos mostrar a necessidade de preservar e salvaguardar o Patrimônio Religioso Católico de meados dos séculos XIX e XX, oriundo de casas jesuítas do Sul do Brasil, como forma de contar as histórias particulares da religião cristã-católica em território sulino. Tal escrita faz parte integrante do projeto “Memória Sacra da Missão e Província Jesuítica no Sul do Brasil” iniciado em 2018 sob coordenação e orientação do Prof. Dr. Pedro Ignácio Schmitz, estando no momento aos cuidados e responsabilidade do Prof. Dr. Jairo Henrique Rogge.

Compreender alguns conceitos será necessário para o melhor entendimento de um patrimônio religioso, e para isso utilizaremos de algumas revisões em autores que tratem da temática patrimonial, assim como em alguns documentos eclesiais que trabalhem com a mesma área, como por exemplo o documento “Patrimônio histórico-cultural da Igreja” elaborado pela Conferência Episcopal Portuguesa, em Lisboa, no ano de 1990, assim como o “La formazione dei futuri presbiteri all’attenzione verso i Beni Culturali della Chiesa”, escrito em 1992 por Francesco Marchisano (então secretário da Pontifícia Comissão para os bens culturais da Igreja). Utilizaremos, ainda, autores gerais que lidem com os conceitos de Patrimônio e Memória, para, por fim, chegarmos a uma definição de Patrimônio e Memória Religiosa ou Sacra(o).

Há de se recordar que todo Patrimônio Histórico tem a função de tecer memória de algum fato, evento, costume, ou realidade vivenciada preteritamente e que no presente conota importância histórica, tendo algum interesse, institucional ou político, em sua preservação. No presente artigo, levantamos a hipótese de um esquecimento, ou de um não saber, da história do catolicismo gaúcho por parte das novas gerações católicas, justificando a necessidade da salvaguarda e da importância histórica e religiosa da preservação destes objetos de memória, fazendo-se guardar a tradição religiosa e preservar a ritualística tridentina que se fazia presente em meados dos séculos XIX e XX no Sul do Brasil. Tal hipótese se faz comprovada através de pesquisa online pública, exposta neste artigo. Não queremos, porém, findar a discussão sobre a necessidade de salvaguarda

de patrimônios religiosos, mas motivar e incentivar pesquisas que envolvessem tal temática tão necessária em tempos atuais.

Uma Igreja em transição: das sacristias aos museus

Após o Concílio Ecumênico Vaticano II, ocorre, no contexto eclesial católico, uma grande mudança litúrgica, buscando renovar a visão da função laical na liturgia, aproximando o sacerdote católico do seu povo, através de adaptação e transformações em diversos rituais da Igreja Romana. Tudo isto dá-se com a publicação do documento conciliar *Sacrosanctum Concilium sobre a Sagrada Liturgia*, que “trouxe um rompimento histórico na vida da Igreja, através de sua vivência litúrgica e da percepção do protagonismo leigo.” (OLIVEIRA, 2018). Tal reforma litúrgica, dá-se não somente com a publicação do documento acima referido, mas com as mudanças feitas por Paulo VI, posteriormente ao Concílio Ecumênico.

Enquanto as mudanças eram realizadas, diversos objetos da ritualística católica caíram em desuso³, tais como as Sacras⁴, as Capas de Aspersão ou Capas de Asperges⁵, os Altares-Mores⁶, e tantos outros objetos que foram deixados de lado por uma possível má interpretação pós-conciliar. Estes objetos, contam a História deste período pré-conciliar, narram uma Igreja que presava o Belo acima de todas as coisas, demonstrando seu poder e sua glória, intenção esta proveniente das ações de contrarreforma.

³ Aqui se faz importante salientar que estes objetos não foram abolidos, mas, em sua maioria, foram deixados de lado por não serem prescritos nas novas normativas como de uso obrigatório.

⁴ Três pequenos quadros que eram colocados sobre o altar e continham algumas das orações e evangelhos da Santa Missa.

⁵ Capa utilizada no rito Tridentino durante a aspersão ao povo, costume que ainda está em vigor, porém não prescreve trocas de paramentos, como no rito antigo.

⁶ Grandes altares principais, onde eram rezadas ou cantadas as missas *Ad Orientem*.



Figura SEQ Figura * ARABIC 1 Paróquia São Lourenço Mártir após as mudanças pós-concílio Vaticano II



Figura SEQ Figura * ARABIC 2 Paróquia São Lourenço Mártir, após recuperação do Presbitério

Na temporalidade posterior ao concílio, diversas “intervensões” patrimoniais ocorreram, Igrejas foram descaracterizadas esquecendo sua história e suas características arquitetônicas e artísticas, como por exemplo a Paróquia São Lourenço Mártir, em Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul. Tal comunidade teve o interior de seu templo totalmente readaptado, no chamado “espírito do concílio”, os objetos que a ela pertenciam, como altares, estatuárias, púlpitos e outros, foram realocados para o museu da

cidade. A referida paróquia, nos últimos três anos, sofreu novas intervenções, no intuito de trazê-la novamente ao seu estilo inicial, reconstruindo, na medida do possível, seu espaço Sagrado⁷.

Este caso não se faz isoladamente, dentre os mais diversos casos podemos relatar ainda a Paróquia Nossa Senhora da Conceição, conhecida como Matriz de São Leopoldo, que também teve alguns objetos realocados após as reformas conciliares. Desta saíram o púlpito, a pia batismal - que se encontram no Museu Visconde de São Leopoldo -, e a maior mudança, a derrubada do coro dos cantores e a inversão da entrada da Igreja, mudando assim toda a sua disposição. Além disto, todos os afrescos da paróquia foram, infelizmente, apagados. Sobre a relação do Concílio Vaticano II com as mudanças na Igreja Matriz de São Leopoldo, escreve Rabuske:

De 1967 a 1970 se pensa, antes de tudo, na mudança da entrada do templo, que deveria estabelecer-se pelo Sul ou sacristia do edifício, com as suas devidas adaptações necessárias. Com isso iria conseguir-se mais espaço para o recinto da igreja, além de conseguir-se maior sossego para os ofícios divinos. Pretendia-se, outrossim, atender mais de perto às prescrições da então recente renovação litúrgica, máxime do concernente à missa rezada “versus populum”... (1978, p. 108)

Não pensemos, porém, que esta realidade problemática patrimonial religiosa se deu somente no Rio Grande do Sul. Ocorreu que após o concílio houve uma vasta má interpretação, ou, como o então Papa Bento XVI referia-se como sendo, uma “hermenêutica da descontinuidade e da ruptura” (BENTO XVI, 2005). Segundo o mesmo Papa, tal hermenêutica tende ou tendia a uma ruptura histórica e cultural entre a Igreja pré e pós conciliar. Esta ruptura acarreta em problemas futuros, como o esquecimento das tradições católicas e o desconhecimento da História Eclesiástica através de suas ritualísticas e de seus patrimônios.

⁷ Aqui há de se fazer menção ao trabalho realizado pelo Reverendíssimo Padre Fabrício Afonso Bervian, que tomou para si a missão de recuperar o espaço Sagrado da comunidade, fazendo-o brilhantemente.

A Igreja, percebendo este resultado não esperado, intervém na preservação de seus patrimônios e, através da instituição da *Pontificia Commissione per la Conservazione del Patrimonio Artistico e Storico della Chiesa*, instituída em 1988/89 através da constituição apostólica *Pastor Bonus*, com o intuito de fomentar a preservação patrimonial dos bens históricos e culturais da Igreja Católica Apostólica Romana. Segundo Francesco Marchisano e Paolo Rabitti (1992), tais patrimônios históricos e culturais têm um valor cultural e pastoral, além de um importante papel na “evangelização, na liturgia, no aprofundamento da fé”, e sua perda ou descarte é produto de uma má preparação do clero para lidar com as realidades patrimoniais em suas gestões.

[...] si assiste al preoccupante fenomeno di un indebito utilizzo di non pochi patrimoni artistici e storici ecclesiastici, i quali vengono asportati dalla sede per cui erano stati costituiti, per entrare a far parte di abitazioni e di collezioni private. (MARCHISANO; RABITTI. 1992)

Todo este contexto resulta no incentivo à criação de espaços de salvaguarda do patrimônio religioso. Espaços de memória, de preservação da tradição e da história do catolicismo nos mais diversos locais onde tal fé se fez e se faz presente.

Espaços de memória e preservação de patrimônio religioso: o que são e para que servem?

Para conceituarmos e compreendermos o que são os espaços de preservação de Memória Sacra e Patrimônio Religioso se faz necessário, antes de mais nada, transitarmos entre os conceitos de memória e de patrimônio de forma geral. No campo historiográfico memória é um tema de grande discussão, todavia, na historiografia atual tal tema vem sendo amplamente trabalhado.

Segundo Francielli Gonçalves (2013, p. 2)

[...] memória é a faculdade de armazenar fatos, conservar ou readquirir ideias, lembranças, reminiscências, é o vestígio de um acontecimento e também quando estas memórias narradas são transcritas tornam-se documentos históricos, além de suas outras definições técnicas. Sendo uma das fontes dos dados históricos, tem, pois, sua peculiaridade no que chamamos de subjetividade ou imprecisão, pois atrelado ao momento histórico, social e cultural do sujeito podem se formar memórias diferentes, observado o mesmo acontecimento.

Percebe-se, então, que a memória é considerada fonte histórica, com algumas ressalvas pela subjetividade daquele que a transmite. Como dito anteriormente, todo processo de exposição de memórias e patrimônios se faz carregado de interesses, que se cruzam com a subjetividade, ou seja, toda exposição patrimonial, todo pensar um patrimônio é carregado e construído a partir de um sujeito pensante, e dos interesses finais deste, fazendo ser transmitido, através da exposição patrimonial ou memorial, aquilo que este ente almeja apresentar.

Após apresentarmos o conceito de memória, há de se trazer o conceito de patrimônio, que vem constantemente sofrendo mutações. Segundo D'Alessio (2012, p.79), a ideia moderna de patrimônio surge com a necessidade de preservação patrimonial, que brota de grupos sociais em uma busca de relação com o passado, buscando a perpetuação de alguns recortes históricos ou características de “grupos humanos”. Ou seja, o patrimônio é escolhido pela subjetividade de um grupo social, comunitário, de uma entidade, dentre outros, que buscam preservar aspectos que consideram como marcos históricos de sua trajetória, tentando, com a preservação destas, construir uma narrativa histórica.

Por fim, chegamos à necessidade de conceituar os espaços de memória sacra e/ou patrimônio religioso. O termo Sacro faz referência ao que é divino, ritualístico, religioso, logo, espaços de memória sacra e/ou patrimônio religioso, são espaços que servem para exibição e salvaguarda, de conteúdo ligado a certo tipo de culto, selecionado por uma entidade ou

grupo de seguidores, e que têm interesse de apresentar as tradições e histórias do grupo religioso, como em casos de espaços de memórias religiosas paroquiais, ou de uma religião em si.

Neste contexto, a sala de Memória Sacra do Instituto Anchietano de Pesquisas, tem por interesse, ou finalidade, de apresentar parte dos objetos utilizados por padres e irmãos jesuítas no Sul do Brasil em dois momentos distintos. Através da exposição da estatuária barroca guarani, o espaço busca apresentar um pequeno aspecto da evangelização jesuítica no período missioneiro dos séculos XVII e XVIII e, com a exposição e salvaguarda de outros objetos litúrgicos, provenientes de casas e paróquias jesuíticas, busca-se apresentar, de forma sucinta, a realidade católica do Sul do Brasil, no período da imigração alemã e da vinda dos primeiros jesuítas germânicos para o território sulino a partir do século XIX.

Uma história eclesiástica em esquecimento: a importância do espaço de memória sacra

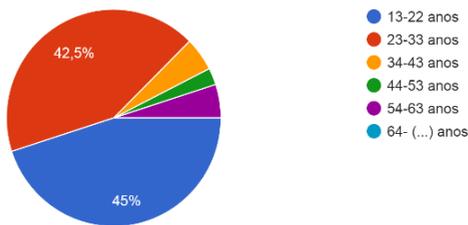


Figura SEQ Figura * ARABIC 3 - Gráfico 1: Idade dos participantes

Toda realidade é constantemente mudada, assim como as sociedades, culturas e tradições religiosas. Como vimos *a priori*, a história do catolicismo não foi inerte às mudanças, muito pelo contrário, o último século foi o estopim de mudanças bruscas na tradição da Igreja, principalmente no que se refere a liturgia. Quando há mudanças, se faz necessária a preservação das memórias do que se passou, buscando garantir o conhecimento destas realidades pelas novas gerações, preservando, assim, história e tradições.

Através de pesquisa online aberta, iniciada em dezanove de agosto de 2019, chegou-se a algumas constatações importantes sobre a realidade da preservação da memória histórica nas novas gerações de católicos no Rio Grande do Sul. Obteve-se quarenta respostas ao questionário, sendo a maioria elaboradas por pessoas de treze a trinta e três anos, todos, menos um, declarando-se católicos.

Destes dados, 57,5%, ou 23 pessoas, responderam que não conhecem nenhum rito pré-concílio Vaticano II. Além disso, 75%, ou 30 indivíduos, alegaram nunca terem tido contato com qualquer objeto litúrgico do rito Tridentino que não esteja mais em uso na ritualística posterior ao Vaticano II. E por fim, 40%, ou 16 pessoas, alegam não terem nenhum conhecimento sobre a história do catolicismo gaúcho, e 50%, ou 20 indivíduos, apontam conhecer somente partes isoladas da história da Igreja Católica no Rio Grande do Sul. No entanto, 100 % dos entrevistados, através do questionário online, apontam ser necessário um espaço de preservação da história e tradição do catolicismo gaúcho.

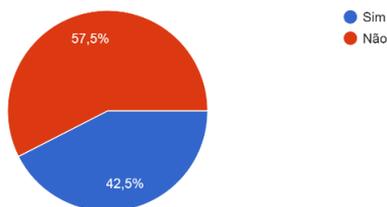


Figura SEQ Figura * ARABIC 4 - Gráfico 2: Sobre o conhecimento de ritos pré-conciliares

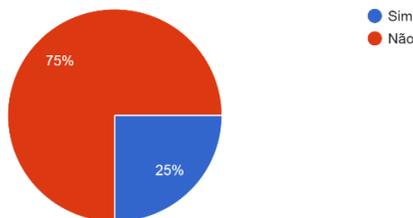


Figura 5 - Gráfico 3: Sobre o conhecimento ou contato com objetos litúrgicos pré Vaticano II, que caíram em desuso

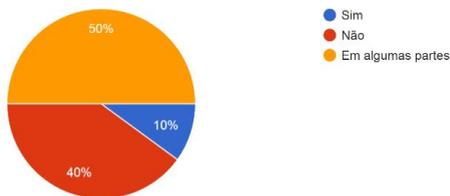


Figura 6 - Gráfico 4: Sobre o conhecimento da história do Catolicismo Sulino

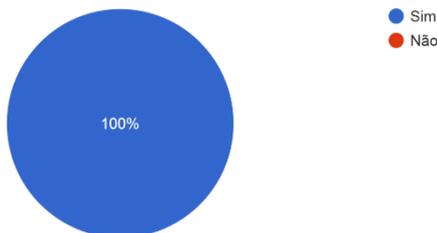


Figura 7 - Gráfico 5: Sobre os que consideram a preservação do patrimônio religioso necessária

Espaço de Memória Sacra (I.A.P. – UNISINOS): exposição, acervo e pesquisa



Figura 8 - Casula Rosa acervo IAP

O Instituto Anchietano de Pesquisas, que se encontra na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, é uma instituição reconhecida no campo de pesquisa e acervo arqueológico, botânico e histórico. Atualmente desenvolve o projeto “Memória Sacra da Missão e Província Jesuítica no Sul do Brasil”,

que conta com cinco pesquisadores⁸. Tal trabalho, encontra-se no término de seu segundo ano de execução, já obtendo bons resultados.

Até o momento trabalhou-se com três grandes áreas: livros litúrgicos; vestes litúrgicas; bíblias. Tendo-se feito a catalogação, pesquisa histórica e publicação de informações catalográficas no site do próprio Instituto. O acervo de livros litúrgicos, engloba missais, lecionários, rituais, breviários e outros, já passando de 500 exemplares; o acervo bíblico conta com 125 exemplares catalogados, com alguns livros ainda em espera de catalogação. Já o acervo de vestes litúrgicas e clericais conta com um total de 951 peças, sendo: 2 alvas; 11 barretes; 10 batinas; 113 bolsas para corporais; 34 bolsas de viático; 19 capas de asperge; 4 capas de jesuítas professos; 223 casulas romanas e/ou góticas; 15 cíngulos; 16 dalmáticas; 293 estolas; 28 estolas de uso domiciliar (para atendimento domiciliar); 8 faixas para batina; 166 manípulos; 8 roquetes; 1 sobrepeliz.



Figura 9 - Dalmática Branca, acervo I.A.P.

O trabalho se dá em, além de catalogar e tomba o patrimônio, pesquisar o seu contexto histórico, trabalhando então com a memória e a história do catolicismo gaúcho dos séculos XIX e XX, além de pesquisar sobre a utilização de cada objeto, executar sua leitura, e disponibilizar o

⁸ Dr. Pedro Ignácio Schmitz; Dr. Jairo Henrique Rogge; Denise Maria Schnorr; Gabriel Azevedo de Oliveira.

acervo de forma online⁹, através do escaneamento ou de fotografias tiradas, também, pelos pesquisadores do Instituto Anchietano.

Mas a pesquisa de nada serve, o patrimônio nada fala se guardado a sete chaves, ou impossibilitado para novos pesquisadores. É também trabalho da Memória Sacra, servir como sala de aula, como história viva. Nos últimos cinco anos, recebemos 10.003 visitantes agendados¹⁰, além das visitas espontâneas não contabilizadas¹¹, dentre alunos de educação infantil, ensino fundamental, médio e EJA, graduandos e pós-graduandos, professores, pesquisadores, sacerdotes e outras pessoas interessadas na história eclesiástica do Sul do Brasil, em especial no contexto que envolve os primeiros jesuítas sulinos do século XIX.

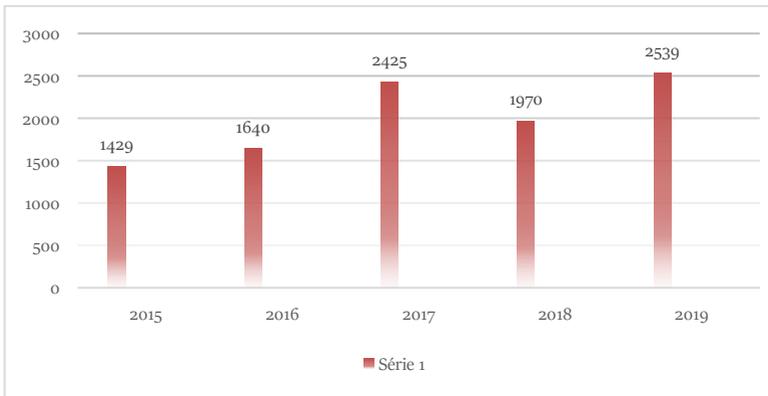


Figura 11 - Gráfico numérico de visitas agendadas

Considerações finais

Como percebemos através dos gráficos apresentados, é alarmante a realidade de que as novas gerações de católicos desconhecem a própria fé. Para buscar sanar este problema surgem entidades que preservam o patrimônio religioso como forma de manter e divulgar a história eclesiástica de determinada região e população. O desejo da Comissão para os bens

⁹ Acervos Litúrgicos: <http://www.anchietano.unisinos.br/index1.htm>

¹⁰ Agendamentos realizados pelo e-mail: anchietano@unisinos.br

¹¹ Tais visitas ocorrem nas quintas-feiras (14 h às 17h).

culturais da Igreja, de que os bens paroquiais fossem preservados em sua localidade, já que contam a história daquela população específica, se faz impossibilitado e não realizado.

A realidade patrimonial não é bela, não há verbas para que pequenas comunidades possam manter, revitalizar e preservar seus patrimônios históricos, muito menos construir espaços de memória de sua história, cultura e religiosidades. Desta forma, surgem as grandes instituições de promoção e preservação cultural, como as Universidades, que trazem para si o papel de construtoras e mantenedoras da cultura das populações que as cercam.

O Instituto Anchietano de Pesquisas visa dar continuidade ao projeto no ano de 2020, buscando trabalhar com os objetos litúrgicos e de devoção pessoal, como: estatuárias, relíquias, cálices, castiçais e outros objetos. Além disso, segue-se fazendo a pesquisa contextual histórica e abrindo nossos acervos e exposições a visitação de todos para que o patrimônio seja conhecido e não esquecido, pois se esquecido já não será mais patrimônio, mas um mero lixo.

Devemos, por fim, compreender que o patrimônio religioso faz memória e história dos antepassados das gerações atuais, não contando, somente, a história clerical ou ritual da época, mas mostrando a fé que acompanhava a população a que representa, seja esta a representação de uma fé popular, ou de uma fé formal.

Referências

BENTO XVI, Papa. **Discurso do Papa Bento XVI aos cardeais, arcebispos e prelados da Cúria Romana na apresentação dos votos de Natal**. Vaticano, 22 de dezembro de 2005. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2005/december/documents/hf_ben_xvi_spe_20051222_roman-curia.html>. Acesso em: 08 de outubro de 2019.

D'ALESSIO, Márcia M. **Metamorfoses do patrimônio: o papel do historiador**. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, 2012, p.79 – 90.

GONÇALVES, F. S. B. C.. **História, memória histórica e a contribuição da cultura midiática.** In: XI Jornada do HistedBr - A pedagogia histórico-crítica, a educação brasileira e os desafios de sua institucionalização, 2013, Cascavel. XI Jornada do HistedBr, 2013.

MARCHISANO, Francesco; RABITTI, Paolo. **La formazione dei futuri presbiteri all'attenzione verso i beni culturali della Chiesa.** Roma, 15 de outubro de 1992. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_commissions/pcchc/documents/rc_com_pcchc_19921015_futuri-presbiteri_it.html>. Acessado em: 05 de outubro de 2019.

OLIVEIRA, Gabriel Azevedo de. **História da Igreja: 55 anos da aprovação da Constituição sobre a Sagrada Liturgia “Sacrosanctum Concilium”.** São Leopoldo, 6 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://institutoanchietanodapesquisas.blogspot.com/2018/09/xxiii-na-abertura-do-concilio.html>>. Acessado em: 05 de outubro de 2019.

RABUSKE, Arthur. **A secular Matriz de São Leopoldo.** São Leopoldo: Instituto Anchietao de Pesquisas – Unisinos, 1978.

Roque Gonzáles de Santa Cruz: uma proposta de pesquisa

*Jefferson Aldemir Nunes*¹

Introdução

O presente trabalho surgiu do projeto montado para a seleção de Mestrado no PPGH Unisinós, em Agosto de 2019. Ele objetiva expor o planejamento para o período do mestrado, focado na construção de uma trajetória do jesuíta Roque Gonzáles de Santa Cruz e sua inserção no movimento missionário jesuítico na América no século XVII.

O trabalho feito durante o Mestrado busca responder algumas questões básicas: como Roque Gonzáles desenvolveu sua atividade missionária? Ela se distingue em relação a de seus colegas na Província do Paraguai? Como se desenrolou sua relação com os grupos indígenas com os quais teve contato? Como o avanço missionário, utilizando novos pressupostos para se adequar à realidade dos indígenas americanos (como o sistema de reduções), influenciou em seu trabalho como jesuíta?

Para a resolução dessa problemática, a pesquisa proposta tem como objetivo, de forma mais ampla e geral, analisar a trajetória de Roque Gonzáles como missionário entre os indígenas, entendendo-a dentro do movimento de “missão por redução” (MELIÀ, 1989), que então se iniciava. De forma complementar, foram definidos os seguintes objetivos específicos: situar a ação dos jesuítas no processo de exploração e conquista

¹ Mestrando em História - PPGH - UNISINÓS; jeffersonnunes.92@gmail.com

espiritual na Província do Paraguai nos inícios do XVII, particularizando a trajetória de Roque Gonzáles neste processo; inserir Gonzalez nas relações com a ordem Jesuítica, comparando seu trabalho com o de seus companheiros; compreender a interseção entre o mundo indígena e europeu através da trajetória do jesuíta Roque Gonzáles; analisar a enculturação de Gonzáles com os indígenas como estratégia para catequização.

Com o levantamento dessas questões, é fundamental pensar, primeiramente, no porquê estudar esse jesuíta.

Roque Gonzáles: a importância de uma nova pesquisa

Poucos eventos foram tão importantes para a História Colonial americana quanto a atividade missionária dos padres jesuítas nos séculos XVI a XVIII. Esse foi um período marcado por relações complexas entre inacianos, colonos, autoridades e indígenas, que deixaria marcas profundas na sociedade que as gestou. Das muitas personalidades que se destacaram neste período histórico, está o padre jesuíta Roque Gonzáles de Santa Cruz, *criollo* nascido em 1576, no Paraguai, e que seria pioneiro na “entrada” em áreas onde se buscava realizar a catequização dos indígenas, vindo a falecer, com seu companheiro Afonso Rodrigues, pelas mãos do cacique Nheçu, em 1628.

A figura de Gonzáles e seu martírio seriam apropriados pela Igreja Católica, que o beatificou em 1934 e canonizou em 1988, e sua lembrança ainda suscita devoção, com a criação de santuários como o do Caaró (no município gaúcho de Caibaté), que recebe, todos os anos, romeiros e procissões. Há, ainda, a veneração de seu coração, retirado do corpo pelos indígenas quando de sua morte, e que atualmente é mantido como relíquia em Assunção, Paraguai, auxiliando nesse processo de mitificação de sua figura².

² O coração de Gonzáles foi enviado para Roma e mantido como relíquia pelos Gerais da Companhia de Jesus por muito tempo, tendo voltado para a América no início do século XX, onde circulou pela região sul periodicamente para ser venerado pelos fiéis, sendo preservado atualmente no Paraguai (OLIVEIRA, 2010, p. 387-388).

A vida e morte do padre Roque Gonzáles têm gerado, ao longo do tempo, pesquisas e biografias de vários tipos, que considero que podem ser divididas em duas perspectivas: a primeira, que denomino *Tradicional*, ligada aos textos edificantes que utilizam seu trabalho missionário e martírio como exemplos de santidade e resiliência cristã frente aos inimigos da Fé, analisam sua figura de forma teleológica e predestinada aos grandes feitos de missionário, naquilo que pode ser chamado de Modelo Exemplar. Esse tipo de interpretação está na base dos estudos de pesquisadores como Carlos Teschauer (1909, 1918, 1919), Blanco (1929), Jaeger (1940, 1952), Duarte, Storni e Melià (1973), alguns deles também sendo padres jesuítas. Todos estes trabalhos compartilham de um estilo biográfico tradicional, com a exposição dos dados da vida de Gonzáles de forma cronológica e factual, com pouca interpretação, e valorização apenas dos traços positivos de sua trajetória, que favoreçam a simpatia por sua imagem, permitindo a veneração de sua figura³.

Isso fica perceptível no excerto abaixo, retirado do trabalho de Teschauer:

O menino Roque herdou, com a nobreza do sangue, a piedade de seus progenitores, e assim conservou sem mancha sua innocencia, prodigio pouco menos que desconhecido no meio da dissolução e desenvoltura de costumes daqueles tempos coloniaes entre barbaros [...] Certo dia deram os pais com a falta do estremecido filho. Angustiados mandaram immediatamete gente á procura dele, receando muito da tenra idade do filho de apenas doze annos e dos perigos dos tigres e de outras feras. Depois de longos e desconsolados dias de pesquisa o encontraram, 15 leguas distante da cidade, no meio de denso matto, onde numa ermida estava com dous camaradas, a ler vidas de santos (TESCHAUER, 1919, p. 11-12)

Aqui, nota-se não somente uma predestinação de Gonzáles para a santidade, mas, também, a tentativa de aproximação dele da figura de Cristo, que, segundo o relato bíblico, Jesus desapareceu aos 12 anos no

³ Há que ser destacado, também, as referências ao trabalho missionário do padre Gonzáles feito por Ruiz de Montoya no clássico “Conquista Espiritual” (1985) [1639].

Templo Sagrado, sendo encontrado entre os doutores da Lei debatendo as Escrituras. Esse tipo de interpretação, para além de um relato edificante, também pode ser entendido dentro do movimento de rememoração de uma figura religiosa a ser beatificada ou canonizada, o que, no caso de Gonzáles, ocorreria alguns anos depois, em 1934.

A segunda perspectiva de análise da vida de Gonzáles está conectada a trabalhos mais recentes, que dão maior ênfase para o contato dele com os indígenas, e da agressão europeia ao modo de vida tradicional dos nativos, e que eu estou considerando, aqui, como uma historiografia *Acadêmica*, já preocupada em críticas mais contundentes aos documentos, embora ainda tragam resquícios dos elementos da historiografia tradicional. Isso está presente nos trabalhos de McNaspy (1989), Carbonell de Masy (1994/1996, 1998), Ezeula Quadros (2012, 2018) e Paulo Rogério Oliveira (2010, 2011, 2018).

Os trabalhos mais recentes, de Quadros (de 2012) e de Oliveira (de 2010) correspondem, respectivamente, aos textos de Mestrado e Doutorado destes pesquisadores, sendo que a tese de Oliveira traz um foco mais amplo, tratando tanto da trajetória missionária de Gonzáles e de seu contato com os indígenas, quanto da patrimonialização construída em torno de sua imagem, com a edificação de santuários para venerar seu “santo martírio”. Há que se dizer, porém, que ambos os textos possuem problemas metodológicos, como a visão exacerbada, no trabalho de Quadros, da “resistência indígena” frente ao colonizador e do impacto sobre sua cultura tradicional agredida interesses dos jesuítas, além de uma reflexão teórica frágil que insiste em tratar em tempos de “longa duração”, algo que analisa em termos de “evento”. Já o trabalho de Oliveira apresenta notório problema metodológico por não apresentar a conclusão de suas reflexões.

Com a observação desses textos, percebe-se a falta de estudos que abordem a vida de Roque Gonzáles como indo além do martírio no Caaró e da mitificação de sua figura, isto é, que o percebam como um jesuíta do século XVII que estava sujeito a todas as influências intelectuais, religiosas e sociais do seu tempo, centradas no relacionamento da Coroa Hispânica

com suas possessões coloniais americanas, da Ordem Jesuítica como intermediária entre os interesses dos soberanos, dos colonos e dos indígenas, e do impulso para exploração de um Novo Mundo ainda desconhecido, e cheio de almas pagãs a serem convertidas ao catolicismo. Assim, o trabalho a ser desenvolvido durante o Mestrado contribuirá para o avanço da visão sobre a trajetória de Gonzáles, e dos efeitos que o ambiente em que ele estava inserido podem ter tido sobre suas ações como missionário jesuíta.

Este estudo será importante, ainda, para uma ponderação da visão sobre a figura santificada de Gonzáles, complexificando sua vida e ações, e revelando o caráter humano que marcou sua atuação entre os indígenas, permitindo que ele se aproxime, de certa forma, dos fiéis que o veneram. Pretende-se, assim, enriquecer o debate sobre o papel dos jesuítas, e de seu valor enquanto propagadores da Fé Católica, processo que passava, muitas vezes, pela enculturação de traços dos nativos, o que tornava o contato entre as duas civilizações muito frutífero.

Roteiro de trabalho

A fim de responder a problemática e os objetivos levantados, será utilizada uma Metodologia mista, que buscará, em um primeiro plano, apresentar a trajetória de Roque Gonzáles de Santa Cruz tentando entendê-la para além das perspectivas heroicas e mitificadoras que marcam boa parte dos escritos sobre ele. Paralelamente, sua trajetória será utilizada como fio condutor para a compreensão da ação jesuítica no início das missões sobre o Tape. A preferência por tentar reconstituir sua trajetória se dá em função da dificuldade que haveria na construção de uma biografia completa e profunda deste jesuíta sobre o qual não há ampla gama de informações disponíveis.

Para isso, se utilizará de alguns pressupostos da Micro-História, pensando as ações de Gonzáles integradas aos vários contextos e redes em que estava inserido, e influenciadas pelas relações multifacetadas que desenvolveu, reduzindo, assim, a escala de análise para entender o contexto

colonial mais abrangente. Além disso, este campo da História é importante para a aproximação dos historiadores das formas tradicionais e limitadas de biografia, permitindo o uso de períodos da vida da pessoa para se compreender questões político-sociais de seu entorno (KARSBURG, 2015). Por isso, será crucial o diálogo teórico com autores como Carlo Ginzburg com o clássico “O Queijo e os vermes” (GINZBURG, 1987), Giovanni Levi com “Usos da Biografia” (LEVI, 2006, p. 167-182) e Alexandre Karsburg com “A Micro-História e o método da microanálise na construção de trajetórias” (KARSBURG, 2015, p. 32-52).

Outros debates que serão significativos para a construção da dissertação serão encontrados em autores como Pierre Bourdieu com “A Ilusão Biográfica” (BOURDIEU, 2006, p. 183-191); Michel de Certeau com o livro “A Escrita da História” (CERTEAU, 1982), François Dosse com “O Desafio Biográfico” (DOSSE, 2009), Jacques Revel com “Microanálise e construção do social” (REVEL, 1998, p. 15-38), Benito Schmidt com “Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história, no jornalismo, na literatura e no cinema” e “Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica” (SCHMIDT 2000, p. 49-70; 2004, p. 131-142), e Sabina Loriga com “A biografia como problema” (LORIGA, 1998, p. 225-249). Esses textos garantirão elementos para discutir e pensar tanto a forma de construção das biografias e trajetórias, quanto o próprio campo historiográfico, percebendo os limites e caminhos para se alcançar os objetivos do trabalho.

Quanto aos conceitos que permearão a pesquisa, penso, primeiro, no espaço físico em que Roque Gonzáles estava inserido: a fronteira tanto dos impérios hispânico e português, quanto da expansão europeia frente ao mundo indígena. Por isso, é importante a própria noção de fronteira, que considero, aqui, não como barreira intransponível, mas como um espaço fluído e poroso, por onde circulavam ideias, pessoas, traços culturais, artefatos etc. Por isso é útil, no trabalho, o debate dos conceitos de “Fronteira Manejada” de Mariana Thompson Flores (FLORES, 2012) e Contato, realizado por Jairo Rogge (ROGGE, 2005), que permitirão o entendimento mais profundo dos contatos culturais em uma região fronteiriça, e no caso

de Rogge, analisando diretamente a importância do elemento indígena para a definição desses espaços.

Compreendo, também, que o conceito de “homem fronteira”, desenvolvido por François Hartog, pode contribuir para a compreensão da atuação de Gonzáles nas frentes missionárias que os jesuítas abriam nos inícios do século XVII, ao percebê-lo como um fio condutor entre duas culturas muito distintas (a europeia cristã, e a indígena americana), auxiliando como intermediário e tradutor dessas trocas culturais, e praticando, assim, um exercício de alteridade (HARTOG, 1999).

Fontes de Pesquisa [levantamento preliminar]:

As fontes de pesquisa para o desenvolvimento do trabalho são as conhecidas Cartas Anuais, que serão lidas de acordo com a perspectiva crítica que tem orientado a historiografia recente (TORRES-LONDOÑO, 2002, 2019; FLECK, FRANZEN e MARTINS, 2008). Serão consultadas Cartas Anuais para o período de atuação de Roque Gonzáles disponíveis em:

LEONHARDT, Carlos. **Documentos para la Historia Argentina. Tomo XIX - Iglesia. Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay, Chile e Tucumán, de la Compañía de Jesús (1609-1614)**. Buenos Aires: Casa Jacobo Peuser, 1927.

_____. **Documentos para la Historia Argentina. Tomo XX - Iglesia. Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay, Chile e Tucumán, de la Compañía de Jesús (1615-1637)**. Buenos Aires: Casa Jacobo Peuser, 1927.

Paralelamente aos documentos desta natureza já publicados, temos à disposição duas cartas parcialmente inéditas de Roque González encontradas na Coleção de Angelis da Biblioteca Nacional, disponível no acervo do padre Luiz Jaeger, que está sendo construído pelo Instituto Anchieta de Pesquisas (IAP), que estão discriminadas abaixo:

SANTA CRUZ, Roque Gonzáles de. **Anua de la Reduccion de S. Ignacio del Parana para el P.º Diego de Torres Prouincial de las Pouvincias del Paraguay, Tucuman y Chile, Pax Chr. etc.** Coleção de Ângelis, I-29-7-2.

SANTA CRUZ, Roque Gonzáles de. **Carta Annu del año 615 de las misiones del Parana Al P.º P.º de oñate Prou^l dela companhia de JHS de esta Prou^a del Paraguay Pax xpi etc.** Coleção de Ângelis, U-29-7-5.

5 Referências

BARRABINO, Martín. La relación del martirio de los santos del Caaró escrita por el P. Diego de Boroa en 1629. In: **Antiguos jesuitas en Iberoamérica**, v. 5, n. 2, 2017, p. 201-206. Disponível em: <<https://revistas.unc.edu.ar/index.php/ihs/article/view/17769>>. Acessado em 05/06/2019

BLANCO, José María. **História Documentada de la vida y gloriosa muerte de los padres Roque González de Santa Cruz, Alonso Rodríguez y Juan del Castillo de la Compañía de Jesús, Mártires del Caaró e Yjuhí.** Buenos Aires: Sebastián de Amorortu, 1929.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 183-191.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida.** São Paulo: Edusp, 2009.

DUARTE, A. N. Acha; STORNI, H.; MELLÀ, Bartolomeu. **Padre Roque González: Atualidade de um evangelizador.** São Paulo: Edições Loyola, 1978.

FLORES, Mariana Thompson. **Crimes de Fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889).** Porto Alegre: PUCRS (Tese de Doutorado), 2012.

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos; FLECK, Eliane Cristina Deckmann; MARTINS, Maria Cristina Bohn (Orgs.). **Carta Ânua da Província Jesuítica do Paraguai 1659-1662.** São Leopoldo: Editora Unisinos/EdUFMT/Oikos Editora, 2008.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONZÁLES DE SANTA CRUZ, Roque; RODRÍGUEZ, Alfonso; CASTILLO, Juan del. **Para que los indios sean libres. Escritos de los mártires de las Reducciones guaraníes.** Assunção: Centro de Espiritualidad Santos Mártires.

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

JAEGER, Luiz Gonzaga. **Os heróis do Caaró e Pirapó.** Porto Alegre: Livraria do Globo, 1940.

_____. **Os Três Mártires Rio-Grandenses.** Porto Alegre: Edições da Livraria Selbach, 1952.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME, Maria Inês; KARSBURG, Alexandre de Oliveira; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luís Augusto (Orgs.). **Micro-história, trajetórias e imigração.** São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 32-52.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos e abusos da história oral.** 8. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, p. 167-182.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de Escala: a experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 225-249.

McNASPY, Clemente J. **Un Conquistador sin espada. “San Roque González de Santa Cruz”** Bogotá: Consejo Episcopal Latinoamericano – CELAM, 1989.

MASY, Rafael Carbonell. Roque González de Santa Cruz, S.J. A la luz de documentación inédita. In: **Pesquisas História, N° 29.** São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1994/1996.

_____. La Família de San Roque González de Santa Cruz, S.J. In: **Pesquisas História, N° 30.** São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1998.

MELIÀ, Bartolomeu. **El Guaraní Conquistado y Reducido.** Ensayos de Etnohistoria. Assunção: Centro de Estudios Antropológicos, 1986.

_____. Missão por redução. In: **Estudos Leopoldenses.** Vol. 25, n. 110-111, 1989.

MELIÁ, Bartolomeu; NAGEL, Liane Maria. **Guaraníes y jesuítas en tiempo de las Misiones: una bibliografía didáctica**. Santo Ângelo: CEPAG, 1995.

MONTOYA, Antônio Ruiz de. **Conquista Espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985 [1639].

MORALES, Martín María (Ed.). *A Mis Manos Han Llegado. Cartas de los PP. Generales a la Antigua Provincia del Paraguay (1608-1639)*. Madrid-Roma: Institutum Historicum Societatis Iesu / Universidad Pontificia Comillas, 2005.

_____. Las cartas de los jesuitas, los pliegues de un género. In: **Historia y Grafía**, Ano 22, N. 43. Cidade do México: Universidad Iberoamericana, 2014, pp. 51-76.

OLIVEIRA, Paulo Rogério. **O encontro entre os guarani e os jesuítas na Província do Paraguai e o glorioso martírio do venerável padre Roque Gonzáles nas terras de Ñezú**. (Tese de Doutorado). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2010.

_____. A rebelião de Ñezú: em defesa de “su antiguo modo de vida” (Pirapó, Província Jesuítica do Paraguai, 1628). In: **Anos 90**, 18 (34). Porto Alegre: UFRGS, 2011, p. 109-138.

_____. A revelião de Ñezú contra os *Hechiceros de Burla* (Pirapó, Província Jesuítica do Uruguai, 1628). In: SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos; VENTURINI, Sérgio. **Missões Jesuítico-Indígenas: antigos atores sociais, novas interpretações**. Santa Maria: Editora e Gráfica Curso Caxias, 2018, p. 21-55.

QUADROS, Ezeula Lima de. **A defesa do modo de ser guarani: O caso de Caaró e Pirapó em 1628**. Porto Alegre: Renascença; Edigal, 2012.

_____. Caaró e Pirapó de 1628 e a “Venganza” dos Cristãos. In: SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos; VENTURINI, Sérgio. **Missões Jesuítico-Indígenas: antigos atores sociais, novas interpretações**. Santa Maria: Editora e Gráfica Curso Caxias, 2018, p. 57-85.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de Escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 15-38.

ROGGE, Jairo Henrique. Fenômenos de fronteira: um estudo das situações de contato entre os portadores das tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul. **Pesquisas, Antropologia**, n. 62. São Leopoldo: IAP/UNISINOS, 2005.

SCHMIDT, Benito (Org.). Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história, no jornalismo, na literatura e no cinema. In: **O Biográfico: perspectivas interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, p. 49-70.

SCHMIDT, Benito Bisso. Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. In: **História Unisinos**, v. 8, n. 10. São Leopoldo: Unisinos, 2004, p. 131-142.

TESCHAUER, Carlos. **Vida e Obras do venerável Roque Gonzales de Santa Cruz - Primeiro Apóstolo do Rio Grande do Sul**. Rio Grande: Pintos & C. - Livraria Americana, 1909.

_____. **História do Rio Grande do Sul dos dous Primeiros Séculos**. 1º Volume. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1918.

_____. **O primeiro Apóstolo do Rio Grande do Sul**. Petrópolis: Centro da Bôa Imprensa, 1919.

TORRES- LONDOÑO, Fernando. Escrevendo Cartas. Jesuítas: Escrita e Missão no Século XVI. In: **Revista Brasileira de História**, v. 22, nº 43. São Paulo: ANPUH, 2002, p. 11-32.

_____. A Historiografia dos Séculos XX E XXI sobre os Jesuítas no Período Colonial. In: **Projeto História** v. 64. São Paulo: PUC-SP, 2019, p. 10-40.

VERDE, Alexandro. **Bonaëren Beatificationis seu Declarationis Martyrii Servorum Dei Rochi Gonzalez de Santa Cruz, Alfonsi Rodriguez, Joannis del Castillo e Socityate Jesu. Positio Super Introductione Causae**. Vaticano: Ex Officc. Typogr. A. Macioce & Pisani, 1932.

A “conquista espiritual” de António Ruiz de Montoya sob a perspectiva da filosofia e da história

*Schaiane P. Bonissoni*¹

Introdução

O artigo em questão é um recorte do trabalho “A ‘Conquista espiritual’, de António Ruiz de Montoya, no marco da Escolástica Ibero-americana” produzido, pela autora, para a conclusão do curso de Licenciatura em História. Assim, a base desse artigo é a obra “Conquista espiritual”, escrita pelo padre jesuíta António Ruiz de Montoya e publicada, pela primeira vez, no ano de 1639. Nesse escrito, procurar-se-á apresentar as perspectivas historiográficas que as disciplinas de Filosofia e História possuem com relação ao livro “Conquista espiritual”.

Para tanto, dividiu-se os estudos sobre Montoya (e suas obras) em duas categorias: as que tratam da “Conquista espiritual” e as que discorrem sobre outras obras. A primeira espécie de estudos – de interesse deste artigo – deu origem a importantes trabalhos nas áreas de História e Letras e, mais recentemente, de Filosofia. O filósofo Culleton (2018), por exemplo, produziu uma impressionante análise em torno do “Sílex del divino amor” de Montoya.

Ainda assim, a “Conquista espiritual” parece ser vista, dentro do campo da Filosofia, como uma simples reprodução do pensamento escolástico. Mero engano, já que a ideia construída por Montoya, sobre os

¹ Mestranda em História pelo PROSUC/ CAPE, Unisinos; bonissoni.schaiane@gmail.com

indígenas americanos, nem sempre vai de encontro ao proposto por Francisco de Vitória², por exemplo. Isso porque, para Vitória (1975) “[...] los españoles fueron los primeros que encontraron y ocuparon aquellas provincias, síguese que las poseen legitimamente [...]” (VITÓRIA, 1975, p. 89), enquanto para Montoya (1892) os espanhóis desempenharam, nas Américas, um papel mais complexo. O jesuíta explica que, em uma província de gentios livres “[...] todos pedem sacerdotes, afirmando que não se rebelaram contra a Boa Nova, mas contra a tirania e os agravos ou danos [causados pelos espanhóis].” (MONTROYA, 1892, p. 47). Logo, percebe-se que Montoya não discorda de Vitória, mas, avança em seu pensamento.

Ao mesmo tempo, as noções do padre não são, unicamente, o que a historiografia das missões jesuíticas e da História dos Índios costuma apontar. Isso ocorre, pelo que se pôde perceber na breve análise bibliográfica realizada, porque enquanto a Filosofia relega o fato de Montoya ter vivido junto aos Guaranis, a História não concentra seus estudos na intelectualidade do padre, mas, em sua experiência como missionário que presenciou inúmeros conflitos entre as comunidades indígenas do continente americano.

Em boa parte, elas [as documentações de orientação etnológica] se referem a circunstâncias de intenso conflito, não apenas quanto à oposição estabelecida por lideranças indígenas frente à proposta de redução com que lhes chegavam os padres, como, ainda, quanto aos ataques dos bandeirantes aos povoados do Guairá, Itatim e Tape. (MARTINS, 2007, p. 138).

Nesse sentido, a escrita de um artigo que abrange tanto a Filosofia quanto a História pode resultar na descoberta de informações que, isoladas, as disciplinas não seriam capazes de apontar. Ainda assim, reitera-se que o objetivo deste recorte é, apenas, apresentar as perspectivas de ambas as áreas do conhecimento.

² Francisco de Vitória foi o precursor da Segunda Escolástica e, ainda, um dos principais escolásticos dos séculos XVI e XVII.

A Filosofia

Para entender a visão que os filósofos, no geral, possuem da obra “Conquista espiritual” é necessário compreender o que é o método de estudo escolástico – uma vez que o livro de Montoya foi escrito no contexto da Segunda Escolástica. Para Barros (2012) “A base do método [escolástico] é o desejo de explicitar tudo, esgotando sistematicamente todas as possibilidades.” (BARROS, 2012, p. 233). Culleton (2014) completa que o método de estudo escolástico procura debater questões de forma racional, aliando os ensinamentos da doutrina cristã ao platonismo e, mais frequentemente, ao aristotelismo.

Barros (2012) aponta que há uma diferença entre o enfoque de estudo da Primeira Escolástica e o da Segunda Escolástica. Para o autor, diferente da Primeira Escolástica (o primeiro ciclo de universidades europeias) – que se dedicava à assuntos caros à Igreja – a Segunda Escolástica, inaugurada por Francisco de Vitória, procurava compreender as novas relações estabelecidas a partir da descoberta das Américas. Isso não significa, segundo Honnfelder (2017), que houve um rompimento com o estabelecido pela Primeira Escolástica, mas que o segundo ciclo de universidades da Europa avançou, em termos teóricos e práticos, o proposto pelo primeiro. Isso porque o primeiro ciclo de universidades europeias foi criado e desenvolvido em bases completamente medievais, como diz Barros (2012), enquanto o segundo ciclo, ao estudar os temas medievais, conectou-os ao contexto político-social dos séculos XVI, XVII e XVIII.

Uma vez definido o método de estudo escolástico e apontadas as diferenças e semelhanças entre os ciclos de universidade da Europa, é necessário tratar do surgimento da Escolástica Ibero-americana. É importante destacar, conforme Barros (2012), que a Escolástica Ibero-americana corresponde ao pensamento da Segunda Escolástica. Inclusive, o segundo ciclo de universidades europeias e a Escolástica Ibero-americana são, frequentemente, utilizados como sinônimos. Isso porque a maior parte das universidades da Europa se concentrava na Península Ibérica e, ao mesmo

tempo, os reinos de Espanha e Portugal foram precursores no estabelecimento de relações complexas (como as de câmbio) com os nativo-americanos.

O papel do recém “descoberto”³ continente americano não foi, entretanto, de mero receptor de ideias. Pelo contrário, as Américas, por meio de universidades como San Marcos, formaram seus próprios pensadores e suas próprias linhas de pensamento. Nesse sentido, Calafate (2015) diz que não ocorreu um rompimento com as ideias advindas da Europa, mas, que coexistiram as perspectivas americana e europeia. Isso só foi possível porque, conforme coloca Bertoldo (2017), a Igreja Católica Romana possuía como principal ideal a pregação do Evangelho para a salvação das almas dos nativos. Assim, a formação teórica de cunho eclesiástico, dos nascidos nas Américas, cumpria o objetivo de maneira primordial. No caso da Universidade de San Marcos se refere, especificadamente, à América Espanhola, já que a Espanha foi o primeiro reino a fundar universidades no novo continente.

Entre os escolásticos que se dedicaram ao estudo do continente americano, destacam-se dois: Bartolomeu de Las Casas e Tomás de Mercado. O primeiro é um dos mais estudados, coloca Rodrigues (2006), por conta de sua contribuição na fundação e no desenvolvimento dos direitos indígenas. Já o segundo, diz Culleton (2017), produziu sua principal obra direcionada à sociedade do século XVI e não à academia. Por fim, Calafate (2015) define que a Escolástica Ibero-americana é o nome dado ao pensamento que, nas Américas e na Península Ibérica, regou os debates em torno das novas relações transnacionais.

É nessa perspectiva que Culleton (2015) realiza a sua análise. O autor diz que o livro “Conquista espiritual” possui o caráter maravilhoso dos relatos elaborados pelos primeiros viajantes europeus às Américas. Para o

³ Há um longo debate historiográfico em torno do descobrimento das Américas. Alguns historiadores revisionistas colocam, inclusive, que não houve descobrimento, mas, achamento.

filósofo, “O maravilhoso na obra de Montoya é uma categoria de pensamento que afeta à estrutura central do livro.” (CULLETON, 2015, p. 2), por isso, não é possível isolar os relatos fantasiosos dos reais.

A obra “Conquista espiritual”, segundo Culleton (2015), possui três espécies de relatos: o relato antropológico que “[...] oferece um abundante material para aprofundar o conhecimento da cultura e a mentalidade dos povos aborígenes refletidos nele.” (CULLETON, 2015, p. 2); o relato intelectual que “[...] constitui uma das expressões mais autênticas do grande projeto missionário dos jesuítas na região do Paraguai, que não se reduzia a uma conversão formal das populações mas de uma humanização [...]” (CULLETON, 2015, p. 2); e o relato místico que, por sua vez, aponta “[...] para o desenvolvimento de uma mística original.” (CULLETON, 2015, p. 2).

A História

Martins (2007), no prisma da História dos Índios⁴, aborda dois pontos cruciais para entender a formulação da noção de indígena presente na obra “Conquista espiritual” de Montoya: primeiro, quem eram os Guaranis; depois, como a obra “Conquista espiritual” os trata. A historiadora fala que

Desde a época pré-hispânica, a província do Paraguai encontrava-se povoada por grupos indígenas, pertencentes à grande família Tupi-guarani. Estes, aparentemente nos inícios da nossa era, migraram da Amazônia e fizeram das áreas de bons solos da floresta subcadocifólia subtropical e tropical do sul do Brasil, seu habitat por excelência. (MARTINS, 2007, p. 133).

Assim, diz Martins (2007), em um processo de colonização, os Guaranis ampliaram sua área de ocupação, incorporando outras etnias indígenas. “Ocuparam [...] as áreas entre os rios Paraguai e Paraná, as margens do Rio Uruguai e também as ilhas do Paraná até a embocadura

⁴ Diferente da História Indígena, essa narrativa sobre os nativo-americanos é feita por não-indígenas.

do Prata.” (MARTINS, 2007, p. 134). Portanto, fala a historiadora, o Rio Paraguai se tornou uma fronteira cultural de possíveis conflitos entre Guaranis, Guaicurus e Payaguás. Martins (2007) destaca, porém, que as povoações Guaranis

[...] constituíam-se em espaços sociais bem defendidos contra o assalto dos inimigos: as aldeias eram rodeadas por uma dupla paliçada circular formada por grandes postes de madeira e separadas por um fosso em que lanças de pontas afiadas eram escondidas por meio de ramas e terra. (MARTINS, 2007, p. 136).

Sobre a organização social dos Guaranis, Martins (2007) aponta os seguintes estamentos.

- Teýy: a família extensa, cujo líder é o teýy-ru, que pode abranger cerca de sessenta famílias nucleares;
- Amundá: a aldeia, entendida como um “[...] espaço social que reúne as famílias extensas [...]” (MARTINS, 2007, p. 134), liderada pelo tuvichá;
- Teko’a: “[...] um conjunto das aldeias e o seu território de domínio [...]” (MARTINS, 2007, p. 134);
- Províncias ou guarás: conjunto de teko’a.

A autora explica que cada guará é liderado por um cacique, chamado de “mburuvichá” ou “tuvichá-ruvichá” e, ainda, que cada província representa a região “[...] sobre a qual estavam implícitos o direito à terra cultivável e à exclusividade das zonas de caça, de certa forma determinando os limites dos deslocamentos das famílias em busca de novas roças.” (MARTINS, 2007, p. 134). A historiadora salienta que, no período inicial da colonização espanhola, os guarás foram divididos em regiões. Martins (2007) cita como exemplo as regiões de Cario, Guarambaré, Itatim e Tobatin.

Ao abordar o livro “Conquista espiritual” de António Ruiz de Montoya, Martins (2007) diz que o jesuíta contribuiu para a compreensão de que os Guaranis viviam em pequenos povoamentos, nos quais havia um

sistema de autoridade e hierarquia. Ainda assim, diz a autora, “[...] as referências aos índios aparecem sempre em contraste com o que se entendia (e pretendia) como vida ‘humana’, e não se pode ler o registro missionário fora desta perspectiva.” (MARTINS, 2007, p. 136).

Para Martins (2007) a “Conquista” não deve ser encarada como uma obra puramente etnológica ou histórica. Primeiro porque apresenta o “modo de ser” (MARTINS, 2007, p. 139) Guaraní em contraste à modelação espiritual e moral pretendida pelos padres missionários. Depois porque a obra possui pouco apego à cronologia e, por outro lado, muitas imprecisões e referências ao sobrenatural. Também se deve ter cuidado, segundo a historiadora, com a hierarquia apresentada no livro, já que Montoya enfatiza os líderes (como caciques, guerreiros e homens valentes) que vê como aliados ou os opositores, ignorando boa parte da população Guaraní.

Para entender o livro “Conquista espiritual” Martins (2007) diz que é necessário conhecer o período no qual a obra foi escrita. A historiadora conta que enquanto Montoya produzia a “Conquista”, os Guaranis travavam duas espécies de batalhas: uma contra as etnias indígenas não cristianizadas e outra contra os bandeirantes. Os primeiros conflitos ocorreram, segundo Martins (2007), por conta da “[...] entrada dos padres em territórios de grupos que pretendiam reduzir, e para as quais se faziam acompanhar de contingentes de guaranis neófitos [...]” (MARTINS, 2007, p. 140). Para a autora, Montoya vê as guerras tribais como sinônimo de barbárie justificada, porque “[...] se fazem em torno da defesa dos princípios e interesses sustentados pelos missionários [...]” (MARTINS, 2007, p. 140).

Ainda sobre as batalhas entre Guaranis e outras etnias, Martins (2007) coloca que Montoya opõe a mata às reduções com a intenção de reforçar que as atitudes dos nativo-americanos não tocados pelo Evangelho são maliciosas. “O batismo e a vida nas comunidades cristãs das reduções aparecem aqui como um corte, a demarcar o diferencial entre uns e outros, bem como sobre as guerras que fazem uns e outros.”

(MARTINS, 2007, p. 140). A historiadora afirma que, como boa parte dos jesuítas do período colonial, Montoya insiste na “[...] diferença entre a gente selvagem que vive na mata, e a gente pacífica que vive nas áreas abertas da redução.” (MARTINS, 2007, p. 141).

Já sobre o segundo tipo de conflito – entre Guaranis e bandeirantes – a autora diz que Montoya concentra sua narrativa nas invasões que ocorreram a partir de 1636 na região do Tape. Nesse sentido, fala Martins,

[...] ocorre uma importante inflexão nas representações elaboradas pelo missionário, passando os paulistas a ocupar, na qualidade de ameaça ao trabalho de evangelização, o lugar antes reservado ao gentio. (MARTINS, 2007, p. 142).

Martins (2007) acredita que, depois das invasões do Tape, Montoya alterou sua posição com relação aos indígenas. Isso porque, segundo a autora, as características que o jesuíta utilizava para se referir aos povos nativos passam a designar, após as invasões, os paulistas. Martins cita como exemplo as expressões “homicidas”, “possessos do demônio” e “tigres ferozes”. Martins (2007) resume a visão de Montoya sobre os Guaranis e sobre os bandeirantes. Quanto aos primeiros, a historiadora fala que Montoya elabora uma representação multifacetada, tratando os indígenas como ameaçadores guerreiros e como doces gentios, ao mesmo tempo. Já os segundos, coloca Martins (2007), Montoya narra como “[...] fonte de toda maldade.” (MARTINS, 2007, p. 143).

Por sua vez, Chamorro (2015) coloca, na perspectiva da historiografia das missões, que a evangelização jesuítica no Paraguai⁵ ocorreu por meio da redução dos indígenas em povos. Isso porque, segundo a autora, ao “[...] abandonar su antigua costumbre de vivir en selvas, sierras y valles, junto a arroyos escondidos, en casas distantes unas de otras.” (CHAMORRO, 2015, p. 19) os nativo-americanos se tornavam menos resistentes ao cristianismo.

Nas reduções, diz Chamorro (2015), os indígenas eram iniciados à vida política civilizada, coordenada pelos padres missionários. Os nativos

⁵ Entendido, aqui, como parte essencial das reduções do Guayrá.

das Américas aprendiam, segundo a historiadora, a cultivar o algodão para a fabricação de roupas – relato que aparece na obra “Conquista espiritual” de António Ruiz de Montoya. Chamorro (2015) fala que Montoya, entre os jesuítas missioneiros, tornou-se especialmente próximo aos Guaranis e, assim, aprendeu a falar e escrever a língua

[...] gracias a sus maestros indígenas y no indígenas: el sacerdote criollo Rodrigo Melgarejo, [...] el lenguaraz capitán Bartolomé de Escobar, que ya había asesorado a fray Luis Bolaños, y la comunidad indígena guaraní hablante, sobre cuya importancia en su aprendizaje de la lengua el mismo Montoya escribió [...] (CHAMORRO, 2015, p. 21).

Para Chamorro (2007), a militância de Montoya em favor do direito dos povos nativos das Américas “[...] evoca el coraje de Bartolomé de las Casas (1474-1566) en Mesoamérica [...] y de Antonio Vieira (1608-1697) en el Brasil.” (CHAMORRO, 2007, p. 257).

Conclusões Parciais

A partir da brevíssima análise historiográfica realizada neste artigo, percebe-se que há aproximações e distanciamentos entre as abordagens das disciplinas de Filosofia e História. A primeira procura complexificar a narrativa da obra “Conquista espiritual” e, por consequência, a formação ideológica⁶ de Montoya. Já a segunda prioriza a correlação entre a escrita do autor e os eventos presenciados por ele.

Ainda assim, ambas as áreas do conhecimento se preocupam em esclarecer que a narrativa criada por Montoya não deve ser considerada etnográfica ou histórica. Pelo contrário, Martins (2007) aponta que o padre escreve de maneira hierárquica, priorizando acontecimentos e características que contrastam com sua formação clerical ou, ainda, que correspondem a essa. Já Culleton (2015) afirma que o padre Montoya criou

⁶ No sentido de uma ideia que é lógica.

um misticismo original e, por isso, é necessário analisar o livro “Conquista” considerando o pensamento (e, por consequência, a formação eclesiástica e a influência escolástica) do autor.

Futuramente, pretende-se retomar o estudo do livro “Conquista espiritual” a partir da leitura de produções historiográficas nas subáreas da História Indígena e da História dos Índios.

Referências

- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Nova cultural, 1991.
- AQUINO, Tomás De. 2005. **Suma teológica**. São Paulo: Loyola, 2005.
- BARROS, José D’Assunção. A escolástica em seu contexto histórico. Goiânia: **Fragmentos de cultura**, 2012.
- BERTOLDO, Fernando C. Bartolomeu de Las Casas e José de Acosta: um estudo comparativo sobre seus métodos de evangelização. S/ cidade: **Espaço teológico**, 2017.
- CALAFATE, Pedro. A escola ibérica da paz nas universidades de Coimbra e Évora (século XVI). Lisboa: **Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa**, 2015. PDF, há o livro na biblioteca da Unisinos
- CANTARELLI, Margarida. A doutrina colonial para o novo mundo: Francisco de Vitória, um decênviro do Direito Internacional. In: Margarida Cantarelli. **Poder, política y derechos humanos**. Recife: Massangana, 2005, p.30.
- CERTEAU, Michel De. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1982.
- CHAMORRO, Graciela. Antonio Ruiz De Montoya: misionero etnógrafo del Paraguay. Barcelona: **Boletín Americanista**, 2015.
- CHAMORRO, Graciela. Antonio Ruiz de Montoya: promotor y defensor de lenguas y pueblos indígenas. São Leopoldo, **Instituto Humanitas Unisinos**, 2007.
- BOSCO, Thales. **Aristóteles e São Tomás de Aquino**: importância para o direito contemporâneo. S/ cidade: S/ editora, s/ ano.

CULLETON, Alfredo S. O itinerário intelectual e místico de Antonio Ruiz de Montoya (1585-1652). Porto Alegre: **s/ editora**, 2015.

CULLETON, Alfredo S. Antonio Ruiz de Montoya's Firestone of Divine Love (Sílex del divino amor): The Spiritual Journey of a Jesuit among the Guaraní. Leiden: **Koninklijke brill nv**, 2018.

CULLETON, Alfredo S. Mutability and immutability of the IUS gentium accordin Suárez. In: Culleton; Pich. (Org.). **Right and Nature in the first and second escolasticism**. 1a ed. Turnhout: Brepols, v. 1, p. 301-317, 2014.

GRUZINSKI, Serge. **A passagem do século - 1480-1520**: as origens da globalização. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

HONNEFELDER, Ludger. Metafísica de Suárez e a fundamentação do discurso sobre Deus. **Instituto Humanitas Unisinos**, 2017.

KLEINKAAUF, Renan. W. Uma trajetória: Arthur Rabuske S.J. e sua contribuição para a historiografia. São Leopoldo: **Instituto Humanitas Unisinos**, s/ ano.

MARTINS, Maria Cristina B. Acerca da guerra e da paz nas crônicas jesuíticas das reduções: o caso da conquista espiritual de Montoya. Porto Alegre: **Revista de História da PUCRS**, 2007.

MONTOYA. António R. D. **Conquista espiritual**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1892.

MONTOYA. António R. D. **Sílex del divino amor**. Lima: PUCP, 1991.

NEUMANN, Eduardo. **O trabalho guarani-missioneiro no Rio da Prata Colonial**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

REBES, Isabel A. de. **Antonio Ruiz de Montoya**: testemunha de seu tempo. Uruguaiana: Viapampa, 2017.

SANTOS JUNIOR. Valdir D. Dos. **A trama das ideias**: intelectuais, ensaios e construção de ideias na América Latina (1898-1914). 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, USP, São Paulo.

VITÓRIA, Francisco De. **Relecciones sobre los índios y el derecho de guerra**. Madri: Espasa-Calpe, 1975.

**Do temporal ao espiritual:
as relações com o rei de Portugal reveladas
na narrativa de Francisco Xavier**

*João Vitor Santos*¹

Projeções e caminhos

Passado o período das expansões marítimas e conquistas de novos territórios *além mar*, as monarquias ibéricas católicas ingressam no século XVI com o desafio não mais somente de reclamar a posse das terras, mas de assegurar que as mesmas sejam mantidas como posse da coroa. O caso português é marcado pelo pioneirismo no avanço sobre o Atlântico, pela forja do traçado de navegação que contorna a costa africana até chegar ao ponto mais a Oriente, a Índia, solidificando uma das características do império português: um império erguido sobre o mar, assegurando a primazia no controle e uso dessas rotas muito mais do que a incursão profunda sobre os novos territórios (Boxer, 1969, p.59-81; p. 203-242). Ainda assim, embora estabelecesse relações de feitorias com as terras africanas e até com as novas conquistas à Oriente, era preciso assegurar que essas relações fossem de subserviência ao rei português. Sendo assim, nada mais elementar do que tornar essas populações súditas do rei e, logo, confirmando isso através do batismo e cristianização desses povos.

¹ Graduando em História, Unisinos; jorn.jvsantos@gmail.com

A questão toda é que esse batismo em massa não vai assegurar a unidade desses povos, especialmente em culturas mais distantes da realidade do Ocidente católico europeu, como é o caso da Índia. Ou seja, a Igreja Católica é fundamental na conquista para realizar os batismos dos povos e os tornar súditos do monarca. Mas, com o passar do tempo, a perenidade dessa cristianização vai permitir que antigas práticas culturais nativas se sobressaiam e tornem a ameaçar não só a posse da terra, mas o controle das populações que lá vivem – e das rotas e relações comerciais. Nessa nova fase, o desafio é solidificar os batismos e fazer dele não só um arremedo hierárquico, mas práticas políticas, culturais e sociais (Boxer, 1978. P. 85-149). É nesse contexto que se insere a Companhia de Jesus, fundada em 1534, e a figura de Francisco Xavier que, além de pertencer ao primeiro grupo de jesuítas e ser muito próximo ao próprio fundador, Inácio de Loyola, é o primeiro que vai se lançar em missão.

É esse o contexto sobre o qual é constituída a pesquisa intitulada *A construção de missão e o olhar sobre o outro - narratologia em cartas de Francisco Xavier*, proposta por esse autor, que busca analisar no que consiste a experiência de missão para os primeiros jesuítas e como, nessa experiência de missão, se estabelece a relação com os povos nativos, o outro². Pesquisa essa que compõe um projeto maior, da pesquisa coordenada pelo professor Luiz Fernando Medeiros Rodrigues, “*Ad Christi similitudinem*”. *Formas discursivas e construção da identidade na Companhia de Jesus entre os séculos XVI e XIX*, que, em alguma medida e por essas formas discursivas, busca compreender uma ideia de identidade para a Companhia de Jesus. Assim, para avançar nos movimentos da pesquisa proposta por esse autor, metodologicamente proponho desacoplagens de conceitos – ou mesmo relações conceituais e movimentos analíticos menores – que devem ser trabalhados e os quais, supõe-se, devem subsidiar

² Aqui toma-se “o outro” como aquele diferente de si, uma apropriação a partir do conceito lacaniano. Jacques Lacan (1998; 1985) vai apresentar “O Outro” [autre, em francês, numa conexão direta com o latim alter, o que também vai originar o termo “alteridade”] como a alteridade radical, assim o distante e diferente de mim do que me é próximo, do que me é semelhante.

as análises da pesquisa propriamente dita. São projeções de caminhos propostos a se trilhar. É nesse sentido que surge a pesquisa que dá origem ao presente texto. Nele, materializa-se a análise das relações que se estabelecem entre Francisco Xavier e D. João III, rei de Portugal.

Para tanto, sob o problema de pesquisa “como e que relações Francisco Xavier estabelece com o rei João III?”, busca-se inferir que relação é essa a partir da análise narratológica³ de seis cartas escritas por Francisco Xavier entre março de 1540 a março de 1541, período que vai desde a sua ida a Portugal até o seu envio para a Índia. Podemos elementarmente supor, pelas relações que se estabelecem entre as monarquias ibéricas e a Igreja Católica, que a missão de Xavier seria de garantir que estes novos cristãos e terras sejam de fato assegurados como súditos e posse do rei, uma vez que a missão de Francisco, como enviado diretamente pelo fundador da Companhia a Portugal passa a atender a um pedido do rei português ao Papa, vinculado a obediência ao Papa e o serviço ao monarca. No entanto, a hipótese que avança-se é de que há mais do que essa relação de causa e efeito apresentada de forma tão simplificada, pois, pela análise das cartas é possível se inferir que os jesuítas, dada a sua experiência e forma de apreender o contexto que os cercam a partir da prática dos Exercícios Espirituais⁴, perceberão que será necessário uma outra espécie de missão, que se dará na aproximação com outras culturas e só então chegando a uma possível conversão, prática que será muito própria da Companhia de Jesus e que irá além do ato simbólico do batismo.

³ Aqui, compreende-se Narratologia como a teoria que se detém sobre a narrativa. Nesse caso, narrativa não é compreendida apenas como uma organização cronológica de fatos e acontecimento, mas sim a constituição de cenário, de mundos, através de um texto que não só organiza cronologicamente, mas os inscreve numa cadeia de sentidos, segundo observa Motta (2005).

⁴ Os Exercícios Espirituais são à base da espiritualidade da Companhia de Jesus. A partir de sua experiência e prática ao longo de duas décadas de peregrinações, meditações estudos, Inácio de Loyola constitui uma espécie de guia com um conjunto de normas e procedimentos de oração que favorecem a meditação. O objetivo é colocar em exercício não só a mente e o espírito, mas também o corpo, tendo como característica principal os movimentos voluntários e a tomada de consciência. Desenvolvidos ao longo de quatro semanas, os Exercícios buscam uma experiência muito particular de aproximação com o Cristo. Diferentes das orações e meditações medievais, os Exercícios Espirituais trarão como diferencial a organização em forma de manual, capaz de ser ministrado por qualquer um seguindo as orientações. Os fundadores da Companhia praticam os Exercícios com a orientação de Inácio. Assim, todos passam a ter em comum essa experiência de realização dos Exercícios Espirituais. (DE RYBADENEYRA, 1967; LOYOLA, 2000 e LOYOLA, 2005).

A narrativa jesuítica desde a experiência de aproximação com Cristo

Um dos monumentos mais conhecidos e visitados de Portugal, o Padrão dos Descobrimentos (também chamado Monumento aos Navegantes), situado em Lisboa, na freguesia de Belém, é uma homenagem a 32 figuras importantes para os descobrimentos e consolidação do império marítimo português. Destacado à beira do rio Tejo, onde hoje é um memorial, a escultura remonta a proa de uma embarcação que leva esculturas que vão desde infante D. Henrique, a Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral. A obra foi concebida pelo arquiteto Cottinelli Telmo (1897 – 1948) e pelo escultor Leopoldo de Almeida (1898 – 1975), em 1940, em material perecível e, mais tarde, em 1960, ganhou a atual dimensão em betão e cantaria de pedra rosal de Leiria com 56 metros de altura, 20 metros de largura e 46 de comprimento.

Como não é de surpreender em uma monarquia católica, três religiosos são representados: o franciscano Henrique de Coimbra, que integrava a armada de Cabral que chegou ao Brasil, e o dominicano Gonçalo de Carvalho, que incursionou pelo Congo em 1610. A terceira escultura de religioso no conjunto é de Francisco Xavier, que encontra-se destacado dos demais (os freis estão no lado oeste e Xavier está à leste). Também chama atenção o fato de que os dois primeiros estão lado a lado, cercados pelo poeta Luis de Camões (? – 1570/80) e o escritor Fernão Mendes Pinto (1510 – 1583), enquanto Xavier está entre o governador da Índia Afonso de Albuquerque (1460 – 1515) e o capitão Cristovam da Gama (1515 – 1542), filho de Vasco da Gama, que vai aos 16 anos para a Índia e tem grande destaque nos confrontos com exércitos turcos (CAMPOS, CARNEIRO, 1994). Mais do que questionar a escolha de Xavier para integrar o conjunto, é interessante observar o lugar que ocupa no imaginário português. Estaria ele noutra lugar para além do religioso? Seria esse um espaço entre o temporal e o espiritual? São questões que também inspiram a presente investigação e sustentam o problema de pesquisa.

Para tanto, é preciso que conheçamos brevemente a figura de Francisco Xavier e a própria Companhia de Jesus nesse contexto, uma vez que, segundo a análise Narrativa, a experiência impacta na forma como narramos o mundo que vemos e experienciamos (MOTTA, 2005). Xavier, nascido em 1506, vivia em Navarra, na Espanha, até o castelo da família até 1512, quando tropas castelhanas e aragonesas, comandadas por Fadrique Álvarez de Toledo, 2.º Duque de Alba, atacam o Reino de Navarra. Até 1515, a região viveu intensas disputas, desgastando a própria família de Xavier, pois esta se perfila junto a resistência. Com irmãos seguindo como resistentes e o pai morto quando o jovem Francisco tinha apenas nove anos, a mãe decide tirar o filho desse contexto e o envia para estudar. Porém, como não queria que ele fosse para universidades dos invasores, Salamanca e Alcalá, o envia para o Colégio de Santa Bárbara, em Paris. De lá, segue para Universidade de Paris, onde conclui os estudos em filosofia, literatura e humanidades. É nesse período que conhece Inácio de Loyola (PAIVA, 1984) (SCHURHAMMER, 1992).

Xavier era conhecido entre os colegas de universidade pela inteligência e dedicação aos estudos. Não levou muito tempo até que despertasse a atenção de Inácio de Loyola. Esse, por sua vez, já vivera a experiência pessoal de conversão e dividia com os mais próximos a experiência da realização dos Exercícios Espirituais. Enquanto Inácio desejava formar um grupo de apóstolos para pregar o cristianismo, Xavier estava mais preocupado em conquistar o mundo através de seu trabalho e estudos, distante de uma vida de peregrino ou religioso (O'MALLEY, 2004). Mas, apesar da resistência – pois inicialmente Xavier não quer abrir mão da vida acadêmica e oferecer seus conhecimentos à vida missionária, mas, dada a insistência de Inácio, acaba sendo tocado pela possibilidade de usar seus conhecimentos em missão –, Xavier acaba cedendo e alia-se a Inácio. Assim, em 1534, um grupo de seis estudantes (o francês Pedro Fabro, os espanhóis Francisco Xavier, Alfonso Salmerón, Diego Laynez, e Nicolau de Bobadilla e o português Simão Rodrigues) encontraram-se na Capela dos

Mártires, na colina de Montmartre (Paris), e proferes os votos, o que dá origem a Companhia de Jesus.

Inicialmente, o objetivo era desenvolver trabalhos hospitalares e missionários em Jerusalém. Impossibilitados de seguirem em peregrinação à Terra Santa, o grupo decide se colocar a serviço do pontífice, aceitando qualquer missão designada por esse. Institucionalmente, a Companhia de Jesus nasce em 1540, quando o Papa Paulo III confirma, através da bula *Regimini militantis Ecclesiae*, a criação da Ordem religiosa. Antes disso, em 1538, Inácio viaja a Roma, com Fabro e Laínez, para pedir a aprovação da Ordem. Eles vão municiados do plano das Constituições da Companhia de Jesus, que acaba sendo aprovado. As Constituições é uma espécie de compêndio de regras e normas que devem orientar a nova congregação religiosa.

Historiadores da Companhia como O'Malley, Lacouture (1993) e Bangerter (1972), destacam a organização da Companhia de Jesus que, desde sua fundação vai se preocupar não só com uma série de normas e orientações, como também vai institucionalizar o registro de todas as ações do grupo. Daí a importância que as correspondências assumem para a Companhia, pois já desde as primeiras ações do grupo as informações deveriam ser compartilhada entre eles através de cartas (RODRIGUES, 2010). Isso inscreve a Companhia num marco importante na transição entre o mundo Medieval e o Moderno. Perla Chinchilla Pawling (2004) ainda vai observar como a inscrição da Companhia se dá no exato momento em que o mundo vai se converter da cultura oral para escrita e como isso vai ter seu significado na composição de lugar, o espaço da Companhia justamente no momento dessa virada. E isso será fundamental para a organização do grupo no que diz respeito a preparação de sermões e pregações, que se darão de formas e lógicas diferentes do que vinha sendo praticado durante grande parte do medievo.

Mas não é só isso, pois a ideia de composição de lugar é algo muito forte e presente nos movimentos dos Exercícios Espirituais. É a *compositio loci*. Ou seja, a forma que se apreende e realiza os Exercícios Espirituais

também será a forma como o jesuíta vai torneando a sua forma de ver, sentir e interagir com o mundo.

José Benetido de Almeida Júnior (2018), observa que essa composição de lugar vai estar sempre presente nos movimentos iniciais e de retomada dos Exercícios Espirituais ao longo das semanas em que é desenvolvido. Para ele, essa é uma espécie de acionamento da imaginação, que tem centralidade nos Exercícios Espirituais.

Há uma nota de rodapé escrita pelo Pe. Géza Kövecses, SJ, bastante esclarecedora sobre o uso da imaginação nos Exercícios Espirituais: “A composição quer colocar o exercitante numa situação ‘existencial’ penetrando, por meio das imagens, na realidade divina; introduzindo-o, por meio do experimental visível, ao mundo sobrenatural, invisível. É preciso que o exercitante, durante a oração inteira, se conserve nessa ‘ambientação’ existencial, profunda, e que faça todas as suas reflexões dentro desta vivência global (LOYOLA 2015b: 33)”. Mais adiante nos Exercícios Espirituais Inácio propõe o exercício pleno da imaginação inúmeras vezes (...) (ALMEIDA JÚNIOR, 2018)

Essa imaginação pode ser tomada por um “imaginar-se em”, compor um lugar, para estar nele e sentir o que se sente neste lugar. Mais adiante, com a evolução dos Exercícios, vai ficando claro que esse sentir é sentir como o Cristo, aproximar-se do que sentiu. Em um rápido atravessamento, podemos afirmar que é se colocar diante da experiência do Cristo, do sofrimento à ressurreição. Não é difícil imaginar que todos os jesuítas que passaram por essa meditação tenham em comum uma capacidade de compor e se colocar num lugar e dentro dele mover seus afetos, suas emoções. Assim, talvez, essa possa ser uma importante chave de leitura do mundo pela qual passa o olhar dos jesuítas.

Essa não é uma afirmação objetiva e fechada, mas quem sabe um indicativo importante que possa ser levado em conta quando se olha para o Padrão dos Descobrindo e se vê Xavier num lugar que transcende até mesmo o espaço relegado a religiosos na monarquia católica portuguesa. Além disso, é por Xavier que vão ocorrer avanços importantes na consolidação da dominação portuguesa sobre a Índia. Quando Xavier viaja para

Índia, tem o desafio de consolidar esse domínio, mas acaba indo além e expandindo a presença da monarquia católica pela Ásia, especialmente o Japão.

Francisco Xavier morreu na China, em Sanchoão, em 3 de dezembro de 1552, quando ensaiava a entrada no país. Mesmo sem entrar propriamente na China, ele deixa a Companhia com raízes profundas e constituição de províncias na Índia, reconfigurando esse como um polo de irradiação da cultura ibérica católica a partir da relação com os brâmanes⁵, e no Japão, onde vai estreitar os laços com os bonzos⁶ numa forma de apropriar-se da cultura local para encrustar as lógicas católicas monárquicas ibéricas. (PAIVA, 1984) (SCHURHAMMER, 1992)

Um rei e um jesuíta

Os jesuítas chegam em território português durante o reinado de D. João III (1521 – 1557). Filho mais velho do rei Manuel I e sua segunda esposa, a infanta Maria de Aragão e Castela, João III nasce em 1502 e ascende ao trono em 1521, permanecendo como rei até sua morte em junho de 1557. É conhecido como O Piedoso, dada a sua grande fé e fervor ao catolicismo. Inclusive, é o que o leva a instalar o Santo Ofício em Portugal. Mas seu reinado é também marcado por muitas crises. Herdeiro de um vasto império, teve de enfrentar conflitos na costa africana e a ameaça de invasões mais à Oriente. Embora tenha expandido o império português até o Japão, foi obrigado a fazer concessões.

⁵ Brâmanes são membros da casta sacerdotal, a primeira do Varṇāśrama dharma ou Varṇa vyavastha, a tradicional divisão em quatro castas (varṇa) da sociedade hinduísta. São uma espécie de líderes religiosos em países como a Índia, mas que assumem grande influência política e cultural. (BRÂMANE. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2019. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Br%C3%A2mane&oldid=54620103>>. Acesso em: 28 mar. 2019).

⁶ Bonzos são como sacerdotes, monges ou homens místicos xintoístas. Poderia, ainda, ser servidor de um templo, estudioso de teologia e outras ciências humanas. No oriente antigo (séc V a XV), a tradução da palavra Bonzo se refere ao homem religioso, sacerdote ou não, que por sua cultura geral, serve de conselheiro, psicólogo, curandeiro de males físicos e espirituais, além de mediador de discussões e desentendimentos em sua comunidade. (BONZO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Bonzo&oldid=46832688>>. Acesso em: 28 set. 2016)

Também teve de enfrentar crises econômica em decorrência de obras públicas e gastos com a coroa, além de socorro a praças no Norte da África e pagamentos por acordos comerciais e territoriais, além da defesa das costas do Brasil (fora em seu reinado que Brasil é dividido nas Capitânias Donatárias) e da África. Também vivenciou problemas geopolíticos com a ascensão da Espanha de Carlos V e do Império Otomano que chega a cercar Viena em 1529 e a concorrência com França e Inglaterra. Nesse contexto, ainda há a proliferação da peste, quebras na agricultura e instabilidade climática, incluindo grande terremoto de Lisboa em 26 de janeiro de 1531. (PIMENTA, 1936) (BOXER, 1978)

Em todo esse contexto de crises, também não se pode desconsiderar que a expansão do protestantismo desde a Reforma (1517) é outro fator de grande preocupação para as monarquias católicas. Assim, é nesse cenário que D. João III começa a fazer apelos ao Papa Paulo III para que lhe envie mais missionários para que sejam mandados a territórios portugueses pois, embora muitos dos territórios já fossem posse da coroa, a primeira onda de cristianização não se encontrava mais tão coesa, dada a ameaças turcas, de práticas religiosas locais e até mesmo da ação de setores do protestantismo. Diogo de Gouveia, que administra o Colégio Santa Bárbara em Paris, onde surge o núcleo do jesuítas, aconselha o monarca a pedir a presença dos jovens e cultos integrantes da Companhia de Jesus. (PIMENTA, 1936)

D. João III pede que o embaixador de Roma sonde o grupo e se aproxime de seu líder, Inácio de Loyola. Ele, por sua vez, designa Simão Rodrigues e Nicolau Bobadilla para seguirem de Roma a Portugal. No entanto, Bobadilla adoece e Inácio percebe a importância de enviar alguém mais próximo e escolhe Francisco Xavier, considerado por ele um dos seus melhores homens. Em 1540, os jesuítas chegam a Portugal. (O'MALLEY, 2004) (PAIVA, 1984) (BOXER, 1978; 1969).

Na primeira carta analisada nesse conjunto, datada de 31 de março de 1540 e enviada de Bolonha, endereçada a Inácio de Loyola, Francisco

Xavier revela que o embaixador português em Roma era um grande entusiasta da Companhia de Jesus. Ele é Pedro de Mascarenhas (1483- 1555), que anos mais tarde (entre 1554 e 1555) vai se tornar vice-rei da Índia. A narrativa já revela uma associação do jesuíta com o poder temporal.

El Señor Embaxador he haze tantos regalos, que non podría acabar de scribirlos. Y no sé como podría sufrirlos, sy no pensasse, y quase por certo tubiesse, que apud indos non com menos de la vida se hubiessen de pagar. Em Nuestra Señora de Loreto el domingo de ramos lo confessé y comulgué con muchos de su cassa, y em la capilla de Nuestra Señora dixé missa, y el buen Embaxador hizo que simul com él se commulgassen todos los de su cassa dentro de la capilla. (Francisco Xavier, 31 março de 1540, escrita de Bolonha a Inácio de Loyola. Monumenta Xaveriana, ex autographis vel ex antiquioribus exemplis collecta. T. 1. Sancti Francisci Xaverii epistolae aliaque scripta complectens, quibus praemittitur ejus vita a P. Alexandro Valignano, ex India Romam missa. Matriti: typis Augustini Avrial, 1899. (Mon. Xav., I, doc. 5))

É elementar que essa associação se dê, mas é interessante observar como Xavier vai apreender a importância de ter ascendência sobre a autoridade temporal, mas sem perder ou enfraquecer a relação com o próprio poder eclesial, quando no caso refere ao cardeal de Ybrea (Ivrea, Itália), Bonifácio Ferreri.

Al Señor Cardenal Ybrea ablé mucho a mi plazer por el orden que me escribis-tes. Me rescibió muy humanísimamente, offrescryéndose mucho de faborescermos em todo lo que pudiesse. El buen biejo quando me despídia dél començóme a abraçar, yo a berrarle las manos, y em la mietad del razonamiento que le hize me posse de rodillas, y em nonbre de toda la Compannía le vesse las manos. (Francisco Xavier, 31 março de 1540, escrita de Bolonha a Inácio de Loyola. Monumenta Xaveriana, ex autographis vel ex antiquioribus exemplis collecta. T. 1. Sancti Francisci Xaverii epistolae aliaque scripta complectens, quibus praemittitur ejus vita a P. Alexandro Valignano, ex India Romam missa. Matriti: typis Augustini Avrial, 1899. (Mon. Xav., I, doc. 5))

Rapidamente, podemos inferir que a recém criada Companhia de Jesus precisava se perfilar tanto no apoio do poder temporal quando eclesial. O que não quer dizer que Xavier e seus companheiros não se movessem

pela gratuidade da ação de cristianização, pois, afinal, eles viveram a experiência dos Exercícios Espirituais que incute uma mística de tudo realizar pelo Reino e a Glória de Deus e, assim, passam a ter essa mística na própria relação entre as pessoas e o poder. Por isso, é importante destacar que, ainda na viagem a Lisboa, o religioso vai assumindo um lugar estratégico entre os poderes, mas sem esquecer de ministrar os sacramento, especialmente confissões. Nessa mesma carta de 31 de março de 1540, descreve que passa grande parte do tempo em Bolonha a atender confissões de diferentes pessoas.

Francisco Xavier volta a escrever para Inácio em 23 de julho de 1540, quando cita brevemente o restante do percurso até chegar em Lisboa, num tempo que, segundo escritos de Pedro Mascarenhas, vai de 15 de março, quando deixam Roma, até fins de junho, quando chegam em Lisboa (SCHURHAMMER, 1992). Essa é a primeira carta em que o jesuíta refere suas impressões a respeito do monarca. Do encontro, fica claro interesse de D. João III em saber mais da Companhia e de seus propósitos.

Después que passaron três o quatro días que llegamos em esta ciudad el Rey nos mandó llamar e nos rescibió muy begninamente. Estava él solo com la Reyna em uma câmara, donde estuvimos más de um hora com ellos, y nos demandaron muchas particularidades acerca de nuestro modo de proceder y del modo que nos conocimos y juntamos, y quales fueram nuestros primeiros desseos (...)(Francisco Xavier, 23 julho de 1540, escrita de Lisboa a Inácio de Loyola e Nocolau Bobadilha. Monumenta Xaveriana, ex autographis vel ex antiquioribus exemplis collecta. T. 1. Sancti Francisci Xaverii epistolas aliaque scripta complectens, quibus praemittitur ejus vita a P. Alexandro Valignano, ex India Romam missa. Matriti: typis Augustini Avrial, 1899. (Mon. Xav., I, doc. 6))

Depois, Xavier narra como os feitos que apresentou foram encantando o casal real e, mais tarde, todos os que o cercavam. Não demorou para que tomassem a confiança do rei e em bem pouco tempo já estava diante da família real e lhe era indicado que também atendesse a corte de João III – mais tarde seriam os jesuítas os confessores régios.

(...) y al fin de todas las pláticas Su Alteza mandó llamar sua hija la Infanta y su hijo el Príncipe para que los viésemos, y diónos parte de los hijos y hijas que nuestro Señor le havia dado, y de los que se le an muerto y de los que viven.

Y assy el Rey como la Reyna nos mostraron mucho amor. Encomendónos mucho Su Alteza aquel mesmo día que le hablamos, que confessássemos los gentiles hombres mancebos de su corte, porque el Rey há echo uma constituição em su corte, que todos los gentiles hombres mancebos se confiessen de ocho a ocho días; y nos encommendó mucho que mirássemos por ellos. (...) (Francisco Xavier, 23 julho de 1540, escrita de Lisboa a Inácio de Loyola e Nocolau Bobadilha. Monumenta Xaveriana, ex autographis vel ex antiquioribus exemplis collecta. T. 1. Sancti Francisci Xaverii epistolae aliaque scripta complectens, quibus praemittitur ejus vita a P. Alexandro Valignano, ex India Romam missa. Matriti: typis Augustini Avrial, 1899. (Mon. Xav., I, doc. 6))

Pela forma como Xavier compõe a narrativa, é possível apreender que o rei mostrava-se suspeito com os novos religiosos, mas que em bem pouco tempo de contato já se abria à Companhia. E não por acaso, pois no contexto de crises a disposição dos jesuítas vinham muito bem a servir às necessidades da coroa. Ainda assim, Xavier não vai de imediato para a Índia. De fato, sua missão iniciara em terras lusitanas e com o desafio de despertar o prestígio do monarca. Isso também era importante para a Companhia que, recém fundada, precisa de um espaço no qual pudesse afixar suas bases e arrematar novos membros. Aliás, Xavier sempre narra que tão logo chega em Lisboa começa a orientar os Exercícios Espirituais a quem deseja. No tempo que fica em Portugal, administra tanto a orientação dos Exercícios quanto ministra os sacramentos.

Nessa mesma carta, Xavier relata que é procurado por muitos clérigos que insistem que a Companhia deveria ficar em Portugal e não partir para Índia, uma vez que teriam ali muito mais frutos do que ao irem nessa jornada, especialmente a figura de Xavier. Há essa altura muitos já haviam feito os Exercícios, entre eles nobre, teólogos e até o infante D. Henrique, irmão de D. João III, e novos membros começavam a ser arrematados. De outro lado, a Companhia já começa a ter em sua posse colégio e casas

de instrução de noviços. Xavier chega a titubear sobre a partida – manifesta isso nessa carta e em outra de 26 de julho de 1540 – uma vez que goza de prestígio do rei e pode aumentar as bases da Companhia em Portugal.

El Obispo, amigo nuestro, noa há dicho que el Reyno está de todo determinado para inbiarnos a la Indias, parescyéndoles que acá no menos serviremos a nuestro Señor que allá. Instaron dos Obispos, parescyéndoles que em ninguna manera debemos quedar acá, syno ir a las Indias, parescyéndoles que algunos reyes habemos de convertyr (...)(Francisco Xavier, 26 julho de 1540, escrita de Lisboa a Inácio de Loyola e Pedro Codácio. Monumenta Xaveriana, ex autographis vel ex antiquioribus exemplis collecta. T. 1. Sancti Francisci Xaverii epistolas aliaque scripta complectens, quibus praemittitur ejus vita a P. Alexandro Valignano, ex India Romam missa. Matriti: typis Augustini Avrial, 1899. (Mon. Xav., I, doc. 7))

No entanto, em trechos seguintes, Xavier revela que, ao mesmo tempo que tem dúvidas sobre a necessidade da partida também reconhece que há muitas oportunidades na Índia. Em correspondências seguintes, ele revela que Inácio determina que vá e isso se dá diante do relato que faz, de que a Índia era uma terra auspiciosa em que a conversão frutificava. Isso chega a Xavier pela narrativa de membro da corte e, mais adiante, pelo próprio relato do rei. Afinal, o cenário em Goa também preocupava a corte. D. Garcia de Noronha (1479 – 1540), vice-rei e governador da Índia entre 1538 e 1540, e seu sucessor, D. Estêvão da Gama (1505 – 1576), que esteve no cargo de 1540 a 1542, não tinham a mesma destreza para lidar com problemas locais, como as ameaças de invasões e mesmo insurreições de nativos que, apesar de batizados e confessos como súditos do rei português, efetivamente não deixavam de exercer suas antigas práticas locais. Era um período muito diferente do da gestão de Nuno da Cunha (1487 – 1539), entre 1529 – 1538, e mesmo dos primeiros anos de D. Garcia de Noronha, em que houve avanços em territórios e solidificações de terras já conquistadas (BOXER, 1978; 1969) (PIMENTA, 1936).

Francisco Xavier acaba viajando para Índia com D. Martim Afonso de Souza (o mesmo primeiro donatário da Capitania de São Vicente no Brasil), que é outro grande incentivador da ida dos jesuítas para Oriente. E não é por acaso, pois ele assumiria no lugar de Estêvão da Gama como governador da Índia. Xavier relata sempre muito o empenho de Martim Afonso em promover a viagem e defender a ideia da importância dos jesuítas nessa missão. Ou seja, esse é um momento de troca de comando e de conflitos na Índia. Nada mais conveniente do que promover uma associação mais íntima com os missionários que passariam a exercer o poder espiritual nessas terras. Assim, em 18 de março de 1541, Xavier escreve carta de Lisboa informando que sua viagem para Índia está próxima. Narra longamente que a viagem está acertada, pede medidas de ordem administrativa e explica que, provavelmente, tornará a escrever somente da Índia.

Depois, há ainda uma carta com a mesma data, também a partir de Lisboa (fora do corpus selecionado para análise na presente pesquisa), em que se dirige aos padres Claudio Jayo e Diogo Laínez, na qual trata de uma série de questões administrativas, entre as quais a ordenação sacerdotal de Francisco Mansilhas⁷, novo membro da Companhia que seguirá com ele para Índia. Xavier volta a se corresponder com os companheiros residentes em Roma somente em 1º de janeiro de 1542, a partir de uma parada que fazem em Moçambique. Nela, embora de forma breve, narra os desafios da viagem e dura realidade dentro de uma embarcação. De Goa, Índia, ele só vai escrever aos companheiros em Roma em 20 de setembro de 1542 (antes, porém, em maio de 1542, em Goa, Xavier escreve uma adaptação do Catecismo, um breviário), quando remonta toda a viagem e as primeiras impressões acerca da Índia⁸, que, de imediato, desmontam a ideia que fora construída pelo rei e pelas autoridades portuguesas ainda em Lisboa.

⁷ No Oriente, Mansilhas será o braço direito de Xavier. É ele quem fica nos colégios e redutos dos jesuítas enquanto Xavier vai incursionar em outras missões.

⁸ Essas duas últimas cartas e o breviário já foram objeto de análise. O resultado está no texto “A construção de missão e o olhar sobre o outro – narratologia em cartas de Francisco Xavier”, apresentado no XVII Jornadas Internacionais sobre Missões Jesuítas, em 2018, disponível em <http://oikoseditora.com.br/files/CompanhiaE-Book.pdf>.

D. João III e o modo de ser português na narrativa de Francisco Xavier

Seguindo os passos da análise narrativa do que Francisco Xavier vai constituindo nas cartas, é possível apreender não só que há de fato uma aproximação entre D. João III e o jesuíta, mas também é possível perceber como ele vai revelando suas impressões acerca do monarca e como essa aproximação frutifica. É muito provável que Xavier já soubesse – nessa altura – da fama de O Piedoso, mas, das leituras textuais das cartas, é possível perceber como vai desvelando a figura do rei e, ao mesmo tempo, reforçando o que sabe dele e também revelando suas novas impressões acerca do mesmo.

Dacá os aguo saber como el Rey, paresciéndole bien nuestro modo de proceder, assí por la experientia que tiene de fruto espiritual que se haze, como esperando maior quantos más fueren, está del [ibera] do de [e h] azer um collegio y uma cassa de los nuestros, es a saber, de la [Compañ] ía de Jesús. (Francisco Xavier, 18 março de 1541, escrita de Lisboa a Inácio de Loyola. Monumenta Xaveriana, ex autographis vel ex antiquioribus exemplis collecta. T. 1. Sancti Francisci Xaverii epistolas aliaque scripta complectens, quibus prae-mittitur ejus vita a P. Alexandro Valignano, ex India Romam missa. Matriti: typis Augustini Avrial, 1899. (Mon. Xav., I, doc. 11))

Na leitura de todas as cartas selecionadas no corpus dessa pesquisa, foram mapeadas as vezes e a formas que Xavier vai se relacionar com certos personagens, que podem ser aglutinados em grupos: autoridade temporal (embaixador, em determinado momento, e, depois, o rei), a corte e a família real e as demais autoridades, como a eclesial e pares religiosos (como o capelão do embaixador). São basicamente esses os personagens de quem ele fala e, embora seja significativa a recorrência que cita, primeiro o embaixador e, depois de chegar a Lisboa, “El Rey” propriamente, é interessante observar a forma, as palavras e construções frasais que vai tecer para descrever essas pessoas e ou a forma como se relaciona com ela.

El Rey habló a um Obispo que mucho nos ama, y a um confessor suyo, para que predicásemos: nosotrosdificiréndolo por algunos días por primero entrar

las cassas baxas, nos mostramos voluntad de querer predicar aunque todos los que nos conosco no dessean outra coza. (Francisco Xavier, 23 julho de 1540, escrita de Lisboa a Inácio de Loyola e Nicolao de Bobadilla. Monumenta Xaveriana, ex autographis vel ex antiquioribus exemplis collecta. T. 1. Sancti Francisci Xaverii epistolae aliaque scripta complectens, quibus praemittitur ejus vita a P. Alexandro Valignano, ex India Romam missa. Matriti: typis Augustini Avrial, 1899. (Mon. Xav., I, doc. 6))

Na mesma medida em que vai descrevendo essas relações que se estabelecem, Xavier vai demonstrando ser um grande observador por detectar nesses laços que começam a se estabelecer, entre a coroa e a Companhia, a oportunidade que vai encontrar não só para “servir para a glória de Deus”, mas também perceber espaços em que essa servidão pode ser associada com o crescimento da própria Companhia. Toda essa aproximação com o novo religioso que chega em terras lusas está estritamente relacionada com a sua forma de pregar, pois traz nela uma espécie de chave de leitura, uma organização discursiva que deriva dos Exercícios Espirituais, que, por si só, é uma prática da Companhia que seduz a muitos.

Quando destaca ações coletivas maiores, refere como “povo” e “muitas personas”, sem maiores especificidades. Um exemplo é como fica impressionado com a fé e religiosidade dos portugueses, em geral, quando chega a Lisboa. Fé que reconhece, mas que também percebe que pode ser ainda melhor trabalhada desde as perspectivas jesuíticas impulsionadas, novamente, pelos Exercícios Espirituais.

Acá ay muchas buenas personas, que biven com desseos de servir a nuestro Señor, si huviesse quien les ayudasse, dandoles algunos exercicios espirituales para poner em obra el bien que de día em día deffieren de hazer (...)

(...)

(...) Este conocimiento entero ayuda a muchos para espertarse y para que no allen paz donde no l'ay, principalmente aquellos, que contra toda razón procuran de traer a nuestro Señor adonde ellos dessean, no quiriendoyr adonde Dios nuestro Señor los llama; dexándose guiar mas por sus desordenadas afecciones, que por los Buenos desseos que em ellos habitan (...)

(Francisco Xavier, 23 julho de 1540, escrita de Lisboa a Inácio de Loyola e Nicolao de Bobadilla. Monumenta Xaveriana, ex autographis vel ex antiquioribus

exemplis collecta. T. 1. Sancti Francisci Xaverii epistolae aliaque scripta compendens, quibus praemittitur ejus vita a P. Alexandro Valignano, ex India Romam missa. Matriti: typis Augustini Avrial, 1899. (Mon. Xav., I, doc. 6))

Assim, podemos observar como as relações vão se constituindo e, em meio a tudo isso, Xavier vai também insistindo em destacar como vai seguir ministrando os sacramentos, servindo nas obras, ou seja, de fato trabalhando nas atividades de sacerdote. No entanto, não se revela como qualquer sacerdote, mas sim um sacerdote atento a melhor forma se servir e fortificar a mística e inspiração do grupo recém formado, a Companhia de Jesus. Podemos, em outro rápido atravessamento, destacar o senso de oportunidade de Xavier, o que não tem nada a ver, creio eu, com o que pode vir ser tipificado como a estratégia⁹ da Companhia. É difícil falar em estratégia, pois Xavier deixa Roma sem bem ao certo saber o que vai encontrar. Mais do que uma estratégia, o que se revela é uma profunda arte de conhecer a figura humana e, a partir desse conhecimento, pôr em sintonia com a forma que vai apreender a relação com o próprio Cristo. Na medida em que os fatos vão acontecendo, ele vai discernindo – nos termos dos próprios Exercícios Espirituais – as saídas para as situações que se coloca e as oportunidades de mostrar não um novo cristianismo – talvez um jesuitismo –, mas de colocar em cheque e trazer outra chave de leitura para se compreender o próprio Cristo, diante da emergência de um mundo em transformação e de contato com diversas culturas.

Voltando a figura específica do monarca, é possível perceber que Xavier realiza, em sua narrativa, o que foi possível tipificar em três grandes movimentos: (1) o que ele encontra, o rei e a realidade que encontra; (2) o que ele constrói, diante desse rei e dessa realidade; e (3) o que ele projeta a partir desses contatos. Dentro desse primeiro movimento, sua narrativa vai confirmando a figura de um rei piedoso e de uma família real muito

⁹ Aqui, pensa-se estratégia não segundo categoria de Michel de Certeau (CERTAEU, Michel. A invenção do cotidiano. Petrópolis, RJ, Vozes: 1998), àquela vista no cotidiano, como soluções para problemas que emergem da rotina do dia-a-dia. A ideia aqui é tomar estratégia como um plano pré-concebido, em que se calcula cada movimento visando um resultado controlado. No caso em específico, o sucesso e solidificação das ações da Companhia de Jesus.

devota. No entanto, não deixa de perceber as relações políticas que se estabelecem na corte, e nisso podemos incluir toda a articulação para sua ida para Índia e mesmo a possibilidade de ele propriamente não ir – o que chega a ser aventado por influência de autoridades tanto temporais como eclesiais, conforme trazido anteriormente. Nessa mesma circunstância envolvendo sua partida à Índia e todas as dúvidas que a cerca, ele vai constatar – com a ajuda de Inácio, pelo que vai se percebendo (embora não tenha trabalhado objetivamente com as respostas de Inácio, apenas com as referências que Xavier faz delas) – a importância da expansão marítima portuguesa, dessa que é uma das mais célebres monarquias católicas e, portanto, da emergência de resolver questões que podem comprometer os avanços dessas monarquias, o que também afetaria a influência pontifícia na nova geopolítica que vai se desvelando. E, por consequente, a necessidade de desde esse flanco fazer apoio ao Papa.

Xavier, no segundo movimento, de construção, vai estabelecendo relações de confiança com o poder temporal e mesmo com o poder clerical local. Sem perder de vista a importância da missão evangelizadora, ele também vai encontrando nessa missão oportunidades para ir solidificando a Companhia de Jesus desde Portugal e no contexto em que a coroa está imersa. Com isso, consegue cada vez mais arrematar novos quadros para Companhia e criar espaços próprios para a formação. E tudo isso sem perder de vista a missão de afastar o protestantismo e unificar práticas religiosas e culturais em terras do Império Português, fortalecendo assim não só a monarquia católica, mas a própria relação entre o Papa e o rei. É por isso que num momento vai parecer que Xavier defende – e pede a ajuda de Inácio nisso – o rei junto ao pontífice e noutra parece fazer o movimento contrário. No meio de tudo isso, vai se solidificando a Companhia como uma espécie de entremeio entre o temporal e o espiritual num modelo de monarquia católica.

Vendo esse cenário, construindo essas relações diante dessas realidade, Xavier chega ao terceiro movimento, que é o de projeção. E, ao menos no corpus analisado nessa pesquisa, o cerne disso está na incursão

pela Índia. Afinal, Portugal não era um território desconhecido, pois além de estar na Europa já é uma monarquia católica. Sim, possivelmente ameaçada por invasões, crises geopolítica e o protestantismo, mas ainda uma monarquia católica de tradição incrustada na Europa e de frente para o mar. Já a Índia, o Oriente, são territórios que, embora conquistados, não são plenamente solidificados como parte desse império. Por isso haverá de ser o grande desafio para Evangelização. É por isso que Xavier começar a ver como os desafios da missão assegurar o aumento da cristandade, resolvendo os problemas de fé dos recém batizados (e dos que virão a ser batizados), ampliando e fortalecendo a Companhia, através do auxílio ao poder temporal.

Maria de Deus Beites Manso (2009) destaca que a relação da Companhia de Jesus com o poder régio não vai ser linear, havendo problemas no longo percurso. No entanto, na sua análise da chegada da Companhia em Portugal e depois na Índia, reconhece que há um favorecimento dos jesuítas a partir de D. João III, prolongando-se até o seu neto, Sebastião I, e ainda se estendendo pelo período dos reinados dos monarcas Filipe I, II e III, período da União Ibérica. É somente a partir daí que, segunda ela, dado o êxito da Companhia nas missões à Oriente e aumento das posses dos jesuítas, começa haver atritos entre os monarcas espanhóis, que vão sendo levados até a eclosão da crise entre a Companhia e coroa portuguesa já no reinado de D. José I (e uma série de questões que vai acabar com a expulsão dos jesuítas).

Nesse sentido, a análise de Manso vem a contribuir para pensar como a Companhia de Jesus, que embora vai constituir relações bem estreitas com a monarquia católica portuguesa, não vai indiscutivelmente defender os interesses temporais. Ao mesmo tempo, se olharmos a série de fatores que leva a supressão da Companhia de Jesus em 1773 pela autoridade pontifícia, veremos que os jesuítas acabam se afastando tanto poder régio em Portugal, como na França, nas Duas Sicílias, em Parma e no Império Espanhol e, depois de tal fissura, não encontram guarida nem mesmo diante do Papa Clemente XIV. Fatos que podem nos sugerir a interpretação de

que, em última medida, a Companhia de Jesus vai, a partir de sua experiência de contato com o Cristo nos Exercícios Espirituais, de fato, cerrar fileira somente consigo mesma. Afinal, diante da expulsão dos jesuítas das monarquias católicas do século XVIII e supressão pontifícia, vão se resguardar em lugares onde o poder pontifício não é reconhecido e onde, minimamente, conseguem manter a essência de sua experiência espiritual.

É passível de reconhecimento que tal ilação é precipitada. No entanto, ainda em Francisco Xavier e na narrativa que constitui do poder régio a partir da figura de D. João III é possível imaginar que a Companhia vai se ajustar num espaço de entremeio, entre o poder pontifício e o poder régio, como é possível supor a partir desse trecho de uma das cartas analisadas.

Los días passados os indiamos cartas del Rey para el Papa y para su embaxador, encomendando nuestras cossas como las suyas próprias; y para cartas de fabor de los desta corte ya no tenemos necesidad de intercessores. Y si no fuera por la muerte del Infante Don Duarte, escribiera Su Alteza outra bez a Ssu Sanctidad y al cardenal Santiquatro y a todas otras personas que allá por su intercessión os puede [n] dar fabor. (Francisco Xavier, 22 outubro de 1540, escrita de Lisboa a PP Petro Codacio ET Ig. de Loyola. Monumenta Xaveriana, ex autographis vel ex antiquioribus exemplis collecta. T. 1. Sancti Francisci Xaverii epistolas aliaque scripta complectens, quibus praemittitur ejus vita a P. Alexandro Valignano, ex India Romam missa. Matriti: typis Augustini Avrial, 1899. (Mon. Xav., I, doc. 9))

Isso significa que, desde a partida de Xavier de Roma, a Companhia, maquiavelicamente, vai traçar uma plano, uma estratégia política de dominação que vai além da Evangelização e promoção da fé católica, envolvendo jogos políticos entre o poder régio e o poder pontifício? Creio que possa parecer cedo afirmar que não, mas desde já fica clara que as estratégias e tomadas de decisão não se tão desde um plano fechado e acabado. Vão sim se realizando desde lógicas reflexivas de discernimento (muito evidente nas narrativas das cartas), um dos princípios chave da prática dos Exercícios Espirituais. A comprovação dessa hipótese se coloca como um caminho longo, ainda a ser percorrido no desenvolvimento da pesquisa e de outros movimentos de análises sobre um corpus ainda mais

estendido de cartas em que Francisco Xavier revela a sua narrativa nessa primeira experiência em missão. No tanto, aqui, da análise dessa relação que se estabelece entre um dos fundadores da Companhia de Jesus e uma das mais importantes monarquias da época, creio que emergem pistas que podem orientar novos caminhos, novas incursões em mundos que se revelam na forma como Francisco Xavier conta e narra a sua experiência de contatos com tais mundos, tendo sempre em perspectiva a influência da prática dos Exercícios Espirituais.

Dacá os ago saber como esta corte está muy reformada; y tanto, q [eu par] ticipa más de religión que de corte. Son tantos los que sin falar de oc [ho a] oco días se confiessan y commulgan, que es cosa para dar grantias y lo ores a Dios. Somos tan ocupados em confessions, que, sí fuésemos doblados de los que so [mos], teníamos sobrados penitentes, ocupándonos todo el día enterro, etiam parte de la noche, y esto de solos cortessanos sin entrar otra gente. Los que venían a negociar a la corte, quando estábamos em Almerin, estaban marabillados de ver la gente que se commulgada todos los domingos y fiestas; y ellos, viendo el buen exemplo de los de la corte, hazian lo mismo: de manera que, syfuermos muchos, no fuera ningún negociante, que primero no buscara de nogotiar com Dios que com el Rey. (...)

Dacá [no ay] más que hazermos saber más de quanto estamos para embarcar. Cessamos roga [ndo a] Christo nuestro Señor nos dé grantia de vernos y juntarnos en la otra vida corpor [a] lmente, pues em esta no sé si más nos veremos, assypo la mucha distantia de Roma a la India (...)(Francisco Xavier, 18 março de 1541, escrita de Lisboa a Inácio de Loyola. Monumenta Xaveriana, ex autographis vel ex antiquioribus exemplis collecta. T. 1. Sancti Francisci Xaverii epistolae aliaque scripta complectens, quibus praemittitur ejus vita a P. Alexandro Valignano, ex India Romam missa. Matriti: typis Augustini Avrial, 1899. (Mon. Xav., I, doc. 11))

Referências

BANGERT, V. História da Companhia de Jesus. São Paulo: Loyola, 1972.

BOXER, C. R. A Igreja e a expansão ibérica (1440 – 1770). Lisboa, Portugal: Edições 70, 1978.

BOXER, C. R. O Império Colonial Português (1415 – 1823). Lisboa, Portugal: Edições 70, 1969.

CAMPOS, Nuno / CARNEIRO, Isabel: O Padrão dos Descobrimentos – roteiro para visita de estudo, Coimbra, 1994. Disponível em < padraodosdescobrimentos.pt>, acessado em 02/01/2020.

CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005. Rio de Janeiro/RJ. Anais...Rio de Janeiro/RJ: Intercom/UERJ, 2005.

DE RYBADENEYRA, Pedro. Vida de Ignacio de Loyola. 3. ed. Madri: Espasa-Calbe, 1967.

LACAN, Jacques. Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, Jacques. O Seminário: livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise (1954-1955). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LACOUTURE, Jean. Os jesuítas. Lisboa, Portugal: Editorial Estampa, 1993.

LOYOLA, Inácio. Autobiografia. Trad: António José Coelho. Coimbra, Portugal: Editorial A. O. – Braga, 2005.

LOYOLA, Inácio. Exercícios Espirituais. São Paulo: Loyola, 2000.

MANSO, Maria de Deus Beites. A Companhia de Jesus na Índia (1542 – 1622) – Actividades Religiosas, Poderes e Contactos Culturais. Macau, China: Universidade de Macau/Evora, Portugal: Universidade de Évora, 2009.

MEDEIROS, Luiz Fernando Rodrigues. *A fórmula scribendi* na Companhia de Jesus: origem, leitura paleográfica e fonte documental para o estudo da ação dos jesuítas. In: X Encontro Estadual de História, 2010. Santa Maria/RS. Anais...Santa Maria/RS: Anpuhrs, 2010.

MOTTA, Luiz Gonzaga. A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística. In:

MOTTA, Luiz Gonzaga. A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística. In: XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2005. Rio de Janeiro/RJ. Anais...Rio de Janeiro/RJ: Intercom/UERJ, 2005.

- O'MALLEY, John W. Os primeiros jesuítas. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2004.
- PAIVA, Raul. São Francisco Xavier – um jesuíta nos caminhos do Oriente. São Paulo: Loyola, 1984.
- PAWLING, Perla Chinchilla. De la Compositio Loci a la república de las letras: predicación jesuíta in siglo XVII novohispano. Ciudad de México, México: Universidad Iberoamericana, 2004.
- PIMENTA, Alfredo. D. João III. Porto, Portugal: Tavares Martins, 1936.
- SCHURHAMMER, Georg. Francisco Javier – su vida y su tempo. Tomo I. Navarra: Gobierno de Navarra, Compañía de Jesús – Arzobispado de Pamplina, 1992.
- XAVIER, Francisco. Monumenta Xaveriana, ex autographis vel ex antiquioribus exemplis collecta. T. 1. Sancti Francisci Xaverii epistolas aliaque scripta complectens, quibus praemittitur ejus vita a P. Alexandro Valignano, ex India Romam missa. Matrili: typis Augustini Avrial, 1899. (Mon. Xav., I, doc. 5 - 11)

**Serviço doméstico e devoção:
experiências sociais de controle e agência dos criados
na Vila de Cachoeira (segunda metade do XIX)**

*Giovana de Oliveira Silva*¹

*Luana Batista Amaral*²

Introdução

A Irmandade de N. Sra. do Rosário e São Benedito dos Pretos de Cachoeira foi fundada por indivíduos e famílias negras que viveram no início do século XIX, no centro-oeste da Província do RS, na cidade de Cachoeira do Sul. Recentemente, através do projeto de pesquisa “Sob as Bênçãos do Rosário e São Benedito: Ações políticas, identidades, sociabilidades e as artes da resistência (as irmandades de pretos de São Leopoldo e Cachoeira RS)”, orientado pelo prof. Dr. Paulo Moreira³, tivemos acesso a um documento que data de 1887: a “Lista Geral das Casas, números, fogos e habitantes do 5º Quarteirão do 5º Distrito do Termo de Cachoeira”. Essa lista foi transcrita pelo grupo de pesquisa e através dela obtivemos algumas informações iniciais, ela conta com 57 fogos⁴, totalizando 307 pessoas, destas, 28 são criados, pretos ou pardos.

¹ Licencianda em História – Unisinos; giovanaos@hotmail.com

² Licencianda em História – Unisinos; luananinasimone@gmail.com

³ **Paulo Roberto Staudt Moreira**, professor titular no curso de história da Unisinos, Mestre em história pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS – 1993), Doutor em história pela UFRGS (2001) e Pós-doutor pela Universidade Federal Fluminense. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7416066730700319>.

⁴ “[...] os brasileiros alternavam os termos família morada ou fogo para designar o lar, seu ponto de referência essencial era o agrupamento de pessoas mutuamente dependentes e co-residentes.” (GRAHAM, 1992, p. 25) ou seja, compunham os fogos todas as pessoas do lar, sendo a família, agregados e escravizados.

Partindo do pressuposto de que a maioria dos irmãos da Irmandade de N. Sra do Rosário e São Benedito dos pretos de Cachoeira eram escravizados, almejamos, por meio do cruzamento de dados entre fontes primárias diversas que tratam das décadas de 1870 e 1880, verificar se há relações devocionais dos trabalhadores domésticos dessa lista com a Irmandade, assim como, analisar as experiências e agências sociais das criadas no período. Sendo assim, nos atentaremos a falar, além da Irmandade, sobre o trabalho doméstico no Brasil nos fins do XIX.

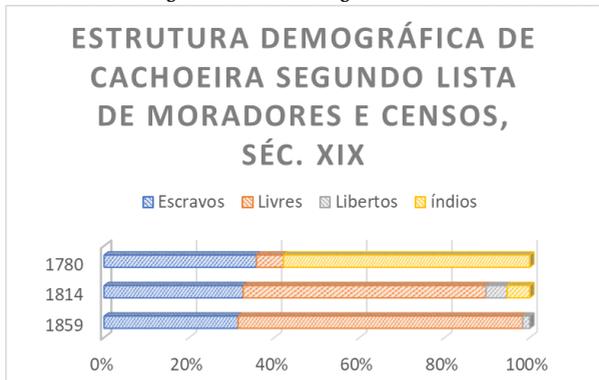
A cidade de Cachoeira

A povoação de Cachoeira teve início em meados do século XVIII, com a decadência do aldeamento de índios de São Nicolau de Rio Pardo, foi ensaiado em Cachoeira, na época “Povo Novo”, o aldeamento indígena dos Butocarís. Foi o quinto município a ser criado na Província de São Pedro, no ano de 1819. A ocupação do território de Cachoeira aconteceu em função da política da coroa portuguesa para manter os territórios sulinos, com a doação das primeiras sesmarias para soldados da Província de São Paulo, se estabeleceram as primeiras estâncias de criação de gado nessas terras. Como disse Rosicler Fagundes,

a importância da Vila de Cachoeira nos meados dos oitocentos está ligada a sua localização geográfica estratégica, com a presença da bacia hidrográfica do Jacuí que possibilitava o deslocamento de mercadorias e de pessoas com facilidade. (FAGUNDES, 2009, p. 15)

Além disso, Cachoeira pode ser compreendida como uma região de fronteira, às margens do rio Jacuí, tendo ligação direta com o Porto de Rio Grande, além da facilidade de deslocamento de mercadorias, facilitava a circulação de pessoas. Estes aspectos contribuíram para o desenvolvimento da Vila, tanto econômico, quanto populacional. No gráfico abaixo, pode-se observar a mudança demográfica da cidade com o passar dos anos.

Gráfico nº 1 - Estrutura Demográfica de Cachoeira segundo lista de moradores e censos, Séc. XIX



Fonte: Fundação de Economia e Estatística De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul-Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre, 1981. '1814; '1859'. Mapa estatístico do tenente Córdova - 1780 (LAYTANO, 1995, p.132)

Como a nossa fonte principal para este texto é de 1887, achamos correto usar o censo de 1872, o melhor levantamento demográfico de todo o período imperial brasileiro. Segundo esse censo, a população de Cachoeira estava assim distribuída:

Tabela nº 1 - População de Cachoeira / 1872

Raças	Livres			Escravos			Total
	Homens	Mulheres	Somas	Homens	Mulheres	Soma	
Branco	3.780	3.587	7.367	0	0	0	7.367
Pardo	547	557	1.104	488	378	866	1.970
Preto	291	309	600	593	677	1.270	1.870
Caboclo	235	314	549	0	0	0	549
	4.853	4.767	9.620	1.081	1.055	2.136	11.756

Conforme os dados populacionais da tabela acima, temos uma população municipal total de 11.756 habitantes, sendo 9.620 livres ou forros (81,8 %) e 2.136 ainda escravizados (18,2%). O censo de 1872 não separa livres e forros, por isso não temos como saber qual a porcentagem de libertos naquela localidade onde, como podemos ver no gráfico acima, encontramos uma sociedade plenamente escravista.

Podemos chamar a atenção de algumas questões com relação as cores dos moradores de Cachoeira. A *branquitude* ou a *brancura* é monopólio dos livres, nenhum escravizado foi descrito com essa qualidade. Entretanto, mais de 23% dos livres e forros podem ser inseridos em uma

discutível categoria de não-brancos, sendo 1.104 pardos (11,5%), 600 pretos (6,5%) e 549 caboclos (5,7%). Sem querer entrar na complexa discussão dos sentidos e significados das cores no Brasil Colonial e Imperial⁵ e mesmo sem querer procurar entender os critérios usados pelos responsáveis pelo censo, podemos cogitar que os caboclos fossem referência a população indígena ali residente, mesmo que entre os pardos também pudéssemos encontrar pessoas dessa etnia.

Interessante que se separarmos os pardos e pretos, teremos um núcleo populacional de 5.544 indivíduos, sendo 3.074 homens (55,4%) e 2.470 mulheres (44,6%). Desse montante, 1.704 já eram livres ou forros, ou seja, 16 anos antes da abolição, mais de 30% da população negra de Cachoeira já não vivia cativa, evidenciando que não devemos tornar sinônimos as palavras negros e escravizados.

Como já dissemos, o censo de 1872, apesar de extremamente importante para as pesquisas históricas, não difere livres e forros. Isso, entretanto, não ocorre entre um grupo de estrangeiros, os africanos. Temos 94 africanos residentes em Cachoeira, segundo o censo de 1872, sendo 68 homens e 26 mulheres. A desigualdade de sexo entre homens e mulheres entre os africanos é usual na sociedade escravista brasileira e decorre, principalmente, das características do tráfico transatlântico. Todos os africanos são apontados pelos censos como católicos, o que deve ser uma ilusão provocada pelo desprezo pelas religiões de matriz africana (certamente presentes naquela vila). Além disso, consideremos que o catolicismo desses africanos poderia ser melhor descrito como afro-catolicismo, já que se tratava de uma apropriação híbrida e criativa de um espaço e de práticas religiosas, como o caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito nos faz perceber.

Aliás, notemos que estes africanos, todos eles certamente adultos, eram majoritariamente solteiros (57 dos homens e 24 das mulheres), compondo mais de 86% do total. Apenas 12 eram casados e uma africana era

⁵Ver, por exemplo: VIANA, 2007; CASTRO, 1995; PAIVA, 2015.

viúva. Certamente esses africanos católicos entretinham relações familiares, mas não pareciam muito estimulados a procurarem o sagrado sacramento do matrimônio.

Se considerarmos as profissões ou ofícios dos escravizados de Cachoeira, em 1872, temos as mulheres descritas em apenas três categorias laborais: 593 do serviço doméstico, 56 costureiras e 306 sem profissão. Quanto aos homens escravizados, 4 eram marítimos, 11 criados e jornaleiros, 321 do serviço doméstico, 3 do vestuário, 1 ocupado em couro e peses, 6 em edificações, 19 em madeiras, 260 lavradores e 456 sem profissão. Muitas das mulheres e dos homens *sem profissão* são crianças e jovens, que ainda não haviam entrado nos mundos dos trabalhos dos adultos, mesmo que estivessem desempenhando pequenas tarefas cotidianas. O grande número de lavradores indica como o mundo rural ainda era majoritário naquele lócus. Vendo pela dinâmica da proposta da nossa pesquisa de trabalhar com uma irmandade negra na região de Cachoeira, mesmo já tendo diversos trabalhos sobre a presença e ação de populações negras nessa região, ainda são fantásticas e ricas as fontes que se tem para trabalhar sobre outros assuntos, assuntos esses, que são estruturais para entender a sociedade do período e como são essas redes, o que é o caso das profissões e seus desdobramentos.

Percebe-se, através do censo, que o número de trabalhadores domésticos é significativo, principalmente se tratando das mulheres. Segundo Muaze (2016, p. 66), “o Brasil possui na atualidade o maior número de empregados domésticos do mundo. Pelos dados disponibilizados, trata-se de uma função majoritariamente feminina, pois 93% das 7,2 milhões de pessoas do setor são mulheres.” Ou seja, o serviço doméstico é uma profissão antiga que vem dialogando com a atualidade política e mantendo a subalternidade de muitos trabalhadores desse meio, principalmente trabalhadoras negras. O serviço doméstico sempre fora executado por escravizadas durante o império, em decorrência do fim da escravidão, se pressupõe uma regularização do serviço doméstico, como coloca o autor Maciel Silva (2011), essa regularização teria alterado a percepção sobre o

trabalho doméstico livre, devido às mudanças nas regras de trabalho, como contratos, horários e na questão da moradia, uma vez que esses trabalhadores não necessariamente se fixariam na casa dos patrões. Mas no contexto do pós-abolição os libertos foram absorvidos para esse cenário de trabalho que, na maioria das vezes, lembrava a vida em cativeiro. Os criados eram de suma importância para os patrões, Sandra Graham (1992, p. 26) diz que “visitantes estrangeiros que descreveram a vida do começo do século XIX no Brasil transmitiram, em suas impressões casuais, a ideia de que uma ‘casa decente’ contava, de modo geral, com seis, ou mesmo dez ou doze criados.” Ou seja, ter criados era uma forma de ter status social, quanto mais criados, mais prestígio se tinha.

A maioria das ex-escravas continuaram ligadas à vida doméstica, uma vez que os limites de gênero e raça que se fizeram com a escravidão permaneceram fortes, mantendo essas mulheres em posições sociais pouco valorizadas. O serviço doméstico engloba muitas funções, como o preparo e cozimento dos alimentos, o abastecimento de água, o cuidado das crianças e até o aleitamento materno, que era trabalho das amas de leite, a limpeza e manutenção dos espaços, entre diversas outras funções. Existiam os criados de “porta adentro” ou criados de servir, que faziam as funções de dentro da casa, e os criados de “porta fora” que faziam as atividades de rua. Os criados também poderiam ser alugados, prestando serviço para outra pessoa a mando do patrão. Casa e rua são espaços distintos e diferenciavam as criadas que podiam sair, por conhecer a rua, das que não podiam e faziam o serviço de dentro. As que podiam sair eram mulheres mais experientes, que faziam a lavagem das roupas fora, carregamento de água e também compras nos mercados. As criadas de dentro, geralmente eram as preferidas, faziam a limpeza da casa, poderiam ser mucamas ou amas de leite, dentre outras funções. Ao mesmo tempo em que estas eram preferidas e protegidas, também eram mais vigiadas que as criadas de rua, o que as deixava numa posição inferior na hierarquia do lar, enquanto as criadas de rua, longe dos olhos dos patrões, tinham mais

liberdade para desempenhar outras funções, que configuravam sua individualidade. O que se percebe, é que mesmo entre criados existe uma hierarquia, os criados de porta adentro, estão geralmente, no topo da hierarquia entre criados, por estarem mais próximos dos patrões, a relação entre patrões e criados era feita de prestação de serviços pessoais e convivência. O livro *Proteção e Obediência* de Sandra Graham traz no título o que seria essa convivência. De modo geral, para muitas mulheres o trabalho doméstico poderia significar proteção, elas cumpriam suas funções e em troca tinham essa proteção dos patrões, que seria alimentação, moradia e todos os cuidados necessários para sua subsistência.

Com o declínio da escravidão nas décadas finais do século XIX, se tinha cada vez mais agenciadores que alugavam os trabalhadores livres para o serviço doméstico, muitas mulheres que eram agenciadas passaram a trabalhar junto com mulheres que ainda estavam na condição de escravas, ao que o censo indica, o serviço doméstico constituiu um importante espaço do mercado de trabalho para as mulheres livres e libertas, uma vez que era grande o número destas nessa profissão. Como falou Flavia Fernandes de Souza (2012, p. 251),

o serviço doméstico constituiu-se como uma esfera do mundo do trabalho que incluía milhares de trabalhadores que, em sua maior parte, eram do sexo feminino, além de ser um ramo profissional que concentrava alto percentual de trabalhadores afrodescendentes, como sugerem os dados do recenseamento de 1890, nos quadros da sua classificação “racial”.

Aqui ela estava falando sobre a cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX, mas essa constatação pode ser notada em todo o território nacional acerca das características do serviço doméstico. Na nossa Lista de Moradores temos um total de 28 criados, todos não brancos, sendo pretos ou pardos, destes, 15 são mulheres, ainda que o número seja quase igual em relação aos homens, que são 13, elas são a maioria, o que de certa forma, demonstra esse cenário. Devemos lembrar que estamos falando de uma Lista de Moradores de um único quarteirão, ou seja, ainda que esses

números sejam significativos, eles não caracterizam toda a região de Cachoeira em 1887.

5º Quarteirão do 5º Distrito: a população cachoeirense de 1887.

Nossa principal fonte para este artigo é a “Lista Geral das Casas, números, fogos e habitantes do 5º Quarteirão do 5º Distrito do Termo de Cachoeira”, de 1887, ela apresenta um único Quarteirão e mesmo assim podemos encontrar informações que justifiquem essa heterogeneidade da população cachoeirense, nela encontramos, brasileiros, que são a maioria, mas também africanos, portugueses e paraguaios. Fogos formados só por pretos ou pardos, estes com renda, nos mostram que nesse período que antecede a abolição da escravidão, a presença negra e livre ou liberta na cidade já era bastante presente, assim como a presença de criados em alguns fogos. A partir desta lista, buscamos cruzar informações para analisar possíveis relações desses pretos e pardos, tanto os livres e libertos, como os criados, com a Irmandade de N. Sra. do Rosário e São Benedito dos pretos de Cachoeira.

Esta Lista Geral das Casas, números, fogos e habitantes do 5º Quarteirão do 5º Distrito do Termo de Cachoeira”, de 1887, encontra-se custodiada no Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul. Essa instituição é de inestimável importância, tanto pela forma como o seu acervo está conservado e arranjado, como pela raridade de uma instituição arquivística municipal no Brasil. Segundo dados levantados por Clarissa Alves em sua dissertação de mestrado (2019), em 2014, apenas 3% dos 5.570 municípios brasileiros possuíam um arquivo funcionando. Conforme dados de 2003, no Rio Grande do Sul, naquele ano, apenas 5% dos 496 municípios gaúchos tinham arquivos. Assim, nossa pesquisa só é possível com o profissionalismo e o esforço das funcionárias (e voluntárias) que mantêm o Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul funcionando.

Nosso trabalho está em andamento e o cruzamento de dados ainda está sendo feito, até então analisamos alguns documentos transcritos da

Irmandade: a Lista de Entrada de Irmãos (1827-1892), Livro de Eleições (1827-1897), Livro 1º de Atas da Irmandade do Rosário (1846-1877) e algumas páginas do Livro de Atas das Irmandades conjuntas do santíssimo sacramento e Nossa Senhora da Conceição (1856-1881) que está sendo transcrito. Ainda vamos revisar: Batismos de Livres de Cachoeira (1860-1888), Casamentos de Cachoeira (Livro 4 - 1849/1881, Livro 5 - 1881/1889), Óbitos de Ingênuos de Cachoeira (1874-1876) e Óbitos de Cachoeira (1886-1915).

Com o cruzamento de dados entre as fontes já revisadas não encontramos relação de nenhum nome da lista com a Irmandade, porém ainda há outras fontes para serem analisadas e cruzadas. Contudo, temos em mente que não dá para pressionar interseções entre as documentações da Irmandade e a Lista de Moradores, ainda que sejam abundantes as experiências desta comunidade.

Considerações Finais

Este artigo se propôs, como objetivo geral, elaborar um conjunto de elementos que permitisse representar, apesar de uma pequena parcela, o potencial de vivências negras da população cachoeirense. Buscamos, junto ao nosso trabalho na pesquisa sobre a Irmandade de N. Sra do Rosário e São Benedito dos pretos de Cachoeira partilhar demais achados, afim de, enfatizar as inúmeras peculiaridades do acervo histórico da comunidade.

Embora o material em si em que nos debruçamos nesta apresentação não nos aproxime, até o dado momento, das resoluções nas quais nós elaboramos sobre os devotos da Irmandade, - como a presença de redes de agenciamento. Não podemos negligenciar a riqueza de processos imagináveis na “Lista Geral das Casas, números, fogos e habitantes do 5º Quarteirão do 5º Distrito do Termo de Cachoeira “. Apreciamos nessa ocasião, as experiências do período a respeito da regulamentação e suas formas de controle dos criados de Cachoeira. Como ressaltado, a documentação trata do período das décadas de 1870 e 1880, que em virtude da

promulgação da Lei do Ventre Livre (lei de 28.09.1871), se pressupõe uma regularização do serviço doméstico livre, em decorrência do fim da escravidão.

A historiografia sobre trabalho doméstico certificou que a utilização do trabalho escravo no Brasil é uma das mais antigas e disseminadas proporções da manutenção cotidiana na esfera do lar. A pesquisa no campo da história sobre trabalho doméstico, diz:

Como pode ser comprovado pelos dados atuais sobre o emprego doméstico no Brasil, os mais de três séculos de domínio de relações escravistas não foram diluídos facilmente. Ao contrário, tendo a família como seu maior reduto, relações de trabalho baseadas na hierarquia, violência e desigualdade (que tinham como referência o período escravista) foram redesenhadas e se esgarçaram no tempo sob a proteção do privado. (MUAZE, 2016, p. 67)

Sendo assim, quando falamos do trabalho doméstico no Brasil, devemos ter seriedade para entender que essa discussão abarca quesitos estruturantes e definem a questão econômica atual sobre a desigualdade. Portanto trata-se de uma discussão, essencialmente, sobre raça.

O serviço doméstico é uma instituição antiga que historicamente é atingida de forma objetiva e subjetiva por esta estrutura que segue legitimando e naturalizando pessoas não-brancas em grupos sociais que são identificados com salários menores e condições de trabalho incertos, mantendo a população pobre, principalmente mulheres negras. Parâmetros que definem o valor da mão de obra, condições de acesso aos bens de uso e a política orçamentária e tributária tem como suporte a raça e ao dialogarmos com a atualidade política e serviço doméstico, somos capazes de apontar as continuidades quando as exigências de subalternidade pretendidas pelas elites, que se verificam principalmente nas trabalhadoras domésticas. Temos a título de conclusão, afirmações que refletem sobre as relações passado/presente do trato patrão/criado, senhor/escravizado no dissertamos sobre convívio doméstico. Sendo assim, graças a fonte primária “Lista Geral das Casas, números, fogos e habitantes do 5º

Quarteirão do 5º Distrito do Termo de Cachoeira “, somos passíveis de imaginar o fenômeno que fora a convivência doméstica destes criados.

Referências

- ALVES, Clarissa de Lourdes Sommer. **Operações historiográficas em Arquivos? Uma análise sobre o ofício de historiadoras e historiadores em arquivos públicos estaduais brasileiros na atualidade**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
- ARIZA, Marília Bueno de Araújo. **O ofício da liberdade: contratos de locação de serviços e trabalhadores libertando em São Paulo e Campinas (1830-1888)**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- BAKOS, Margaret Marchiori. **Regulamentos sobre o serviço dos criados: um estudo sobre o relacionamento Estado e Sociedade no Rio Grande do Sul (1887-1889)**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 94-104, mar. 1984.
- CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. **Procura-se preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa: uma cartografia das amas de leite na sociedade carioca (1850-1888)**. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- CARVALHO, Marcus F. M. de. **“De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850”**. Afro-Ásia, Salvador, n. 29/30, p. 41-78, 2003.
- CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista**. Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- COSTA, Ana Paula do Amaral. **Criados de servir: estratégias de sobrevivência na cidade do Rio Grande (1880-1894)**. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.
- FAGUNDES, Rosicler Maria Righi. **Esfaqueamento no Púlpito: O comércio e suas elites em São João da Cachoeira (1840-1850)**. São Leopoldo, PPGH/Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009.

- FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias e trajetórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2004;
- GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e escrava. Uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1988.
- GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Quase-Cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 377-418.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910**. Tradução Viviana Bosi. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1992.
- LARA, Silvia. **Blowin' in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil**. Proj. História. São Paulo, (12), out. 1995.
- LIMA, Henrique Espada. **“Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX”**. Topoi, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 289-326, jul.-dez. 2005.
- MARTINS, Barbara Canedo Ruiz. **Amas de leite e mercado de trabalho feminino: descortinando práticas e sujeitos (Rio de Janeiro, 1830-1890)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. **“O que fará essa gente quando for decretada a completa emancipação dos escravos?” – serviço doméstico e escravidão nas plantations cafeeiras do Vale do Paraíba**. Almanack. Guarulhos, n. 12, p. 65-87, jan-abr. 2016.
- NUNES NETO, Francisco Antônio. **A condição social das lavadeiras em Salvador: quando a História e a Literatura se encontram (1930-1939)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- PAIVA, Eduardo. **Dar nome ao novo. Uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)**. Belo Horizonte, Autêntica, 2015.

SANTA BÁRBARA, Reginalde Rodrigues. **O caminho da autonomia na conquista da dignidade: sociabilidades e conflitos entre lavadeiras em Feira de Santana, Bahia (1929-1964)**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SANTOS, Rosana de Jesus dos Santos. **Corpos domesticados: a violência de gênero no cotidiano das domésticas em Monte Claros – 1959 a 1983**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

SANTOS, Simoni Andriani dos. **Senhoras e criadas no espaço doméstico, São Paulo (1875-1928)**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SILVA, Jorgetânea Ferreira da. **Trabalho em domicílio: cotidiano de trabalhadoras domésticas e donas de casa no triângulo mineiro (1950-2005)**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. **Domésticas criadas entre textos e práticas sociais: Recife e Salvador (1870-1910)**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. **Pretas de honra: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do século XIX (1840-1870)**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

SOUZA, Flavia Fernandes de. **Criados, Escravos e Empregados: O serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2017.

SOUZA, Flavia Fernandes de. **Escravas do Lar: As mulheres negras e o trabalho doméstico na Corte Imperial**. In: Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação. Editora: Selo Negro, 2012.

SOUZA, Flavia Fernandes de. **Para casa de família e mais serviços: o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, 2010.

TELLES, Lorena Féres da Silva. **Libertas entre sobrados: contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão.** Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

VIANA, Larissa. **O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

Seção 05

Fontes Memória e Patrimônio

Justiça republicana e criminalidade nas regiões de colonização europeia do Rio Grande do Sul (1890-1920)

*Carolina Wendling Rodrigues*¹

Introdução

Durante o final do século XIX, em meio a conjuntura da política global de imigração, o Império brasileiro investiu na vinda de alemães e italianos para o país. Alguns dos motivos que levou o Brasil a investir em tal política de imigração foram: a ocupação de grandes extensões de terras ainda não ocupadas; a formação de núcleos agrícolas nestas grandes extensões de terras, para que houvesse o abastecimento interno de produtos de gêneros agropecuários; bem como a substituição da mão de obra escrava nas lavouras de café (PESAVENTO, 1980, p. 159).

É importante compreender os fatores que levaram os alemães e italianos a deixarem seus países de origem para viver no Brasil. Contudo, este artigo não irá se deter em analisar o processo de imigração e a fixação dos estrangeiros no Rio Grande do Sul. Mas sim pensar na atuação destes nas primeiras décadas da República (1890-1920), diante da ideologia autoritária e positivista do Estado sul-rio-grandense, que se refletia na busca constante pelo progresso e pela ordem. O progresso seria alcançado pela

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, Bolsista PRATIC; carol-wendling@hotmail.com

industrialização² e pela ciência, enquanto que a ordem através da moralização e educação da população. O enfoque principal deste trabalho, é olhar para a questão moral das famílias nas regiões de colonização, a partir da análise da legislação do período, o primeiro Código Penal Republicano (1889-1940), e de fontes judiciais envolvendo crimes onde as mulheres aparecem como vítimas de defloração e estupro.

A primeira república se instaurou alterando os padrões de conduta social. O regime baseava-se nas máximas burguesas³, concebidas em uma realidade capitalista, que foram adaptadas de forma distinta de acordo com cada realidade regional (PESAVENTO, 1995, p. 17). Diante desta proposta de estruturação do Estado, a nova pátria se baseava na família. O que se vem analisando em estudos mais recentes é que, a visão idílica e ordeira do imigrante nem sempre se fazia presente nas comunidades rurais. De acordo com Maíra Ines Vendrame (2018, p.103)

A vida das famílias camponesas nos núcleos de colonização fundados no território sul-rio-grandense, nas últimas décadas do século XIX, era redigida por normas e valores que haviam sido transplantados da terra de origem. Mas isso não quer dizer que todas as relações cotidianas entre os integrantes de um grupo familiar ou vizinhança eram sempre consensuais e harmônicas.

Conflitos e tensões marcavam o cotidiano das pessoas que viviam nas regiões de colonização. Tais empasses eram controlados não somente pelo Estado Republicano brasileiro, mas também pelos próprios moradores das comunidades rurais. Era fundamental que estes, mantivessem o controle do local onde viviam, e para isso tinham formas de resolução dos impasses que passavam longe da intermediação do Estado (VENDRAME, 2016, p.28).

² Segundo Sandra Jatahy Pesavento (1980), o crescente setor industrial dependia do setor agrícola para sua desenvoltura. Pois a agricultura fornecia a subsistência alimentícia para as grandes metrópoles. A agricultura também dependia da modernidade, ou seja a construção de linhas férreas e maquinários para seu aprimoramento.

³ O regime republicano traz consigo o processo de disciplinarização da população. A vigilância por parte das instituições de controle era maior para os liberos e imigrantes. As máximas burguesas, a ordem e o progresso, deveriam ser seguidas por estas camadas da população, a fim de que se tronassem pessoas sem vícios, inclusive sexuais, para que também não gerassem filhos ilegítimos.

Neste trabalho, o recorte de gênero está ligado a criminologia, que irá perpassar por diversas abordagens, tais como: moralidade, violência e discursos. Deste modo, a perspectiva da honra precisa ser analisada na conformidade da lei, ou seja, como a honra aparece no Código Penal Republicano de 1890. E no senso comum do grupo social estudado, qual a concepção de honra que estas pessoas possuíam. A ideia é buscar entender como essa ação moralizadora vai ocorrer no cotidiano nas regiões coloniais.

Todas as discussões jurídicas em voga do período faziam parte de um projeto reorganizador republicano, em que a organização familiar patriarcal era fundamental no desenvolvimento social. E neste sentido, destacava-se a mulher como o centro desse projeto, logo, caberia a ela o cuidado com a saúde e o bem-estar da família.

Muitos casos que envolviam a honra das famílias imigrantes eram resolvidos dentro da própria comunidade, com acordos particulares entre as famílias (VENDRAME, 2016). Ao analisar as fontes compostas por processos criminais das comarcas destas regiões⁴, percebeu-se os casos em que as mulheres acusadas ou arroladas em crimes envolviam questões de honra e sexualidade. Crimes como o aborto, infanticídio, defloramento, estupro ou até mesmo calúnias vão marcar tais crimes envolvendo estas mulheres.

Criminalidade feminina no Código Penal republicano

O Código Penal Republicano veio para substituir o Código Criminal do Império de 1830. O novo Código foi publicado em 1890, isto é, antes da Constituição Republicana de 1891 e do Código Civil de 1916, o que demonstra a grande preocupação do Estado de manter o seu poder e legitimidade através do controle social. O código de 1890 não irá se diferenciar drasticamente nas classificações dos crimes, porém vai abolir a pena de morte e

⁴ Processos-criminais da Comarca de São Sebastião do Caí, encontrados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), localizado em Porto Alegre/RS.

os crimes ligados à questão escravista. A partir do Código Penal de 1890, as elites republicanas buscaram viabilizar novas percepções acerca da ordem social bem como criar mecanismos de controle. É importante salientar que essa elite é branca e partilha de valores patriarcais (ALVAREZ; SALA; SOUZA, 2003, p. 2). O código é formulado com base na escola clássica⁵. Nesta Escola, as ideias eram baseadas na moralidade e imoralidade, em que os indivíduos são responsáveis pelos seus próprios atos. É perante a estes debates teóricos que a justiça visava levar a modernidade à nação através das instituições de controle (CAUFIELD, 2000).

O novo Código vai ser duramente criticado pela nova escola do direito, a Escola Positivista, que irá fazer amplas discussões sobre a redação do código. Afirmando que este foi redigido de forma antiquada. As ideias desta doutrina positivista, do qual juristas importantes do período eram simpatizantes, como Viveiros de Castro⁶, estavam ligadas ao progresso do homem e da sociedade através da aplicação racional e científica. A conduta do sujeito se encontrava ligada às questões biológicas e ao meio ao qual se encontra inserido. Os juristas brasileiros que ganharam destaque nas discussões criminais do final do século XIX e início do século XX, encontraram endosso para sua intervenção social e política pelas ideias de vários criminalistas europeus como Cesare Lombroso⁷ e Enrico Ferri⁸ (CAUFIELD, 2000, p. 70). Apesar de essa nova rede jurídica ampliar seus estudos cada vez mais sobre as questões biológicas do sujeito e sua conduta desviante, os criminalistas positivistas tanto na Europa como no Brasil vão se ver

⁵ Assim como no Código de 1830, a Escola Clássica se baseia no pensamento jurídico iluminado, onde a atribuição da conduta criminosa estava ligada à escolha do sujeito.

⁶ Jurista de origem maranhense, Francisco José Viveiros de Castro (1862-1906), foi considerado o maior especialista da época no combate dos delitos sexuais, e um dos principais divulgadores no Brasil, da Nova Escola Penal. (MARTINS JÚNIOR, 2011, p. 2688).

⁷ Segundo Bartira Macedo de Miranda Santos ([2020?]), Cesare Lombroso (1835-1909), médico italiano, autor da teoria do “Criminoso Nato”, e da obra “O Homem Delinquente”. Principal fundador da Escola Positivista. A teoria difundida por ele, além de alcançar o campo científico jurídico, teve sua utilidade social e política, por permitir, aos Estados, mecanismos de controle social punitivos para a exclusão de pessoas, independentemente da prática de algum fato criminoso e sim por suas características físicas e biológicas e psicológicas.

⁸ Enrico Ferri (1856-1929), advogado criminalista e um dos principais membros da Escola Positiva Italiana. Assim como Lombroso, influenciou na criação de inúmeros Códigos Penais, com ideários positivistas do criminoso nato.

constantemente confrontados com os juristas da Escola Clássica. Esta Escola Clássica, não aceita outros motivos a respeito da conduta criminosa se não àquela ligada a moralidade, imoralidade e a responsabilidade criminal. Mesmo que o Código Penal ainda fosse baseado na Escola Clássica, a influência da doutrina positivista, concentrou suas atenções no binômio família/cidade.

Mediante ao projeto de elaboração das novas ordenações civis da sociedade republicana, além do Código Penal, a Constituição de 1891 se destaca pela garantia da liberdade e igualdade de todos os cidadãos brasileiros. Contudo, a questão da cidadania era classificatória no que diz a respeito à gênero, classe e raça. No caso das mulheres, estas não possuíam direito à voto, se igualando às crianças, loucos, mendigos, analfabetos e índios, que eram “protegidos pelo Estado”, considerados cidadãos inativos (CAULFIELD 2000, p.63).

A perspectiva positivista buscou civilizar a população por meio de políticas higienistas e sanitaristas. A partir desta perspectiva conjugou-se o olhar médico com a política de intervenção de um Estado planejador/reformador. O cientificismo imperante nesse período permitiu aos médicos expandir o controle sobre a vida de homens e mulheres, normatizando os corpos, disciplinando a sociedade, ordenando a sexualidade e os prazeres (MATOS, 2003, p. 109). No caso das mulheres, os conceitos morais eram pensados para as mulheres da elite, que tinham que desempenhar o cuidado com os filhos e da casa, sendo, portanto, na prática aplicados de forma generalizada à população feminina de todas as classes. A mulher que procurasse a justiça por sua iniciativa para denunciar um homem pelo crime de estupro ou defloração, levava o estigma de aproveitadora, principalmente se o homem denunciado fosse rico e a mulher pobre (ESTEVES, 1989). Ou seja, a lei protegia àquelas que comprovassem sua honestidade de alguma forma, através de seu status social e a procedência de sua família. O próprio código deixa claro no título VII “Dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao

pudor”⁹, que a pena do autor do crime de estupro seria aumentada se a vítima fosse uma mulher honesta

Art. 268. Estuprar mulher virgem ou não, mas honesta:

Pena - de prisão celular por um a seis anos.

§ 1º Se a estuprada for mulher pública ou prostituta:

Pena - de prisão celular por seis meses a dois anos.¹⁰

O artigo 268 do Código Penal republicano de 1890 deixa claro que, a mulher digna de proteção judicial é aquela que não está vinculada à prostituição ou a vida pública. A prostituição era uma ameaça à família; aos negócios, pois afastava os fregueses, e comprometia o trabalho do homem; e a saúde pública. Ou seja, a mulher era vítima e suspeita pelo crime que inversamente cometeu (ESTEVEZ, 1989, p. 76). O objetivo da lei ser justa para as mulheres honestas, era manter a moral e a honra familiar. É interessante perceber que o estupro se refere a mulher virgem ou não, pois o código possui um artigo que se refere ao defloramento de meninas. O artigo 267 especifica que a pena de dois a quatro anos seria para o criminoso que deflorasse mulher menor de idade, empregando sedução ou fraude. O crime de estupro é específico para casos envolvendo violência, e o artigo 269 deixa claro essa condição:

Art. 269. Chama-se estupro o ato pelo qual o homem abusa com violência de uma mulher, seja virgem ou não.

Por violência entende-se não só o emprego da força física, como o de meios que privarem a mulher de suas faculdades psíquicas, e assim da possibilidade de resistir e defender-se, como sejam o hipnotismo, o clorofórmio, o éter, e em geral os anestésicos e narcóticos¹¹.

⁹ BRASIL. Decreto nº 847 de 11 de outubro de 1890. Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 21 de jan. 2020

¹⁰ Neste artigo, a ortografia foi atualizada em todas as citações de textos do século XX.

¹¹ BRASIL. Decreto nº 847 de 11 de outubro de 1890. Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 21 de jan. 2020

Para uma mulher provar que foi violentamente estuprada, eram realizados minuciosos exames de corpo de delito para ver se a mesma havia reagido à violência. Na realização dos exames, na maioria das vezes, estavam presentes o delegado de polícia, o escrivão oficial, o médico perito e as testemunhas. Nos casos de defloramento era necessário comprovar o rompimento do hímen.

Nas primeiras décadas da República, havia uma espécie de “himen-dolatria”, que se expressa na atenção dada ao hímen nos casos de defloramentos e estupros. Segundo Caulfield (2000), existiam ambiguidades embaraçosas na prática da medicina legal quando o assunto era o rompimento do hímen. As meninas que procuravam a justiça deveriam dar ênfase a dor e ao sangue (CAULFIELD, 2000). A virgindade era o que havia de mais precioso para uma moça zelar. E o Estado também fazia esse papel, os médicos e juristas tinham o papel de intervir nas relações amorosas desviantes. Nem sempre os peritos que realizavam os exames eram médicos formados na medicina legal, sendo, geralmente, o conhecimento sobre o corpo da mulher bastante superficial e raso. Os exames eram feitos sem cuidados, ou seja, a mulher era tratada sem sensibilidade alguma, mesmo que tivesse sido abusada violentamente. Os critérios geralmente verificados pelos peritos eram: se havia alguma forma de violência física clara sobre o corpo da mulher; qual meio foi empregado para perpetração do crime, ou seja, se havia algum ferimento com instrumento contundente, ou membro viril; ou se o crime resultou na morte da vítima. Sobre a questão do hímen, Sueann Caufield (2000, p. 76) ressalta ainda:

O conhecimento sobre o hímen complacente, no entanto era restrito aos especialistas, e o ensino da medicina legal era rudimentar até o final do século XIX e começo do XX. Antes da década de 1920, o exame obrigatório de defloramento geralmente avaliava a virgindade a partir de um critério que incluía não somente o estado do hímen, como também outras evidências que a medicina legal havia rejeitado, como a flacidez dos seios e dos grandes e pequenos lábios.

Havia uma discussão, entre os juristas sobre o que seria definido como crime de defloramento. Alguns apoiavam a ideia que o crime seria

válido apenas com o rompimento da membrana do hímen. Outros interpretavam que o defloramento ocorreria com a intenção de penetração do pênis, com ou sem a ruptura do hímen. Sobre as características do corpo feminino, quem se utilizava da ideia dos corpos flácidos, eram os advogados de defesa dos réus. Essa estratégia de especular sobre a virgindade das moças olhando para os seus corpos, utilizava-se principalmente para vencer o júri.

Os crimes do primeiro Código Penal Republicano eram classificados em dois tipos: crime público e crime privado. O primeiro necessitava de intervenção da promotoria pública, onde há a denúncia, formação de culpa e o libelo crime do promotor. Já nos crimes privados era realizada a queixa e aberto um inquérito policial. Nos casos de delito de estupro ou defloramento, era necessário dar queixa até o prazo máximo de 6 meses da data do ocorrido. Em tese todos os crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor eram crimes privados. Mas há ressalvas

Art. 274. Nestes crimes haverá lugar o procedimento oficial de justiça somente nos seguintes casos:

- 1º, se a ofendida for miserável, ou asilada de algum estabelecimento de caridade;
- 2º, se da violência carnal resultar morte, perigo de vida ou alteração grave da saúde da ofendida;
- 3º, se o crime for perpetrado com abuso do pátrio poder, ou da autoridade de tutor, curador ou preceptor.¹²

Ao definir essas condições o Estado se abstém da responsabilidade de intervir diretamente nos problemas de cunho familiar. O que se torna um pouco contraditório, uma vez que um dos objetivos da primeira república era disciplinar a sociedade por meio de mecanismos oficiais da justiça no

¹² BRASIL. Decreto nº 847 de 11 de outubro de 1890. Código Penal dos Estados Unidos do Brazil. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 21 de jan. 2020

controle dos crimes ligados a sexualidade. Na teoria, o Estado deveria cuidar somente daqueles que apareciam como um problema para a sociedade: os indigentes, pobres, miseráveis e doentes sem assistência. No caso dos crimes carnais, a mulher que não se enquadrava entre estas pessoas, que dependiam da assistência pública, conseqüentemente, não dependia da justiça do Estado para a sua proteção. A queixa de um crime carnal perpetrado contra uma mulher de família, poderia ser dada ou retirada pela mesma ou pelo seu tutor legal, ou seja, seu pai ou marido.

O caso da Italiana Cagol Maria

Nesta parte do artigo, iremos apresentar os dados quantitativos sobre a pesquisa nas fontes criminais, bem como a análise qualitativa de um crime de estupro que ocorreu na comarca de São Sebastião do Caí. Os processos-crimes serviram como fonte para analisar e compreender a relação dos sujeitos e a criminalidade no período da primeira república. No caso deste recorte, os crimes de estupro e defloramento.

Sobre a caracterização técnica da fonte, para compreender a sua composição de maneira geral, segundo Keila Grinberg (2015), é fundamental ter em conta o que é considerado crime em diferentes sociedades, bem como se dá em diferentes contextos e temporalidades o andamento de uma investigação criminal. No caso do período republicano brasileiro estudado (1890-1920), entender o Código Penal e o Código do Processo. No caso deste texto, foram analisadas as leis sobre os crimes carnais que aparecem no primeiro Código Penal Republicano. Contudo, para a realização deste estudo, entendeu-se como necessário, compreender o Código do Processo Penal do período, ou seja, o que vai regulamentar como um crime é investigado, bem como as partes que envolvem um processo criminal: a investigação, a formação de culpa, o libelo crime, e etc. Bem como as competências dos cargos jurídicos: juiz distrital, juiz de comarca, promotor público, delegado, subdelegado, intendente policial, escrivão, oficiais de justiça, e etc.

Em pesquisa nas fontes judiciais, analisamos um total de 104 processos-crime da Comarca de São Sebastião do Caí. Dos crimes localizados, 8 são de defloramento e 2 crimes de estupro. A localidade que até 1946 pertenceu à São Leopoldo, como um local de povoamento. Em 1875 é elevado à Categoria de Vila. Inicialmente a região possuía um grande número de habitantes luso-brasileiros, a chegada dos imigrantes alemães se deu em 1824, momento esse que foi fundada a colônia São Leopoldo. Posteriormente, na década de 70 do século XIX, os imigrantes italianos começaram a se fixar na região de serra, na parte noroeste do Rio Grande do Sul. Como os locais mais planos haviam sido ocupados anteriormente pelos alemães, os italianos se estabeleceram nas partes mais altas e montanhosas.

A comarca de São Sebastião do Caí abrangia uma área bastante extensa, que compreendia locais fundados tanto por imigrantes alemães como italianos. Com a forte influência comercial devido à grande movimentação fluvial que o rio do Vale do Caí possuía, em 1877, por ato do presidente da província, São Sebastião do Caí foi dividido em 6 distritos: 1º - Vila de São Sebastião do Caí; 2º - São José do Hortêncio; 3º - Santana do Rio dos Sinos, ou Sant'Anna do Rio dos Sinos como também era conhecido; 4º - Santo Inácio (Picada Feliz ou Santa Catarina da Feliz); 5º - Colônia de Caxias; 6º - Nova Petrópolis (MARTINY, 2010). Caxias do Sul, localizada na serra gaúcha, era uma das principais colônias fundadas pelos imigrantes italianos, e permaneceu na condição de distrito até 1889. A região do Caí era rota de passagem dos imigrantes italianos que chegaram no Brasil na segunda metade do século XIX e eram destinados a ocupar os primeiros núcleos de colonização italiana do Rio Grande do Sul.

Analisaremos na sequência o crime de estupro perpetrado contra a Italiana Cagol Maria, moradora dos subúrbios da Vila de São Sebastião do Caí. O crime foi denunciado em 1903 pelo seu marido, Antonio Corte, onde são acusados dois homens também moradores da mesma Vila, Miguel Rauber e Alfredo Gomes de Aguiar. Aproveitando-se da ausência de Antonio Corte, os acusados adentraram a sua casa e cometeram o seguinte ato criminoso:

[...] os acusados que já antes haviam combinado, aproveitando da ausência de Antonio Corte foram a casa deste, e por uma janela que se achava somente fechada com vidraça, penetrou o denunciado Alfredo Gomes de Aguiar, ficando Miguel Rauber do lado de fora. Uma vez dentro da casa o primeiro denunciado foi até o quarto onde dormia Cagol Maria, mulher de Antonio, e desde logo tentou saciar seus instintos bestiais, travando luta com a paciente, por cerca de uma hora, e quando esta já estava exangue de forças, com diversas contusões e eczemas, pôde o réu conseguir seus fins libidinosos, estuprando a paciente. [...] Antes porém da prática deste crime, os acusados foram à casa do mencionado Antonio Corte, penetrando o porão do prédio. O segundo denunciado com auxílio do primeiro, furtou um barril de um quinto de vinho nacional e uma caixa de vinho do Porto, levaram para um capão próximo, e de uma carreta que se achava perto da casa também furtaram, e conduzindo, abriram e tomaram tal líquido.¹³

Os acusados foram denunciados pelo promotor público pelos crimes de estupro, furto e invasão domiciliar à noite, previstos nos artigos de números 268, 330 e 196 do Código Penal.

Na fala do promotor público, o mesmo enfatiza que a vítima, Cagol Maria, resistiu insistentemente aos atos violentos do acusado Alfredo Gomes de Aguiar. Deixando claro que o crime se refere de fato à um estupro e que em nenhum momento a vítima consentiu o ato que fora alvo. O que chama atenção nesse processo, que não se trata de uma queixa, e sim de uma ação pública. Sendo que os crimes de estupro para vítimas sob tutela legal de alguém, ou seja, filiação ou casamento, cabem à uma queixa privada.

Na defesa de um dos réus, Miguel Rauber, o seu advogado irá alegar a ilegitimidade da denúncia.

[...] Denuncia o promotor público a Rauber como incurso no artigo 268 (estupro) grau máximo, combinado com o artigo 196 e 330 do Código Penal. Ainda que a tendência da legislação repressiva se afirma no sentido de ampliar cada vez mais o domínio da ação pública, a promotoria não pode ultrapassar uma

¹³ Denúncia do promotor público. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo-crime, Civil e crime, Comarca de São Sebastião do Cai, nº 2404, Maço 49, 1903.

só linha das suas atribuições. O artigo 98 da lei da Organização Judiciária do Estado, dispõem de modo claro, que ao órgão da justiça pública compete: “denunciar os crimes e contravenções não excetuados no artigo 407 do código penal da republica; dar queixa em nome do ofendido, quando este for pessoa miserável”.¹⁴

A defesa de um dos acusados, Miguel Rauber, contesta o modo pelo qual foi executada a ação judicial, alegando a inadimplência do promotor de justiça em intervir nesse tipo de caso. Segundo o juiz, nos autos não constava de modo algum prova de miserabilidade da suposta ofendida, mulher casada, cujo marido é negociante e vai constituir acusador particular. Sendo assim, o marido representando sua mulher teria que abrir um processo de queixa se quisesse levar o processo de estupro à diante. Portanto, julgava improcedente a denúncia de estupro, aceitando a contestação da defesa, por ser de secção privada. O denunciado Alfredo Gomes de Aguiar foi condenado no incurso na secção do artigo de número 303 por crime de furto, tendo como cúmplice do delito o acusado Miguel Rauber.

Mesmo com a improcedência da denúncia de estupro, o autor da ação, marido da vítima, entra no ano seguinte com uma queixa de estupro contra os réus, Alfredo Gomes de Aguiar e Miguel Rauber¹⁵. A queixa é uma cópia da denúncia presente no primeiro processo, ou seja, não há um novo corpo de delito e nem outro interrogatório. Os réus são denunciados novamente nas disposições do artigo de número 268 (estupro), combinado com o artigo de número 41 §1º, que se refere quando o crime causa dano não somente ao ofendido, mas também à alguém de sua família. Portanto, o crime de estupro não afetou somente a vítima, mas seu marido, que precisa zelar pela sua integridade como homem e da honra da família perante à sociedade. Afirmando a legitimidade do crime, o mesmo afirma seu papel como marido. Não se pode descartar também o fato de que o

¹⁴Defesa do réu Miguel Rauber. APERS. Processo-crime, Civil e crime, Comarca de São Sebastião do Cai, nº 2404, Maço 49, 1903.

¹⁵Queixa crime de estupro. APERS. Processo crime, Civil e crime, Comarca de São Sebastião do Cai, nº 2406, Maço 49, 1904.

esposo de Cagol Maria almejava punir os homens que roubaram o seu vinho, lançado contra os mesmos dois crimes, o defloramento e o furto.

Percebeu-se através das alegações presentes na fonte, a condição feminina no Brasil do século XX. Onde a mulher mal tinha direito de representar a si própria perante uma instituição, ou então se quer possuía direito de defesa própria quando não assistida por algum tutor legal. Tal fato, é reflexo de uma sociedade patriarcal, onde as responsabilidades de proteção e defesa dos integrantes do grupo familiar e dos bens, cabiam ao homem. Defender seus bens, a sua propriedade e seus dependentes, era algo fundamental para a garantia da sua própria honra bem como de sua família.

Considerações finais

Entende-se que o trabalho com os processos crimes é de suma importância para pensar os comportamentos, os modos de pensar e agir das populações nos espaços de colonização europeia (VENDRAME, 2018, p. 105). Tais fontes permitem perceber atuação cotidiana das pessoas comuns na defesa de seus valores.

Ainda sobre os processos criminais, o historiador precisa sempre olhar com certa desconfiança todas as fontes, cada uma delas, oficiais ou privadas (diários e cartas). É necessário questioná-las, levando em conta os seus contextos de produção. Tanto a maneira como são produzidas, como o conteúdo delas, precisam passar pelo crivo da crítica. Todas as fontes tem seus limites interpretativos, algumas mais que outras. A documentação possui suas perspectivas e particularidades, e para trabalhar com esse tipo de fonte, é necessário se atentar para uma série de questões, tais quais: as palavras ditas e transcritas – quem são os sujeitos dos depoimentos, e quem os transcreve – qual é o interesse desses sujeitos. A lei não é neutra e não funciona de forma igual para todas as camadas sociais. No caso do processo da italiana Cagol Maria, apresentado neste artigo, representa que, o olhar da justiça, era o mesmo que regularizava as famílias

segundo as normas burguesas nas das comunidade de imigrantes. E representa também os impasses que ameaçavam a integridade, a paz e a tranquilidade das famílias.

É necessário lembrar que os sujeitos que estão presentes na documentação possuem suas particularidades, e o historiador não consegue definir como verdade absoluta certas questões sensíveis em determinados tipos de crimes. E antes de tudo lembrar que se está falando de sujeitos reais, que apesar de possivelmente não estarem presentes na atualidade tiveram sua trajetória e deixaram rastros da sua existência, cabendo ao historiador analisar tais indícios. O que pode-se perceber na fonte analisada, além de como as ideias da recente república vão se fazer presentes no controle da moral familiar, é que, as relações consensuais não ocorriam somente entre autores e réus. Advogados, promotores e juízes também vão estar envolvidos nos impasses criminais. Mas nesse caso, a preocupação além de manter a ordem social é de afirmar seu poder perante a legislação vigente.

Referências

- ALVARES, César Marcos; SALLA, Fernando; SOUZA, Luís Antônio F. **A sociedade e a lei: o código penal de 1890 e as novas tendências penais na Primeira República.** Justiça & História, Porto Alegre, v. 3, n. 6, 2003. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/66122>. Acesso em: 29 de jan. 2020.
- APERS. **Processo crime, Civil e crime**, Comarca de São Sebastião do Caí, nº 2404, Maço 49, 1903.
- APERS. **Processo crime, Civil e crime**, Comarca de São Sebastião do Caí, nº 2406, Maço 49, 1904.
- BRASIL. **DECRETO Nº 847, DE 11 DE OUTUBRO DE 1890.** CODIGO PENAL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 29 de jan. 2020.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2000.

CORRÊA, Mariza. **Os crimes da paixão**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. In: **O historiador e suas fontes**. PINSKY, Carla Bassanezi.; LUCA, Tania Regina de. (orgs.), São Paulo: Contexto, 2015.

JUNIOR, Carlos Martins. **Saber Jurídico, Criminalidade e Controle da Sexualidade na “República dos Bacharéis**. In: V Congresso internacional de história. 21 a 23 de setembro de 2011. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/42.pdf>. Acesso em: 21 de jan. 2020

MARTINY, Camila. **Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município”: constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900)**. Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2010.

MATOS, Maria Izilda Santos. **Do público para o privado: Redefinindo espaços e atividades femininas (1890-1930)**. Cadernos Pagu, (4) 1995: pp. 97-115. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1764/1819>. Acesso em: 29 de jan. 2020.

MATOS, Maria Izilda Santos de. "Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico". In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel (Orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 107-127.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imigrante na política rio-grandense. In: BARROS, Eliane Cruxên *et al.* (Orgs.). **RS: imigração & colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 156-182.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O cotidiano da república: elite e povo na virada do século**. 3. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1995.

ROHDEN, Fabiola. **A arte de enganar a natureza:** contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.

SANTOS, Bartira Macedo de Miranda. **LOMBROSO NO DIREITO PENAL:** o destino d'O Homem Delinquente e os perigos de uma ciência sem consciência. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=ea6b2efbdd4255a9>. Acesso em 21 de jan. 2020.

VENDRAME, Máira Ines. **O poder na aldeia:** redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália). São Leopoldo: Oiko; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016.

VENDRAME, Máira Ines. Segredos Revelados: Vergonha, escândalo e crime de infanticídio nos núcleos de colonização europeia no sul do Brasil. In: MAUCH, Cláudia; MOREIRA, PAULO; VENDRAME, Máira (Orgs.). **Crimes e Justiça:** reflexões, fontes e possibilidades de pesquisa. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2018. p.100-135.

O uso de diferentes fontes no estudo do conselho municipal dos direitos da criança e adolescente de Novo Hamburgo

*Bárbara Birk de Mello*¹

*Márcia Blanco Cardoso*²

Introdução

O presente estudo é um recorte do trabalho de conclusão de curso de História da acadêmica. Na monografia abordamos a criação e primeiros anos de atuação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Novo Hamburgo - RS dentro do contexto de redemocratização brasileira. Assim, o trabalho traz o tema de Direitos Humanos, infância e juventude, período pós-85, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído em 1990.

O estudo aqui explanado busca dar maior atenção às diferentes fontes utilizadas ao longo da pesquisa para a análise do processo de criação e primeiros anos de atuação do CMDCA de Novo Hamburgo, de 1990 a 1993.

Justifica-se esta temática na medida em que o uso de diferentes fontes de pesquisa possibilita discutir, sob diferentes prismas, a questão da infância e da juventude, que no contexto de redemocratização do Brasil ganhou legislação própria em 1990, com o ECA. Este estipulou que cada município

¹ Mestranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social, Universidade Feevale; barbaramello@feevale.br

² Mestra em História, Universidade Feevale; mcardoso@feevale.br

deveria estruturar o atendimento infanto-juvenil e nesse contexto foi fundado o CMDCA de Novo Hamburgo.

Temos como objetivo central apresentar o uso de diferentes fontes e a importância delas para a pesquisa, sendo estas: atas de reuniões, ofícios e outros documentos do CMDCA de Novo Hamburgo localizados no Arquivo dos Conselhos de Novo Hamburgo; leis, decretos e regimento interno do Conselho; análise do Jornal NH; uso de entrevistas semiestruturadas com sujeitos envolvidos na questão da criança e do adolescente no período acima citado. Ademais, a partir destas fontes, busca-se contextualizar o processo de criação deste Conselho e o período de atuação da primeira diretoria.

Novo Hamburgo (RS) está localizado a 43,4 km de Porto Alegre, capital do Estado, e faz parte da região metropolitana do mesmo. O município é banhado pelo Rio dos Sinos, possui área de 223 km² e população, conforme estimativas do IBGE de 2018, de 246.452 habitantes.

Após o estudo é possível destacar a importância do uso destas para estabelecer diálogos entre os documentos e a fala dos depoentes sobre as expectativas, sonhos e suas visões sobre o processo de criação e primeiros anos de atuação do CMDCA de Novo Hamburgo.

Uso de diferentes fontes

Nesta seção serão analisadas as diferentes fontes utilizadas para estudar o CMDCA de Novo Hamburgo de 1990 a 1993. Aqui, buscamos atentar para a diversidade de fontes e a importância das mesmas para realizar uma análise que aborde diferentes olhares e pensamentos acerca do período. Porém, antes de adentrar especificamente nas fontes, citaremos os locais em que as mesmas se encontram: Arquivo dos Conselhos de Novo Hamburgo e Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo.

O primeiro dos Arquivos acima localiza-se junto à Casa da Cidadania de Novo Hamburgo na Rua David Canabarro, 20, no centro do município e o acesso se deu através de contato com funcionários do CMDCA, que

supervisionaram as pesquisas no local. Já o Arquivo Municipal de Novo Hamburgo fica situado junto a Biblioteca Pública Municipal e conta com documentos de entidades comunitárias, fotografias, relatórios, livros de registros e hemeroteca com diversos jornais, sendo o aqui estudado o Jornal NH.

A pesquisa nestes locais deu-se a partir da percepção dos arquivos como um espaço onde os documentos traçam um efeito real, pois são produzidos por quem vivenciou aquele momento, ao contrário de textos que são produzidos posteriormente com intencionalidade determinada. Porém, isso não quer dizer que os documentos dos arquivos tragam em si toda a verdade e aí se deve ter o cuidado de interrogar a fonte com distanciamento (FARGE, 2009).

Conforme Farge (2009), o arquivo por si só não fala, ele precisa de alguém que o selecione e que o olhe, logo, o arquivo precisa do arquivista. Este olhar deve ser atento para o acervo do mesmo, que nem sempre tem uma materialidade fácil de definir, como é o caso do Arquivo dos Conselhos de Novo Hamburgo que possui documentos impressos, atas, ofícios, reportagens de jornal, fotos, livros caixas e outros.

O trabalho nos arquivos, segundo Lovato e Petersen (2013), pode ser demorado, pois é necessária uma leitura extensiva dos materiais para localizar os dados que procuramos. As matérias ali encontradas poderão redefinir os próprios objetivos do estudo e este diálogo entre teoria e fontes é necessário para se construir a escrita da história.

Além deste olhar cuidadoso para o documento, é necessário, segundo Bacellar (2018), contextualizar o mesmo: entender a situação e momento em que foi escrito, para quem e por quem. O autor lembra que nenhum documento é neutro, pois leva a opinião de um sujeito ou do órgão que o redigiu.

Após analisarmos brevemente a importância dos arquivos no estudo, passa-se para o olhar às fontes:

as fontes assumem necessariamente um papel importante, pois a elas estão ligadas as possibilidades da análise e do processamento dos dados e em geral

delas depende a contrastação das hipóteses, de modo a garantir a objetividade e a inter-subjetividade. (CARDOSO, 1986, p. 84).

A forma de pensar a história sempre está em alteração, logo as fontes também mudam ao longo do tempo. Os historiadores tradicionais do século XIX se baseavam nos documentos escritos oficiais, mas hoje a visão de fonte que temos vai além deste “culto ao documento” e “[...] tudo que o ser humano produziu ao longo da vida pode se transformar em uma fonte para o trabalho do historiador.” (LOVATO; PETERSEN, 2013, p. 295).

No século XIX a escrita da história voltava-se para os “grandes heróis” e “importantes fatos históricos”, sendo que a hegemonia da história política era nítida. Em 1929, inaugurou-se a revista francesa *Annales d'histoire économique et sociale*, a conhecida Escola dos Annales, que tinha como objetivo principal escrever uma história total, que não abrange-se apenas os grande nomes e feitos, como até então ocorria:

A necessidade de uma história mais abrangente e totalizante nascia do fato de que o homem se sentia como um ser cuja complexidade em sua maneira de sentir, pensar e agir, não podia reduzir-se a um pálido reflexo de jogos de poder, ou de maneiras de sentir, pensar e agir dos poderosos do momento. (ODÁLIA apud BURKE, 1997, p. 7).

Com a terceira geração dos Annales, na França, no final do século XX surgiu a Nova História. As metodologias de pesquisa, a partir desta visão, são de cunho interdisciplinar, abordando as Ciências Humanas, Sociologia, Antropologia, Psicanálise, dentre outras. Neste período, delimitar as fronteiras da disciplina histórica passou a ser um grande desafio. Acerca das transformações que a Nova História traria, Le Goff e Nora (1995) citaram:

Obra coletiva e diversificada, pretende, no entanto, ilustrar e promover um novo tipo de história [...]. A novidade parece-nos estar ligada a três processos: novos problemas colocam em causa a própria história; novas abordagens modificam, enriquecem, subvertem os setores tradicionais da história; novos

objetos, enfim, aparecem no campo epistemológico da história. (LE GOFF; NORA, 1995, p. 11)

O estudo aqui apresentado aborda “novos problemas”, “novas abordagens” e “novos objetos” tendo diversas fontes de pesquisa que serão discutidas no artigo, juntamente com alguns dos materiais que foram analisados a partir das mesmas. Estas fontes vão de documentos oficiais à depoimentos de conselheiros, que fizeram parte da primeira gestão do CMDCA (1991 - 1993).

Este estudo também aborda a história do tempo presente, que a partir da década de 1980 passou a ganhar mais adeptos. Dela surgiram novos objetos, novos atores e novas fontes, com especial força para a história oral e o entendimento de que os documentos oficiais também tinham sua própria subjetividade (ALBERTI, 2018).

Conforme Motta (2012), a história do tempo presente é o lugar onde se pode construir um texto científico acerca do que e como agimos, mas devemos ter um distanciamento do objeto de pesquisa, que não se cria pelo tempo, mas pela ética do historiador. Nesse contexto, diversas questões surgem a partir desta História: “como se manter distante das posições do senso comum, das opiniões políticas muitas vezes confundidas por interesses mais nobres? Que tipo de engajamento é possível em uma história que está imersa no cotidiano do próprio historiador que a constrói?” (MOTTA, 2012, p. 34).

Segundo Hobsbawm (2014), toda a história, mesmo que por abarcar o período da Antiguidade ou da Idade Média, é história contemporânea. Ele afirma que o tempo presente é o período em que ocorrem eventos que fazem com que o historiador revise os significados que dá ao passado, ou seja, olhar, devido ao resultado de hoje, para um passado que adquire significado quando está sob essa luz. Devemos tomar cuidados ao trabalhar com esta metodologia:

o historiador do presente e do imediato não dispõe dessa arma inelutável que possui o historiador clássico, conhecer a sequência numa duração bastante

longa. Ele deve manifestar uma prudência particular, não se arriscar na prospecção em função de um presente que não pode ser senão provisório. (LACOUTURE, 2000, p.63).

Este estudo aborda o tempo presente a partir de diversas fontes, que, segundo Bacellar, são importantes, pois podemos “cotejar informações, justapor documentos, relacionar texto e contexto, estabelecer constantes, identificar mudanças e permanências e produzir um trabalho de História.” (2018, p. 71). Alberti (2018), também coloca a relevância de trabalhar com várias fontes ao mesmo tempo, pois permitem perceber “dissonâncias” que auxiliam na análise das entrevistas de história oral, que são usadas neste estudo. A seguir apresentaremos as fontes utilizadas ao longo do estudo.

Fontes disponíveis no Arquivo dos Conselhos de Novo Hamburgo – RS

O acervo do Arquivo dos Conselhos conta com materiais de diversos Conselhos de Novo Hamburgo, porém foram analisados os documentos do CMDCA, que era composto por livros de atas, reportagens de jornais, ofícios, documentos de metas e objetivos feitos pelos conselheiros do período, leis, decretos, regimentos internos e livros e ficheiros acerca de outros projetos que envolviam as crianças e adolescentes do Brasil.

Aqui, trazemos um exemplo de fonte que pertence ao Arquivo dos Conselhos de Novo Hamburgo, que foi relevante para compreender como se davam as ações do CMDCA de Novo Hamburgo durante sua primeira gestão: o livro de atas. Neste livro foram analisadas desde a ata número um do dia nove de julho de 1991 até a ata do dia dezoito de novembro de 1993 quando a diretoria do CMDCA foi oficialmente transferida para os próximos conselheiros.

A primeira ata do Conselho foi a de eleição de entidades civis com atividades diretas e indiretas de defesa da criança e do adolescente, que

ocorreu no início de julho de 1991 e os escolhidos fizeram parte do grupo de conselheiros do CMDCA de 1991 a 1993 (CMDCA NH, 1991).

Esta assembleia iniciou com a representante da Prefeitura, Maria do Carmo de Oliveira Winter, fazendo uma breve contextualização da história nacional e municipal da luta pelos direitos da criança e do adolescente. Winter destacou a importância da promulgação do ECA para que se começasse a formulação do CMDCA de Novo Hamburgo (CMDCA NH, 1991).

Em seguida, foi apresentada a chapa única para concorrer à gestão do Conselho e foram eleitos os seguintes candidatos com suas respectivas entidades: Inês Torezan e Rose Martins, diretoras da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); Maria Moersch e Terezinha Ludwig, representantes da Pastoral da Criança; Roque Stener e Edel Sternet, representantes do Lar Spinelli; Nair Schimdt e Ros Baur, do Lar da Menina; Paulo Wendling e Rosane Santos, da Paróquia Nossa Senhora das Graças; Elsa da Silva e Marli da Silva Rosa, pela Associação Beneficente Evangélica da Floresta Imperial (ABEFI). Também, Doris Faris e Sebastião Condi, pelo CROS; Jane Casa e Flávio Lemos, pelo Serviço Social da Indústria (SESI); Maria Luiza Fink e Marcos Kock, pelos Sindicatos; Adão Selistre e Sezenando Neto, pela Associação Popular Cultural Lua Cheia; Antônio Paz e Rosalvo Marcelino, pela União das Associações Comunitárias (UAC), e Nelso Sá e Lídia Marmitt, pela Pastoral da Mulher, Igreja Assembleia de Deus Evangélica Parque Alvorada (ADEMPA) (CMDCA NH, 1991).

Além das atas, a análise dos documentos digitados do arquivo como metas e objetivos de cada ano e Regimento Interno foram essenciais para compreender o processo de estruturação da primeira gestão do CMDCA. A ata da reunião do dia dois de outubro de 1991 trouxe a definição do Regimento Interno que tratou da natureza do CMDCA, suas atribuições, sua composição e mandato e demais assuntos pertinentes para o bom funcionamento do Conselho. (CMDCA, 1991). O Regimento iniciava da seguinte maneira:

Art.1. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Novo Hamburgo, criado pela Lei 130/90, de 27 de dezembro de 1990 e alterado pela lei 99/91 de 3 de setembro de 1991, é o órgão normativo, consultivo, deliberativo e controlador da política de atendimento e defesa dos direitos da criança e adolescente, afim de que esses sejam sujeitos de direito, pessoas em condição peculiar de desenvolvimento e prioridade absoluta no município de Novo Hamburgo. Esse conselho terá como sigla CMDCA. (CMDCA, 1991).

Além dos documentos disponíveis no Arquivo dos Conselhos, as leis e decretos do órgão também foram importantes para compreender a estrutura e administração do CMDCA de Novo Hamburgo, como veremos agora.

Leis e decretos

As leis e decretos do CMDCA são fontes legais, que foram produzidas pela Prefeitura de Novo Hamburgo e foram encontradas na internet, no site da Câmara de Novo Hamburgo e alguns exemplares também foram registrados na documentação do Arquivo dos Conselhos.

Durante séculos as únicas fontes consideradas verídicas para a história eram as fontes oficiais, que atualmente não mantém o mesmo *status*, pois outras fontes passaram a ser aceitas, como a oral e a jornalística e também, porque a própria objetividade destas fontes oficiais vem sendo questionadas.

O atual estudo das fontes oficiais permite ao historiador analisar os dispositivos legais não como um espaço de aceitação total, mas como um local de tensão onde conflitos e embates são recorrentes (OLIVEIRA; MEURER, 2007). Esta questão pôde ser percebida no processo de criação do CMDCA de Novo Hamburgo, onde houve um embate entre entidades civis organizadas e Prefeitura no período de formulação da lei de criação do órgão.

Conforme Faria Filho (1998), para compreender as leis é preciso pensar em como foram criadas, por quem, quando e onde, além de analisar as mesmas como ordenamento jurídico, como linguagem, como prática que

controla as relações sociais e como espaço de construção das relações e lutas.

Segundo Gonçalves Neto:

[...] as representações contidas nas leis não são apenas as do grupo diretamente envolvido na sua formulação, mas incorporam um discurso modernizante e abrangente que corrobora com o que está sendo prescrito, legitimando as ações de quem têm o poder de compor as leis. (NETO, 2009, p. 69).

Aqui, trazemos o exemplo da lei de criação do CMDCA e do Conselho Tutelar, que é peça fundamental neste estudo. A Lei N.º 130/90, em 27 de dezembro de 1990 estipulou dois órgãos para a defesa dos direitos das crianças e adolescentes: o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente. No artigo 5º da Lei, lemos:

Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão deliberativo, controlador, normativo e consultivo da política de atendimento, observada a composição paritária de seus membros, nos termos do artigo 88, inciso 11, da Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (PREFEITURA NH, 1900, p. 2).

As leis e decretos são essenciais para compreender a ação da primeira gestão do CMDCA, pois eles são os documentos oficiais que trazem os nomes de todos os conselheiros do período de 1991 a 1993, bem como as regras de funcionamento do órgão.

Para além da utilização do Arquivo dos Conselhos e das leis e decretos do CMDCA como fontes, trabalhamos com a análise do Jornal NH de 1990 a 1993, localizado junto ao Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo. O periódico possibilitou uma visão maior sobre o processo de criação do CMDCA e da situação da infância e juventude hamburguesa, como destacamos no próximo bloco.

Jornal NH

O Jornal NH, com exemplares localizados no Arquivo Público Municipal, foi a principal mídia local no período estudado e também um importante veículo de comunicação de toda a região do Vale do Rio dos Sinos. O Jornal foi fundado em 1960 pelo Grupo Editorial Sinos e desde então se destaca na região. Neste estudo, o Jornal foi utilizado como fonte a partir da percepção do mesmo como uma “enciclopédia do cotidiano” (LUCA, 2005).

No Arquivo, foram lidas as edições disponíveis do Jornal de 1990 a 1993 e selecionadas aquelas reportagens referentes ao CMDCA, através do método de análise de conteúdo. Este é um método de análise de dados qualitativos e quantitativos utilizado para interpretar documentos através da categorização, descrição e interpretação de suas informações (BARDIN, 1977).

O jornal é uma fonte histórica muito rica, pois traz o aspecto da periodicidade, formando um tipo de repositório das vivências humanas (ESPIG, 1998). Esse objeto de pesquisa possui a subjetividade de quem o escreve, assim como qualquer outro, por isso, ao realizar pesquisa com jornais deve-se saber quem escreveu, por que, para quem e com que finalidade. Ao atentar para estes fatos o jornal se torna uma fonte significativa de estudos para as ciências humanas (LUCA, 2005).

O historiador Cláudio Elmir (1995), colocou que o jornal não pode ser visto apenas como um dado, mas deve ser lido exaustivamente e com um olhar diferenciado para que se possam colher todas as informações e se chegar ao mais próximo possível dos elementos daquela realidade.

A seguir, apresentamos o exemplo de uma das reportagens utilizadas para compreender o cenário hamburguense da infância e juventude na década de 1990, que é datada de 24 de fevereiro de 1992, por Mário Selbach, intitulada “Cidade vive o drama do menor abandonado”. Este reportagem mostra o contraste da riqueza da indústria calçadista do município e o grande número de meninos e meninas em situação de rua.



Figura 1 - Jornal NH - 24/02/1992. Disponível no Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo.

O Jornal NH propiciou um olhar da situação da infância e juventude hamburguense e criação do CMDCA, mas trouxe poucas vezes trechos da fala daqueles que estiveram à frente do processo de criação do órgão. Logo, surgiu a necessidade de ouvir alguns dos conselheiros que fizeram parte do período estudado, como veremos neste momento.

Entrevistas semiestruturadas

O uso da história oral neste estudo surgiu a partir da compreensão de que:

É através do oral que se pode apreender com mais clareza as verdadeiras razões de uma decisão; que se descobre o valor de malhas tão eficientes quanto as estruturas oficialmente reconhecidas e visíveis; que se penetra no mundo do imaginário e do simbólico, que é tanto motor e criador da história quanto o universo racional. (JOUTARD, 2000, p. 34).

Aqui, optamos pela entrevista semiestruturada, pois não buscamos conhecer toda a trajetória de vida dos depoentes, mas seu período específico de atuação no CMDCA de Novo Hamburgo. Esse tipo de entrevista possui uma estrutura básica montada pelo entrevistador, que é mais flexível, uma vez que os sujeitos do diálogo podem fazer outras reflexões e discutir outros assuntos que não estavam previamente em pauta (OLSEN, 2015).

Ao trabalhar com a história oral, devemos evitar achar que o relato que resulta da entrevista é a própria “história”, pois ele é uma fonte, que assim como as demais, precisa de análise. Conforme Alberti (2018), esta análise deve levar em conta a constituição da memória, que é objeto de constante negociação e também de tensão, pois existem disputas em torno das mesmas, uma vez que elas são importantes para a construção da identidade.

As entrevistas, como já dito, trazem consigo o aspecto da memória e esta é formada a partir das visões do passado de cada sujeito (SARLO, 2007). Sobre isto destacamos:

Inicialmente é preciso insistir que memória e história, embora evoquem o passado, tenham esta matéria-prima em comum, não se confundem. Assim, a memória, por ser um fenômeno que implica uma relação afetiva de quem lembra com aquilo que aconteceu, estabelece um sentido de continuidade que não faz uma ruptura entre o passado e o presente [...] A história, ao contrário, produz-se baseada na descontinuidade entre aquele que a escreve e aqueles fatos e reportagens que são por ele narrados. (LOVATO; PETERSEN, 2013, p. 312).

Segundo as mesmas autoras, quando falamos da memória, assim como da fonte do jornal, devemos ter em mente quem quer lembrar, o que quer lembrar e por que para poder analisar o discurso dos sujeitos com maior clareza percebendo que a memória é plural, ou seja, existem diferentes memórias, que se complementam ou disputam entre si o poder da verdade.

Outra questão primordial ao se tratar da memória é que ela também é esquecimento, uma vez que o processo de construção desta se dá a partir de uma seleção de fatos que o sujeito ou grupo considera importante por alguma razão. Este ponto é importante para atentarmos à ligação entre passado e história do tempo presente, uma vez que os depoimentos ocorrem no presente, logo, sofrem influência do mesmo (MOTTA, 2012).

A seguir, apresentamos os cinco entrevistados ao longo do estudo sobre o processo de criação e atuação da primeira diretoria do CMDCA de Novo Hamburgo: Padre Paulo Wendling foi um dos principais articuladores da criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Novo Hamburgo e foi o seu primeiro presidente, em 1991; Pastor Carlos Eduardo Müller Bock ingressou no CMDCA do município em 1998, mantendo esse vínculo até 2018; Neide Regina Friedrich era suplente de vereador pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no período de elaboração da lei do CMDCA e do Conselho Tutelar e em 1992, foi eleita a primeira presidente do Conselho Tutelar de Novo Hamburgo; Adão Eloir Selistre era vinculado a movimentos na Igreja Católica e ingressou no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua em 1990, sendo que em 1991, tornou-se tesoureiro do CMDCA e após foi eleito presidente da gestão de 1993-1995; Naura Maria Casanova Tormann atuou como assistente social na Prefeitura de Novo Hamburgo, a partir de 1980 e foi escolhida pelo Prefeito Paulo Ritzel para representar a Secretaria de Ação Social na primeira gestão do CMDCA.

Após realizadas as entrevistas com os cinco depoentes, partimos para a análise das mesmas. Aqui, trazemos duas falas de conselheiros do período que se contrapõe: o depoimento do presidente do CMDCA, Paulo Wendling e da conselheira Maria Tormann, representante da Prefeitura no Conselho.

Em entrevista realizada com o presidente, ele citou que a demora para a promulgação da lei de criação do CMDCA e do Conselho Tutelar, em 27 de dezembro de 1990 e a demora da eleição da primeira diretoria

do CMDCA (10 de outubro de 1991) se deu devido a burocracia, mas também ao não interesse da Prefeitura: “Não [A Prefeitura não tinha muito interesse] , e nem o legislativo, porque criança não vota, criança não dá voto. É que nem colocar cano de esgoto na rua? Ninguém vê. Na época a mentalidade era um pouco isso.” (WENDLING, 2019). Além disso ele citou que “foram mais questões de picuinhas políticas do que propriamente preocupações em levar adiante a causa da criança e do adolescente.” (WENDLING, 2019).

Já Tormann (2019), representante da Prefeitura no Conselho, colocou que a demora se deu devido “à preparação, estudar o Estatuto, porque além de ter a lei tem o Estatuto que rege todo o sistema, como vai funcionar e tudo. Então a gente tinha que estar por dentro de tudo para montar uma coisa bem como tinha que ser.” (TORMANN, 2019).

Assim, a partir das entrevistas com diferentes membros do CMDCA e vinculados a diferentes entidades, é possível ver dissonâncias entre as falas, uma vez que cada um fala a partir de um lugar e com um propósito, como já destacado anteriormente.

A seguir, iremos analisar o contexto de criação do CMDCA de Novo Hamburgo e o funcionamento do mesmo no período de 1991 a 1993, através das fontes até aqui citadas buscando demonstrar como todas foram relevantes para o estudo.

Contexto de criação e atuação da primeira gestão do CMDCA de Novo Hamburgo – RS

Até agora, foram analisados alguns dos documentos do CMDCA de Novo Hamburgo, que nos dão uma visão do processo de criação e funcionamento do mesmo durante a primeira gestão. A criação deste Conselho se insere no contexto de redemocratização brasileira, sendo a Constituição de 1988 um marco importantíssimo na luta por direitos, que haviam sido suprimidos durante o período da ditadura civil-militar (1964-1985).

A nova Constituição, a chamada “constituição cidadã” foi um marco na história da democracia do Brasil e um avanço em relação aos direitos sociais e políticos:

O novo texto constitucional tinha missão de encerrar a ditadura, o compromisso de assentar as bases para a afirmação da democracia no país, e uma dupla preocupação: criar instituições democráticas sólidas o bastante para suportar crises políticas e estabelecer garantias para o reconhecimento e exercício dos direitos e das liberdades dos brasileiros. (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p. 488).

No que se refere à infância e juventude, a Carta Magna definiu em seu 227º artigo, que é dever da família, do Estado e da sociedade garantir que a criança e o adolescente tenham direito à saúde, à vida, à alimentação, à profissionalização, à cultura, à educação, à dignidade, à liberdade e ao respeito. Estes sujeitos passam a ser prioridade máxima e a partir daí os recursos da área administrativa iriam se concentrar neles (BRASIL, 1988).

Conforme Ferrajoli (2000), foi a partir da nova Constituição que as crianças e adolescentes passaram a ser vistos como cidadãos de direitos e começou-se a formulação do ECA (1990), que além da Constituição de 1988, teve como base a Convenção sobre os Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia das Nações Unidas, em 1989.

O Estatuto firmou os direitos fundamentais da infância e juventude hamburguense e a proteção integral destes sujeitos, ou seja, efetivação de todos os seus direitos compreendendo os mesmos como indivisíveis e interdependentes. (MACHADO, 2003).

A municipalização da política de atendimento foi uma das grandes inovações do ECA e é essencial para entender o processo de criação do CMDCA, pois a partir dela, não só a União é responsável pelo bem-estar das crianças e adolescentes mas também os Estados e Municípios:

Art. 88 - São diretrizes da política de atendimento:

I - municipalização do atendimento;

II - criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos

os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais. (BRASIL, 1990, p. 16).

A partir desta determinação o município de Novo Hamburgo começou a se articular para a criação do CMDCA, que envolveu as entidades civis organizadas que já atuavam com a infância e adolescência e representantes da Prefeitura. Neste período, as disputas de poder já eram presentes, como já destacado a fala de alguns conselheiros no período.

A lei de criação do CMDCA é de 27 de dezembro de 1990, mas antes disso já ocorriam reuniões e articulações para a criação da mesma, como pode ser percebido na reportagem do Jornal NH do dia 1 e 2 de dezembro de 1990, intitulada “Câmara cria o Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente”, escrita por Kática Reichow. A matéria tratou da votação do projeto de lei que promulgou a criação do CMDCA e o Conselho Tutelar, que ocorreu no plenário da Câmara com presença de diversas crianças com cartazes em defesa de seus direitos (REICHOW, 1990).

De dezembro de 1990 a julho de 1991 as entidades civis e Prefeitura organizaram-se para que ocorressem as eleições dos representantes do Conselho, que já foi descrita no capítulo anterior através da ata número um. Após está, em dois de outubro de 1991 foi aprovado o Regimento Interno do CMDCA e em 10 de dezembro feita a eleição da primeira diretoria.

Então, o CMDCA começou efetivamente seus trabalhos, tendo como plano de fundo uma situação delicada envolvendo a infância e juventude: meninos e meninas em situação de rua, que na época chega a 60, segundo depoente Adão Selistre (2019). O trabalho infantil, principalmente em ateliês domiciliares, onde as crianças faziam parte do calçado que era concluído nas diversas fábricas do município, Capital Nacional do Calçado (SCHNEIDER, 2004). Segundo os depoentes e conforme constatado em atas, o trabalho também levava ao vício em cheirar cola de sapateiro, que era de fácil acesso para estes sujeitos. O presidente da primeira gestão do CMDCA também criticou, em entrevista, a falta de creches e escolas com

atividade no contraturno, fazendo com que muitas crianças e jovens pasassem o dia na rua (WENDLING, 2019).

O presidente, quando questionado sobre as ações da primeira gestão colocou:

O que a gente conseguiu: chamar a atenção da sociedade como um todo, para esta realidade social em que viviam muitas crianças e adolescentes. O que chamamos a atenção também, foi de muitas crianças que estavam fora da escola e para o abandono que estavam as periferias na época. (WENDLING, 2019).

Além de chamar a atenção da sociedade, o CMDCA tinha como objetivo criação de diversas creches no município, principalmente na periferia, como analisado no documento “Objetivos 1991”, disponível no Arquivo dos Conselhos de Novo Hamburgo.

Outro ponto positivo da primeira gestão do CMDCA, além de chamar a atenção para a realidade social que viviam as crianças da periferia, foi a eleição do primeiro Conselho Tutelar de Novo Hamburgo, que foi organizada pelo CMDCA e ocorreu em cinco de abril de 1992. Esta eleição teve voto facultativo e contou com 1.514 eleitores, segundo reportagem na capa do Jornal NH do dia seis de abril de 1992, intitulada “Escolhidos os representantes”.

Durante a análise do Jornal NH, das entrevistas e dos documentos do Arquivo dos Conselhos, fica claro a importância do CMDCA para:

[...] abrir esse espaço para abrir a caixa preta do Poder Público, da administração pública. O fato de a administração pública ter que dividir com algumas pessoas ou ter que dividir com um Conselho uma discussão sobre sua política de governo, isso é uma coisa que eu acho que é importante porque ela desacomoda, ela tira da zona de conforto. (SELISTRE, 2019).

A partir da municipalização do atendimento à infância e juventude e a criação do CMDCA, a Prefeitura teve que dividir o seu poder com as entidades, pois o Conselho é um órgão deliberativo, que analisa as necessidades do município e as repassa para a Prefeitura, que deve agir conforme o órgão colocar.

Considerações finais

Através deste estudo foi possível analisar a importância de diferentes fontes e suas comparações para analisar o contexto de criação do CMDCA de Novo Hamburgo e a atuação da primeira gestão do mesmo, ficando claro que os pontos principais que levaram a criação deste Conselho foram a Constituição de 1988 e o ECA (1990), com a municipalização do atendimento à criança e ao adolescente.

Este estudo possibilitou vislumbrar que a construção do CMDCA do município do Vale do Rio dos Sinos não foi uma decisão tomada por unanimidade e que houve embates entre Prefeitura e entidades civis no período de formulação da lei 130/90, no período de escolha dos representantes do Poder Público e das entidades civis e durante a primeira gestão do órgão.

Destacamos a importância da criação do CMDCA de Novo Hamburgo visto a situação em que a infância e juventude deste local se encontrava. A primeira gestão do CMDCA conseguiu chamar a atenção da sociedade para estes problemas, que não eram conhecidos por muitos, pois atingiam jovens de periferia.

A partir do CMDCA que o ECA passou a ser divulgado e a sociedade começou a ter noção dos direitos e deveres da infância e da juventude. Como dito pelos depoentes, o ECA e o CMDCA não foram prontamente aceitos por todos e houve resistência por parte da comunidade, onde alguns não compreendiam que as crianças e adolescentes eram sujeitos de direitos.

Destacamos ainda a importância do Conselho Tutelar de Novo Hamburgo como órgão que firmou os direitos das crianças e adolescentes no município, uma vez que a partir daí passaram a atuar dois Conselhos na gestão e cuidado da infância e juventude do local.

O presente estudo possibilita continuidade de pesquisa acerca das diferentes fontes que foram utilizadas ao longo do estudo e também de novas

que possam surgir, além de aprofundar os estudos acerca do processo de criação e atuação da primeira gestão do CMDCA, que foi marcado por diversas tensões e conflitos em um período que os Direitos Humanos voltavam com força à discussão na sociedade brasileira.

Referências

- ALBERTI, Verena. História dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. [3. ed.]. São Paulo, SP: Contexto, 2018.
- BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. [3. ed.]. São Paulo, SP: Contexto, 2018.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: 70 edições, 1977.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 5 dez. 2019.
- BRASIL. **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069Compilado.htm> Acesso em: 8 set. 2019.
- CARDOSO, Ciro F. **Uma introdução à história**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CMDCA NH. **Ata nove de julho de 1991**. Disponível no Arquivo dos Conselhos, Novo Hamburgo, 1991.
- CMDCA NH. **Objetivos 1991**. Disponível no Arquivo dos Conselhos, Novo Hamburgo, 1991.
- ELMIR, Cláudio Pereira. Armadilhas do Jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos do PPG em História da UFRGS**. Porto Alegre, n. 13, dez. 1995.
- ESCOLHIDOS os representantes. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, RS, 6 abr. 1992, p. 1. Disponível no Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo.
- ESPIG, Márcia. O Uso da Fonte Jornalística no Trabalho Historiográfico: o caso do Contestado. **Estudos Ibero-Americanos**, Rio Grande do Sul, v. 24, n.2. 1998. Disponível

em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/27266/15561>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes; DUARTE, Regina Horta (Org.). **Educação, modernidade e civilidade: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FERRAJOLI, Luigi. **Derecho y razón**. Tradução Perfecto Andrés Ibánéz et al. 4 ed. Madrid: Editora Trotta, 2000.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

IBGE. **População Brasileira Total (em mil pessoas): 1980 a 2010**. Disponível em: <<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/populacao-total-1980-2010.html>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

JOUTARD, Philippe. Desafios à História Oral do Século XXI. In: ALBERTI, Verena; FERNANDES, Tânia Maria; FERREIRA, Maneta de Moraes (orgs.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

LACOUTURE, Jean. A história imediata. IN: LE GOFF, Jacques. **A história nova**. Martins Fontes, Rio de Janeiro, 2000.

LE GOFF, Jacques; NORRA, Pierre. **História: novos problemas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

LOVATO, Bárbara Hartung; PETERSEN, Sílvia Regina. **Introdução ao estudo da História: temas e textos**. Porto Alegre: Edição do autor, 2013.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por Meio dos Periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MACHADO, Martha de Toledo. **A proteção constitucional de criança e adolescentes e os direitos humanos**. Barueri, SP: Manole, 2003.

- MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CADOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.) **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- NETO, Wenceslau Gonçalves. Cultura escolar e legislação em Minas Gerais: o município de Uberabinha no início da República. In: YAZBECK, Dalva Carolina; ROCHA, Marlos Bessa Mendes da (Orgs.). **Cultura e História da Educação**: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.
- ODÁLIA, Nilo. Apresentação. In: BURKE, Peter. **A Escola dos Annales 1929-1989**: a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de; MEURER, Sidmar dos Santos. Tensões entre o prescrito e o realizado na escolarização paranaense na década inicial do século XX: experiências de professores primários a partir da análise dos relatórios de instrução pública. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. (org.). **Cinco estudos em História e Historiografia da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- OLSEN, Wendy. **Coleta de dados debates e métodos fundamentais em pesquisa social**. Porto Alegre: Penso, 2015.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO. **Lei municipal Nº 130/90**. Disponível em: < https://sapl.camaranh.rs.gov.br/media/sapl/public/norma_juridica/3296/3296_texto_integral.pdf > Acesso em: 8 jun. 2019.
- REICHOW, Kátia. Câmara cria o Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, RS, 1 e 2 dez. 1990, p. 11. Disponível no Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo.
- SARLO, Beatriz. **Tempo Passado**. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SCHNEIDER, Sérgio. O mercado de trabalho da indústria coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul. In: COSTA, Achyles Barcelos da; PASSOS, Maria Cristina. **A indústria calçadista no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2004.
- SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SELBACH, Mário. Cidade vive o drama do menor abandonado. **Jornal NH**, Novo Hamburgo, RS, 24 fev. 1992, p. 2. Disponível no Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo.

SELISTRE, Adão Eloir. **Entrevista semiestruturada Adão Eloir Selistre**. Entrevista concedida a Bárbara Birk de Mello. Novo Hamburgo, 29 ago. 2019.

TORMANN, Naura Maria Casanova. **Entrevista semiestruturada Naura Maria Casanova Tormann**. Entrevista concedida a Bárbara Birk de Mello. Novo Hamburgo 26 set. 2019.

WENDLING, Paulo. **Entrevista semiestruturada com Paulo Wendling**. Entrevista concedida a Bárbara Birk de Mello. Novo Hamburgo, 29 ago. 2019.

Fundo documental ciranda musical teuto-rio-grandense: espaço dedicado à pesquisa e à preservação

*Elaine Smaniotto*¹

O Fundo Documental² Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense pertencente à FACCAT – Faculdades Integradas de Taquara formou-se a partir do recebimento de documentos doados pelo CTG Fogão Gaúcho, por pessoas que participaram do evento e pela comunidade em geral e está sob a responsabilidade do Curso de História desta Instituição de Ensino, Extensão e Pesquisa, sendo esta responsável em receber, organizar, prover acesso, divulgar e preservar a documentação.

Segundo Le Goff (2003, p. 536) “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinha o poder”. Neste sentido, o conjunto de documentos que compõem o Fundo Documental Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense foi produzido entre os anos de 1972 até 1996. O objetivo principal do evento, que aconteceu em onze edições, era ressaltar a musicalidade existente no cancionário sul-rio-grandense em suas mais variadas manifestações e diversidade de ritmos, gêneros e estilos,

¹ Mestranda História – FACCAT; elainesmaniotto@faccat.br

² Entende-se Fundo documental como um “conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas e que são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural...”(BELLOTTO, 2006, p. 128).

oriundos das diversas etnias que povoaram o Rio Grande do Sul, com enfoque especial ao teuto³.

É possível elencar uma grande variedade de documentação escrita ou textual, iconográfica, material e sonora, como: Atas das reuniões da comissão organizadora do evento, regulamentos, símbolos, reportagens divulgadas em jornais e revistas, fichas de inscrições, letras de músicas (aprovadas ou não, pela censura federal), músicas classificadas, alvará de autorização, correspondências, convites, cartazes de divulgação, cédulas de votação (canção mais popular) ingressos, relação de premiação, fotografias, fitas K7, discos de vinil, DVD com filmagens (RBS e TVE), troféus e camisetas.

Além desta documentação produzida durante as onze edições também o Fundo Documental abriga entrevistas realizadas com pessoas que participaram ativamente do evento. Estas entrevistas⁴ foram realizadas durante os anos de 2011 e 2012. E aqui vale ressaltar que “a melhor forma de conservar a memória é lembrá-la. A melhor forma de contar a história é pensá-la. A melhor forma de assegurar a identidade é mantê-la” (SOARES, 2003, p. 25).

Nas palavras de Grazziotin e Almeida (2012, p. 44), “trabalhar com memórias, transformá-las em documentos, tanto produzindo entrevistas como utilizando acervos, são dois modos de promover exercícios de investigação”. Neste sentido, esse Fundo Documental é denominado como fundo aberto, pois continua recebendo documentos, tendo em vista que muitas pessoas da comunidade ainda guardam nos seus arquivos pessoais⁵

³ Em 843, pelo Tratado de Verdun, o Império de Carlos Magno foi dividido entre seus três netos. Luís obteve a área oriental do Império Carolíngio, que reunia populações de língua e tradições germânicas. O conjunto de dialetos falados nessa região recebia o nome de *thiuda*, de onde deriva o moderno *deutsche* e os nossos vocábulos teuto, teutão, sinônimo de germânico, de alemão (BATISTA NETO, 1996, p. 10).

⁴ As entrevistas foram realizadas com base no texto da pesquisadora Sonia Maria de Freitas. (FREITAS, Sônia Maria de. História oral: possibilidades e procedimentos. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2002.)

⁵ “Pode-se definir arquivo pessoal como o conjunto de papéis e material audiovisual ou icnográfico resultante da vida e da obra/atividades de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas, etc. Enfim, pessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda, pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, artes e a sociedade” (BELLOTTO, 2006, p. 266).

objetos e memórias⁶ sobre a Ciranda Musical realizada no município de Taquara/RS.

Um pouco da história do evento: Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense

Os Festivais musicais, surgidos no Brasil entre 1965 e 1970, foram veículos da manifestação da canção engajada e nacionalista, voltados para a discussão dos problemas presentes na sociedade brasileira. Esses eventos eram promovidos por emissoras de rádio, redes de televisão, teatros e movimentos estudantis, que acabavam revelando ao grande público muitos intérpretes, compositores e instrumentistas.

No Rio Grande do Sul surgem então os festivais nativistas/regiona- listas. Neste panorama, em 1971 nasceu o Festival Califórnia da Canção Nativa, na cidade de Uruguaiana. Este desencadeou a realização de outros eventos semelhantes, como Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense em Ta- quara. Dentre vários festivais⁷, a Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense e a Vindima da Canção estavam voltados também para a cultura dos imi- grantes alemães e italianos e seus descendentes. Vincula-se nesta época que no ano de 1974 foi comemorado o sesquicentenário da imigração alemã para o Estado do Rio Grande do Sul e, em 1975 relembra-se o centenário da imigração italiana.

Em um aspecto mais amplo os festivais representam uma continui- dade real ou imaginada dos usos e dos costumes do sul do Brasil reforçando características do sistema agropastoril. De acordo com o histo- riador Eric Hobsbawm (1984, p.14), “Às vezes, as novas tradições podiam ser prontamente enxertadas nas velhas; outras vezes, podiam ser inventa- das com empréstimos fornecidos pelos depósitos bem supridos do ritual,

⁶ Memórias: “Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os aconteci- mentos (...) vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer”. (POLLAK, 1992, p. 201).

⁷ Escaramuça da Canção Gaudéria, em Triunfo, Tertúlia Musical Nativista, em Santa Maria, Festival da Barranca, em São Borja, Coxilha Nativista, em Santa Rosa, Canto sem Fronteira, em Bagé, Tafona da Canção Nativa, em Osório, Acorde da Canção Nativa, em Camaquã, Gauderiada da Canção Nativa, em Rosário do Sul, Ronco do Bugio, em São Francisco de Paula, entre muitos outros.

simbolismo e princípios morais oficiais”. Percebemos que no Rio Grande do Sul, a valorização dos costumes mais ancestrais acaba por mesclar as tradições com diversos elementos e assim vão se agregando na vida cultural do sul do Brasil.

Ao todo foram onze edições da Ciranda Musical promovidas pelo Centro de Estudos Teuto-Rio-Grandense⁸. A primeira edição foi realizada nos dias 26, 27 e 28 de maio de 1972, na Sociedade 5 de Maio, no centro da cidade de Taquara. Os organizadores do evento receberam 110 composições musicais, destas, 32 foram selecionadas e enviadas para a aprovação da Censura Federal⁹. A música vencedora na primeira edição da Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense foi “Peregrinos”, uma valsa de Bruno Neher e Jayme Caetano Braum, interpretada pelo conjunto musical Os 3 Xirus.

A segunda edição da Ciranda Musical foi realizada no Clube Comercial de Taquara, nos dias 24 e 25 de setembro de 1976. Das 134 músicas inscritas, apenas 12 foram lançadas em disco. A composição vencedora, “Picada, Linha e Coxilha”, música de Bruno Neher e letra de Antônio Augusto Fagundes, com interpretação do conjunto musical Os 3 Xirus.

Foi na terceira edição da Ciranda, nos dias 22, 23 e 24 de setembro de 1978, no Clube Comercial de Taquara, com 103 composições recebidas, que surgiu a divisão em duas linhas: Acordes de Pampa e Querência e, Acordes Teuto-Rio-Grandense. Nos Acordes Pampa e Querência o vencedor foi Leonardo (Jader Moreci Teixeira), com a música “Céu, Sol, Sul, Terra e Cor”, interpretada por ele e acompanhada pelo Conjunto musical Os Mirins. Esta foi a música mais popular do festival e uma das mais conhecidas, atualmente, no Rio Grande do Sul.

A quarta edição da Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense ocorreu nos dias 7, 8 e 9 de novembro de 1980, no Clube Comercial de Taquara. Ao todo foram recebidas 175 composições musicais. A música “Pilchas” de

⁸ Composto pelas seguintes instituições: Faculdades Integradas de Taquara, CTG “Fogão Gaúcho”, Câmara da Indústria, Comércio e Serviços do Vale do Paranhana (CICS), Fraternidade Culturalista Rodolfo Von Ihering (FRATRI), Rotary Club de Taquara, Clube de Diretores Logistas (CDL) e Lions Clube de Taquara.

⁹ Em 1972, o Brasil estava sob o Regime Militar, portanto, havia um forte controle sobre as informações que circulavam na sociedade (notícias, críticas, músicas, publicações etc.).

Luiz Coronel e Airton Pimentel foi a vencedora nos Acordes Teuto-Rio-Grandense.

A quinta edição da Ciranda ocorreu nos dias 4, 5, 6 e 7 de setembro de 1982, também no Clube Comercial de Taquara. Foram recebidas 112 composições musicais. Em 1º lugar “João Mulato Carreiro” de Gaspar Machado e Talo Pereyra, uma milonga defendida por Paulo Germani Gai-ger e Grupo Urutu.

A sexta edição da Ciranda ocorreu nos dias 1, 2, 3 e 4 de setembro de 1983, no Centro Cultural e Esportivo Santa Teresinha, espaço com capacidade para cinco mil pessoas. Ao todo foram recebidas 308 músicas gravadas em fita K7. O Grupo Os 3 Xirus, com a marchinha tipo “limpa banco”, fortemente teuto, intitulada “Campeão do Bolão” foi a vencedora. Com a mesma música, o grupo também ganhou o prêmio incentivo de primeiro lugar nos Acordes Teuto-Rio-Grandense e foi escolhida, pelo público, como a canção mais popular¹⁰.

A sétima edição da Ciranda, com 293 músicas inscritas, ocorreu no período de 6 a 9 de setembro de 1984 nas dependências do Centro Cultural e Esportivo Santa Teresinha em Taquara. Sérgio Rojas, Beto Barros (autores) e Neto Fagundes (intérprete), foram os grandes vencedores da sétima edição da Ciranda Teuto-Rio-Grandense, com a milonga “De Como Amar um Rio”. Durante esta edição do evento foram desenvolvidas várias atividades paralelas¹¹. Também nesta ocasião foi realizado o 1º Encontro Culturalista Sul Rio-Grandense quando ocorreram debates sobre aspectos culturais do Estado do Rio Grande do Sul. O evento contou com a participação de Dante de Laytano (imigração açoriana); Antônio Augusto Fagundes (negros e índios); Luiz Luigi (imigração italiana); Friedrich J.P. Tampel (imigração alemã) e André Rameski (imigração polonesa).

A oitava edição da Ciranda foi realizada nos dias 5, 6 e 7 de setembro de 1986 no Centro Cultural e Esportivo Santa Teresinha em Taquara. Mais

¹⁰ O grupo Os 3 Xirus subiu ao palco com vestimentas típicas de colono, muita animação e com sotaque teuto interpretou novamente a canção e foi amplamente aplaudido.

¹¹ Tertúlias, bailes, apresentação de grupos de dança germânica, holandesas, italianas, portuguesas e gaúchas. Em torno de 700 barracas foram montadas nos quatro dias do festival.

de 300 composições foram inscritas. A programação dessa edição foi divulgada e acompanhada por 17 empresas jornalísticas, 7 emissoras de rádio e também a TVE – Programa Invernada Gaúcha. No domingo, ocorreu a gravação especial do Programa Galpão Crioulo, transmitido ao vivo, pela RBS TV. Durante esta edição ocorreu também o II Encontro Culturalista Sul-Rio-Grandense, momento em que ocorreram debates sobre a participação da mulher nos festivais de música. A campeã da oitava edição da Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense foi a toada “A Dança das Mãos”, com letra de Mauro Moraes e arranjo de Chico Sarat, interpretação de Chico Sarat e acompanhamento vocal do Grupo Status de Porto Alegre. Esta música agradou principalmente um público urbano, resultado de um forte êxodo rural vivenciado na década de 1980. Como composição mais criativa, foi escolhida Congadas, Quicumbis e Moçambiques, com letra de Luiz Coronel, música de Giba-Giba e arranjo de Toneco. A interpretação foi de Giba-Giba, apresentando uma congada inédita, gênero que veio das origens africanas e folclóricas do Brasil.

A nona edição da Ciranda foi presidida por Delmar Henrique Backes e como Coordenador Cultural Eldo Ivo Klain. Ocorreu de 15 a 17 de abril de 1988, sendo ao todo 465 composições inscritas. O Negro no Rio Grande do Sul foi o tema do 3º Encontro Culturalista Sul-Rio-Grandense. A composição vencedora foi “Que Homens São Esses?” de Francisco Castilhos e Carlos Moacir Pinto Rodrigues, interpretado por César Passarinho. O 1º lugar na divisão Teuto-Rio-Grandense foi “Dos Alpes para o Vale” de Bruno Roberto Neher e Antônio Augusto Fagundes.

Para a 10ª edição¹² da Ciranda foram inscritas 392 músicas, sendo 40 de outros Estados brasileiros, como RJ, SP, MG, GO e PR. A milonga “Chico Mendes” foi a vencedora da 10ª Ciranda Musical realizada no período de 6 a 9 de setembro de 1990. A composição de José Fernando Gonzáles e Talo

¹² Ao iniciar a década de 1990, o presidente Fernando Collor de Mello, eleito pelo povo, lança o Plano Collor, no qual constituía o confisco de poupanças populares, consequentemente, a 10ª edição da Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense, que deveria ocorrer entre os dias 19 e 22 de abril de 1990, foi adiada em virtude do bloqueio dos recursos depositados na conta bancária do evento. Então, o festival foi transferido para 6 a 9 de setembro de 1990. Isso provocou grande dificuldade e trabalho dobrado para a equipe promotora.

Pareyra, interpretada por Délcio Tavares e João de Almeida Neto foi premiada com Troféu Ciranda e o automóvel Fiat Prêmio. O tema, uma homenagem a Chico Mendes e, ao mesmo tempo, um alerta contra a destruição da natureza. Neste momento muitas pessoas ainda estavam sob a comoção do assassinato do defensor da Floresta Amazônica.

A décima primeira edição da Ciranda Musical foi realizada entre os dias 8 e 10 de novembro de 1996 na Sede da Associação dos Motoristas da Encosta Inferior do Nordeste, localizada nas margens da RS 115 em Taquara. Ao todo foram inscritas 433 composições, sendo 50 destas de fora do estado. A chamarrita, “Num Canto Qualquer do Pampa”, com letra e música do taquarense Paulo Roberto Alves da Silva e interpretada por Cleber Brenner e acompanhamento de Glauber Duarte e Carlos Alberto Martins, foi a vencedora da 11ª edição da Ciranda. Um Fiat Pálio foi entregue aos vencedores do festival.

A Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense foi, portanto, um evento plural com variados estilos, ritmos, regionalismos; Conseguiu firmar/criar uma identidade própria, valorizar a cultura local/regional; Passou por adequações, modificações ao longo de suas onze edições; Abriu as portas para a música popular urbana; Valorizou a musicalidade nos seus mais variados aspectos e atualmente faz parte do patrimônio artístico-cultural do município de Taquara/RS.

Objetivos do Fundo Documental Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense:

Este Fundo foi construído com o objetivo de guardar e proteger uma memória coletiva. Preservar do esquecimento a identidade dos sujeitos e de suas relações sociais no tempo e no espaço, como uma forma de compensar a perda acentuada de referenciais comunitários ou de identidade diante de um mundo em constante transformação.

Também objetiva disponibilizar tal documentação aos acadêmicos e à comunidade em geral, promovendo a longevidade e ampla acessibilidade

aos conteúdos de valor histórico, cultural e intelectual, bem como contribuir para a construção da memória “na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro” (LE GOFF, 2003, p. 471)

Metodologia de trabalho

A metodologia de organização do Fundo Documental Ciranda Musical Teuto Rio-Grandense foi planejada seguindo as seguintes etapas:

1ª Etapa: Recebimento e separação dos documentos: O acervo é composto por documentos textuais, iconográficos, sonoros e materiais;

2ª Etapa: A higienização. Nesta etapa, foi realizada a limpeza dos documentos, utilizando-se uma trincha para tirar a poeira e o carvão neles existentes. Também, foram desamassados e deles retirados clips e grampos de metais, para que assim fosse mantida a conservação do material. Em seguida foi realizado um processo não-químico para exterminar insetos: o congelamento de todos os documentos textuais e iconográficos;

3ª Etapa: Identificação dos documentos. Cada documento foi colocado entre folha de papel branco, na qual foram realizadas anotações, a lápis, que são informações básicas de identificação, como: tipologia, assunto, datas, nomes, etc.;

4ª Etapa: O arranjo dos documentos. O Arranjo serve para que os documentos sejam acessíveis ao uso e para que sejam conhecidos também a sua natureza e o seu conteúdo. Foi realizado por meio de definição: Fundo, Caixa, Série, Data, Assuntos e Situação;

5ª Etapa: Separação e ordenação dos documentos: Foram escolhidos os melhores materiais de acondicionamento e o mais adequado espaço físico para os documentos (Laboratório do Curso de História da Faccat – Sala E 205);

6ª Etapa: Descrição dos documentos organizados em caixas, pastas e envelopes enumerados.

Jornais: Identificação de cada uma das notícias publicadas: Cidade, nome do jornal, data, assunto/manchete, número da página. Documentação escrita: Separação em ordem cronológica em que ocorreu cada edição do Evento. Dentro disso, classificação por assuntos: Organização do evento, inscrições, letra e classificação das músicas, correspondências e

outros. **Fotografias:** Organizadas em 12 pastas seguindo a ordem cronológica do Festival da canção e identificando: o que, quando, onde, quem. **Discos:** Breve descrição do histórico de sua formação (simbologia, imagens, composições) Fitas k 7: armazenadas em caixas (ainda não identificadas). **Entrevistas:** Organizadas em pastas de acordo com a data dos depoimentos: Fichas com: 1) Objetivos; dados sobre o entrevistado (nome completo, data de nascimento, profissão, estado civil, religião, endereço, naturalidade, forma de participação no evento); dados sobre a entrevista (quem, quando, onde, duração), 2) Imagem (quem, onde, quando), 3) Oralidade, 4) Transcrição, 5) Cartas de Cessão (oralidade, imagem), 6) Outros (material doado pelo entrevistado);

7ª Etapa: Divulgação: Está sendo realizada por meio de exposições e mídias, com o intuito de mostrar o valor histórico, artístico e cultural do Fundo e suas especificidades. Participação nos eventos da Faculdade, Congressos, Seminários, Mostras Científicas e Oficinas;

8ª Etapa: Preservação: O Fundo Documental Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense é composto basicamente por documentos em papel, que requer cuidados especiais de conservação. Para tanto, existe um laboratório responsável por avaliar as condições do material realizando neles intervenções técnicas e organizacionais quando necessárias;

9ª Etapa: Acesso: Devido à natureza diversificada dos documentos e do seu estado de conservação, são aplicadas regras para as consultas, sendo que estas são agendadas e monitoradas por funcionários que trabalham no Laboratório de História da FACCAT. Para facilitar o acesso, está em construção o processo de digitalização dos documentos.

Resultados:

O Fundo foi criado em 2011 e no decorrer dos seus oito anos de existência tem proporcionado: suporte à pesquisa da FACCAT; acesso à informação armazenada pela faculdade; e maior visibilidade ao evento que marcou a história local e regional, compartilhando-o com a comunidade interna e externa, ou seja, o Fundo é um instrumento facilitador da pesquisa histórica e científica, disponibilizado aos acadêmicos e à comunidade

em geral, dentro de um contexto de construção e reconstrução de histórias e de memórias coletivas e individuais.

- 1) **Entrevistas:** Até o presente momento foram realizadas setenta e uma entrevistas com pessoas que participaram ativamente do evento¹³. Este trabalho objetiva especificamente: Proporcionar à sociedade a preservação de parte de seu patrimônio, garantindo-lhe o direito a memória; Registrar e preservar a história e a memória da Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense; Apresentar possibilidades de pesquisa e análises aos acadêmicos e à comunidade em geral; Despertar a atenção da comunidade para a consciência da preservação do patrimônio histórico-cultural; Perceber que a Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense fez parte de um processo histórico cultural em nível nacional, regional e local; e ainda valorizar as testemunhas vivas da História da Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense.

- 2) **Artigos:** A partir da análise da documentação disponibilizada por este Fundo Documental foram produzidos, apresentados e publicados os seguintes artigos:
 - CIRANDA MUSICAL TEUTO-RIO-GRANDENSE: Relações interétnicas através da música. Autoria de Dalva N. Reinheimer e Elaine Smaniotto. Artigo apresentado no Seminário Internacional “Festas, Comemorações e Rememorações na Imigração” e XXI Simpósio de História da Imigração e Colonização. UNISINOS/2014
 - A FIGURA FEMININA NA CIRANDA MUSICAL TEUTO-RIO-GRANDENSE DE TAQUARA (1972 – 1996). Autoria de Elaine Smaniotto. Artigo publicado nos Anais Eletrônicos do III Congresso Internacional de História Regional - UPF /2015
 - A PARTICIPAÇÃO AFRO NA CIRANDA MUSICAL TEUTO-RIO-GRANDENSE DE TAQUARA (1972 – 1996). Autoria de Irius Basei Rodrigues e Elaine Smaniotto. E CIRANDA TEUTO-RIO-GRANDENSE: CULTURA, MÚSICA E CENSURA. Autoria de Bruno Felipe Trein, Gabriel Henrique Tadler e Odirlei Padilha. Estes dois artigos foram apresentados no Seminário Internacional Migrações, Espaços Educativos e Desenvolvimento Regional e XIV Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras – FACCAT /2019.

¹³ Participação na organização, logística, divulgação, composição e interpretação de músicas, instrumentistas, produção de discos, etc.

- 3) **Tema de estudos:** No dia 15 de junho de 2017, acompanhados das professoras Vanessa Möller e Vanderleia dos Santos Berckeuer um grupo de 18 alunos do 4º Ano do Centro Sinodal Dorothea Schäfke, do município de Taquara realizou pesquisas no Fundo Documental Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense para descobrir um pouco mais da história do Rio Grande do Sul. Foram recebidos no Laboratório do Curso de História da Faccat pela docente Elaine Smaniotto que orientou e disponibilizou documentos. Na ocasião, os alunos conheceram os fatos que marcaram a Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense, e também as alunas Martina Laydner, Bettina Vargas e Rafaela Fos da Silva, apresentaram resultados de suas pesquisas sobre o assunto.

- 4) **ExpoCiranda:** Exposição itinerante cujo lançamento ocorreu no dia 8 de novembro de 2018. O evento marcou o encerramento da Semana Acadêmica da Comunicação e do Design da Faccat com a temática o Manifesto do Amor. A organização da Exposição Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense foi realizada por acadêmicos do curso de Relações Públicas da Faccat, com a colaboração dos acadêmicos de Publicidade e Propaganda, Design e História. Neste sentido, o trabalho interdisciplinar foi experienciado por professores e acadêmicos, uma vez que possibilitou compreender/entender as partes de ligação entre as diferentes áreas de conhecimento, unindo-se para ampliar conhecimentos, possibilidades e ultrapassar o pensar fragmentado.

Considerações finais

Cabe às instituições de ensino e pesquisa salvaguardar bens culturais. A Faccat, Faculdades Integradas de Taquara, inserindo-se no papel de preservacionista e difusora da memória coletiva, oferece espaços de preservação. Embora a preservação de patrimônios históricos/culturais seja uma questão pouco valorizada em nosso país, os gestores desta instituição buscam reconhecer o seu valor e a responsabilidade que têm com esta questão, pois reconhecem que acervos/fundos são importantes para a comunidade. Além disso, constitui-se mais um recurso informacional de extrema importância para a Faculdade, pois contribui para a produção de novos conhecimentos nas áreas afins, estimulando a pesquisa e, consequentemente, a memória individual e coletiva.

Referências:

- BATISTA NETO, Jônatas. *História da Baixa Idade Média* (1066 – 1453). São Paulo: Ática, 1996.
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BRUNO, S. L.; VAL, M. R. da S. R.; CARVALHO, T. C. O. N. de. Política de organização de acervos raros e especiais da área de Coleções Especiais e Conservação da Biblioteca Central da UNICAMP. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO; ENCONTRO NACIONAL DE ACERVO RARO, 6., 2002, Fortaleza. Anais... Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2002. 1 CD-ROM.
- CASIMIRO, Ana Palmira B. S. LOMBARDI, José C. MAGALHÃES, Livia Diana R. (Orgs.) *A Pesquisa e a Preservação de Arquivos e Fontes para a Educação, Cultura e Memória*. Campinas/SP: Editora Alínea, 2012.
- FREITAS, Sônia Maria de. *História oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2002
- FUNDO DOCUMENTAL Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense de Taquara/ FACCAT/Laboratório do Curso de História.
- GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. Romagem do tempo e recantos da memória: reflexões metodológicas sobre História Oral. São Leopoldo: Oikos, 2012.
- HOBSBAWM, Eric Introdução: A invenção das Tradições. In: HOBSBAWM Eric e RANGER, Terence (orgs.) *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN, 1999.
- LE GOFF, Jacques. História e Memória. Tradução Bernardo Leitão [et. al.] 5ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

- NAPOLITANO, Marcos. *História & Música: história cultural da música popular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: A diversidade cultural no Brasil-nação*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1992.
- PINHEIRO, Marcos José de Araujo. *Museu, Memória e Esquecimento: Um projeto da Modernidade*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, 1992, p.200 - 212.
- SOARES, André Luís R. [et.al] (orgs.). *Educação Patrimonial: relatos e experiências*. Santa Maria/RS: Ed. UFSM, 2003.
- VIEIRA, Brunno V. G. ALVES, Ana Paula M.(Orgs.) *Acervos especiais: Memórias e Diálogos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/ApoioaoEnsino/colecao-memoria-da-fcl-n9>.

Etiquetas de livrarias: fontes para memória

*Márcia Della Flora Cortes*¹

*João Fernando Igansi Nunes*²

Introdução

Quantas vezes encontramos marcas extrínsecas aos livros e que passam por nossos olhos despercebidos? Talvez a própria ânsia pela leitura da obra faz com que o leitor não enxergue etiquetas de livrarias, por vezes minúsculas, mas que nem por isso deixam de ter um significado especial na história do livro, registrando aspectos tão interessantes da sociedade quanto o próprio conteúdo do livro.

As etiquetas de livrarias testemunham até hoje a existência de práticas culturais e sociais que marcaram épocas. Talvez, se não fossem adicionadas no interior dos livros, possivelmente teríamos poucos exemplares desses artefatos gráficos que, por sorte e inteligência dos livreiros tiveram a durabilidade da vida de um livro.

Destaca-se que tais objetos integram a memória gráfica nacional, foram produzidos para identificar estabelecimentos comerciais livreiros e mesmo sem a pretensão de ter carácter artístico, incorporaram elementos que destacam a sua beleza e arte. Diante disso, o presente estudo tem o objetivo de abordar e refletir sobre as etiquetas de livrarias como rastros

¹ Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural/UFPE; marciadfc@yahoo.com.br

² Doutor em Comunicação e Semiótica/PUC-SP; fernandoigansi@gmail.com

para a memória coletiva, visto que são objetos materiais que carregam aspectos da realidade em que foram produzidos.

Como procedimento metodológico realizou-se uma revisão de literatura em teóricos que abordam assuntos como a memória, a memória gráfica, etiqueta de livraria, identidade e design, entre alguns: Maurice Halbwachs (1990), Paul Ricoeur (2007), Farias e Braga (2018), Ubiratan Machado (2003), Rafael Cardoso (2005), etc. Além disso, foram analisados elementos visuais de etiquetas de livrarias presentes em obras do acervo raro da Bibliotheca Pública Pelotense, conforme a Classificação Decimal de Dewey, na cidade de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul. A partir disso, revela-se uma diversidade de registros visuais de cunho propagandista, mas carregados de referências sociais, são fontes para a história e sobretudo, rastros para a memória gráfica nacional que também é a memória coletiva em seus aspectos culturais.

Etiquetas de livrarias

Etiquetas de livrarias são adicionadas aos livros por estabelecimentos que comercializam esses objetos, cujos proprietários são conhecidos como livreiros. A etiqueta de livraria é colocada a fim de identificar o estabelecimento onde foi adquirido, bem como mostrar a trajetória daquele exemplar e sobretudo, para servir de propaganda e publicidade à livraria.

Entretanto, mesmo sem ter a pretensão, carregam muitas características que marcaram a sociedade num determinado período. Com isso, identificam a proveniência de um livro, independente de qualquer papel, social, artístico, literário, histórico ou outros que ele possa representar.

Para Faria e Pericão (2008, p. 316), etiqueta é um “pedaço de papel afixado na frente ou, mais frequentemente na lombada de um item (maço, registro, caixa, pasta ou livro) onde está inscrita uma cota ou outra informação que permite a sua rápida localização.” No contexto das livrarias, a etiqueta marca a trajetória pela qual o livro passou e carrega traços sócio históricos que são vinculados a expressão estética.

Possuem tamanho e formato variável e são geralmente coladas no interior do livro, verso da capa ou contracapa, na parte superior, mas encontram-se também algumas coladas na folha de rosto. Observa-se que algumas são sobrepostas a antigas, como se quisesse esconder a sua concorrente.

As etiquetas de livraria, contemporâneas ao livro impresso, foram utilizadas principalmente a partir do surgimento da Prensa de Gutemberg devido ao aumento da produção de livros. Entretanto, o livro ainda era um objeto caro e restrito a poucas pessoas.

Conforme Machado (2003, p. 17) “No século XV, possuir manuscritos e livros era um prazer caro, reservado a poucos, e por isso se tornou símbolo de sabedoria, requinte intelectual e poder”. Ter livros era um prestígio, um sinal de distinção social que conferia orgulho a todos que eventualmente tivessem ou pudessem participar de seu processo de produção. Logo, tanto tipógrafos quanto livreiros queriam deixar as suas marcas nos livros bem como ter o seu lugar na vida de um volume específico.

Destaca-se, segundo Machado (2003), que com o aumento da comercialização de livros surgiram as insígnias para diferenciar os impressores através de signos e símbolos que representavam o pensamento do homem medieval e que posteriormente ganharam novo folego com o renascimento. Esse mesmo autor diz que “Surgindo as marcas e insígnias de impressores e livreiros na mesma época, era natural que ambos adotassem o mesmo estilo, a mesma identidade no uso de signos e, nos séculos seguintes, de símbolos e alegorias” (MACHADO, 2003, p. 17). Logo, possuíam características e simbologias semelhantes que identificavam impressores e livreiros.

No Brasil, de acordo com Rezende (2005), até 1875 não havia legislação para regulamentar a marca de um produto como exclusiva e de propriedade de um estabelecimento. Com a situação do plágio da embalagem de rapé Arêa Preta, a Comissão de Justiça Criminal da Câmara dos Deputados “começou a elaborar a sua primeira legislação sobre o uso de

marcas – incluindo nomes e imagens”, com a finalidade de “regula o direito que tem o fabricante e o negociante de marcar os produtos de sua manufatura e de seu comércio”. (REZENDE, 2005, p. 24).

Conforme Machado (2003), sob influencia da revolução industrial, das ideias mercantilistas e do capitalismo, ao longo do século XIX, a etiqueta de livraria teve ascensão no comercio livreiro que passou a conferir um maior requinte em seus anúncios e a utilizá-los cada vez mais. Assim, surge a propaganda que posteriormente da origem a moderna publicidade. Com isso, intensifica-se o uso da propaganda e etiquetas usadas como veículos publicitários passaram a ser coladas no interior do livro, e em decorrência hoje encontram-se muitas. (MACHADO, 2003).

Observa-se que o contexto social do século XIX não era favorável ao comércio de livros, uma vez que poucos eram alfabetizados, e com isso poucos sabiam ler e escrever no país. Além do mais, de acordo com Machado (2003) era um negócio de retorno lento de capital forçando os livreiros a vender produtos de vários gêneros para sobreviver, como: artigos de papelaria, chá, fumo, louça, drogas, medicamentos homeopáticos, chocolate, tinta, rapé, porcelana, tecidos, etc. As livrarias passaram a vender apenas livros, por volta dos anos 1840, como resultado da independência e num contexto que precede o desenvolvimento da economia cafeeira, o fim do tráfico negreiro e incentivo da indústria. (MACHADO, 2003)

Algumas livrarias prosperaram em certas capitais do país na segunda metade do século XIX, tornando-se verdadeiros centros de reunião de intelectuais, pontos de encontros de renomados literatos da época. Entretanto, esse fenômeno de sucesso das livrarias das capitais demorou para se difundir e chegar até as livrarias do interior dos estados e conforme Machado (2003, p. 20) “O fenômeno, porém, se restringiu à Corte e ainda exigiria algumas décadas para se consolidar”.

O Rio Grande do Sul, ao contrário de outros lugares, firmou-se no mercado livreiro de forma descentralizada, desenvolvendo-se tanto na capital quanto em municípios do interior do estado como Pelotas, Rio

Grande e Rio Pardo, o que era uma exceção no cenário nacional. (MACHADO, 2003).

Machado (2003, p. 36), aponta que a principal livraria e editora gaúcha dos anos 1880 era a Americana, fundada em 1871, “estava localizada fora da capital, em Pelotas, tendo filiais em Porto Alegre e Rio Grande”. Entre outras do século XIX, estão: Livraria de Joaquim Alves Leite, fundada em 1850 em Porto Alegre; Livraria de Rodolfo José Machado, fundada em 1850 em Porto Alegre; Livraria de Daniel de Barros e Silva, fundada em 1870 em Rio Grande; Livraria do Globo, fundada em 1883, em Porto Alegre; Livraria Universal dos Irmãos Echenique, fundada em 1887 em Pelotas.

Outra peculiaridade das etiquetas gaúchas é que elas foram as primeiras a ter um caráter original e inovador, diferente das etiquetas já produzidas no Rio de Janeiro. Embora fossem simples, impressas em papel comum, eram belos exemplares e possuíam um tamanho maior em relação as de outros estados. (MACHADO, 2003).

No século XX, com o aumento da instrução pública no país, houve também um aumento significativo do hábito da leitura, favorecendo o surgimento de novas livrarias e editoras. Entretanto, ainda haviam grandes diferenças entre o mercado livreiro nos estados, enquanto alguns locais eram bem atendidos, outros sequer possuíam um ponto de venda. Nessa situação, conforme Machado (2003) muitos livros foram adquiridos por meio da venda por reembolso postal, através dos correios e essa prática ficou registrada nas etiquetas que circulavam junto com livros.

Machado (2003), observa que as etiquetas também registraram o avanço das tecnologias nas praticas comerciais, incluindo o telefone, phone, caixa postal, fax e endereço eletrônico. Na transição do século XX para o XXI, grandes mudanças marcaram as livrarias, entretanto parece que algo voltou a ocorrer. Ao final do século XX surgem as megalivrarias impactando nas pequenas e médias que, novamente para sobreviver passaram a vender outros produtos além de livros, como destaca Machado

(2003, p. 54) “objetos de papelaria, de tabacaria, CDs, presentes, o diabo a quatro.”

Dessa forma, pode-se dizer que as etiquetas de livrarias são representações gráficas que condizem com ideias, pensamentos, acontecimentos, contexto socioeconômico e até mesmo com o nível de consciência da comunidade de uma determinada época e que, sobretudo moldam a nossa visão sobre o passado impactando na sua identidade.

Memória e artefatos gráficos

A memória, de acordo com Tota (2000) está presente não apenas na mente do homem, mas também, na materialidade dos objetos culturais, dos artefatos gráficos que representam o pensamento de uma época. Farias e Braga (2018, p. 11) esclarecem: “Artefatos gráficos desempenham um papel importante na vida cotidiana, por meio de nossas experiências comunicacionais e em nossas interações com o entorno urbano” uma vez que como sistemas de informação estão inseridos em contextos de comunicação.

Com isso, artefatos gráficos como as etiquetas de livrarias são capazes de representar a cultura, aspectos históricos e sociais que faziam parte do homem contemporâneo a sua época. Farias e Braga (2008, p. 10), dizem que a memória gráfica:

Reflete a tendência, crescente desde o início do século XXI, de utilizar essa expressão na descrição de esforços para resgatar ou reavaliar artefatos visuais, em particular impressos efêmeros, visando à recuperação ou ao estabelecimento de um sentido de identidade local. (FARIAS; BRAGA, 2008, p. 10)

A partir da explanação dos autores, reflete-se a importância de reconhecer as etiquetas de livrarias como impressos que mesmo sem a pretensão, carregam traços histórico-sociais que fazem parte da cultura e impactam na identidade de um lugar.

São, por vezes, registros visuais que através de sua escrita revelam costumes e praticas vivenciadas em sociedade. Logo, as etiquetas incluem

a dimensão material e imaterial da cultura com elementos que permitem compreendermos a logística da sociedade e como ela se estruturava em determinada época.

A partir da concepção de Halbwachs (1990), a memória é uma construção social, o homem vive no interior de grupos sociais e quanto mais unido for, maior serão as memórias que os indivíduos terão sobre o mesmo. Com isso, pode-se dizer, que impactam até mesmo na materialidade dos objetos que são produzidos pelo homem.

Conforme Ricoeur (2007), a memória constitui-se de rastros, indícios que nos conectam ao passado e nos trazem a lembrança de fatos ocorridos. A memória refere-se a uma realidade anteriormente vivida e com isso re-(a)presenta algo já ocorrido no passado. Temos a presença de algo ausente, elementos que referenciam e trazem lembranças e é a partir de traços que um pesquisador faz uma construção narrativa e transforma a memória em história.

Destaca-se que as etiquetas de livrarias, assim como outras manifestações populares integram a memória de uma visualidade gráfica, a cultura visual que ao ser estudada torna-se fonte para o design contemporâneo. Rafael Cardoso (2005) aponta a importância de reconhecer aquilo que era produzido bem antes de 1960 como design uma vez que no século XIX envolviam:

[...] atividades projetuais com alto grau de complexidade conceitual, sofisticação tecnológica e enorme valor econômico, aplicadas à fabricação, à distribuição e ao consumo de produtos industriais. Isso é verdade tanto para a área tradicionalmente chamada de “design de produto” quanto para a área gráfica, embora as evidências conhecidas até agora apontem para uma evolução mais rápida e mais impactante da produção industrial de impressos nesse período. (CARDOSO, 2005, p. 8).

Compreender a produção de impressos como objetos que representam o pensamento social permite-nos conhecer e reconhecer o espírito do tempo de um período, suas crenças e práticas. A partir das concepções de Farias e Braga (2018), entende-se que a memória gráfica nacional procura,

nos artefatos visuais, compreender o sentido e valor de impressos, em especial efêmeros, que ao retratar costumes impactam na identidade local, portanto, na memória coletiva.

Com isso, tem-se uma marca extrínseca ao livro que atua como um documento no interior de outro uma vez que marca a relação entre a livraria e o livro, possui um suporte específico e informações registradas. A etiqueta é um documento impresso, com valor comercial baixo, que chegou aos nossos dias por estar no interior do livro e que revela aspectos diversos do cotidiano já que são reproduzidos e utilizados como meios de propagandas das livrarias.

Análise e apresentação dos resultados

A coleta de dados ocorreu na sequência em que os livros estavam dispostos nas estantes do acervo raro da Bibliotheca Pública Pelotense, conforme a Classificação Decimal de Dewey. As informações ao lado das imagens foram extraídas da própria etiqueta, como nome da livraria, texto que a compõe, dimensões, cores e a data da obra em que estavam inseridas.

Atenta-se para o fato de que as etiquetas normalmente não são datadas, entretanto será adicionado o ano de publicação do livro que não necessariamente coincide com a data de criação e colocação da etiqueta no mesmo. Foram encontradas etiquetas de tamanho e formato variável, das seguintes cidades: Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande e Santa Maria, conforme segue:



Nome: Livraria do Globo
Texto: Livraria do Globo: Pelotas: Fundada em 1883: Globo
Dimensões: 3 x 3 cm
Cores: Branco, vermelho e verde
Ano: 1922

Imagem 1 - Livraria do Globo
Fonte: Autores (2019)



Nome: Livraria do Globo
Texto: Livraria do Globo: urbi et orbi
Dimensões: 1,5 x 2 cm
Cores: Verde e preto
Ano: 1926

Imagem 2 - Livraria do Globo
Fonte: Autores (2019)



Nome: Livraria do Globo
Texto: L. P. Barcellos. C.: Livraria do Globo: Porto Alegre: Sta Maria
Dimensões: 2,7 x 2,7 cm
Cores: Vermelho e preto
Ano: 1908

Imagem 3 - Livraria do Globo
Fonte: Autores (2019)

A composição visual das três etiquetas é diferente, entretanto todas possuem elementos claros que remetem ao globo terrestre, em especial na etiqueta 1 e 2. Fundada em 1883, na cidade de Porto Alegre, a modesta livraria do Globo cresceu e conforme Machado (2008, p. 85) “Na década de 1920 já se torna o principal ponto de encontro dos intelectuais gaúchos, que se reuniam à porta do estabelecimento”. Um desses letrados era Érico Veríssimo que diz ser um local “onde ficavam a porta a fumar, discutir política e/ou literatura e a olhar a colorida parada das calçadas”. (MACHADO, 2008, p. 85).

Observa-se a fonte tipográfica em caixa alta nas três etiquetas, a cor vermelha está presente em duas delas, na etiqueta 1 e 3. Destaca-se a ausência de cidade na segunda etiqueta e a presença de Pelotas na etiqueta 1 e Porto Alegre e Santa Maria na etiqueta 3, sinal de que o estabelecimento estava crescendo.



Nome: Livraria Universal
Texto: Livraria Universal: Echenique & Cia: Pelotas
Dimensões: 3 x 2 cm
Cores: Azul e vermelho
Ano: 1927

Imagem 4 - Livraria Universal
Fonte: Autores (2019)



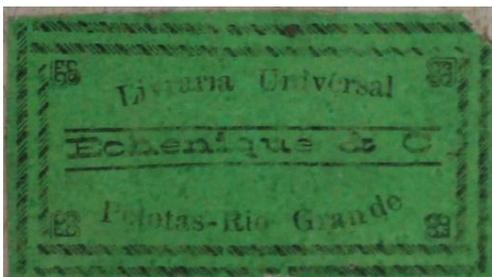
Nome: Livraria Universal
Texto: Livraria Universal: Echenique e Cia: Pelotas e Rio Grande
Dimensões: 3,5 x 2 cm
Cores: Branco e verde
Ano: 1915

Imagem 5 - Livraria Universal
Fonte: Autores (2019)



Nome: Livraria Universal
Texto: Livraria Universal: Echenique e
Cia: Pelotas e Rio Grande
Dimensões: 3,5 x 2 cm
Cores: Branco e vermelho
Ano: 1904

Imagem 6 - Livraria Universal
Fonte: Autores (2019)



Nome: Livraria Universal
Texto: Livraria Universal: Echenique
& Cia: Pelotas e Rio Grande
Dimensões: 3,5 x 1,8 cm
Cores: Verde e preto
Ano: 1910

Imagem 7 - Livraria Universal
Fonte: Autores (2019)



Nome: Livraria Universal
Texto: Livraria Universal: Echenique ir-
mãos & Cia: Pelotas Porto Alegre e Rio
Grande
Dimensões: 3,5 x 2 cm
Cores:
Ano: 1858

Imagem 8 - Livraria Universal
Fonte: Autores (2019)



Nome: Livraria Universal
Texto: Livraria Universal: Echenique & ir-
mão: Pelotas Porto Alegre e Rio Grande
Dimensões: 3,5 x 2 cm
Cores:
Ano: 1900

Imagem 9- Livraria Universal

Fonte: Autores (2019)



Nome: Livraria Universal

Texto: Livraria Universal: Echenique e irmão: livros, papéis, miudezas, objectos de phantasia, tintas, etc: typographia - pauta-ção - encadernação: Pelotas: Porto Alegre

Dimensões: 7,5 x 4,2 cm

Cores: Preto e branco

Ano: 1892

Imagem 10 - Livraria Universal

Fonte: Autores (2019)



Nome: Livraria Universal

Texto: Livraria Universal: Echenique & Cia:

Guia N. 9734: Pelotas

Dimensões: 3 x 3 cm

Cores: Vermelho, azul e branco

Ano: 1911

Imagem 11 - Livraria Universal

Fonte: Autores (2019)



Nome: Livraria Universal

Texto: Livraria Universal: Guia N. 63420:

Echenique & Cia - Pelotas

Dimensões: 3,5 x 2,5 cm

Cores: Azul, vermelho e amarelo

Ano: 1922

Imagem 12 - Livraria Universal

Fonte: Autores (2019)

As etiquetas da Livraria Universal possuem formatos variados e dimensões aproximadas, exceto a etiqueta 11 que possui um tamanho maior. Predominam as fontes tipográficas em cor preto e branco. A maior parte

das etiquetas está em fonte caixa alta, com exceção da 7 e 12 que alternam com caixa baixa.

Dentre as etiquetas apresentadas destaca-se a 10, que expõe a variedade de produtos vendidos no estabelecimento, desde papéis a tintas, e ainda registra os serviços de *typographia*, pautação e encadernação disponíveis nas cidades de Pelotas e Porto Alegre. Essa mesma etiqueta, apresenta cercadura e diferentemente das demais, está em preto e branco.

As etiquetas 11 e 12 apresentam espaço para preenchimento do número da guia, uma forma de controle e localização da obra. Conforme Machado (2008, p. 72), a Livraria Universal era uma das principais concorrentes da Livraria Americana, foi “Fundada em 1887, estabeleceu-se em 1898 em Rio Grande e no início do século em Porto Alegre” e tinha a função de editar e importar livros.



Nome: Livraria Americana
Texto: Livraria Americana de Carlos Pinto & C.: Vende-se papel, livros, chá, chocolate, rapé e boticas e medicamentos homeopáticos: Pelotas
Dimensões: 5,7 x 3 cm
Cores: Preto e branco
Ano: 1853

Imagem 13 - Livraria Americana
Fonte: Autores (2019)



Nome: Livraria Americana
Texto: Livraria Americana: Pelotas:
Porto - Alegre: Rio Grande
Dimensões: 3,5 x 2,2 cm
Cores: Branco e azul
Ano: 1850

Imagem 14 - Livraria Americana
Fonte: Autores (2019)



Nome: Livraria Americana
Texto: Livraria Americana: Pelotas: Rio Grande
Dimensões: 3,4 x 2,1 cm
Cores: Branco e vermelho
Ano: 1913

Imagem 15 - Livraria Americana
Fonte: Autores (2019)



Nome: Livraria Americana
Texto: Livraria Americana de Carlos Pinto & Ca: caza editora e importadora: officinas a vapor: grande variedade de livros impressos em todos os idiomas: medalha em ouro, medalha em prata: livros em branco para o commercio de todos os feitos e tamanhos: papeis de todas as qualidades: vendas unicamente a dinheiro: Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande.
Dimensões: 9,3 x 5,6 cm
Cores: Azul e branco
Ano: 1882

Imagem 16 - Livraria Americana
Fonte: Autores (2019)

Observa-se que a etiqueta da Livraria Americana, de imagem 13, inclui produtos alimentícios, medicamentos naturais e papéis o que reforça a necessidade de o estabelecimento ofertar diversos gêneros para se manter no mercado, já que no século XIX ainda a maior parte da população era analfabeta e, portanto poucos tinham o hábito de comprar livros. Já as etiquetas de imagem 14 e 15 apresentam apenas o nome da livraria e as cidades onde estão localizadas.

A etiqueta de imagem 16 destaca-se com os delicados florões e formas orgânicas, influência do movimento Art Nouveau. Ainda, essa etiqueta possui a ilustração de medalhas, diferentes fontes tipográficas e a presença de molduras. Destaca-se que o estabelecimento vendia apenas em dinheiro e possuía uma variedade de artefatos gráficos e papéis.

Logo que surgiu, em 1871, a Americana era, conforme Machado (2008, p. 71) “mais empório do que livraria”, no entanto prosperou e em 1880 tornou-se a principal livraria e editora do estado.



Nome: Livraria Commercial
Texto: Livraria Commercial: Rua Andrade Neves 116: Souza Lima & Meira: Pelotas
Dimensões: 3,1 x 2,1 cm
Cores: Branco e vermelho
Ano: 1845

Imagem 17 - Livraria Commercial
Fonte: Autores (2019)



Nome: Livraria Commercial
Texto: Encadernação da Livraria Commercial: Pelotas e Rio Grande
Dimensões: 3,1 x 2,1 cm
Cores: Vermelho e amarelo
Ano: 1858

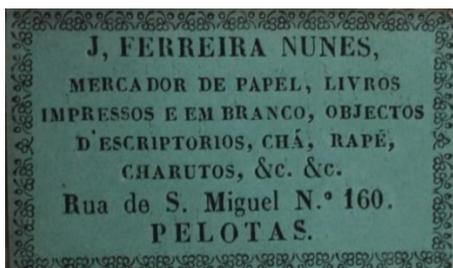
Imagem 18 - Livraria Commercial
Fonte: Autores (2019)



Nome: Livraria Commercial
Texto: Encadernação da Livraria Commercial: Pelotas
Dimensões: 3,1 x 2,1 cm
Cores: Preto e amarelo
Ano: 1899

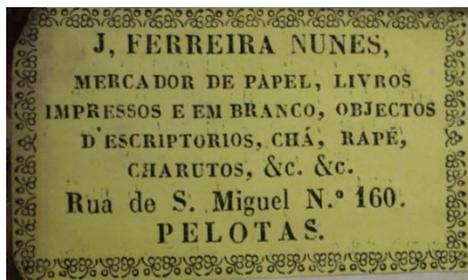
Imagem 19 - Livraria Commercial
Fonte: Autores (2019)

A etiqueta da Livraria Commercial da imagem 17 ilustra um livro aberto e traz informações básicas de endereço e localização da livraria. As etiquetas de imagem 19 e 20 incluem o serviço de encadernação e a presença de cercaduras. Destaca-se que essas etiquetas possuem mesmo tamanho, tipografia em caixa alta e baixa.



Nome: J. Ferreira Nunes
Texto: J. Ferreira Nunes: Mercador de papel, livros impressos e em branco, objectos d'escriptorios, chá, rapé, charutos, &c. &c.: Rua de S. Miguel N. 160: Pelotas
Dimensões: 5,8 x 3,3 cm
Cores: preto e verde
Ano: 1854

Imagem 20 - J. Ferreira Nunes
Fonte: Autores (2019)



Nome: J. Ferreira Nunes
Texto: J. Ferreira Nunes: Mercador de papel, livros impressos e em branco, objectos d'escriptorios, chá, rapé, charutos, &c. &c.: Rua de S. Miguel N. 160: Pelotas
Dimensões: 5,8 x 3,3 cm
Cores: preto e amarelo
Ano: 1855

Imagem 21 - J. Ferreira Nunes
Fonte: Autores (2019)

A livraria de J. Ferreira Nunes, mercador de papel, também incorpora diversos produtos e inclusive hábitos de consumo do homem considerado intelectual, como o charuto. Diversas eram as propagandas referenciando

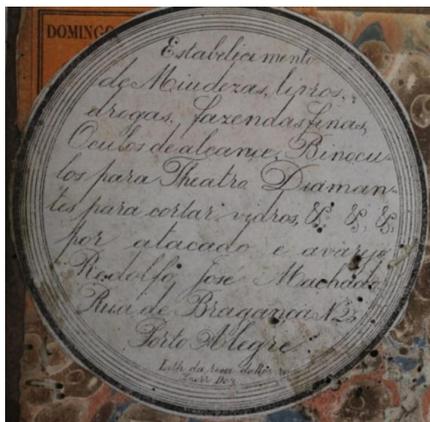
esse produto e cigarros em revistas desse mesmo período, como um bom hábito. As referidas etiquetas possuem molduras decoradas que lembram o estilo Art Nouveau e fontes tipográficas que alternam caixa alta e baixa, no endereço.



Nome: Duarte & Cia
Texto: Vendido por Duarte & Cia: Rua São Miguel n. 173; Pelotas: Offerecem Duarte & Cia.
Dimensões: 6,5 x 6,5 x 9,3 cm
Cores: Preto e coral
Ano: 1854

Imagem 22 - Duarte & Cia
Fonte: Autores (2019)

A etiqueta de Duarte & Cia embora simples diferencia-se das demais pelo formato triangular. Possui uma composição simétrica e equilibrada. A fonte tipográfica destaca as palavras Pelotas e Duarte. Ao centro da etiqueta observa-se o espaço a quem é destinado o livro, dando um caráter mais pessoal ao se oferecer a obra de modo manuscrito.



Nome: Livraria de Rodolfo José Machado
Texto: Estabelecimento de miudezas, livros, drogas, fazendas finas, oculos de alcance, binoculos para theatro, diamantes para cortar vidros & & por atacado e a varejo, Rodolfo José Machado: Rua de Bragança, 123; Porto Alegre, Lith da Rua do Rosário, Ilnorrr de R.
Dimensões: 6,7 x 6,7cm
Cortes: Preto e branco
Ano: 1850

Imagem 23 - Rodolfo José Machado
Fonte: Autores (2019)

A etiqueta da livraria de Rodolfo José Machado destaca-se não apenas pelo formato redondo, mas pela variedade de produtos que são vendidos

no estabelecimento, como binóculos para teatro, drogas e livros. Novamente, tem-se um estabelecimento que, através de seus produtos vendidos, fornece indícios do consumo e hábitos sociais de uma sociedade. Observa-se uma etiqueta de composição simétrica, a presença de moldura através de linhas delimita a etiqueta



Nome: Livraria Pluma
Texto: Livraria Pluma de Henrique Muhle:
Rua Vig. José Ignacio 288: Fone 5504 - P. Alegre
Dimensões: 2,2 x 1,4 cm
Cores: Verde e preto
Ano: 1936

Imagem 24 - Livraria Pluma
Fonte: Autores (2019)

A Livraria Pluma apresenta além dos dados de localização o telefone do estabelecimento, que na época, era composto por apenas 4 dígitos. A tecnologia dos meios de comunicação foi incluída nesses impressos facilitando e marcando a inclusão do telefone nas livrarias. A tipografia, em cor verde, destaca a palavra Pluma, em tamanho maior que as demais letras, todas em caixa alta.



Nome: Livraria Monquelat
Texto: Livraria Monquelat: Livros antigos e modernos: compra, venda e troca: www.livrariamonquelat.com.br
Rua Gal. Telles, 558 - Centro - CEP: 96010-310 Fones: (0**53)225.1514 - 3025.6370
Pelotas - RS - e-mail: livrariamonquelat@terra.com.br
Dimensões: 4,9 x 3,6 cm
Cores: Preto e amarelo
Ano: [19--]

Imagem 25 - Livraria Monquelat
Fonte: Autores (2019)

A etiqueta da Livraria Monquelat apresenta dois diferentes telefones para contato, já com um maior número de dígitos que o exemplo anterior,

da Livraria Pluma. Ainda, traz o site em destaque, ao centro da etiqueta e o seu e-mail para contato. Essa etiqueta apresenta as principais inovações pelas quais passaram as livrarias ao final do século XX, com as inovações tecnológicas e coloca além da além da venda livros, a possibilidade de compra e troca.

Observa-se que a maioria das etiquetas não possuem ilustrações e apresentam-se em formatos como retangular, entretanto estão presentes também em forma triangular, redonda e irregular. Embora a maioria esteja colada no verso da capa ou contracapa, algumas estão sobrepostas, escondendo os rastros de outra etiqueta.

A fonte tipográfica também era utilizada para dar ênfase aquilo que era considerado mais importante, pelo tamanho maior de certas palavras. Destaca-se que muitas das etiquetas apresentadas possuem molduras, em forma de cercadura decorando e delimitando as margens.

Quanto a composição visual e disposição dos elementos compreende-se que as etiquetas são simétricas, apresentam-se em cores variadas. É interessante observar que a cor da fonte tipográfica não se restringe ao preto e branco, incluindo a cor azul, vermelha e verde.

A partir das informações textuais das etiquetas percebe-se hábitos de consumo dos frequentadores de livrarias, como o charuto, o chá, o rapé e o chocolate. Produtos alimentícios que se distanciam de livros, mas que ajudaram os livreiros a manter seus estabelecimentos e a superar a difícil fase em que poucoísimos liam e escreviam. Observa-se também que a grafia, em muitas dessas etiquetas era bastante diferente da maneira como seria hoje escrita, prova de que a língua é viva e dinâmica, acompanhando as transformações sociais.

Machado (2003) explica que a originalidade das etiquetas gaúchas destacam-se das produzidas em outros estados, não pelo luxo, mas por serem simples e de um aspecto visual agradável.

Em sua humildade, as etiquetas mantêm viva a lembrança de livrarias desaparecidas, retratam aspectos curiosos do processo de comercialização do livro, desvendam práticas comerciais, hábitos sociais, técnicas promocionais muitas

vezes rudimentares, e até a receptividade ou resistência a conquistas tecnológicas. (MACHADO, 2003, p. 13).

Essas características tornam ainda mais interessante compreendermos tais impressos como registros da cultura e hábitos sociais que constituem a memória e impactam na identidade local e nacional.

Considerações finais

Percebe-se que as etiquetas de livrarias, independente do tamanho, papel utilizado e composição visual carregam aspectos sociais e culturais que condizem com as ideias, com pensamentos e com a consciência das pessoas que viveram na época. Com isso, esses impressos tornam-se importantes fontes para a memória gráfica nacional e como parte da história do livro, guardam memórias associadas ao desenvolvimento desses estabelecimentos que foram essenciais para o hábito da leitura no país.

As etiquetas de livraria serviam para anunciar produtos, serviços, endereços e posteriormente incluiu a tecnologia da comunicação, constituindo-se como documentos que hoje, podem ainda ser acessados por serem guardados no interior dos livros.

Logo, impactam na constituição identitária auxiliando a história a revelar dados que foram importantes para o desenvolvimento e evolução das livrarias e por conseguinte, sociedades. Por fim, representam graficamente estabelecimentos e como testemunhas permitem sobretudo ativar a memória sobre livrarias que estavam presentes numa outra época e que hoje, são possíveis fontes para pesquisas e memória gráfica nacional.

Referências

CARDOSO, Rafael (org.). **O design brasileiro antes do design**. São Paulo: Cosacnaify, 2005.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do livro**: da escrita ao livro eletrônico. São Paulo: Edusp, 2008.

FARIAS, Priscila; BRAGA, Marcos da Costa (orgs). **Dez ensaios sobre memória gráfica**. São Paulo: Blucher, 2018.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

MACHADO, Ubiratan. **A etiqueta de livros no Brasil**: subsídios para uma história das livrarias brasileiras. São Paulo: Edusp, 2003.

MACHADO, Ubiratan. **Pequeno guia histórico das livrarias brasileiras**. São Paulo: Ateliê editorial, 2008.

REZENDE, Livia Lazarro. A circulação de imagens no Brasil oitocentista: uma história com marca registrada. In: CARDOSO, Rafael (org.). **O design brasileiro antes do design**. São Paulo: Cosacnaify, 2005.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

TOTA, Anna Lisa. **A sociologia da arte**: do museu tradicional à arte multimídia. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.

Memória e patrimônio indígena no nordeste do Rio Grande do Sul

*Ranieri Hirsch Rathke*¹

Introdução

O mundo é composto não só pelos indivíduos, mas também por tudo aquilo que os circunda, ou seja, aquilo que compõe a vida dos grupos humanos. Sendo assim, para que possamos compreender melhor o homem e sua natureza, também precisamos entender o meio onde ele vive e se desenvolve. Cada grupo, seja atual ou pretérito, desenvolveu meios próprios de sobreviver ao ambiente e suas adversidades.

A capacidade de exercer domínio sobre a natureza e de produzir significados a partir do contato com ela, ou das relações com o sagrado, permitiram que o ser humano ao longo do tempo fosse atribuindo significado particular ao ambiente e aos componentes da paisagem cuja, significação funcional ou demarcatória de território, por exemplo, não são as únicas possíveis. Atribuir significado a objetos ou mesmo aos animais sejam eles domésticos ou não é particular do ser humano, especialmente se há algum vínculo afetivo com os objetos, animais ou paisagem com os quais nós interagimos.

Neste sentido, nos propomos a investigar as populações que habitaram o Nordeste do Rio Grande do Sul a partir da perspectiva do uso da

¹ Licenciado em História/Unisinos; ranierihirsch@outlook.com

paisagem como referencial de memória para estes grupos. Ou seja, o espaço físico se torna parte da memória e tem função rememorativa e demarcativa.

As populações que fazem parte de nosso estudo são englobadas em diferentes classificações segundo seu modo de vida e meios de obtenção de recursos naturais. Elas estão classificadas em caçadoras-coletoras; caçadoras-pescadoras-coletoras e horticultoras. Dentro deste quadro classificatório encontramos cinco populações distintas que de modo mais ou menos amplo habitaram e exploraram o território que engloba os Vales dos Rios do Sinos, Paranhana, Maquiné, o Planalto, a encosta da Serra e a região do Litoral Norte.

Estes grupos dentro do território acima mencionado se estabeleceram durante várias gerações e séculos de modo descontínuo ou coetâneo. Sendo assim, a amplitude geográfica-espacial e temporal nos leva a estudá-los de modo particular, fazendo quando necessárias algumas generalizações e apontando dados externos aos grupos quando couber a fim de que possamos ter uma visão mais ampla e também, mais aproximada do que foram estes indivíduos, sempre é claro tomando o devido cuidado com as analogias e comparações.

Os grupos estudados são os caçadores-coletores da Tradição Umbu; os caçadores-pescadores-coletores da Tradição Vieira; os caçadores-pescadores-coletores da Tradição sambaquiana e os horticultores da Tradição Tupiguarani e Taquara.

Discussão teórica

Os diferentes ambientes comportam uma diversidade geográfica, paisagística e faunística. Este quadro material é composto também pelos significados que os seres humanos atribuem a eles em consonância com as necessidades espirituais de cada grupo. O ambiente se torna local de manifestações sobrenaturais, hierofanias e depositário de símbolos que remetem ao transcendente ou não. Estes marcadores simbólicos se tornam

referência e passam a compor o imaginário do homem e lhe abrem a percepção do mundo abstrato e racional.

O componente principal da paisagem não são os objetos materiais que ali se encontram, mas o que eles representam em termos de espaço humano de territorialidade e de habitação. O processo da vida humana envolve dois elementos importantes, o primeiro se refere ao tempo e sua percepção enquanto agente transformador, agregador ou mantenedor. O segundo elemento está relacionado ao espaço ao local onde o tempo se passa, ou seja, onde os grupos humanos estão localizados e conscientes da passagem do tempo.

Tempo e espaço são partes componentes do ser humano e deles necessitamos para nos orientar e inteligir o mundo e conhecer a nós mesmos. Ingol nos diz que: “First, human life is a process that involves the passage of time. Second, this life-process is also the process of formation of the landscapes in which people have lived”. (INGOLD, 1993, p.152). Ou seja, a conexão espaço-temporal é a chave para que possamos compreender como a atribuição de valores e significados são construídos pelo ser humano. O processo de significação de um território passa pela formação do mesmo e o modo como ele se incorporou na vida, nos ritos, na memória e na alma dos seus habitantes.

Um caso importante a ser mencionado com relação aos significados territoriais e paisagísticos é o caso dos Yanasha, tribo de língua Arawak localizados no atual Perú. Estes atribuem a locais como cachoeiras, pedras e morros significados relacionados aos deuses ancestrais semidivinizados e a batalhas épicas onde os corpos dos guerreiros mortos estão guardados de forma permanente em forma de pedras (SANTOS-GRANERO, 2005). O território e a paisagem se tornaram um elemento de memória que combina elementos naturais com elementos memorativos e afetivos que combinados formam o quadro de referência da população Yanasha e guarda a história de seu povo. A relação entre espaço, tempo e memória forma o eixo de referência para os Yanasha.

Santos-Granero cita ainda uma constante em seu contato com os Yanesha, a indicação por eles de locais que serviram como palco para eventos históricos, míticos ou pessoais: “[...] whenever I drove or walked along the roads and trails that crisscross their territory my Yanesha companions would point out different sites or features of the landscape, readily connecting them to past events, whether personal, historical, or mythical”. (SANTOS-GRANERO, 2005, p.172). Ou seja, a relação do ambiente e a conexão deste com a memória é indubitável.

Da mesma forma que os Yanesha, outras populações têm seu quadro de referência na paisagem e nela se apoia para rememorar eventos do passado ou ligados ao mundo mítico-religioso. As populações que estudamos também possuem no ambiente marcas de sua memória e territorialidade. Os caçadores-coletores da tradição Umbu, por exemplo, estabeleceram sítios dentro da paisagem que de modo específico servem como locais religiosos e de memória ancestral demarcados por arte rupestre ou petroglifos (DIAS, 2003).

Quando falamos de memória e patrimônio imaginamos uma rememoração factual do passado transposta em forma de objetos, fotos ou histórias contadas por nossos antepassados sobre tempos pretéritos e imemoriais e naturalmente pensamos que tais narrativas estão cheias de verdades, embora imbuídas de alguns aspectos míticos ou possivelmente alterados pela passagem do tempo. Contudo, não é bem assim. O ponto entre o mito e a realidade concreta factível nem sempre é fácil de traçar uma vez que dependemos muitas vezes de registros escassos e memórias individuais fragmentadas.

Isso se dá porque o afastamento gera esquecimento uma vez que nos distanciamos do evento ocorrido nossa mente tende a colocar em segundo ou terceiro plano de importância especialmente se o evento não ocorreu diretamente conosco. Quanto mais nos afastamos do objeto narrado mais temos a tendência de dar menos importância e por consequência temos a tendência de esquecê-los.

A questão da memória é muito discutida hoje, mas o que ela realmente significa em termos psicológicos, neurológicos, históricos ou sociológicos? A memória é apenas um ato mecânico de armazenamento de informações processadas por nosso cérebro ou ela é um processo mecânico associado com símbolos e percepções que não conseguimos explicar de forma satisfatória? Da mesma forma, o que podemos considerar como patrimônio. Seria ele apenas objetos que resguardamos de se perderem no tempo porque possuem um significado afetivo para nós e para o grupo a que pertencemos?

Estas questões são importantes para que possamos compreender como os seres humanos se utilizam da memória e do patrimônio para construir ou dar significado às suas vidas. Alguns mecanismos foram desenvolvidos pelo ser humano a fim de ajudá-lo na rememoração do passado e dos acontecimentos que deram a este passado seu significado próprio e permitiu que ele fosse fonte de autoridade e direção e modelo para o futuro em forma de tradição.

Os rituais são o maior exemplo de mecanismo que o homem se utiliza para rememorar o passado ou mesmo revivê-lo como coloca Eliade (1992). Pois, a ação ritual é como uma repetição de um ato primordial ou de um exemplo mítico (ELIADE, 1992). Esse tipo de processo permite que conteúdos diversos sejam transmitidos de geração em geração. Outro mecanismo importante está ligado a fontes materiais tais como a paisagem a terra e o mundo cósmico.

Usamos aqui o exemplo dos Yaneshas para exemplificar como os seres humanos usam a paisagem como referência externa de memória dando-lhes o significado que poderíamos chamar de patrimônio. José Gonçalves, por exemplo, menciona que a ideia de patrimônio é muito mais antiga do que a noção moderna atribuída pelos pensadores iluministas e pós-iluministas, pois a palavra “patrimônio” ganhou vários significados e atribuições tanto econômicas e jurídicas quanto arquitetônicas e culturais, porém a ideia de patrimônio não é de exclusividade moderna, mas sim milenar.

Ela [a categoria patrimônio] não é simplesmente uma invenção moderna. Está presente no mundo clássico e na Idade Média, sendo que a modernidade ocidental apenas impõe os contornos semânticos específicos que, assumidos por ela, podemos dizer que a categoria ‘patrimônio’ também se faz presente nas sociedades tribais”. (GONÇAVES, 2003, p.22).

Para os modernos a definição de patrimônio é precisa e definida tendo seus limites bem claros. E, neste sentido é uma categoria individualizada “seja como patrimônio econômico e financeiro, seja como patrimônio cultural, seja como patrimônio genético etc.”. (GONÇALVES, 2003, p.23). Ou seja, “[a] categoria patrimônio, tal como é usada na atualidade nem sempre conheceu fronteiras tão bem delimitadas”. (GONÇALVES, 2003, p.23). O patrimônio não são meras figuras e símbolos, valores abstratos e ideias a serem contempladas, mas sim algo que molda e da forma ao ser humano, sentido e causa final a ele.

Este tipo de procedência (patrimonialização) dá aos objetos e atos (ritualísticos) valores e significados que preenchem as lacunas ou distâncias entre o fato ou ato primordial e o momento atual da performance rememorativa. “Os objetos ou atos adquirem um valor, e, ao fazer isso, tornam-se reais, porque participam de uma forma ou de outra, de uma realidade que os transcende”. (ELIADE, 192, p.18).

O valor transcendente ganha neste momento um significado universal e eterno porque se rompe a barreira temporal entre o passado e o presente e, portanto aqueles que fazem parte do ato rememorativo são transportados de volta aquele ato primordial que é reencenado por meio dos ritos e o espaço-tempo “cessa” de existir porque retornam ao início ao momento precursor, original, seminal e o revivem como se estivessem lá de fato. A vida para as populações que Eliade chama de arcaicas ou tradicionais “representa a incessante repetição dos gestos iniciados por outros”. (ELIADE, 192, p.18). E estes gestos se revestem de “significado, de realidade, unicamente até o ponto em que repete[m] um ato primordial”.

(ELIADE, 192, p.18). O ato de repetição é fundamental porque além de estarem refazendo um gesto primordial o próprio ato de repetir ajuda a guardar na memória aquilo que não se quer esquecer.

O duplo ato forma um quadro de referência e participação grupal em que a intersubjetividade joga seu papel porque é nesse momento que a memória de todos é ativada e forma uma rede interconectando cada indivíduo à fonte primeva fazendo das memórias individuais depositárias e resguardadoras dos eventos e conhecimentos do passado. Sendo “ativadas” quando ocorre a performance ritual ou a referência a um objeto externo e referencial. Halbwachs coloca que:

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastantes pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. Não é suficiente reconstruir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizerem e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. (HALBWACHS, 1990, p.34).

A reconstrução da memória é importante na medida em que fornece parâmetros para que o passado não escape entre os dedos, por assim dizer, mas seja “captado” e “capturado” pelos membros do grupo, pois os pensamentos fluem como um rio que sem cessar derrama suas águas para o mar. Sendo assim, o ser humano precisa construir alguma “barreira” ou “barragem” a fim de parar a fluidez dos pensamentos e memórias e estes mecanismos são as conexões comuns, os objetos externos e os rituais. Pois, “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados de presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada”. (HALBWACHS, 1990, p.71). Isto

se deve porque à medida que nos afastamos do acontecimento tendemos a lembrá-los em forma de conjuntos que se destacam alguns dentre eles.

Neste sentido é importante estabelecer barreiras e referências para o passado, pois ainda que a lembrança não seja a mais fiel, ela ao menos não divague para longe de seu sentido original. A participação em um mesmo grupo de referência ajuda a dar o contorno e a construir as barreiras necessárias para preservar a memória coletiva dos eventos que deram e dão sentido ao grupo. Em razão disso, a memória coletiva é composta pelo agrupamento das memórias individuais dentro de um quadro referencial que abrange todos os aspectos que no conjunto formam a figura completa da memória coletiva. Com base nisso podemos dizer que “não existe memória universal. Toda a memória coletiva tem por suporte um grupo limitado no espaço e no tempo”. (HALBWACHS, 1990, p.86).

A paisagem e território têm dimensões que estão para além da mera contingência física do espaço. Eles englobam a passagem do tempo e a permanência ao mesmo tempo, ou seja, ao mesmo tempo que a vegetação se modifica, existem demarcadores que se tornam permanentes como montanhas, vales, rochedos e o próprio espaço onde determinada população viveu ou vive. Este ambiente formado pelo território pela paisagem e pela vivência humana compõem o habitat humano seu lugar de habitação.

Segundo Ingold (1993) para entendermos de forma completa a paisagem e o ser humano dentro dela precisamos superar a dicotomia naturalista e culturalista sobre a paisagem e, para isso, segundo ele, precisamos compreender que a paisagem e, portanto o território é aquilo que ele denomina de “perspectiva residencial”, ou seja, “according to which the landscape is constituted as an enduring record of – and testimony to – the lives and Works of the past generations who have dwelt withing it, and in doing so, have left there something of themselves”. (INGOLD, 1993, p.152). Pois, os locais onde vivemos, trabalhamos formam o ambiente que constituem nossas vivências e, como no caso dos Yanéscha, aquilo que nos circunda são marcadores das experiências e lembranças que formam parte de nossa memória e do grupo ao qual nós pertencemos. O ato de perceber

a paisagem “is therefore to carry out an act of remembrance, and remembering is not so much a matter of calling up an internal image, stored in the mind, as of engaging perceptually with an environment that is itself pregnant with the past”. (INGOLD, 1993, p.152-153). Portanto, a lembrança não é apenas recordar uma imagem que está na mente, mas é entrar em contato com o ambiente que está impregnado de memória que por sua vez atua como um mecanismo de provisionamento das lembranças e ativa em nosso cérebro as lembranças que o ambiente comporta.

O território que comporta a paisagem e o ambiente onde o ser humano se encontra também faz parte desse processo de memória e patrimônio, pois é dentro de uma certa área geográfica que o componente territorial se dá, ou seja, a territorialidade o campo físico das interações homem-ambiente seja pela necessidade de alimentos, recursos variados ou demarcação de espaço de vivência. Sendo que o território para as populações tradicionais é mais que um espaço de delimitação, ou seja, frequentemente eles são zonas de fronteiras não tão bem demarcados que atuam como zonas de contato entre eles e outros grupos tendo aspectos geográficos, rotas de comércio, sítios ancestrais etc., como locais limitadores ou fronteiros (ZEDENO, 1997).

O território é, portanto, um agregado de componentes físicos e não-físicos que formam uma unidade territorial. Esta unidade pode ser disposta em quatro componentes: a terra, os recursos naturais, os objetos humanos, como coloca Zedeño (1997) e a memória agregadora que compõe o item imaterial e que perpassa todos os outros. Este componente é essencial para que haja um território, pois ele dá ao mesmo uma dimensão transcendente-imanente² (SANTOS, 2017), cujo significado é compartilhado pelo grupo e, portanto, dá a ele a unidade que se manifesta na memória e na compreensão coletiva do pertencimento ao território.

Espaço e território formam uma unidade que engloba a paisagem e seus componentes e o habitat humano. O espaço e, por consequência a

² Termo que designa o transcender da mera matéria ou dos objetos sensíveis, mas não em termos metafísico-espirituais, pois ele se dá no imanente e, portanto, não se dá em sentido da relação homem com Deus.

paisagem é modificada conforme a ação humana se dá no ambiente. “Landscape modifications include the construction of villages and associated supporting facilities such as access routes and defensive structures”. (ZEDENO, 1997, p.77). Essas modificações no espaço também alteram a paisagem e criam a territorialidade, os limites geográficos de um povo.

Todo este espaço pode ser conectado por rotas e santuários que dão a dimensão espacial sua integração, pois espaço não integrado é espaço perdido e comumente ocupado por outras populações, portanto, integrar o território por meio de santuários e vilas e/ou sítios de habitação é de extrema importância, assim como economicamente favorável, pois, uma vez que os recursos se encontram em proximidade dos locais de habitação formam uma rede de interligação econômica e religiosa. No caso das populações Hopi estudadas por Zedeño no Arizona (EUA): “Sacred trails connected the boundary shrines with the villages and thus served to integrate all spaces”. (ZEDENO, 1997, p.79). Ou seja, estes caminhos sagrados conjuntamente com santuários ancestrais serviam como conectores e interligavam todo a área dominada pelos Hopi.

Devemos lembrar que a procura por comida pode ser uma variável importante, mas, ela sozinha não determina se o grupo permanece onde está ou se se desloca no ambiente, pois, como aponta Kelly: “People also respond to religious, kinship, trade, artistic, and personal obligations”. (KELLY, 1993, p.48). Ou seja, o deslocamento de um assentamento para outro dentro ou fora de uma mesma área pode dar-se por vários motivos, de ordem não necessariamente imediata como alimento, pressão de outros grupos, etc. Aqui no caso dos Hopi vemos claramente que se trata de uma movimentação ritual-religiosa e, em razão disso conectam todo o seu território.

Estudo de caso e hipóteses

Agora partiremos para uma análise de caso com as populações caçadoras-coletoras da Tradição Umbu pesquisadas por Adriana Dias (2003)

em sua tese de doutorado. Estas populações têm como principal característica a mobilidade e seu grau de deslocamento no espaço é alto. Dentro do modelo proposto por Dias para a região do Alto Vale dos Sinos ela classifica os caçadores-coletores da área por três princípios gerais: o primeiro seria de que os assentamentos de caçador-coletor estariam adaptados para áreas florestais, marcados por alta mobilidade e demandando um território amplo.

Em segundo lugar esta estratégia demarcaria um modo de estruturação do assentamento, que se adaptaria às necessidades de seus grupos, potencializando a capacidade produtiva dos mesmos. E por fim, a alta mobilidade geraria intervalos breves de ocupação deixando poucos vestígios na paisagem. Embora a autora se concentre no Alto Vale dos Sinos ela aponta ainda que a borda nordeste do planalto gaúcho, correspondente às regiões apontadas acima, corresponderiam a territórios regionais de filiação que comportariam vários territórios de forragem de diferentes bandos que se moviam pelos locais de acordo com as necessidades sociais e econômicas (DIAS, 2003).

Além disso, para a região estudada (região piloto) o modelo adotado pela autora prevê que além das unidades habitacionais, haveriam sítios associados a atividades específicas. Estes sítios, por sua vez, poderiam ser de dois tipos: o primeiro estaria associado a locais de extração de matéria prima para produção de instrumentos líticos. O segundo tipo estaria associado a sistemas simbólicos do grupo e seriam “caracterizado[s] pela presença de gravações rupestres (petroglifos) em blocos isolados na paisagem ou associados a abrigos sob rocha”. (DIAS, 2003, p.110).

Em um total de 236 sítios na região Nordeste do Rio Grande do Sul, 89 deles estão associados a tradição Umbu e destes 11 (12,36%) deles associados com petroglifos. Demonstrando que há um número considerável de sítios associados ao mundo simbólico religioso destas populações. Ou seja, temos aí uma indicação de que haviam sítios específicos dentro do território sondado pela autora que eram utilizados apenas para seus sistemas simbólicos ao longo da paisagem ocupada por estas populações.

Conforme indicado, 11 sítios são designados como contento somente arte rupestre. Embora as discussões sobre seu real significado são extensas e controversas, a tendência, no entanto, é de se supor que estas imagens teriam uma ligação com o sagrado ou ao menos com o mundo abstrato e, portanto, indicaria uma primeira tentativa do ser humano de produzir signos que expressassem alguma verdade interna ou externa aos indivíduos. O mundo caçador também é um mundo do guerreiro e a caça é referenciada como fazendo parte deste mundo. No entanto, o que mais se encontra na arte rupestre referente as populações caçadoras no Alto Vale dos Sinos são figuras abstratas como “pés de galinha” que poderiam tanto indicar um símbolo particular como algum animal em específico.

Righi aponta para um dado interessante, diz ele:

[...] centros carregados de simbologia ritualística antecederam em muitos milhares de anos os primeiros assentamentos sedentarizados; estes, por sua vez, antecederam em alguns milhares de anos o surgimento das primeiras sociedades de agricultores e criadores de animais. Pode ser que o compromisso reverencial do *sapiens* esteja por trás da expressiva anterioridade do *locus* sagrado (como agregador das transformações sociais) frente aos demais *loci*. (RIGHI, 2017, p.49).

Ou seja, a relação do homem com o mundo simbólico e religioso está intrincado com seu desenvolvimento e podemos deduzir que desde as mais pretéritas eras esta relação já se dava e, a medida que o *sapiens* se desenvolvia este mundo simbólico passou a ganhar novos contornos e a se complexificar até chegar ao desenvolvimento de templos e locais de adoração e promoção do sagrado.

Os sítios com petroglifos, portanto, seriam áreas demarcadas não só pela mera territorialidade estando dentro da área de mobilidade residencial, ou seja, ampla área de deslocamento de um mesmo grupo ou de grupos aparentados, mas seriam locais depositários de símbolos, manifestações do sagrado e memória.

Nossa hipótese, portanto, é de que os sítios que correspondem ao grupo caçador-coletor da tradição Umbu relacionados aos petroglifos seriam áreas de demarcação territorial, referencia ao mundo simbólico-religioso e memorial destas populações. Como eles estão espalhados pela área inferimos que faziam parte desta rede de relações material e imaterial que compunham a vida dos indivíduos que viveram na região do Alto Vale dos Sinos a cerca de 5.000 A.P.

Como mencionado, estes centros de memória e patrimônio compunham o mundo de significados, rituais e identidade dos grupos caçadores que à medida que se moviam pelo território tinham seus pontos de referência nestes sítios agregando e relacionando todo o território e ao mesmo tempo mantendo a memória viva nestas inscrições servindo de referencial externo para ela.

Referências:

- BINFORD, Lewis R. (Ed.). **For Theory Building in Archaeology: Essays on Faunal Remains, Aquatic Resources, Spatial Analysis, and Systematic Modeling**. New York: Academic Press, 1977.
- BONOMO, M. et al. A model for the Guarani expansion in the La Plata Basin and littoral zone of southern Brazil. *Quaternary International* (2014), <http://dx.doi.org/10.1016/j.quaint.2014.10.050>.
- BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.
- DIAS, A.S. **Sistemas de Assentamento e Estilo Tecnológico: Uma proposta**. São Paulo, USP, 2003. (Tese de Doutorado).
- ELIADE, Mircea. **Mito do Eterno Retorno Cosmos e História**. São Paulo: Mercuryo, 1992.
- GONÇALVES, J. R. S. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: Garamond Ltda, 2007.
- GONÇALVES, J. R. S. **O patrimônio como categoria de pensamento**. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. Memória e Patrimônio. Lamparina Editora, Rio de Janeiro, 2003, p.21-29.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HODDER, Ian. **The Present Past An introduction to anthropology for archaeologists**. New York: PICA Press, 1983.

INGOLD, Tim. The temporality of the landscape. *Conceptions of Time and Ancient Society, World Archaeology*, vol 25, n°2, p.153-174.

KELLY, Robert L. Mobility/sedentism: concepts, archaeological measures, and effects. *Annual review of Anthropology*, v. 21, n. 1, 1992, p. 43-66.

MILLER, E.Th. Pesquisas arqueológicas efetuadas no nordeste do Rio Grande do Sul. *Pub. Av. M. Par. Emílio Goeldi*, n°6, 1967, p.15-38.

PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história de nosso país**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

RIGHI, Maurício G. **Pré-história e história: as instituições e as ideias em seus fundamentos religiosos**. São Paulo: É Realizações, 2017.

SANTOS-GRANERO, Fernando. **Writing History into the landscape: Yanesha notions of Space and Territoriality**. In: SURRALÉS, A.; HIERRO, P. (ed.) *The Land Within. Indigenous Territory and the perception of environment*. IWGIA, Copenhagen, 2005 p.170-199.

SCHMITZ, P. I. (org). **Pré-história do Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas (Unisinis), documentos 5, 2006.

SCHMITZ, P. I. Caçadores Antigos no Vale do Rio Caí, RS. *Pesquisas, Antropologia n°68*. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas – Unisinis, 2010, p.79-108.

SANTOS, Mario Ferreira dos. **Filosofia da crise**. São Paulo: É Realizações, 2017.

ZEDENHO, M. Landscapes, Land Use, and the History of territory formation: an example from the Puebloan Southwest. *Journal of archaeological method and theory*, v.4, n.1, 1997, p.67-103.

Em busca da ciudad encantada de los cesares: roteiros de viagens austrais

*Micaela Colombo*¹

Este artigo estuda, em termos gerais, as situações de contato entre as sociedades colonial e indígena. Especificamente, nossa pesquisa discute a importância dos mitos para a empresa de conquista e colonização espanhola, bem como o imaginário da sociedade hispanocriolla sul-bonaerense com relação ao “Mito de la Ciudad Encantada de los Césares”, no século XVIII.

Os mitos na Conquista

Alguns mitos e histórias fantásticas que tiveram circulação no período da conquista europeia da América são bastante conhecidos, como é o caso do “Eldorado”. De acordo com ele, existiria, em meio à natureza americana, uma região fabulosa com riquezas inimagináveis. Entretanto, outros mitos são menos conhecidos, como é o caso da *Ciudad Encantada* ou *Ciudad de los Césares*, que remete a uma cidade de muitas riquezas que estaria situada ao sul do continente americano, em algum vale da Cordilheira dos Andes entre o Chile e a Argentina.

É sabido que os mitos exerceram forte influência sobre os conquistadores no processo de colonização na América. De acordo com Beatriz

¹ Graduada em História/Unisinos; micaelaz.colombo@gmail.com

Pastor “los mitos fundamentales de la conquista del continente sur se levantaron sobre una hipótesis fundamental: la existencia de una región fabulosa situada sobre la franja equinoccial en el interior del continente” (1988, p. 258). Ainda segundo a autora, essa hipótese não apresentava um caráter totalmente fantástico, já que aparecia vinculada à uma teoria cosmográfica muito comum entre os séculos XV e XVII: a teoria de distribuição dos metais preciosos no globo terrestre (1988). Neste artigo iremos, inicialmente, descrever de forma breve alguns dos mitos relacionados à hipótese de Pastor (1988) acima referida. Depois, descreveremos o Mito dos Césares para, em seguida, analisá-lo sobre a perspectiva apontada pela autora referida.

Em seu *Discursos narrativos de la conquista: mitificación y emergencia* (1988), Beatriz Pastor propõe-se a estudar a exploração do continente americano sob a ótica do maravilhoso. Para a autora, “la expansión territorial del imperio español y la exploración del continente americano se llevaron a cabo bajo el signo seductor del mito” (PASTOR, 1988, p. 171). Ainda de acordo com ela, embora associemos o processo de colonização da América com três impulsos fundamentais “ouro, glória e evangelho”, há ainda um quarto elemento que “[...] actuó como motor de la acción con una importancia por lo menos equivalente a la de cualquiera de los otros tres. Me refiero a la constante fascinación por lo maravilloso” (PASTOR, 1988, p. 172).

Outro autor que assinala a importância deste imaginário, é Guillermo Giucci. Em *Os Viajantes do Maravilhoso* (1992) este autor afirma que no caso americano, “o fundo do maravilhoso foi, quase exclusivamente, econômico” (GIUCCI, 1992, p. 13). Para ele, na América, as expectativas de enriquecimento fácil dos conquistadores foram, muitas vezes, confirmadas com o encontro de minas de metais preciosos, como é o caso de Géronimo Ortal o qual será visto mais à frente. Ainda segundo este autor,

A representação do remoto maravilhoso apoia-se tradicionalmente na imagem de uma natureza esplendorosa e abundante. Mas só de modo secundário, pois

o que se afirma como motivo central do quadro da desmesura é a presença de metais preciosos (GIUCCI, 1992, p. 123).

Sobre a crença na existência de cidades maravilhosas na América, devemos pontuar que estas eram manifestações coletivas, oriundas do encontro entre o imaginário europeu com lendas e notícias, muitas vezes vagas, com o imaginário asiático. Ou até mesmo com tradições indígenas que os espanhóis chegaram a compreender, às vezes erroneamente (PASTOR, 1988). Além disso, Irving A. Leonard discute em seu *Los Libros del Conquistador* (1979) a influência de fábulas e lendas fantásticas, difundidas amplamente nas novelas de cavalaria, sobre os espanhóis do século XVI. Para Leonard (1979, p. 19):

Al igual que las cintas cinematográficas de hoy día, esta literatura [de cavalaria] ejerció una profunda influencia en la conducta, la moral y el pensamiento de la sociedad de su tiempo, y propició la aceptación de valores artificiales y de falsas actitudes con respecto a la realidad [...] (apud PASTOR, 1988, p. 172).

Dessa forma, podemos perceber que a literatura de cavalaria influenciou a imaginação dos espanhóis, que ao depararem-se com um continente completamente novo, transpuseram suas crenças fantásticas para ele. De acordo com Beatriz Pastor,

El desconocimiento que se tenía de la verdadera naturaleza del continente americano durante la primera mitad del siglo XVI hacía fácil que aventureros y soñadores pudieran situar sin dificultad en sus inexploradas extensiones todos los mitos de las tradiciones occidental y indígena combinadas (PASTOR, 1988, p. 178).

Na parte norte do continente, a expansão espanhola organizou-se em volta de dois mitos principais: a Fonte da Juventude Eterna e as Sete Cidades de Cíbola. De acordo com Pastor, “todos los grandes proyectos de expediciones españolas a Norteamérica incluían, en su origen, uno de estos dos objetivos míticos” (PASTOR, 1988, p. 257). Quanto ao primeiro deles, existiam relatos que tratavam de elixires maravilhosos que devolveriam a juventude a quem os provasse, tanto na tradição europeia quanto asiática.

Até mesmo John Mandeville² incluiu nos relatos de suas supostas viagens, uma descrição de uma fonte da juventude situada próxima a cidade de Polombe (PASTOR, 1988). Na América, o imaginário europeu da fonte da juventude encontrou-se com uma tradição indígena que supunha a existência não de uma fonte, mas de rios da juventude. As propriedades mágicas desses rios provinham das raízes de árvores que eram banhadas pelo rio. De acordo com Beatriz Pastor “el objetivo mítico que inspiró a conquistadores como Ponce de León³ resultó de una fusión de las leyendas europeas con el mito del río de la inmortalidad” (PASTOR, 1988, p. 175).

Em 1512, Ponce de León organizou uma expedição rumo ao Bimini que objetivava encontrar a dita fonte da juventude. Não a encontrou, entretanto, localizou a extremidade da Florida que, em 1539, seria explorada por uma expedição ainda maior. Para Beatriz Pastor “el objetivo mítico de la fuente de la eterna juventud dió impulso a las expediciones que exploraron la península de la Florida y el este del continente norteamericano” (PASTOR, 1988, p. 176). Durante essas expedições, outra fábula animava as expectativas dos exploradores: as Sete Cidades Encantadas ou Sete Cidades de Cíbola.

A origem ocidental deste mito é uma lenda portuguesa medieval: durante a invasão muçulmana na Península Ibérica, sete bispos portugueses teriam fugido com sua gente em embarcações e aportado em uma ilha. Lá, teriam fundado cada bispo uma cidade e, para evitar que as pessoas fugissem, puseram fogo nos barcos. Segundo Beatriz Pastor, no mapa-múndi de Martín de Behaim, feito em 1492, a ilha misteriosa onde os bispos teriam fundado suas cidades é identificada como Antilla (PASTOR, 1988). O mito das Sete Cidades Encantadas encontrou seu equivalente americano no mito de Chicomoztoc que narra a origem das sete tribos dos Nahuas.

Entretanto, simultaneamente a essa expansão ao norte, ocorreu a entrada de espanhóis ao sul, através de bases no litoral do Peru, Quito e

² John Mandeville, suposto autor de *As Viagens de Sir John Mandeville*, livro com relatos de viagens fantásticas que circulou pela primeira vez entre 1357 e 1371.

³ Juan Ponce de León (1460 - 1521), foi um conquistador espanhol do início do século XVI. Acredita-se que tenha sido o primeiro europeu a chegar à Flórida e assim a denominado por conta da grande quantidade de flores.

Venezuela. Aparentemente, para os conquistadores do XVI, esta área foi palco para tantas cidades fabulosas quanto a primeira. Sobre isso, Irving Leonard diz:

Nada hace pensar que las fantásticas leyendas que prevalecieron en los primeros años del siglo hubiesen perdido vigor al tiempo en que los españoles se entregaron a la casi sobrehumana tarea de posesionarse de la inmensa tierra de Sudamérica. Puosto que en la Nueva España no se habían localizado ciudades encantadas, fuentes de juventud, amazonas y todas aquellas maravillas que se esperaba ver de un momento a otro, hubo una natural propensión a transferir el sitio de tales mitos a la zona aún más misteriosa y hosca de Tierra Firme, que hacia el sur esperaba a los ansiosos aventureros con sus desmesuradas promesas (LEONARD, 1979, p. 68 apud PASTOR, 1988, p. 258).

Dessa forma, percebemos que o fracasso das expedições na América do Norte, em vez de desmotivar, estimulou ainda mais os aventureiros em busca de cidades míticas no continente Sul. Sobre as riquezas mais ao Sul, Pastor diz:

La búsqueda de estos objetivos míticos, cuya formulación se apoyaba sobre la realidad de unas minas y de noticias que hacían referencia al imperio Inca todavía por descubrir, impulsó durante la primera mitad del siglo XVI las expediciones de penetración de Sudamérica desde la costa del Atlántico (PASTOR, 1988, p. 265).

Um dos mitos mais presentes no continente Sul e que foi seguido à exaustão, foi o que falava em um reino intitulado El Dorado, onde seria encontrado ouro e pedras preciosas em abundância.

De acordo com Beatriz Pastor, em 1530 Diego de Ordás conseguiu organizar uma expedição para o interior do continente Sul, seguindo o curso do Rio Orinoco, que visava encontrar a zona equinocial que se supunha abundante em metais preciosos. A expedição foi um fracasso e Diego de Ordás morreria em 1532 sem jamais encontrar as riquezas. No entanto, um dos homens que participavam da expedição, Géronimo Ortal, organiza uma nova expedição em 1533, e outra em 1538, rumo ao interior. Ao contrário da expedição de Ordás, estas expedições – que tinham como objetivo

específico encontrar o País de Meta, outra fábula presente no imaginário dos colonizadores – mostraram-se frutíferas:

Juan de San Martín y Antonio de Lebrija, que participaron en esas expediciones, enumeran, en su carta-relación al rey, numerosos hallazgos de minas de oro y esmeraldas, ofrecen una descripción de los tesoros en pedrería encontrados en los templos de Tunja y Sogamoso, y acumulan noticias indígenas que prometen riquezas aun más extraordinarias a pocas jornadas del lugar en que se hallaban y poco menos que en todas las direcciones (PASTOR, 1988, p. 266).

Assim, a coincidência do encontro de grandes riquezas durante expedições rumo a países maravilhosos ajudou a ratificar a existência de tais regiões mágicas.

A lenda do El Dorado tem sua origem no Índio Dorado. Segundo Beatriz Pastor, “la leyenda del Dorado, que inspiró la formulación del mito, se refería a una ceremonia que se celebrava en una población de la orilla de la laguna Guativitá” (1988, p. 267). A cerimônia consistia no enterro de ouro e pedras preciosas nas águas da lagoa. Ainda para Pastor, inicialmente o El Dorado se situa com base em dois elementos: a lagoa e o Índio Dorado. Porém, com o passar dos anos, o El Dorado passou a ser sinônimo de qualquer região com riquezas desmedidas (1988).

Embora essas expedições tenham iniciado ainda no século XVI, demorou muito tempo até que o continente, devido sua vastidão, fosse completamente conhecido. No século XVIII, suas regiões mais austrais não eram conhecidas ainda, o que dava margem para suposições sobre cidades mágicas, com riquezas colossais. Um mito que foi bastante difundido durante o século XVIII foi o mito da Cidade Encantada dos Césares ou Cidade Encantada da Patagônia.

A Patagônia sob o mito

O mito da Cidade dos Césares tem origem nos naufrágios que ocorreram na região do Estreito de Magalhães, durante o século XVI. Os

registros mais antigos atribuem a origem do mito à viagem de Sebastian Caboto no ano de 1527. Caboto foi responsável pela fundação do primeiro assentamento de europeus no atual território da Argentina, o Forte Sancti Spiritus. O nome da Cidade Encantada advém do Capitão Francisco César que, em 1528, a mando de Caboto, comandou uma expedição com 15 homens para explorar a região da Patagônia. A expedição se dividiu em três partes, cada qual seguindo um rumo diferente. Destas, apenas a parte comandada por Francisco César retornou ao Forte para contar o que havia encontrado. Presume-se que essa expedição tenha percorrido entre 1400Km a 1700Km por terras desconhecidas. Ao retornar, os homens de César contaram histórias fantásticas sobre a travessia, e asseguraram ter encontrado grandes quantidades de ouro, prata e pedras preciosas. A versão que hoje é mais aceita é a de que a expedição de Francisco César, ao viajar seguindo o rio Carcarañá, chegou até regiões que estavam sob o domínio Inca e lá entrando em contato com sociedades incaicas ouviram falar das grandes capitais incas riquíssimas em ouro e prata.

Outra versão do mito atribui a fundação da Cidade dos Césares aos naufragos da expedição de Simón de Alcazaba, o Bispo de Plasencia. Em 1534, Alcazaba organizou uma expedição que visava cruzar o estreito de Magalhães, porém, o bispo morreu antes disso, e deixou à deriva 150 homens dos quais nunca se soube nada. Já em 1584, Pedro Sarmiento Gamboa teria fundado uma cidade no Estreito de Magalhães, contudo, após um infortúnio com a morte de seus víveres e a perda de suas embarcações, os povoadores da cidade ficaram à própria sorte. Segundo Alberto Pérez (2005), em 1587 o corsário Thomas Cavendish encontrou 18 sobreviventes das cidades: “los sobrevivientes contaron que ellos habían sido parte de la Ciudad de los Césares, y algunos incluso dijeron que habían sido los fundadores, juntos con los incas huidos de Cuzco después de que Pizarro hubiera tomado prisionero a Atahualpa” (Pérez in De Angelis, 2005, p. 12).

Já no século XVIII, o mito da Cidade dos Césares continuou inspirando aventureiros e mexendo com o imaginário tanto de leigos quanto

dos padres jesuítas que fundaram missões na Argentina. Um desses padres foi José Cardiel, missionário espanhol que fundou inúmeras missões na região do Prata e foi o responsável por empreender uma viagem de exploração até a Patagônia.

Em 1746, o padre Cardiel remeteu uma carta para o governador de Buenos Aires intitulada: *Carta del padre jesuita José Cardiel, escrita al señor Gobernador y Capitan General de Buenos Aires, sobre los descubrimientos de las Tierras Patagónicas, en lo que toca á los Césares*. Nesta carta, Cardiel pediu permissão ao Governador de Buenos Aires para empreender uma viagem até a Patagônia tentando verificar a suposta existência da Cidade dos Césares. Cardiel iniciou a carta argumentando sobre o dever do Rei de Espanha de converter toda a população da América ao catolicismo:

Sabido es que el Papa, como Vicario de Cristo en la tierra, entregó al Rey Católico la América con sus islas, haciéndole tutor de todos sus habitantes, para que como tal procurase su reducción al cristianismo, con su poder, y con el ejemplo de sus vassalos (Cardiel in De Angelis, 2005, p. 30).

Assim, escreve que havia fortes indícios da existência de indígenas na região. De acordo com o padre, os índios agricultores seriam mais fáceis de receber o evangelho por já não serem mais nômades:

Acerca de estas tierras hay mas especiales motivos, acerca de otras, para procurar su conquista, así espiritual como temporal: porque además de haber, tierra adentro, naciones de indios labradores, segun se tiene noticia de los de á caballo comarcanos [...] (Cardiel in De Angelis, 2005, p. 31).

Entretanto, após essa explanação acerca da necessidade de se converter os índios ali presentes, Cardiel relatou também já ter tomado conhecimento dos rumores relativos à Cidade Encantada: “ademas de esto digo, que hay fundamentos graves para creer que hay tambien poblaciones de españoles, y quizas con algunas minas de oro y plata, lo cual ha dado motivo á la encantada ciudad de los Césares” (Cardiel in De Angelis, 2005,

p. 31). Assim, Cardiel, utiliza-se do argumento da possibilidade de se encontrar riquezas na região para convencer o Governador de Buenos Aires a deixá-lo fazer sua viagem de expedição.

Chama a atenção também o fato de Cardiel referir-se à presença de espanhóis na região. Fazendo referência àquela primeira versão acerca da fundação da cidade dos Césares, Cardiel elenca alguns navios que entraram no Estreito de Magalhães desde o século XVI. De acordo com Cardiel, em 1523 quatro navios entraram no Estreito de Magalhães. Destes, três naufragaram e um foi a Lima. Já em 1526 o navio do capitão da frota de Molucas naufraga no Estreito, os demais seguem para as ilhas. Em 1535 entraram alguns navios no Estreito de Magalhães, cuja tripulação amotinou-se fazendo-os naufragar. Depois, em 1539 entraram outros três navios no Estreito: um naufragou, outro retornou e o último seguiu viagem. Por fim, Cardiel também relata a expedição de D. Pedro Sarmiento, que chegou ao Estreito para povoá-lo, embora ele não saiba precisar o ano. Após mencionar estes naufrágios, Cardiel questiona:

¿Qué se hizo, pues, de toda esta gente, que en tantos navios se perdió? ¿Se ahogó toda? No por cierto, porque el Estrecho [de Magalhães] es muy angosto en partes [...]. Presúmese, pues, que toda esta gente habrá emparentado con los indios, y tendrán sus poblaciones á trescientas ó cuatrocientas leguas de aquí (Cardiel in De Angelis, 2005, p. 32).

Ao finalizar sua carta, Cardiel propõe um plano de viagem com cerca de 300 homens, cada um com 5 ou 6 cavalos e outras tantas vacas, não sendo necessário empregar gastos reais para isso. Além disso Cardiel assegura que ele seria a pessoa ideal para empreender a viagem, pois sendo padre, ajudaria os espanhóis encontrados a retornarem à fé católica. De acordo com o padre (2005): “Creo que estas noticias están mezcladas con muchas fabulas, mas habiéndose perdido tantos tantos navios no puede menos de haver algo de lo que se dice, y que por algo se dijo, pues que *no hay mentira que no sea hija de algo*” (Cardiel in De Angelis, 2005, p. 34, grifo do autor).

Outro relato acerca da Cidade Encantada foi produzido por Silvestre Antonio de Roxas, intitulado “Derrotero de un viaje desde Buenos Aires á los Césares, por el Tandil y el Volcan, rumbo de sud-oeste, comunicado á la corte de Madrid, em 1707, por Silvestre Antonio Roxas, que vivió muchos años entre os indios Peguenches”. Diferente da carta do padre Cardiel, o relato de Roxas detalha a Cidade dos Césares, como suas edificações e plantações. Sobre Silvestre de Roxas não existem muitas informações. Consta que era um aventureiro que, mantido por muitos anos em cativeiro pelos índios Pehuenches, tomou contato com a Cidade Encantada a partir dos relatos destes índios. Dessa forma, Roxas escreve seu relato objetivando conseguir a permissão do governo colonial para montar uma expedição até a Cidade dos Césares.

O relato inicia na cidade de Buenos Aires, seguindo pelas regiões mais austrais, em busca da Cidade de Espanhois. Sobre o caminho percorrido, Roxas descreve em detalhes:

Al salir del dichos bosques se siguen treinta leguas de travesia, sin pasto ni agua, y se lleva desde el Guamini el rumbo del poniente. Al fin de dicha travesia se llega á un rio caudaloso y hondo, llamado de las Barrancas [...]. (Roxas in De Angelis, 2005, p. 21).

Após passar pelo rio, Roxas discorre sobre a chegada a um vale alegre e espaçoso, onde estaria situada a cidade mágica. É curioso perceber que, conforme se aproxima da Cidade dos Césares, a paisagem vai se transformando de “planície estéril e sem vida” para “vale alegre”. Sobre este vale, Roxas anota:

Por el mismo rumbo, á las treinta leguas, se halla un rio muy grande y manso, que sale á un valle muy espacioso y alegre, en que habitan los indios Césares. Son muy corpulentos, y estos son los verdaderos Césares. (Roxas in De Angelis, 2005, p. 22).

Roxas descreveu estes índios como “gente mansa e pacífica” que já teriam sido catequizados pelos espanhóis. Além disso, Roxas afirma que estes índios “tienen muchos metales de plata, y solo usan del plomo romo,

por lo suave y fácil de fundir. En dicho valle hay un cerro que tiene mucha piedra iman”. (Roxas in De Angelis, 2005, p. 22). Ainda de acordo com ele, ao cruzar-se um rio, finalmente chegava-se à cidade dos Césares. Sobre esta cidade Roxas comenta:

A las partes del norte y poniente, tienen la Cordillera Nevada, donde trabajan muchos minerales de oro y plata, y tambien cobre: por sudoeste y poniente, hácia la Cordillera, sus campos, con estancias de muchos ganados mayores y menores, y muchas chácaras, donde recogen con abundancia granos y hortalizas”. (Roxas in De Angelis, 2005, p. 23).

Ao cotejarmos as fontes, percebemos que Roxas visa a presença de metais preciosos, principalmente como uma forma de persuadir a administração colonial a permiti-lo empreender a expedição. Não há indícios de que Roxas tenha realmente empreendido sua viagem rumo a Patagônia.

Mais de 50 anos após a publicação do relato de Roxas, o padre jesuíta Thomas Falkner apropria-se do relato de Roxas e publica o *Derrotero desde la Ciudad de Buenos Aires hasta la de los Césares, que por outro nombre llaman la Ciudad Encantada*. O relato de Falkner é idêntico ao de Roxas, o que é bastante incomum, tendo em vista sua trajetória. Thomas Falkner nasceu em Manchester, na Inglaterra, em 1707. Foi médico e marinheiro britânico. Porém, ao ser acometido por uma grave doença respiratória, foi aconselhado pelo seu médico que viajasse para os mares do Sul. Assim, chegou a Argentina, onde seu estado de saúde declinou bastante, tendo recebido cuidados de padres jesuítas.

Após seu pleno restabelecimento, converteu-se a fé católica, atuando como missionário e médico nas províncias de Buenos Aires, Córdoba, Tucumán e Santa Fé. Devido sua formação, Falkner sempre demonstrou interesse em história natural e botânica. Suas anotações são principalmente descrições de plantas e paisagens naturais. Entretanto, seu *Derrotero desde la Ciudad de Buenos Aires hasta la de los Césares, que por outro nombre llaman la Ciudad Encantada* chama a atenção por dois motivos: primeiro por ser exatamente igual ao relato de Roxas, não discutindo as informações ali contidas, o que seria esperado, tendo em vista o fato de

que Falkner era um homem interessado na ciência; e em segundo, e mais interessante, pelo fato de que não há relatos de que Falkner tenha viajado para a Patagônia.

Considerações finais

Ao analisarmos a importância dos mitos durante a colonização no continente americano, percebemos que, apesar dos sucessivos fracassos – seguidos por alguns sucessos como é o caso da expedição de Géronimo Ortal –, os conquistadores seguiram buscando pelas regiões mágicas onde encontrariam riquezas inimagináveis. Tais buscas supriam suas demandas mais necessárias, haja vista as dificuldades que passavam durante suas expedições, como fome, frio, contato com a natureza desconhecida e o constante medo da morte.

Por mais que ideias como a do Eldorado e de outras cidades míticas cobertas por ouro e prata fossem sendo pouco a pouco deixadas de lado, regiões como a da Patagônia – por não ter sido totalmente explorada à época – ainda despertavam os interesses de viajantes e aventureiros no setecentos. Aos poucos, o imaginário hispanocriollo foi descartando a possibilidade de encontrar tais cidades visto que as ideias da ilustração já se faziam presentes no ideário desta sociedade em específico.

No século XVIII, o mito da Cidade Encantada retornou, tendo como palco a distante Patagônia. Ao longo de todo esse século, expedições foram organizadas para desvendar a região mais austral no continente, que permanecia desconhecida mesmo após quase três séculos de colonização espanhola. Estas expedições tiveram motivações civis e religiosas.

A carta remetida por Silvestre Roxas é um exemplo de motivação civil, já que o autor visa principalmente a descoberta das minas de ouro e prata que estariam naquela região. Já os relatos produzidos pelos padres jesuítas Thomas Falkner e especialmente José Cardiel denotam outro tom, preocupados notadamente com a situação espiritual que os espanhóis da *Ciudad* perdida se encontravam, distante de sua fé, bem como dos indígenas, que deveriam ser catequizados.

Para além das questões civis e religiosas, hoje discutimos a importância do mito da Cidade Encantada dos Césares para a anexação de um território que até então era desconhecido dos colonizadores. Ao que parece, as cartas dos padres jesuítas que relatavam a existência de tal região fabulosa, tinham por motivo convencer a Coroa a continuar enviando recursos para a Ordem, para que os padres pudessem seguir com seu trabalho missionário.

Referências

- ANGELIS, Pedro de. **La ciudad encantada de la Patagonia**: La leyenda de los Césares. Buenos Aires: Continente, 2005.
- ANGELIS, Pedro de (comp.). **Viajes por la costa de la Patagonia y los campos de Buenos Aires**: Informes, diarios y cartas de viajeros (s. XVIII). Buenos Aires: Continente, 2007.
- GIUCCI, Guillermo. **Viajantes do Maravilhoso**: O Novo Mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- PASTOR, Beatriz. **Discursos narrativos de la conquista**: mitificación y emergencia. Hannover: Ediciones del Norte, 1988.

Graça Aranha e as lendas nacionais ¹

*Débora Priscila Graeff*²

As histórias fictícias e lendas de um determinado local podem esclarecer muitos aspectos de uma cultura. Para compreender de forma mais abrangente todos os aspectos dessas narrativas, consideramos necessário investigar como essas histórias chegaram a contemporaneidade, ou seja, como foram guardadas e registradas, quem registrou e quais elementos decidiu guardar. Ainda podemos questionar como essas histórias chegaram até esses agentes. A partir dessas questões, propomos estudar de que maneira o escritor Graça Aranha utilizou algumas lendas nacionais no seu projeto de definição da identidade brasileira. Aprofundaremos principalmente na história da mãe d'água, que o autor apresentou na maioria de seus livros, como *Canaã* (1902), *Malazarte* (1911), *Estética da vida* (1921) e *Meu próprio romance* (1931). Apesar de dedicar em sua segunda publicação, uma peça de teatro, a figura de Malazarte, escolhemos a mãe d'água justamente por perpassar a obra do autor, além do fato da baixa repercussão da obra teatral no Brasil, pois foi escrita e estreada em Paris. Apenas em 1930 foi adaptada para uma ópera.

Propomos inicialmente discutir algumas utilizações do termo mito, baseadas nas considerações de Mircea Eliade. Em *Mito e realidade* (1972), o autor propõe a definição menos imperfeita de mito: “conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o

¹ Este trabalho foi produzido como parte da tese em desenvolvimento, *As disputas em relação a identidade nacional entre Graça Aranha e Oswald de Andrade*.

² Doutoranda em História - UNISINOS; E-mail: debopgra@gmail.com

tempo fabuloso do "princípio" [...] narra como, graças às façanhas dos Entes Sobrenaturais, uma realidade passou a existir" (ELIADE, 1972, p.9). Assim, o mito narra a história de uma criação, as atividades criadoras dos Entes sobrenaturais e as ações do sagrado no espaço humano. O autor ainda diferencia as histórias verdadeiras das falsas, demonstrando que o mito pode ser considerado uma "história verdadeira", pois se refere a algo real do mundo, como a origem da morte. Já as "histórias falsas" relatam aventuras não edificantes, como as figuras que aparecem como trapaceiros (ELIADE, 1972). A partir desses apontamentos consideramos o conto da mãe d'água como uma história mitológica, pois como demonstraremos, em diferentes culturas, narra a origem da morte através das águas.

O mito estudado pode ser encontrado em diversos povos, com seres de características diferentes, mas contém uma premissa em comum: um ser sobrenatural sentiu necessidade de atrair os humanos para o fundo da água. Essa necessidade já foi descrita como amor, fome ou companhia. A entidade também já foi descrita com diversas faces, uma mulher com membros de peixe, que muitas vezes canta ou penteia os cabelos, um monstro – geralmente cobra – que se transforma em mulher para atrair os homens, ou uma cobra gigante que faminta devora quem se aventura nas partes mais fundas dos rios. No Brasil esse conto é conhecido em várias regiões e é atribuído a diferentes entidades, como a Iara ou Iupuiara. Alguns, ainda atribuem sua imagem a da sereia europeia, outros a Iemanjá (que aceita oferendas, mas não atrai os humanos para o mar). Existem muitos nomes e formas que poderiam ser listadas, pois as histórias sofreram variações ao longo do tempo e em cada região (CASCUDO, 1998).

Os principais registros do conto da mãe d'água, com essa denominação, foram elaborados durante o século XIX, assim como a maioria das histórias que formam o folclore brasileiro. Nesse período houve uma valorização e romanização do índio como símbolo nacional, principalmente nas letras, prática denominada como indianismo romântico. Com a busca de uma emancipação identitária após a independência política do país "o indígena, ganha estatuto de símbolo nacional, por meio da qualidade de

habitante original do país. O negro, enquanto sob a condição de escravo, é omitido e rebaixado como raça bestializada, estrangeira” (RIBEIRO, 2005, p.144). Muitas histórias foram apresentadas nesse período, principalmente relacionadas aos mitos indígenas, como a mãe d’água, publicada em *Tronco do Ipê* de José de Alencar. Mas foram nas últimas décadas dos anos de 1800 que surgiram os folcloristas, escritores dedicados a recolher e catalogar as histórias que consideravam populares do Brasil. Como explica Cristina Betioli Ribeiro, em sua dissertação *O Norte – Um lugar para a nacionalidade* (2003), esses escritores basearam-se na concepção de cultura popular e folk-lore, construída na Europa a partir do romantismo alemão. Esses conceitos consideravam a espontaneidade e o anonimato “característicos de uma coletividade homogênea e uma que se poderia considerar a alma nacional” (RIBEIRO, 2003, p.146).

Com a difusão das ideias científicas e positivistas no Brasil, principalmente a partir da Escola de Recife, muitos escritores buscaram romper com o ideário romântico e redefinir os elementos da identidade nacional. Assim, aderiram aos métodos científicos para construir essa brasilidade. Renato Ortiz (1994) explica que a partir das concepções das teorias raciais, esses letrados consideravam que o Brasil estaria em um estágio inferior e o problema estava em explicar o atraso. De acordo com o autor, os estudiosos buscavam definir uma raça ideal para o Brasil, pois o europeu não se aclimataria no país, em função de sua natureza inóspita. Para essa elaboração o mestiço tornou-se uma necessidade, pois possibilitaria a aclimação da civilização e a cultura brasileira viria dessa experiência, que encerraria os defeitos da herança biológica (ORTIZ, 1994). Baseados nos métodos naturalistas os escritores se dedicaram a coletar contos, cantos e lendas a partir de locais sem a interferência da modernização das grandes cidades. Como explica Ribeiro,

envolvidos pelas ideias científicas, os primeiros estudiosos do folclore aderem às concepções naturalistas de raça, meio e evolução (...) assumem a prática de investigação das influências raciais na formação da cultura popular, bem como da coleta e do registro documental da poesia e das narrativas orais (RIBEIRO, 2003, p.149).

Um dos escritores empenhados nessa construção foi Sílvio Romero, que reuniu elementos populares nas publicações *Contos populares do Brasil* (1895) e *Cantos populares do Brasil* (1893). Conforme Ribeiro, no fim do século XIX aproximadamente catorze escritores dialogam em relação ao folclore como símbolo da nacionalidade. Na busca de um local que não havia sofrido as mudanças da modernização a região Norte é eleita como representante da genuína brasilidade, pois estaria afastada da corrupção das cidades e seria o local dos costumes populares intocados. Nesse período uma das abordagens para trabalhar com o folclore era sua correspondência com a literatura. A cultura popular era compreendida como cristalizada no passado, em um movimento de distanciamento. Essa compreensão do popular como primitivo gerou uma controversa para os escritores, introduzir o folclore na literatura erudita. Então, apresentaram coletas e análises raciais, da linguagem e dos costumes. Outra característica dos estudos folclóricos desse período era a abordagem a partir de diversos conhecimentos como históricos, antropológicos, etnográficos e literários, sem a exclusividade de uma área (RIBEIRO, 2005).

Fernando Catroga (2001) aponta que no século XIX surgiu a proposta da memória coletiva, condicionada principalmente pelo positivismo e pelas mudanças no modo de vida causadas pela modernização. O autor atenta para a dificuldade de trabalhar com o conceito de memória coletiva, que surgiu com a emergência do sujeito coletivo. Porém, Catroga demonstra a necessidade que existe em conferir uma narrativa à vida dos grupos, pois “os indivíduos mantem um diálogo dentro de um processo socializador e com os valores das sociedades em que se situam” (CATROGA, 2001, p.46). O autor mostra que um registro não deve ser percebido apenas como registro, pois a memória é seletiva, uma representação feita no presente que liga o futuro ao passado. Ela tem a tendência a encobrir as razões de sua convocação. Essa convocação é sempre um objeto ausente, um exemplo é a memória convocada pelo rito. Esse tem um papel normativo, pois em razão de um passado ou bem comum insere os sujeitos em grupos identitários, com uma mensagem que

unifica e conserva uma unidade. Assim, as liturgias criam e perpetuam um sentimento de pertença, ligando os indivíduos em uma vivência horizontal, tecida pelo tempo (CATROGA, 2001).

Em conjunto com a formação da identidade nacional, compreendemos que um dos objetivos dos registros das histórias populares era sua preservação, pois os letrados que se ocupavam em gravar as lendas, consideravam que essas não deveriam ser esquecidas. A intenção de lembrar esses mitos era remeter a culturas e práticas comuns existentes desde tempos imemoriáveis. A escolha de locais “intocados” pela modernização trazia o elemento da espontaneidade e da “pureza”. Essas histórias foram escolhidas para guardar a cultura popular do Brasil, representavam a formação étnica e da sociedade brasileira. Ainda guardavam a formação espiritual, pois explicariam as características e ações do povo brasileiro.

Um dos contos que pode ser encontrado com representações dessas três “raças” consideradas formadoras do Brasil é a história da mãe d’água. Apesar de não ser demonstrada uma interação na própria narrativa, a formação e divulgação de versões de um ser com características semelhantes demonstra o esforço na construção desse *cadinho* brasileiro. Compreendemos não ser possível mapear a origem definitiva de um mito, porém podemos buscar aproximações e apontamentos. Nesse sentido consideramos as obras *Dicionário do folclore brasileiro* e *Geografia do mitos brasileiros*, de Câmara Cascudo, como um auxílio. Como já mencionado, Cascudo apresenta três principais locais de origem para o mito da mãe d’água, a sereia alva – de origem europeia -, Iemanjá – da África sudanesa – e o Ipujiara, lenda de origem indígena. Cascudo busca as primeiras histórias do monstro marinho em registros de padres e monges dos séculos XVI e XVII, afirmando que nesse período não havia histórias de mãe d’água, pois os indígenas não admitiam a sedução sexual nas cis – mães -, sua função era a defesa do elemento que tinham criado. O mito das águas compreendia a cobra d’água (vários nomes), sempre assassina. O autor mapeia uma história que considera a inicial: o homem da água, Ipujiara,

que estava faminto e matava para devorar. A forma da mãe d'água seria ofídica (CASCUDO, 1998).

O folclorista explica que “Os portugueses que vieram colonizar o Brasil trouxeram suas lendas e adaptaram-nas às existentes na terra conquistada. Bastava que um detalhe coincidissem ou o aspecto geral lembrasse as histórias ouvidas na pátria. O episódio ficava assimilado com as nuances locais e se tornava um só” (CASCUDO, 1998, p.532). Cascudo demonstra que a partir do século XV as sereias passaram a configurar seres comuns entre os povos navegadores, aparecendo no ideário ibérico a forma peixe-mulher, que atraía pelo canto. Em Portugal, apareciam as Mouras Encantadas, filhas de reis mouros, aprisionadas por soberanos cristão, que foram deixadas para vigiar os tesouros escondidos. Cantavam pedindo ajuda de um homem para quebrar o encanto. Quando dormiam tomavam formas de animais, principalmente serpentes. Cascudo afirma que, ao chegar ao Brasil, os europeus encontraram semelhanças no monstro marinho que afogava os índios e o identificaram com as sereias. A Iara seria então, “uma roupagem de cultura europeia”, pois de acordo com o autor, nas narrações dos padres não existiam características agradáveis nos monstros marinhos locais, mas uma fera – que variava entre serpentes e homens-peixe – que sai da água para matar. Assim, a lenda da Iara apresenta a assimilação da mestiçagem, representando uma versão sobre a formação do Brasil. Esse conto seria um patrimônio espiritual; o que carrega e representa sobre o Brasil (CASCUDO, 1998).

A personificação da mãe d'água realizada por Graça Aranha é a mais próxima da lenda europeia. Em *Canaã* (1902), o autor apresenta a crença da influência da mãe d'água na pesca: “O rio está escasso. Seu Zé Francisco diz que é porque a água está fria, mas tia Rita diz que agora é tempo de lua e a mãe-d'água não deixa o peixe sair” (ARANHA, 1902, p.10). Em seguida a relaciona com o conto alemão de Loreley “E com que paixão não ouviram eles tratar da bela Loreley, ora benfazeja, protegendo os habitantes de sua vizinhança, ora vingativa, fazendo abrir as águas do Reno para engolirem os ousados que procuravam ver-lhe o semblante misterioso e que antes de

morrer enlouqueciam ouvindo os seus cânticos” (ARANHA, 1902, p.97). A relação entre o conto alemão e o brasileiro se deu através do personagem Joca, que ao ouvir a lenda estrangeira “declarou que não tinha medo de mães-d’água” (ARANHA, 1902, p.97).

A partir dessas citações podemos realizar algumas considerações sobre o que Aranha pretendia passar ao público em relação à mãe d’água. Na primeira passagem, o autor demonstrou sua percepção de que ações cotidianas de parte da população eram guiadas pelas lendas, como a pesca, atividade econômica do personagem. Assim, o autor procurou passar ao público que essas histórias influenciavam na formação pessoal e nas atividades econômicas de um segmento da população. Esse segmento estava representado no livro por um habitante do interior do Espírito Santo, que alugava animais e guiava os imigrantes alemães a colônia de Porto do Cachoeiro. Ao conversar com o guia, o alemão Milkau perguntou sobre sua família: “Teu serviço em casa de teu pai é só acompanhar os passageiros para o Cachoeiro? (...) – A gente ajuda o pai (...) Às vezes, de madrugada, vamos para a pescaria levantar a rede” (ARANHA, 1902, p.10). Assim, como os demais literatos do início do século XX, Aranha considerava que a cultura popular estaria na população interiorana, como demonstra no trecho: “Mas agora as lendas volviam às suas origens, vinham mais puras, mais límpidas, com o seu caráter imune de contatos estranhos” (ARANHA, 1902, p.48).

A relação da sereia europeia com a mãe d’água é mais perceptível na peça *Malazarte*, de 1911. Esse texto, que faz referência a outro conto considerado do folclore nacional, foi escrito inteiramente na Europa e estreado em Paris. No Brasil, foi aos palcos em 1930 em forma de opera, com a autoria de Lorenzo Fernandes e Graça Aranha. Na peça, a mãe d’água é descrita como traiçoeira “gosta de amor de homem, e quantos ela não tem carregado para o fundo do poço.” (ARANHA, 1911, p.60). Porém, foi uma personagem feminina que Iara atraiu para o poço. Almira admirava sua pele alva, olhos verdes e cabelos longos que penteava, então “atraída pelo mistério, desaparece no poço” (ARANHA, 1911, p.41). Ao final, Aranha

afirma que os tesouros do mar, como pérolas, estrelas, corais, e flores do fundo do oceano, vem da mãe d'água e “Ela é eternamente viva, porque é a fonte da existência e a renova perpetuamente. É infinita e se multiplica sem se fatigar. Está na origem de tudo” (ARANHA, 1911, p.200).

Podemos perceber que Aranha afirma a importância desse ser marinho como fonte da vida, mas também da providência, quando afirma guardar tesouros, ser infinita e se multiplicar. Porém, ela também gera terror, pois atrai os indivíduos para a morte. Assim, Aranha expõe como percebia a relação do homem com a natureza brasileira. Por sua grande beleza e força causaria nos habitantes uma contemplação e a divinização do meio, assim como gerou o terror e o providencialismo. Essa ideia foi retomada no conjunto de ensaios *Estética da vida*. Nesse livro Aranha procurou definir como se formou o que denominou o espírito do homem brasileiro. Para isso, usou principalmente as categorias de meio e raça, que trazia de sua formação na Escola de Recife. Para a formação racial mencionou a herança dos portugueses, negros e índios. Os primeiros teriam a força da constância vital, pois o ‘espírito da unidade da raça’ sobreviveu no Brasil. Os africanos estariam envolvidos em uma “eterna ilusão”, pois possuíam uma falsa representação do mundo, que causaria alucinação, espanto e o dom de inventar. Já à raça indígena atribuía a incapacidade que o homem brasileiro demonstrava em sair do domínio de seu meio, pois teriam sido esses primeiros habitantes do território a criar ilusões a partir do mundo natural.

Graça Aranha considerava que a natureza criou esse estado de magia nos indivíduos. Por ser exuberante, esse meio manteria os indivíduos deslumbrados em um “esmagador espetáculo”, com a luz que dá as coisas formas extravagantes, mares e rios imensos e a floresta invasora. Sem estar em comunhão com a natureza, o homem imagina uma mitologia selvagem com seres fantásticos, deuses e lendas: “No Brasil, o espírito do homem rude, que é o mais significativo (...) Há nele uma floresta de mitos. São lendas de todas as partes que aí se encontram” (ARANHA, 1921, p. 90). Assim, de acordo com o escritor, no Brasil o homem desafiou a natureza e

a percebeu como adversária, mas, ao mesmo tempo, a venera. A grandeza do território envaidece o brasileiro e se tornou a fonte do providencialismo e exaltado patriotismo.

Aranha preocupou-se em definir a ação da natureza no homem, mostrando a influência do meio na formação do brasileiro e na definição de seu traço característico, a imaginação. O autor considerava que a grandeza da natureza impediria o homem de perceber claramente o mundo; as grandes matas, a força dos rios e a forte presença da luz causariam ilusões e o terror no espírito dos homens. Dos movimentos da luz na mata fechada, dos fortes ventos e das correntezas viriam as impressões dos seres mitológicos, como curupira e mãe d'água. Essa potência da natureza e o terror das mitologias colocariam o homem como adversário do ambiente, tentando combatê-lo, mas ao mesmo tempo o meio seria objeto de veneração, pois a grandeza do território envaidece e seduz, dominando o homem e sendo a fonte do providencialismo (ARANHA, 1931).

Mesmo com essa defesa do determinismo racial e do meio na formação do homem, Aranha propõe vencer essas influências. A partir desse reconhecimento do caráter coletivo do povo brasileiro, o acadêmico propõe uma valoração dos elementos herdados. Assim, o autor da *Estética* não nega o gênio brasileiro – pois defende que o caráter dos povos é persistente –, propondo “transformar a relação da alma brasileira com a natureza que a circunda” (MORAES, 1976, p. 27). Aranha elabora então uma terapêutica do Brasil, com o objetivo da cura da alma brasileira. Para essa cura, o autor propõe que o brasileiro obtenha uma real compreensão de seu meio, o que seria possível através da estética. Assim, no decorrer dos anos de 1920 o literato defende uma renovação nas artes e nas letras.

Na renovação que propõe o tema principal da literatura deve ser o folclore nacional. Na concepção de Aranha, a tradição viria do “inconsciente coletivo”, e impunha-se ao longo do tempo. No seu projeto de reforma ele defende que os trabalhos dos escritores devem ser inspirados na tradição nacional e que deveriam ser afastados dos concursos da instituição os assuntos estranhos à alma brasileira. Sugeria que fossem admitidos aos

concursos da Academia Brasileira de Letras apenas trabalhos com temática do folclore brasileiro, para incentivar “jovens escritores a descer às fontes da magia nacional, e das lendas raciais criar com espírito moderno obras infinitas. Seria dar vida perene ao que de mais remoto jaz em nossa memória coletiva” (ARANHA, 1924, p.55). Para Aranha, era naquele momento que os mitos do Brasil estavam nascendo, e as imagens deveriam ser criadas de acordo com a vida contemporânea.

As lendas constituem ainda parte da autobiografia de Graça Aranha. Na sua autobiografia, o autor procurou representar a sua identidade e a relaciona com outras, principalmente a nacional. Aranha trouxe a questão da família, dos estudos, das brincadeiras e das suas experiências sociais. O autor reforça sua familiaridade com as questões nacionais quando traz o contato que teve na infância com as histórias e lendas nacionais através de Sabino, ex-escravo de seu pai que provavelmente continuou a trabalhar na família, pois Aranha afirma que quando liberto consagrou-se a ele. Descrito como mateiro, pescador e caçador, homem da natureza, suas ações teriam lhe conferido experiências florestais e marítimas inextinguíveis. Quando descansava passava o dia a lhe contar histórias como do curupira, saci Pererê, mula sem cabeça, entre outras do folclore brasileiro. Porém a que mais lhe chamou atenção foi a mãe d’água, que chega a colocar como seu primeiro amor com o qual sonhava e esperava todos os dias no poço:

Foi o meu primeiro amor (...) O conto alucinava-me. Sonhava acordado com a encantada. À tardinha fugia e vinha solitário esperar a mãe d’água. Os meus sentidos perturbados me faziam vela às vezes, e ela me sorria enquanto penteava os seus infinitos cabelos dourados. Este amor me seguiu e me deu a magia pela vida adentro (ARANHA, 1931, p.42).

Para Graça Aranha esses contos significavam, principalmente a relação com a natureza e a formação racial, com contribuições das três raças e a convivência que se deu entre elas e entre a natureza. Essas histórias demonstram como cada povo conviveu nesse território, como se relacionou e construiu a partir do meio. Como cada uma se adaptou. Com os índios foi a personificação da natureza, a criação desses personagens a

partir da percepção da imensidão da natureza. Os portugueses tentaram vencer essa natureza, mas ainda eram atraídos e imersos nesse misticismo e terror criados a partir dela. Essas lendas possuíam uma história, traziam a narrativa da formação do espírito nacional, a imaginação, que ocorreu a partir das características da nossa natureza. Então, representavam a formação do espírito nacional e as características da natureza. Além disso Aranha acreditava que era através dessas histórias que poderiam ser encontradas as características genuínas do brasileiro e as tradições nacionais, na medida em que propunha encontrar essas especificidades distantes da colonização, pois o autor pretendia cortar os laços com o passado colonial para definir a identidade nacional. A partir da modernização dessas lendas pretendia alcançar seu objetivo. Como colocou, os mitos e as tradições nacionais estavam nascendo naquele momento e era necessário que se construísse a partir da vida contemporânea para adequarem-se a esse modo de vida moderno – de novas relações de trabalho, com as cidades e das transformações dos valores das sociedades tradicionais. A literatura, a partir dessas lendas, deveria traduzir o ambiente e nacional e a formação da sociedade, para levar o brasileiro a uma real compreensão do seu meio e construir de acordo com a natureza, sem a relação de terror ou divinização. Deveria estar claro que essas histórias eram lendas, criadas pelos primeiros habitantes e que influenciaram na construção cultural dos colonizadores. Deveriam ser histórias que guardavam essas memórias para a compreensão da formação do país, deveriam ser lembradas e ritualizadas, mas não vivenciadas no cotidiano, pois eram fruto de uma metafísica primitiva.

Graça Aranha utilizava o conto para demonstrar a relação inicial do homem brasileiro com seu meio, procurando unificar a população em função dessa relação. Aranha considerava o conto da mãe d'água pertencente a uma tradição nacional, que provinha do povo e ao mesmo tempo o formava. Tomando como exemplo o objetivo, tanto de Graça Aranha, como dos folcloristas do fim do século XIX, propomos pensar esses contos como

parte do patrimônio nacional. Como mencionado, Aranha apresentou a mãe d'água em toda sua obra e escreveu sobre Malazarte, realizando o registro da sua versão desses personagens. Os primeiros folcloristas demonstraram mais claramente o objetivo de registro, com o receio da perda. Entendemos que até as décadas de 1920 e 1930 não existia uma discussão em relação a guarda do patrimônio no Brasil. Mas propomos pensar que esses autores da passagem do século XIX para o XX consideravam essas histórias um bem comum da população brasileira.

Regina Abreu aponta os escritores desse período como

precursores do que hoje chamamos de patrimônio intangível ou imaterial (...) se dedicaram a registrar um conjunto de manifestações locais e regionais em desaparecimento (...) estava implícita a “retorica da perda (...) a ideia de que algo estava se perdendo e era preciso um esforço para salvar do esquecimento referências importantes para a construção da memória social e, com especial ênfase da nacional (ABREU, 2007, p.06).

Porém, como aponta a autora o folclore não era associado ao tema do patrimônio. Propomos discutir algumas semelhanças entre as noções e objetivos desses folcloristas e os presentes na construção do sentido de patrimônio. Essa noção de bem comum, como demonstra Abreu, começa a ser construída na França pós Revolução Francesa, por medo das ações dos grupos revolucionários radicais. Considerou-se necessário salvar os indícios do passado e surgiu a noção de bem coletivo e um novo sujeito na História, o povo. Assim surgiu a noção de patrimônio para o conjunto de cidadãos, além da esfera privada. O patrimônio foi associado ao sentimento nacional e de perda. Nesse primeiro momento, até os primeiros anos do século XX, percebia-se o patrimônio nacional – bem coletivo -, com histórico e artístico (ABREU, 2003).

Mário Chagas demonstra que a discussão do patrimônio espiritual ocorre na década de 1930 com o ante-projeto de Mário de Andrade para a preservação do patrimônio. Nesse, Andrade recomenda o tombamento do patrimônio espiritual, que incluía as artes arqueológicas e ameríndias, com a preservação dos vocabulários, cantos, lendas, entre outros. Porém, a

proposta de Mário foi alterada e foi decretado o projeto lei n.25, que não incluiu os bens espirituais. A discussão é retomada nos anos de 1990 e somente em 2000 ocorre os registros de bens imateriais em quatro livros (CHAGAS, 2003). Desses, um inclui os cantos, porém os contos ainda foram inseridos. Entendemos que não é possível preservar a entidade, como mostra José Gonçalves, porém é possível preservar a forma que foi registrada, talvez recorrendo aos primeiros registros ou aos que obtiveram maior difusão em determinadas culturas.

Referências:

- ABREU, Regina. Patrimônio Cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In: **Apostila Seminários Temáticos Arte e Cultura Popular**. Rio de Janeiro: Museu Casa do Pontal, 2006/2007.
- ABREU, Regina; CHAGAS, Mario. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- ARANHA, Graça. **Canaã**. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro-Editor, 1902.
- _____. **Espírito moderno**. São Paulo: Companhia Graphico Editora Monteiro Lobato, 1924.
- _____. **Estética da vida**. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1921.
- _____. **Meu próprio romance**. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro-Editor, 1931.
- CATROGA, Fernando. Memória, história e historiografia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- ELIADE, Mircea. Mito e realidade. São Paulo: EDITORA PERSPECTIVA S. A., 1972.
- MORAES, Eduardo Jardim de. Modernismo revisitado. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 220-238, 1988.
- ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- RIBEIRO, Cristina Betioli. **O Norte - um lugar para a nacionalidade**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, 2003. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/269850>. Acesso em: 17 dez. 2019.

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org